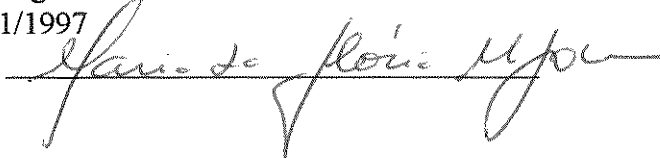


SAMIRA KAUCHAKJE

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Samira Kauchakje e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 18/11/1997

Assinatura



**MOVIMENTOS SOCIAIS NA ACADEMIA;
UM OLHAR SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS NA
UNICAMP E USP ENTRE 1970-1995**

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR EM EDUCAÇÃO, na área de concentração: Administração e Supervisão Educacional, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Maria da Glória Gohn.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1997



950.5.96

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	- 17/UNICAMP
V.	Ex.
TOMBO BC/	30665
PROC.	395798
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 4,00
DATA	19/03/98
N.º CPD	

CM-00104545-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

K16m Kauchakje, Samira.
Movimentos sociais na academia : um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970-1995 / Samira Kauchakje. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador : Maria da Glória Marcondes Gohn.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Universidade Estadual de Campinas. 2. Universidade Estadual de São Paulo. 3. Movimentos sociais. 4. Universidades e Faculdades. I. Gohn, Maria da Glória. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Comissão Julgadora:

~~Luiz de F. Lourenço~~

Maria Luiza da Silva
Luz

Olga R. de Moraes Junqueira

À

Mariana

AGRADECIMENTOS

Os quatro anos e meio que separam o início do curso de Doutorado, até o final da tese, parecem tão longos. Foram horas e horas de trabalho solitário, mas, também, muitos encontros solidários, por isso, agradecer, realmente, não é uma mera formalidade.

Mariana, filha querida, presenciou e acompanhou todas as fases da elaboração desta tese. Mas, nos últimos três meses, foi emocionante vê-la, todas as noites, vindo para o meu escritório para fazer-me companhia, mesmo que dormindo, enquanto eu trabalhava até de madrugada. Não dá para esquecer a sua imagem chegando até a porta, trazendo o colchão, travesseiro e lençóis, além da cachorrinha. Obrigada.

José Maria, companheiro e solidário em seu silêncio, apesar do barulho da impressora, do computador e das luzes acesas.

Pepina e Michel, estavam na torcida. Agradeço os telefonemas, perguntando se já havia terminado a pesquisa. Vocês, a Adélia e a Leila, como pais e irmãs, estão sempre presentes naquilo que sou e faço.

Agradeço, também, à Cecília Lima, Ivani e Celina, que compreenderam a minha necessidade de, nas últimas semanas, estar ausente do CEPRE/UNICAMP, para finalizar a tese, a qual, aliás, faz parte de nosso projeto coletivo de trabalho como docentes. Através delas, agradeço às demais colegas, funcionários e, à Márcia e Rodinéia, estagiárias, que substituíram-me em algumas atividades.

O pessoal da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, compartilharam de minha vida acadêmica, afinal, entre o Mestrado e o Doutorado, são 10 anos de convivência. Nadir, Ana, Carmo, Dona Maria, Marina e Wanda, vocês são especiais.

Tive, ainda, em momentos estratégicos, a colaboração de mais pessoas: a Dalva, executando as tarefas domésticas e acompanhando-me, e à Mariana, nas bibliotecas da USP; a Raquel da FCM, fazendo a revisão de parte da tese; a Margarida e o José Maria, dando dicas de análise estatística.

O CNPq, financiou os três primeiros anos de realização desta pesquisa.

Este trabalho, em seus méritos, deve muito a Profa. Dra. Olga Von Simson e ao Prof. Dr. Salvador Sandoval, presenças importantes desde minha dissertação de Mestrado. Também é devedor das valiosas sugestões da Banca do Exame de Qualificação, formada por aqueles professores e pela Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva.

Em especial, para o desenvolvimento desta tese, foi fundamental a obra sobre movimentos sociais da Profa. Dra. Maria da Glória Gohn, assim como, a sua orientação firme e ao mesmo tempo respeitosa.

ERRATA

- **Abstract:** no primeiro parágrafo, segunda linha, o correto é: *from 1970 to 1995*.
- **Pag. 22** (nota de rodapé) e **pag. 88** (terceiro parágrafo, segunda linha): onde está grafado *OLIVEIRA (1987)*, leia-se *OLIVEIRA (1988)*.
- **Pag. 29:** no segundo parágrafo, sexta linha, onde está grafado *lembrar a que disposição*, leia-se *lembrar que a disposição*.
- **Pag. 59:** no último parágrafo, penúltima linha, onde está grafado *as análises sobre as elas*, leia-se *as análises sobre elas*.
- **Pag. 68:** no primeiro parágrafo, quarta linha, onde está grafado *EP (01 - 4%)*, leia-se *EP (01 - 0,4%)*.
- **Pag. 68:** no segundo parágrafo, segunda linha, onde está grafado *tendo um picos*, leia-se *tendo picos*
- **Pag. 70:** no primeiro parágrafo, quarta linha, onde está grafado *pesquisas*, leia-se *pesquisa*.
- **Pag. 77:** no terceiro parágrafo, terceira linha, onde está grafado *parecer*, leia-se *aparecer*.
- **Pag. 80:** na figura 27, a legenda das cores é a seguinte: azul/ histórico-estrutural; rosa/ mista; amarelo/ neo-idealismo.
- **Pag. 86:** no segundo parágrafo, primeira linha, onde está grafado *entre 1970 e 1994*, leia-se *entre 1970 e 1995*.

SUMÁRIO

Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Índice de Quadros e Figuras	
1. Apresentação.....	01
1.1. Desenho da Metodologia da Pesquisa.....	02
Capítulo 1. Movimentos Sociais - Noções Teóricas Gerais.....	08
1.1. Movimento dos Trabalhadores.....	14
1.2. Movimento Popular.....	17
1.3. Novos Movimentos Sociais.....	18
1.4. Movimentos Messiânicos e ligados a seitas e religiões.....	19
1.5. Movimento Político-Partidário.....	20
1.6. Movimento Estudantil.....	20
1.7. Movimento das Elites Econômicas.....	21
1.8. Movimento Ideológico.....	21
Capítulo 2. Teses e Conjuntura Social.....	22
2.1. Teses e Cenário Sócio-Político.....	24
2.2. Universidades e Cenário Sócio-Político.....	33
2.2.1. UNICAMP.....	34
2.2.2. USP.....	38
2.2.3. As duas Universidades.....	42
Capítulo 3. Teses sobre Movimentos Sociais na UNICAMP.....	45
3.1. Pós-Graduação e Movimentos Sociais.....	45
3.2. Tipos de Movimentos Sociais.....	53
3.2.1. Movimento dos Trabalhadores.....	53
3.2.2. Movimento Popular.....	55
3.2.3. Novos Movimentos Sociais.....	58

3.2.4. Movimentos Messiânico e ligado à Religião.....	59
3.2.5. Movimento Político-Partidário.....	60
3.2.6. Movimento Estudantil.....	60
3.2.7. Movimento de Elites Econômicas.....	60
3.3. Matrizes Teóricas.....	61
Capítulo 4. Teses sobre Movimentos Sociais na USP.....	66
4.1. Pós-Graduação e Movimentos Sociais.....	66
4.2. Tipos de Movimento Social.....	71
4.2.1. Movimento dos Trabalhadores.....	72
4.2.2. Movimento Popular.....	73
4.2.3. Novos Movimentos Sociais.....	76
4.2.4. Movimento Messiânico e ligado à Religião.....	77
4.2.5. Movimento Político-Partidário.....	78
4.2.6. Movimento Estudantil.....	78
4.2.7. Movimento de Elites Econômicas.....	78
4.3. Matrizes Teóricas.....	79
2. Conclusão.....	83
3. Referências Bibliográficas.....	91
4. Anexo 1-Relação das Teses e Dissertações sobre Movimento Social Produzidas na UNICAMP (1970-1995).....	99
5. Anexo 2- Relação das Teses e Dissertações sobre Movimento Social Produzidas na USP (1970-1995).....	149

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1. Número de Punições Políticas por Ato Institucional, Brasil: 1964-1973.....	25
Quadro 2. Tipo de Punição Política, Brasil: 1964-1973.....	25
Quadro 3. Relação dos Cursos de Pós-Graduação: IFCH, FE, IE, IA (UNICAMP).....	46
Quadro 4. Número de Dissertações e Teses, por ano: FE, IFCH, IA (UNICAMP) e Número de Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais, 1970-1975.....	50
Quadro 5. Número de Teses e Dissertações defendidas: FE, IFCH, IE (UNICAMP), entre 1970 e 1995.....	52
Quadro 6. Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais dos Trabalhadores- UNICAMP, 1970-1995-Critério Espacial-Geográfico.....	55
Quadro 7. Teses e Dissertações sobre Movimento Popular- UNICAMP, 1970-1975-Critério da Demanda.....	58
Quadro 8. Distribuição das Dissertações e Teses: FFLCH, ECA, FE, FAU (USP), 1970-1995.....	61
Quadro 9. Número de Teses e Dissertações da FFLCH, FE, FAU, ECA (USP) e sobre movimento social.....	71
Quadro 10. Teses e Dissertações sobre Movimento dos Trabalhadores- USP, 1970-1995-Critério Espacial-Geográfico.....	74
Quadro 11. Teses e Dissertações sobre Movimento Popular- USP, 1970-1995- Critério da Demanda.....	76
Figura 1. Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais-USP e UNICAMP 1970-1995.....	24
Figura 2. Tipos de Movimentos Sociais abordados pelas Teses e Dissertações USP-UNICAMP, 1970-1995.....	26
Figura 3. Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais: IFCH, FE, IE, IA, FCM (UNICAMP), entre 1970-1995.....	47

Figura 4. Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais na UNICAMP.....	48
Figura 5. Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais: na FE e no IFCH (UNICAMP), 1970-1995.....	49
Figura 6. Números de Teses e Dissertações defendidas por ano: FE, IFCH, IE, IA (UNICAMP) e sobre Movimentos Sociais, 1970-1995.....	51
Figura 7. Tipos de Movimentos Sociais abordados pelas Teses e Dissertações (UNICAMP), 1970-1995.....	53
Figura 8. Número de Teses e Dissertações sobre Movimento dos Trabalhadores- UNICAMP, 1970-1995.....	54
Figura 9. Número de Teses e Dissertações sobre Movimento dos Trabalhadores- IFCH, FE, IE (UNICAMP), 1970-1995.....	54
Figura 10. Número de Teses e Dissertações sobre Movimento Popular- IFCH, FE, IA, FCM (UNICAMP), 1970-1995.....	56
Figura 11. Número de Teses e Dissertações sobre Movimentos Popular- UNICAMP, 1970-1995.....	56
Figura 12. Teses e Dissertações sobre Novos Movimentos Sociais: IFCH, IA (UNICAMP), 1970-1995.....	58
Figura 13. Matriz Teórica das Teses e Dissertações sobre Movimento Social: UNICAMP, 1970-1995.....	61
Figura 14. Matriz Teórica das Teses e Dissertações sobre Movimento Social: UNICAMP, 1970-1995.....	62
Figura 15. Matriz Teórica das Teses e Dissertações sobre cada Tipo de Movimento Social: UNICAMP, 1970-1995.....	63
Figura 16. Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais: FFLCH, ECA, FE, IP, FAU, FSP, EP (USP), 1970-1995.....	67
Figura 17. Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais (em cada unidade): FFLCH, ECA, FE, IP, FAU, FSP, EP (USP), 1970-1995.....	67
Figura 18. Teses e Dissertações sobre Movimentos Sociais: FFLCH, ECA, FE, IP, FAU, FSP, EP (USP), 1970-1995.....	68
Figura 19. Número de Teses e Dissertações defendidas:	

FFLCH, ECA, FE, IP, FAU, FSP, EP 1970-1995 (USP), 1970-1995 e sobre movimentos sociais.....	70
Figura 20. Tipos de Movimentos Sociais Abordados pelas Teses e Dissertações: USP, 1970-1995.....	72
Figura 21. Número de Teses e Dissertações sobre Movimento dos Trabalhadores: USP, 1970-1995.....	73
Figura 22. Número de Teses e Dissertações sobre Movimento dos Trabalhadores: FFLCH, ECA, FE, EP (USP), 1970-1995.....	73
Figura 23. Número de Teses e Dissertações sobre Movimento Popular: FFLCH, ECA, FE, IP, FAU, FSP (USP), 1970-1995.....	73
Figura 24. Número de Teses e Dissertações sobre Movimento Popular: USP, 1970-1995.....	75
Figura 25. Número de Teses e Dissertações sobre Novos Movimento Sociais: FFLCH, ECA, IP (USP), 1970-1995.....	76
Figura 26. Matriz Teórica das Teses e Dissertações sobre Movimento Social: USP, 1970-1995.....	79
Figura 27. Matriz Teórica das Teses e Dissertações sobre Movimento Social: USP, 1970-1995.....	80
Figura 28. Matriz Teórica das Teses e Dissertações sobre Cada Tipo de Movimento Social: USP, 1970-1995.....	81

RESUMO

Faz-se, nesta tese, um mapeamento e uma análise das dissertações e teses sobre movimento social, realizadas na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade de São Paulo, no período de 1970 a 1995. Particularmente, são consideradas as pesquisas sobre os seguintes movimentos: dos trabalhadores; popular; novos movimentos sociais; messiânico e ligado a seitas e religiões; estudantil; político-partidário e de elites econômicas.

Os objetivos principais deste estudo são: propiciar o conhecimento e divulgação desta produção, contribuir para o conhecimento sobre os movimentos sociais no período considerado e fornecer elementos para a formulação de subsídios teórico - metodológicos sobre o tema.

Para o mapeamento das dissertações e teses, utilizamos, como fontes de pesquisa, os catálogos manuais dos Institutos e Faculdades das Universidades mencionadas e seus arquivos informatizados.

A leitura e análise das pesquisas seguiram um roteiro no qual eram registradas as seguintes informações: dados gerais de catalogação (título da tese, nome do autor e do orientador, data e local da defesa, número de páginas); métodos e técnicas utilizadas; participação ou não do pesquisador no movimento que estudou e matriz teórica que orientou o trabalho.

ABSTRACT

This thesis charts out and analyzes the dissertations on social movements presented from 1970 to 1994, at the State University of Campinas and at the University of São Paulo. Special attention was given to those studies that dealt with the following movements: workers movements, popular movements, new social movements, messianic or religious movements, student movements, political movements and economic ones.

The main objectives of this study are: to provide and divulge information on the social movements during this period and to contribute towards the theory and methodology of this theme.

The manuals, catalogues and informatic archives of the above mentioned Universities were researched in order to chart out these dissertations .

The research and the analysis followed an information itinerary: general data for cataloguing (Title of the thesis , author's name , guide's name , data and place of presenting the thesis, number of pages); methods and techniques used; information on the researcher's participation in the movements that were studied and the original theory used as a guide for the study .

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho consiste em mapeamento e análise das dissertações de Mestrado e teses de Doutorado sobre movimentos sociais, realizadas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Universidade de São Paulo (USP), no período de 1970 a 1995. Particularmente, são analisadas as pesquisas sobre os seguintes movimentos: dos trabalhadores; popular; novos movimentos sociais; movimento messiânico e ligado a seitas e religiões; estudantil; movimento político-partidário e de elites econômicas.

Com a proposta de quantificar esta produção e também de qualificá-la, serão levantados e analisados os seguintes dados: a) o número de dissertações e teses produzidas no período; b) os tipos de movimentos e subtemas¹ destes, mais frequentemente estudados pelos pesquisadores das Universidades selecionadas; c) o âmbito geográfico-espacial² dos estudos realizados; d) a metodologia dos trabalhos (matriz teórica, método e técnica).

Um dos objetivos deste estudo, inspirado pelos trabalhos de VALLADARES & SANT'ANA(1992), WARDE (1993) e WANDERLEY (1993), é divulgar a produção acadêmica na temática abordada.

A tese também tem por finalidade contribuir para o conhecimento sobre os movimentos sociais em geral e, desta forma, com a teoria e prática sobre o tema, utilizando-se de generalizações que possam ser feitas.

Neste aspecto é interessante observar que muitas teses e dissertações, realizadas por pesquisadores de destaque neste campo da pesquisa acadêmica, foram desenvolvidas na USP e na UNICAMP e fazem parte das análises deste trabalho, como, por exemplo, as teses de: SADER (1987); GOHN (1979, 1983); ANTUNES (1986); MOISÉS (1978); DOIMO (1983, 1993); JACOBI (1985); BLAY (1972) NUNES (1987); B. FERNANDES (1994); BONDUKI; (1986); TELLES (1985); SPÓSITO (1982, 1988); MEDEIROS (1982, 1995), entre outros. Alguns destes pesquisadores, no decorrer do período

¹ Utiliza-se a noção de subtemas conforme VALLADARES & SANT'ANA (1992)

² Conforme WARDE (1973)

abrangido por este estudo, foram assessores junto a movimentos sociais e Organizações não Governamentais, atuando, simultaneamente, nas Universidades e nos movimentos.

Este período (entre 1970 e 1995), é bastante significativo para o campo teórico dos movimentos sociais, visto que coincide com a época de consolidação da quase totalidade dos programas de pós-graduação no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo. Também foi o período do ressurgimento e das modificações dos movimentos sociais, os quais reapareceram publicamente durante o processo de luta contra o regime militar, sofrendo modificações e acomodações com o regime de transição, e adquirindo nova feição no período democrático. A data limite visou garantir que os trabalhos defendidos nos anos 90 já estivessem catalogados nas Universidades.

Tendo em vista nosso interesse em avaliar a produção das universidades públicas, optamos por analisar as teses e dissertações defendidas na USP e na UNICAMP pelo fato dos programas de pós-graduação destas Universidades serem representativos no que se refere à produção acadêmica, no Brasil, no período considerado. A área das Ciências Humanas destas Universidades possui espaços privilegiados para o estudo sobre movimentos sociais, nos quais estão reunidos professores, pós-graduandos, alunos da graduação, núcleos de estudo, bibliotecas e arquivos, permitindo o desenvolvimento da pesquisa e a ampliação do conhecimento sobre o tema.

Uma vez que o corpo discente destas Universidades é formado por alunos de todo o Brasil, bem como de outros países, as dissertações e teses aí produzidas, têm a característica de abranger questões que envolvem outros Estados, permitindo um amplo panorama nacional. Além disso, estas Universidades estão entre as que têm programas de pós-graduação mais antigos e consolidados.

Um outro fator importante, que colabora para a representatividade destas Universidades, é a localização das mesmas no Estado de São Paulo, palco do desenvolvimento de movimentos sociais que tiveram repercussão nacional, além de ser o local de ocorrência do maior número destes movimentos, no decorrer do período abrangido por esta pesquisa.

1.1. Desenho da Metodologia da pesquisa

Para o mapeamento das dissertações e teses, utilizamos, como fontes de pesquisa, os catálogos manuais, catálogos em CD-ROM e arquivos informatizados das Universidades citadas, através da busca por assunto, palavras-chaves e área de conhecimento.

Cabe aqui, um esclarecimento, o total de teses e dissertações sobre movimento social que selecionamos, na USP e na UNICAMP, não coincide com o número de trabalhos considerados como tais, pelos dados catalográficos, por três razões.

A primeira, e mais importante, é que, como se sabe, não há um consenso sobre o conceito de movimento social, existindo desde uma noção muito ampla (na qual todas as formas de ação coletiva são entendidas como tal), até conceituações bastante restritivas (que impõem características de organização ou de tempo de mobilização, além de objetivos e impacto social determinados). Assim, por um lado, ocorria que os trabalhos considerados, nos catálogos e arquivos informatizados, como sendo estudos sobre o assunto, nem sempre estava de acordo com o conceito ou entendimento sobre movimentos sociais que estávamos utilizando (o qual será esclarecido no decorrer deste estudo) e, por isso, alguns destes trabalhos eram descartados; por outro lado, e mais frequentemente, incluíamos teses e dissertações que não estavam registradas como sendo sobre movimento social, mas que tínhamos localizado e considerado como tais, através de cruzamento de palavras-chaves, pesquisa por área de conhecimento, ou catálogos manuais e posterior leitura de partes das mesmas. Portanto, adotamos um critério próprio de seleção, incluindo teses e dissertações que outros pesquisadores não incluiriam, excluindo outras que seriam consideradas, sob critérios diferentes.

A segunda razão da seleção feita é menos complexa, algumas teses e dissertações podem não ter sido relacionadas porque não estavam no arquivo informatizado e a pesquisa complementar, nos catálogos manuais (não divididos por temas ou assunto, caracterizando um verdadeiro trabalho de garimpagem), não as detectou. Esta pesquisa nos catálogos manuais, além de exigir paciência e gosto pela atividade (que tínhamos), exigiu também uma certa sensibilidade (a qual, somente com as críticas dos leitores deste trabalho, poderá ser avaliada).

A terceira razão é que, como o interesse era pelos tipos de movimentos sociais mencionados anteriormente, ficaram de fora da relação e da análise aqueles não pertencentes ao centro de interesse. Esta divisão por tipos é uma construção fundamentada principalmente em GOHN (1997), desta forma, ela não está explícita no título ou no corpo das teses ou dissertações selecionadas, por conseguinte, muitas vezes, para classificar uma tese ou dissertação num dos tipos, foi preciso aprofundar tanto a compreensão da mesma (por meio da leitura de partes do trabalho), como da tipologia que estávamos adotando. Neste aspecto, também, nem sempre haverá consenso quanto à classificação realizada.

A pesquisa e a seleção das teses e dissertações sobre movimento social, foi um dos momentos mais exigentes e ricos da elaboração desta tese. Isto no aspecto quantitativo, pois, manuseamos, numa pré-seleção, por volta de 400 trabalhos e, sobretudo, no qualitativo, porque, nesta tarefa de pesquisa e seleção, era necessário recorrer, constantemente, ao nosso conhecimento sobre o tema, movimentos sociais, e, ao fazê-lo, íamos reelaborando e aprimorando este conhecimento.

Portanto, utilizamos uma amostra inclusiva e praticamente completa, que totalizou 322 teses e dissertações, conforme pode ser observado nos Anexos 1 e 2.

Uma vez localizada a dissertação ou a tese sobre os movimentos sociais de interesse, algumas partes da mesma eram xerocadas para estudo posterior, quais sejam: folha de rosto; sumário; resumo; apresentação e (ou) introdução; bibliografia. A leitura e a análise deste material seguiram o roteiro contido na Ficha para Análise das Teses e Dissertações, por nós elaborada, na qual eram registradas as seguintes informações: dados gerais de catalogação (título da tese, nome do autor e do orientador, data e local da defesa, número de páginas); métodos e técnicas utilizadas; participação ou não do pesquisador no movimento que estudou e matriz teórica.

Ficha para a Análise das Teses e Dissertações

Universidade:

I - Dados Gerais:

autor:

título:

orientador:

nível:

local:

ano:

p.:

II - Metodologia do trabalho

a) técnica

b) método

c) o autor expressou participação como membro do movimento estudado? S () N()

d) matriz teórica

d.1) autores M.S.

d.2) autores para cada tipo de M.S.:

M.Popular: urbano/rural () - N.m.s () - M. trabalhadores urbano/rural () -

M.messiânicos e ligados à religião - M.estudantil - M. político-partidário -

M.elites econômicas urbano/rural

Esta ficha constituía o retrato de cada tese ou dissertação. O item II (a,b,c) era completado através da leitura do resumo, apresentação e/ou introdução. Entretanto, como não existe um padrão de conteúdo para estas partes das pesquisas, muitas vezes, os métodos, as técnicas, ou a participação (ou não) do pesquisador no movimento estudado, não estavam mencionados. Por isso, em nossa análise, estes dados foram considerados apenas como informação complementar para a indicação da metodologia adotada pelos pesquisadores, na qual está incluída a matriz teórica (item II d). Para compor o item II (d) analisamos a bibliografia da teses ou dissertação, tendo como referência os trabalhos de GOHN (1987, 1991).

Esta fase da pesquisa tinha os riscos sempre presentes em análise de autores e correntes de pensamento (que, no campo da construção científica, são divisões tênues e complexas), mas abria a possibilidade de estabelecer as relações necessárias para o desenvolvimento deste trabalho.

As fichas para análise de teses e dissertações foram a ferramenta para a confecção do presente estudo, que possui os seguintes capítulos:

Capítulo 1 - MOVIMENTO SOCIAL - NOÇÕES TEÓRICAS GERAIS: são consideradas algumas concepções sobre movimento social e as características de cada um de seus tipos específicos; apresenta uma bibliografia sobre o tema (disposta no decorrer do próprio capítulo) e, também as matrizes teóricas de influência sobre as teorias do movimento social.

Capítulo 2 - TESES E CONJUNTURA SOCIAL: é feito um panorama sucinto da conjuntura do período de 1970 a 1995, sobrepondo, às principais questões sociais e políticas, alguns dados sobre as teses e dissertações e uma visão geral das Universidades pesquisadas.

Capítulo 3 - TESES SOBRE MOVIMENTO SOCIAL NA UNICAMP: são apresentadas informações a respeito dos programas de pós-graduação, nos quais são produzidas as teses e dissertações sobre movimento social, fazendo-se a análise destas pesquisas.

Capítulo 4 - TESES SOBRE MOVIMENTO SOCIAL NA USP: são apresentadas informações a respeito dos programas de pós-graduação, nos quais são produzidas as teses e dissertações sobre movimento social, fazendo-se a análise destas pesquisas.

Os Capítulos 3 e 4, seguem o mesmo estilo de apresentação e análise de dados. Isto concorreu para que houvesse algumas repetições (um outro motivo para elas, foi o fato de certos dados das Universidades serem, realmente, semelhantes). Mas, optamos por desenvolver estes capítulos num padrão uniforme e sem uma linha nítida de continuidade entre eles, para que houvesse a possibilidade de se obter uma visão da produção teórica sobre movimentos sociais, da UNICAMP, independente da visão sobre esta produção, da USP, e vice-versa. Desta forma, para a compreensão dos dados e análises apresentados, a ordem, ou a seqüência de leitura dos capítulos 3 e 4, é indiferente.

Finalmente, não poderíamos deixar de chamar a atenção para uma parte do trabalho que, usualmente, é apenas suporte para o corpo da pesquisa: os Anexos 1 e 2. Eles trazem os dados de catalogação e os resumos de cada uma das teses e dissertações

selecionadas, podendo constituir informações valiosas para os pesquisadores que, no futuro, venham a se interessar pelo tema ou aprofundá-lo.

CAPÍTULO 1

MOVIMENTO SOCIAL - NOÇÕES TEÓRICAS GERAIS

As teses e dissertações sobre movimento social, produzidas nas Universidades pesquisadas, têm basicamente um padrão de desenvolvimento: os primeiros capítulos tratam da teoria geral do movimento social e (ou) da teoria do tipo específico do movimento estudado (como o popular ou o operário); os demais capítulos focalizam a pesquisa realizada sobre um movimento social particular.

Este padrão é conseqüente, pois, se por um lado, movimento social é um fenômeno de diversas facetas, que acompanha a história das diferentes sociedades e, portanto, é mais apropriado tratar de movimentos sociais relacionando-os ao cenário social do qual emergem; por outro lado, como objeto de análise, está inserido num campo teórico que o descola, ao menos parcialmente, da realidade diversificada e, desta forma, é possível ultrapassar as singularidades e particularidades de cada movimento social e abranger, num mesmo conceito, fenômenos empíricos muito variados.

Neste sentido, o conceito de movimento social compreende tanto os movimentos sociais de caráter histórico, como os “da Antigüidade e da Idade Média: revolta de escravos, heresias e seitas sociais, levantes camponeses e outros” como os movimentos milenários do século XIX (HOBSBAWN, 1978); os motins rurais do século XVIII (RUDÉ, 1991); os movimentos socialista e trabalhista pós-Revolução Industrial (HOBSBAWN, 1981, 1987; THOMPSON, 1987; CARONE, 1979); os movimentos de bairro ou populares urbanos, já na segunda metade de nosso século, acentuadamente após 1960 (CASTELLS, 1977, 1983; SINGER, 1983; GOHN, 1985, 1991; CAMACHO, 1987; MOISÉS, 1978; BOSCHI, 1987; KOWARICK, 1988); os movimentos brasileiros (rurais) destas últimas décadas e anteriores (GRZYBOWSK, 1987; MARTINS, 1989; MEDEIROS, 1989); os denominados novos movimentos sociais, de mulheres, pacifistas, ecológicos, étnicos, etc., das últimas décadas do século XX (SCHERER -WARREN & KRISCHKE, 1987; OFFE, 1993).

Por estarem presentes, de diversas formas, no decorrer da história de diferentes sociedades, pôde-se afirmar que os movimentos sociais não são fenômenos extravagantes

ou excepcionais, ao contrário, são centrais, estão no cerne da vida social (TOURAINÉ*, MELUCCI, 1994).

O movimento social clássico, para determinados enfoques teóricos, na sociedade industrial, por exemplo, é o movimento operário. Até por volta da década de 60 deste século, alguns teóricos consideravam este movimento como um campo de conhecimento à parte do movimento social em geral.³

No entanto, conforme avança a segunda metade do século, o campo teórico do movimento social vai se alterando, sob a influência de novas e profundas modificações nos cenários sócio-cultural e político-econômico. Os teóricos da área e os próprios movimentos sociais não puderam ficar alheios às mudanças de valores e ao impacto de imagens, como a que marcou a época: jovens acreditando que fossem, e sendo em muitos sentidos, capazes de alterar toda uma sociedade e sua cultura, por meio de novas atitudes e comportamentos sociais, sexuais e políticos. Tampouco puderam ignorar a “explosão dos movimentos espontâneos que sacudiram a Europa no final dos anos 60” (DOIMO, 1993:19).

Assim sendo, a “categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos” (SCHERER-WARREN, 1993:17).

Avançando para as últimas décadas do século, o campo teórico do movimento social vai sendo modificado pelas crises das utopias e das teorias que o sustentaram até então. Neste contexto, ressalta-se a “crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas

³ O maior número de obras sobre movimento operário, em relação aos demais tipos de movimentos, é conhecido pelos pesquisadores da área. É bastante provável que esta opção teórica estivesse refletindo tanto a repercussão e impacto que o movimento operário teve nas diferentes sociedades, desde as primeiras aglomerações de trabalhadores nas fábricas das cidades, trazendo consigo transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, quanto a matriz teórica de raiz marxista, predominante na época da maioria destas publicações (décadas de 60, 70, até meados da de 80), deixando opacos os movimentos sociais de tons classistas menos marcantes.

*TOURAINÉ, A. *apud* CASTELLS, M.-*The City and the Grassroots*. California, Ed. University of California Press, 1983.

tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo”, bem como o esfacelamento das unidades básicas da política (os Estados - nação, territoriais, soberanos e independentes), que, progressivamente, vão sendo solapadas por “uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado”(HOBSBAWN, 1995:19 e 24). Mais propriamente, a idéia de crise das utopias está envolta pela “desmistificação dos regimes socialistas do Leste” e, a de crise das teorias, pela “sucessiva erosão dos esquemas teóricos marxistas”, desmistificação e erosão que “acabaram por marcar a configuração de um novo tempo: o tempo dos ‘novos movimentos sociais’ ” (DOIMO, 1993:19).

A despeito das modificações no campo teórico, as análises sobre movimento social (seja o operário ou os novos movimento sociais; o camponês pré-Revolução Industrial ou os movimentos rural e urbano contemporâneos) quase sempre trazem o traço comum de vinculá-lo ao processo de mudança social (CAMACHO, 1987; SCHERER-WARREN, 1983, 1993; RENON,1996). Por “transmitir de imediato, e em diferentes contextos históricos, a mensagem de superação das relações de exploração e de domínio do homem pelo homem, a idéia de movimento social, além de representar uma das fronteiras do pensamento utópico, adquiriu o mesmo perfil das palavras-mito, cuja natureza simbólica (...) é inversamente proporcional à sua rigorosa delimitação conceitual e empírica” (DOIMO, 1993:25).

Isto, apesar do estudo do movimento social ocupar um lugar privilegiado na teoria sociológica clássica e contemporânea. Basta lembrarmos que um dos aspectos essenciais na Sociologia, desde sua origem, é a análise das manifestações coletivas, sob forma de movimentos de massa, das revoltas, enfim, segundo IANNI (1988:22), é a análise da multidão Para o autor, cada corrente de pensamento sociológico procura compreender, explicar, exorcizar, dinamizar ou controlar a multidão _este fenômeno que “impressiona,

desafia, assusta ou entusiasma”⁴.

O Positivismo (de COMTE e DURKHEIM) aborda a multidão através da idéia de massa, a qual necessitaria da elite para organizá-la e dirigi-la (um autor representativo desta tendência é PARETO). A Sociologia Compreensiva de WEBER traz para a questão a idéia de povo enquanto coletividade de cidadãos organizados, num arcabouço jurídico-político, em movimentos sociais e partidos políticos (são exemplos desta corrente autores como TOCQUEVILLE e STUART MILL). O Materialismo Histórico de MARX e ENGELS, trabalha a idéia de classe social, que expressa as desigualdades e contradições sociais e está na base das lutas e movimentos sociais (IANNI, 1988).

Assim sendo, as raízes das teorias do movimento social estão nos clássicos das Ciências Sociais _ DURKHEIM, MARX E WEBER. Conforme GOHN (1991)⁵, as referências fundamentais nas pesquisas sobre movimento social são as *matrizes*: a)estrutural-funcionalista; b)histórico-estrutural; c)teoria da ação social; d)neo-idealista. Por conseguinte, os *teóricos de influência* mais marcante para o campo do movimento social, em cada matriz, respectivamente, são: a)PARSONS; b)MARX e ENGELS; c)WEBER; d)FOUCAULT, GUATARRI, DELEUZE e CASTORIADIS. Os *autores sobre movimento social* (mais comumente citados), que utilizam de forma predominante as respectivas matrizes e influências teóricas, seriam: a)BLUMER e SMELSER;

⁴ “A multidão surge na sociedade civil, urbano-industrial, burguesa, capitalista. Aparece nas manifestações de camponeses, operários, populares, desempregados, miseráveis, fanáticos. Desde os começos da sociedade nacional, quando se rompem as relações, os processos e as estruturas que organizam o feudo, o grêmio, o convento, a aldeia, o vilarejo, desde então ela irrompe na sociedade, com a sociedade. Nos campos e cidades, nas casas de negócios e fábricas, nas ruas e praças, ela se torna uma realidade viva, forte, surpreendente, assustadora, deslumbrante.(...)”

São muitos os estudos que registram, descrevem ou interpretam os acontecimentos: protestos, greves, revoltas e revoluções; banditismo social e messianismo; movimento social e partidos políticos, jacobinismo, blanquismo, anarquismo, socialismo e comunismo. Todos estão atravessados pela presença da multidão, plebe, turba, malta, patuléia, ralé, massas trabalhadoras, classes populares, coletividades em busca da cidadania, povo em luta pela conquista de direitos políticos e sociais.” (IANNI, 1988:22,23)

⁵ GOHN (1997), reconstrói este universo teórico em três grandes eixos paradigmáticos, a saber: o europeu, o norte-americano e o latino-americano. No primeiro, localiza duas grandes tendências teóricas: a marxista (CASTELLS, HOBSBAWN, THOMPSON, etc.) e os dos novos movimentos sociais (MELUCCI, TOURAINE, OFFE, etc.). A norte - americana é analisada segundo três etapas: a clássica (BLUMER, HEBERLE, SMELSER, etc.); a da mobilização de recursos (OLSON, MCARTHY e ZALD, etc.) e a da mobilização política (TORROW, TILLY, GAMSON, SNOW, BENFORD, MAYER etc.). O paradigma latino - americano é construído ao redor das categorias da cidadania e da luta contra todas as formas de exclusão.

b)CASTELLS, BORJA, LOJKINE, THOMPSON, RUDÉ, HOBBSAWN;
c)TOURAINÉ, MELUCCI, OFFE; d)EVERS.⁶

As teorias do movimento social, construídas a partir destas correntes primordiais, apresentam uma variedade de conceitos “quase nunca comparáveis entre si”. Um dos motivos disto está nas próprias diferenças e antagonismos entre as correntes; outra explicação pode ser encontrada no fato dos movimentos sociais serem objetos que envolvem interesses e paixões. “O dado fenomenológico mais evidente é que neste campo existe uma grande confusão de línguas. A razão substancial é que quando se define movimentos sociais, normalmente o que fazemos é tomar algumas características empíricas dos fenômenos (...). Como diversos autores levam em consideração diversas características empíricas, estas generalizações (...) são geralmente pouco comparáveis...” (MELUCCI, 1997:12). Mas, a razão fundamental para esta imprecisão conceitual é que, tal “como a maioria das noções das ciências sociais, a de movimento social não descreve parte da realidade, mas *é um elemento de um modo específico de construir a realidade social*” (RENON, 1996:500) (o grifo é nosso). Portanto, uma noção única, que atravessasse o tempo, parece tarefa impossível e é muito fácil nos perdermos no que DOIMO (1993:17) expressou como um “emaranhado de significados”.⁷

Algumas possibilidades acerca de uma concepção de movimento social, são encontradas em SMELSER, ALBERONI e TOURAINÉ que construíram teorias abrangentes sobre o tema (PASQUINO, 1992). Estas teorias, e também as contidas, de maneira mais esparsa, nas obras de autores como CASTELLS, TILLY, MELUCCI ou CAMACHO, divergem e dialogam entre si: em comum, têm a já mencionada relação entre

⁶ Sobre correntes teóricas e teorias do movimento social ver também: SCHERER-WARREN (1983, 1993); DOIMO (1993); BOBBIO (1992) e BOTTOMORE (1996).

⁷ Conforme SCHERER-WARREN (1983:3) na “ Sociologia acadêmica o termo ‘movimento social’ surgiu com Lorenz Von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como movimento proletário francês e do comunismo e socialismo emergentes”. Posteriormente, de acordo com DOIMO (1993:17), o termo foi desenvolvido “no âmbito do marxismo, para representar a possibilidade de transformação *racional* das relações econômicas privadas do sistema capitalista”. Mas também, “a idéia de movimento social adquiriu, antes mesmo da crise no Leste Europeu e da queda do muro de Berlim, a capacidade de significar novas formas de participação, também, destinadas a alterar a lógica capitalista, só que agora organizadas *espontaneamente* na esfera da cultura.”

movimento social e mudança social, além da identificação de uma tensão, conflito ou contradição na sociedade, concorrendo para a formação e desenvolvimento de um movimento social; estão em desacordo, por exemplo, quanto ao lugar dos movimentos neste processo conflitivo e (ou) contraditório de mudança. Neste último aspecto, é possível encontrar desde correntes teóricas que entendem o movimento como extrínseco ao sistema social, retratando uma disfunção, até teorias que o entendem como parte central na história das sociedades, ou ainda, como condição de transformação social (nestas últimas correntes, a ênfase analítica pode recair sobre a esfera da economia ou da cultura).

Todavia, salientar que as teorias sobre os movimentos sociais estão carregadas pelas matrizes teóricas nas quais os autores se movem mais confortavelmente e que, da mesma forma, as dissertações e teses trazem os paradigmas adotados pelos pesquisadores (não raro sem terem clareza disto, principalmente no caso das dissertações), é muito diferente de admitir que não seja possível a apreensão da noção geral sobre movimento social, aos menos no interior destes paradigmas.⁸

Nas dissertações e teses sobre o tema, algumas vezes, encontramos menos um aprofundamento da teoria do movimento social, a qual o autor está manejando de acordo com o paradigma adotado, e mais um estudo sobre o movimento social focalizado.

Isto é, os pesquisadores ‘especializam-se num determinado movimento social (operário, popular urbano, novos movimentos sociais, etc.) e não o vinculam, ou o fazem tenuamente, à teoria mais abrangente na qual está inserido, desencadeando uma tendência de se constituírem “guetos temáticos no estudo dos movimentos específicos...” (SCHERER-WARREN, 1993:18).

Também não se trata de negar as peculiaridades de cada movimento social, forçando a relação com uma teoria geral, pois, a despeito destes guardarem algumas características comuns para se configurarem como movimento social (conceito variante nas diversas matrizes), eles apresentam singularidades importantes. Em um mesmo paradigma existe a tensão entre o que é considerado como constituinte de um movimento

⁸ Nas palavras de GIDDENS (1997), afirmar “que só há diversidade e que não existe qualquer afirmação válida que possa se aplicar a todas as diversidades é, essencialmente, uma falsa idéia pós - moderna”.

social e as diferentes facetas que este adquire na realidade, dependendo da sociedade e da época consideradas.

Para dar conta desta diversidade, o universo teórico dos movimentos sociais é freqüentemente subdividido e, para cada subdivisão, há uma bibliografia ampla e rica o bastante para conformá-la numa área de conhecimento. Por exemplo, é aceito (não sem problemas de acomodação teórica e de fenômenos empíricos) que os movimentos sociais estejam divididos nos seguintes tipos: movimento dos trabalhadores; popular; novos movimentos sociais; movimento estudantil; messiânico e ligado a religiões; político/partidário; de elites econômicas; ideológico (GOHN, 1997).

Esta tipologia, e outras semelhantes, é construída e pensada, primordialmente, enquanto inscrita nos conflitos típicos da sociedade industrial, ou seja: “conflitos que se articulam em torno de dois elementos fundamentais: de classe e de exclusão de cidadania” (MELUCCI, 1997:24). Isto acontece mesmo quando são contemplados movimentos sociais do período pré-Revolução Industrial (como o movimento camponês, neste estudo inserido no movimento dos trabalhadores) e, também, aqueles mais voltados, ainda que não exclusivamente, à cultura e valores da “sociedade complexa” contemporânea (como os novos movimentos sociais) (MELUCCI, 1997).

Quer dizer, esta tipologia é herdeira do pensamento social da sociedade moderna-industrial. As sociedades contemporâneas guardam propriedades daquela industrial, ao mesmo tempo que anunciam as mudanças para uma sociedade complexa, por assim dizer, pós-moderna, sendo que, em alguns países, estas características convivem com aspectos do período pré-Revolução Industrial.

Neste sentido, esta forma de arrolar os tipos de movimento social denota que aquele legado encaminha a interpretação dos diferentes movimentos por meio da articulação e de rearranjos dos dois elementos citados: classe e cidadania.

1.1. Movimento dos trabalhadores

O movimento de trabalhadores, a depender da base social, espaço de formação, reivindicações e tipo de organização, pode apresentar-se como: movimento operário; de trabalhadores urbanos; de trabalhadores rurais; sindicalismo, urbano e rural.

Movimento operário é o tipo clássico de movimento social e um dos mais estudados. Por ele “se entende o conjunto dos fatos políticos e organizacionais relacionados com a vida política, ideológica e social da classe operária ou, mais em geral, do mundo do trabalho”. Nasce com a Revolução Industrial e “se vincula ao fato político da emancipação burguesa, consumada mediante a Revolução Francesa, que, portanto, pode ser considerada o verdadeiro ponto de partida ...” (BRAVO, 1992: 781).

Em tais movimentos, as reivindicações básicas referem-se ao salário e às condições de trabalho, além da questão das oportunidades de acesso ao trabalho. Demandas que, não raro, estão vinculadas a questões mais radicais, como a organização social, política e econômica da sociedade (no sentido da mudança ou transformação desta).

Movimento dos trabalhadores urbanos, na atualidade, tem a base social formada, principalmente, por trabalhadores do setor terciário. Mas, como este setor está cada vez mais proletarizado, também as ações e objetivos da categoria, cada vez mais, estão relacionados ao movimento operário.

Movimento dos trabalhadores rurais⁹, inscreve-se nas demandas por terra para moradia e trabalho, e por condições econômicas de sobrevivência no campo¹⁰. Denominado também de movimento social no campo, é um dos mais, senão o mais, antigo da história. Este movimento faz-se presente em forma de revoltas, motins, saques, ocupações, invasões, caminhadas, em todas as mudanças e transformações sociais, políticas e econômicas das sociedades (sejam elas decorrentes, por exemplo, da passagem do período feudal para a sociedade moderna industrial, ou desta para uma economia globalizada)¹¹.

Sindicalismo é a instância institucionalizada que representa o movimento dos trabalhadores, sua preocupação substancial é intervir nas relações trabalhistas e promover

⁹ MEDEIROS (1995), por exemplo, esclarece que utiliza o termo ‘trabalhador rural’ ou ‘trabalhador do campo’ de forma genérica. E enquanto “categoria que identifica formalmente o conjunto dos que vivem do trabalho no campo (assalariados, parceiros, arrendatários, pequenos proprietário, posseiros etc.), ela se constituiu em 1965, com a criação do ‘sindicato de trabalhadores rurais’ e foi apropriada politicamente pelo sindicalismo em fase de reorganização.

¹⁰ Lembrando os motins rurais da França e Inglaterra do século XVIII, conforme RUDÉ (1991).

¹¹ Sobre movimento sociais no campo, no Brasil, além de textos como de MARTINS (1989) ou MEDEIROS (1989, 1995), são bastante eloquentes as imagens fotográficas do livro *Terra* de SALGADO (1997), com emocionante prefácio de José Saramago e acompanhado de música de Chico Buarque de Holanda.

a organização de sua base social: os trabalhadores. O objetivo primeiro das ações e negociações dos sindicatos é obter condições de salário e de trabalho mais favoráveis numa determinada conjuntura. No entanto, também está presente a dimensão das reformas ou da transformação do sistema social.

A partir das décadas de 70 e 80, o maior desafio para todas estas formas de movimento dos trabalhadores foi o desemprego não cíclico, mas estrutural: “os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais” (HOBSBAWN, 1995:402). Se a tendência, desde do início da industrialização, é substituir o trabalho humano pelas máquinas¹², atualmente a produção dispensa “visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado” pode absorver (HOBSBAWN, 1995:406).

Em particular, os expulsos do campo não encontram empregos nas cidades. Além disso, uma mudança fundamental está em curso: se até recentemente o movimento camponês foi uma constante na história das sociedades, “pois desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e de seu gado ou recorria ao mar para a pesca”, a partir da segunda metade deste século pode-se falar, para as economias capitalistas desenvolvidas, na morte do campesinato, fato que “nos isola para sempre do mundo do passado” (HOBSBAWN, 1995: 284).

Neste contexto, o caso brasileiro é praticamente único no cenário mundial, porque há terra e os que a demandem. Isto é, “o Brasil é um dos poucos países que pode empregar na agricultura” e também promover a reforma agrária (FURTADO, 1997a e b).

A peculiaridade do caso brasileiro, é que o movimento dos trabalhadores tem atualidade em todas as suas vertentes, uma vez que os conflitos nas relações de trabalho são muito acirrados e as demandas básicas destes movimentos estão longe de terem sido contempladas. Isto é verdadeiro tanto no espaço urbano, como no rural; tanto no que diz respeito aos objetivos de inscrição e defesa de direitos trabalhistas e previdenciários, defesa de salários e condições de trabalho, quanto com referência às lutas por questões mais amplas da organização do sistema social.

¹² Ver sobre os “destruidores de máquinas” em Hobsbawn (1981)

1.2. Movimento popular

Esta é uma “categoria reconhecidamente latino-americana, cunhada (...) para representar uma enormidade de conflitos de ação-direta reproduzidos no tempo e no espaço durante as décadas de 70 e 80” (DOIMO, 1993: 41).

A base social deste movimento, como indica a denominação, é as classes populares, formadas, principalmente, por operários industriais; assalariados do aparato burocrático; profissionais liberais, com ganhos econômicos e posição social equivalentes a dos primeiros (MOISÉS, 1978), e os trabalhadores do campo.

O movimento popular urbano demanda, principalmente, bens e equipamentos de consumo coletivo; o movimento popular rural tem reivindicações sempre ligadas à questão da terra, focalizando, entretanto, a luta por infra-estrutura que possibilite a permanência na mesma (como escola, estrada, energia elétrica, política agrícola).

Os movimentos populares, na cidade e no campo, estão estreitamente relacionados à luta dos trabalhadores, pela base social dos mesmos e pelo viés das ações, que têm o objetivo, expresso ou não, de alcançar algum nível de mudança nas esferas social, econômica e política. No entanto, os movimentos populares estão mais presos à vida cotidiana do que às relações de trabalho (embora afetados por estas).

No Brasil das décadas de 70 e 80, tais movimentos “tiveram abrangência muito ampla, tocando praticamente todos os pontos do custo da reprodução da força de trabalho: habitação, transporte, creches populares, tarifas de energia elétrica...” (OLIVEIRA, 1994a:4). Juntamente e, às vezes, de forma articulada com o movimento operário, estes movimentos populares inauguraram a retomada expressivamente pública da luta pela democratização e pela reconquista da cidadania, principalmente pela via dos direitos sociais¹³.

A importância destes movimentos, no contexto político e ideológico daquelas décadas, despertou, com mais intensidade, o interesse dos intelectuais, suscitando um

¹³ Estudos que realizamos anteriormente, demonstraram que, entre os anos 83 e 90, no Brasil, as camadas populares realizaram 559 manifestações públicas, reivindicando educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, numa média de, aproximadamente, seis vezes a cada mês do período. Muitas destas manifestações foram organizadas por movimentos sociais constituídos anteriormente e durante este período.

aumento significativo da produção acadêmica sobre o tema, em particular nos anos 80 (CARDOSO, 1994).

1.3. Novos movimentos sociais

Novos movimentos sociais são “uma categoria européia, cunhada por intelectuais europeus para representar os movimentos de ação-direta da Europa”. (DOIMO: 1993, 41). São movimentos ligados, por exemplo, às questões do gênero, da etnia, das gerações, da paz e do meio ambiente.

Portanto, os códigos de identificação entre seus membros são mais relativos a fatores como sexo, etnia, idade e o gênero humano em conjunto (nos casos dos movimentos ecológicos e pacifistas), do que à classe social ou “ao código político estabelecido (esquerda/direita, liberal/conservador, etc.)” (OFFE, 1993:180).

Alguns destes movimentos trazem à tona, ainda que de maneira diferente ou atualizada, pautas de reivindicações anteriores aos próprios movimentos sociais mais tradicionais, priorizando direitos individuais e questões ligadas à moral e à ética. Isto porque, mais que preocupação com idéias sociais e interpretações históricas, estes movimentos “mobilizam princípios e sentimentos”. Os novos movimentos sociais “falam mais de uma autogestão que de um sentido de história e mais de democracia interna que de tomada de poder” (TOURAINÉ, 1994:263). Emergem “em torno de questões ligadas à cidadania civil, principalmente aquelas relacionadas à vida cotidiana e ao ambiente do desejo”, proclamando, já nos anos 70, “o reinado da subjetividade da pessoa humana contra o império das organizações racionais e da razão instrumental do Estado” (DOIMO, 1993:48).

Portanto, o que distingue o novo movimento não é a época de seu surgimento, posterior à dos tipos mais clássicos¹⁴, ou a novidade da demanda, mas, sim, a característica de apresentarem novos elementos culturais: pacifismo; tolerância e reconhecimento da diversidade cultural e humana; respeito à natureza; descentralização e autonomia em relação a partidos políticos e ao Estado; participação política mais

¹⁴ Em alguns países europeus de economia capitalista avançada, os novos movimentos sociais começaram a surgir em meados da década de 60, no Brasil, apareceram com maior evidência a partir dos últimos anos da década de 80.

democrática e direta¹⁵. Neste sentido, mesmo os movimentos sociais considerados tradicionais (como os do campo ou o sindicalismo), quando portadores destes elementos culturais, podem ser arrolados como novos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1993:24 e 49).

De fato, no Brasil dos anos 70 e 80, devido ao grau de miserabilidade de parcela significativa da população, os chamados novos movimentos sociais referiam-se a uma nova qualidade (os novos elementos culturais) dos movimentos populares, cujas demandas estavam ligadas à sobrevivência, e não à incidência de movimentos ecológicos, étnicos, etc. Esta nova qualidade os diferenciava, por exemplo, das Sociedades Amigos de Bairro ou das Associação de Moradores, da época e dos anos imediatamente anteriores (GOHN,1992, 1994).

Todavia, é usual considerar, mais estritamente, novos movimentos sociais como os de gênero, étnicos, ecológicos, geracionais, etc. O fato deles estarem presentes numa sociedade não exclui os outros tipos de movimentos sociais. Isto é, não significa que as demandas destes outros tipos e as contradições que eles refletem não estejam manifestas. Inclusive, nas sociedades com acentuada desigualdade sócio-econômica, as demandas vinculadas aos direitos tradicionais (como alimentação, habitação, etc.) têm, infelizmente, atualidade e coexistem com as novas preocupações, como, por exemplo, as questões ambientais e das relações entre os sexos. Algumas vezes, a própria demanda pela sobrevivência pode ser assumida pelos novos movimentos sociais, é o caso recente da Ação da Cidadania Contra a Fome, organizada no Brasil.

1.4. Movimentos messiânicos e ligados a religiões

As reivindicações destes movimentos estão vinculadas ao imaginário religioso, utilizando-se de temas como comunidade, justiça divina e vida após a morte, mas não deixam de estar relacionadas às carências da vida cotidiana, à justiça dos homens e à

¹⁵ Segundo OFFE (1993: 213), os valores veiculados nos novos movimentos sociais são o que de menos novo eles teriam. "Certamente não contém nada de 'novo' os princípios e exigências morais acerca da dignidade e da autonomia da pessoa, da integridade das condições físicas da vida, de igualdade e participação e de formas pacíficas e solidárias de organização. Todos estes valores e normas morais propugnados pelos mantenedores do novo paradigma político estão firmemente enraizados nas filosofias

questão do trabalho e da terra ¹⁶. No Brasil, os exemplos mais conhecidos são Canudos, Contestado e, mais recentemente, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

1.5. Movimento político-partidário

Este tipo de movimento está ligado, intrinsecamente, aos partidos políticos, sua base social privilegiada é parte da organização e liderança dos mesmos. Age com a finalidade de provocar mudanças ou transformações substanciais no cenário social, a favor de seus objetivos político-partidários.

A história brasileira recente demonstra que os partidos políticos, mesmo quando não se transfiguram em movimento, têm um papel fundamental na maioria dos movimentos sociais, estando presente na organização e articulação dos mesmos e sendo o pivô ou fomentador dos conflitos inter e entre movimentos (BOSCHI, 1987; JACOBI, 1989 ; GOHN, 1985). Ainda assim, pode-se dizer que, em nosso meio, os partidos políticos estão mais orientados para intervir na esfera política, junto ao Estado, do que na sociedade civil, na qual, a grosso modo, suas ações privilegiam a questão eleitoral (TOURAINÉ, 1989).

1.6. Movimento estudantil

Um marco deste movimento é a rebelião estudantil do final dos anos 60, “quando os estudante se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas, em grande parte estimulados pela extraordinária irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental.” A partir daí, tornou-se “inegável que os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido...” (HOBSBAWN, 1995:280 a 292).

políticas (assim como nas teorias estéticas) modernas dos últimos séculos, e foram herdadas dos movimentos progressistas tanto da burguesia, como da classe trabalhadora.”

¹⁶ Ver por exemplo nos *Cadernos Lutas Populares no Brasil - Cesap no.3*, o seguinte trecho: “A guerra de Canudos aconteceu porque os latifundiários não podiam aceitar a pregação igualitária do Conselheiro e muito menos o seu lema A terra não tem dono. A terra é de todos”. Ver também *Revista USP-Dossiê Canudos e PEREIRA DE QUEIROZ (1977)*.

Na literatura, o movimento estudantil pode ser considerado como revolucionário, quando visa provocar transformações nas esferas política e econômica e se articula ao movimento operário; ou como reformista, ao direcionar suas reivindicações para o interior das universidades (por exemplo, as preocupações com a mensalidade, mudanças administrativas, relações autoritárias na vida acadêmica, etc.). Mas, a despeito disso, tal movimento influi e se move, primordialmente, na arena da cultura, mudando valores nas relações de hierarquia, de sexos e de gerações (isto o aproxima dos novos movimentos sociais, particularmente os dos jovens).

No Brasil dos anos 80 e 90, os estudantes (secundaristas e universitários) realizaram manifestação em defesa da escola pública ou em repúdio às políticas educacionais. É de se notar, também, a presença de estudantes em movimentos políticos (MARTINS FILHO, 1987), como o de luta pelas eleições Diretas, em 1984, e o do impedimento, em 1992, do então Presidente da República Fernando Collor de Melo.

1.7. Movimento de elites econômicas

Este movimento é menos freqüente na história das sociedades, pois sua base social, as elites econômicas, quando coagida a defender seus interesses, prefere fazê-lo pressionando o próprio Estado, utilizando-se de seu poder econômico e da força das tradições políticas que lhe são favoráveis. Isto é, apesar de também se mobilizarem em movimentos sociais, para realizar suas demandas, as elites econômicas, privilegiam outras formas de atuação social e política, principalmente os lobbies, o jogo de influência e, com freqüência, fazendo parte do próprio Estado.

Um exemplo brasileiro são os grandes proprietários de terra que, para a defesa de seus interesses, mantêm um número expressivo de deputados no Congresso Federal, a bancada ruralista, e organizam-se num movimento social, a UDR (União Democrática Ruralista).

1.8. Movimento ideológico

O movimento ideológico perpassa todos os outros tipos de movimentos sociais, expressando os ideais de grupos sociais e da sociedade, numa conjuntura histórica.

Entretanto, segundo GOHN (1997), existem certos movimentos que propagam-se, através de séculos, por meio das ideologias que criam, como, por exemplo, o Cristianismo, o Anarquismo, o Liberalismo e o Marxismo¹⁷.

Neste trabalho não serão consideradas as teses e dissertações sobre este movimento social, uma vez que, grande parte dessas pesquisas, caracterizam-se por ser discussões teóricas sobre ideologia política e não sobre os movimentos sociais que inspiram. Todavia, foram incorporados os trabalhos que tratam das ideologias no interior dos outros tipos de movimento social.

¹⁷ Sobre estas ideologias ver, por exemplo, OLIVEIRA (1987).

CAPÍTULO 2

TESES E CONJUNTURA SOCIAL

Este capítulo será construído através da justaposição de duas imagens: dados das teses e dissertações sobre movimento social (também das Universidades onde foram produzidas) e cenas da conjuntura política e social do Brasil, no período de 1970 a 1995.

A opção por esta justaposição está pautada na íntima ligação existente entre interesse acadêmico na área dos movimentos sociais e o movimento da realidade social, política, econômica e cultural que deu origem aos movimentos.

O interesse acadêmico também está vinculado à matriz teórica que norteia o trabalho científico e influi no conhecimento produzido. Neste sentido, estamos trabalhando com a afirmação de que há uma importante reciprocidade entre realidade social, conhecimento produzido e matriz teórica, enfatizando, neste capítulo, os dois primeiros elementos desta tríade.

Mas esta inter-relação não é exclusiva do tema movimento social, nem uma novidade na ciência. Ao contrário, a questão, embutida nas controvérsias sobre a objetividade, foi analisada em COMTE, DURKHEIM, MARX e WEBER (também em MANNHEIM), para lembrar apenas alguns dos clássicos das Ciências Sociais¹⁸. Com respeito ao movimento social, em particular, foi tratada por autores como HOBBSBAWN (1995), GOHN (1991), DOIMO (1993), SCHERER-WARREN (1983, 1993), JACOBI (1989), CARDOSO (1995).

Todavia, este capítulo não pretende repassar a rica discussão sobre a objetividade do conhecimento no campo das Ciências Sociais, nem retomar as análises já realizadas sobre os movimentos sociais. Pretende, sim, admitir, como um pressuposto, a relação entre produção teórica e movimento da realidade para, a partir disso, reconhecer, em conjunto, o cenário sócio-político e as teses sobre movimentos sociais.

¹⁸ Efetivamente, “tanto o positivismo, quanto o historicismo, como o próprio marxismo, partem da hipótese de que existe uma realidade social, uma realidade histórica, só que pelo menos para o historicismo e para o marxismo existe uma relação dialética entre o sujeito e o objeto do conhecimento” (LÖWI, 1995:88)

2.1. Teses e Cenário sócio - político

No período de 1970 a 1995 a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade de São Paulo (USP) produziram 322 teses e dissertações sobre movimentos sociais dos tipos considerados (116 e 206 pesquisas, respectivamente).

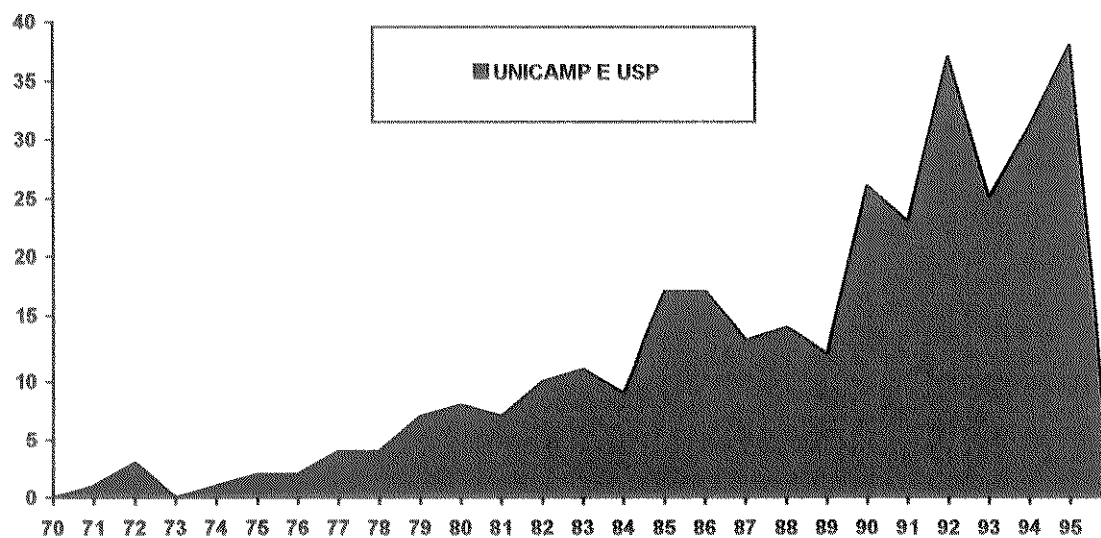


Figura 1 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais (dos trabalhadores; populares; novos movimentos sociais; messiânicos e ligados à religião; político/partidários; estudantis; de elites econômicas), realizadas na UNICAMP e na USP, entre 1970 e 1995.

Durante este período, as análises teóricas e os próprios movimentos sociais passaram por modificações substanciais. Especialmente no caso dos movimentos populares brasileiros, estas modificações ocorreram devido tanto a fatores “exógenos”, consolidação democrática e absorção de lideranças populares pela institucionalidade, quanto “endógenos”, redefinição da educação popular e do papel da Igreja, remodelação das Organizações não Governamentais (ONGs), (DOIMO, 1993:17). De fato, novas conjunturas e uma efervescência político-social marcaram estes 25 anos e, de alguma forma, as teses e dissertações acompanharam este movimento da realidade.

A década de 70, sob os governos militares de Médice (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), foi um dos momentos de maior centralização e violência por parte do Estado. O regime autoritário e seus vários tentáculos reprimiram e cassaram a cidadania de forma violenta, com a morte, o exílio e a tortura dos que resistiam e

insistiam em exercê-la como um direito. As punições políticas são exemplos, ainda que amenos, desta repressão (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 - NÚMERO DE PUNIÇÕES POLÍTICAS POR ATO INSTITUCIONAL, BRASIL: 1964-1973

Ato	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	Total
n. 1	2.990										2.990
n. 2		4	167	138							309
n. 5					14	937	231	58	78	81	1.399
n.10						41	69	11	4	1	126
n.16						17					17
T.	2.990	4	167	138	14	995	300	69	82	82	4.841

FONTE: SANTOS (1990)

Quadro 2 - TIPO DE PUNIÇÃO POLÍTICA, BRASIL: 1964-1973

Tipo de Punição	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	Total
Perda Direito Político	270		86	83	2	66	10				517
Cassação de mandato	121		66	3	11	313	27				541
Aposentado	575			2	1	348	108	35	21	34	1124
Reformado	585		1	17		139	71	10	11	10	844
Demitido	1439	4	14	33		129	84	24	50	38	1815
T. Geral	2.990	4	167	138	14	995	300	69	82	82	4841

FONTE: SANTOS (1990)

Este período também preparou o caminho para a abertura, obra das lutas populares, de elites progressistas e da própria cúpula do governo de então. O processo de liberalização ocorreu como exigência da sociedade civil e com o planejamento do governo militar, o que parece um contra-senso. Uma das razões para isto é que o bloco autoritário não era monolítico e as fissuras existentes agravaram-se em meados da década de 70, sugerindo à sociedade civil que algumas formas de organização autônoma não seriam reprimidas. Quando a “repressão cede, seja por que razão for, a primeira reação é uma

explosão de organizações autônomas da sociedade civil” (PRZEWORSKI, 1994:82-86). A distensão, portanto, foi consequência de antiga dissensão entre os militares e efeito de uma intensa mobilização popular.

É nesta década, por exemplo, que ocorreram os movimentos populares e trabalhistas que simbolizam a luta pela reconquista da cidadania. Os movimentos populares foram organizados em torno, principalmente, da ala progressista da Igreja Católica (ligada à Teologia da Libertação e atuando nas CEBs). Dentre eles destacamos o Movimento do Custo de Vida (MCV, mudando, depois, para MCC - Movimento Contra a Carestia), iniciado em 1974 e cujo pico mobilizador foi em 1978. Neste mesmo ano, o movimento operário, que tinha integrantes no movimento popular, passou a ser conhecido dentro e fora do país, a partir das greves no ABC paulista (DOIMO, 1993).

Também na academia a maioria das teses e dissertações sobre movimentos sociais, concluídas nos anos 70, abordaram os movimentos de trabalhadores e o popular¹⁹ (Figura 2):

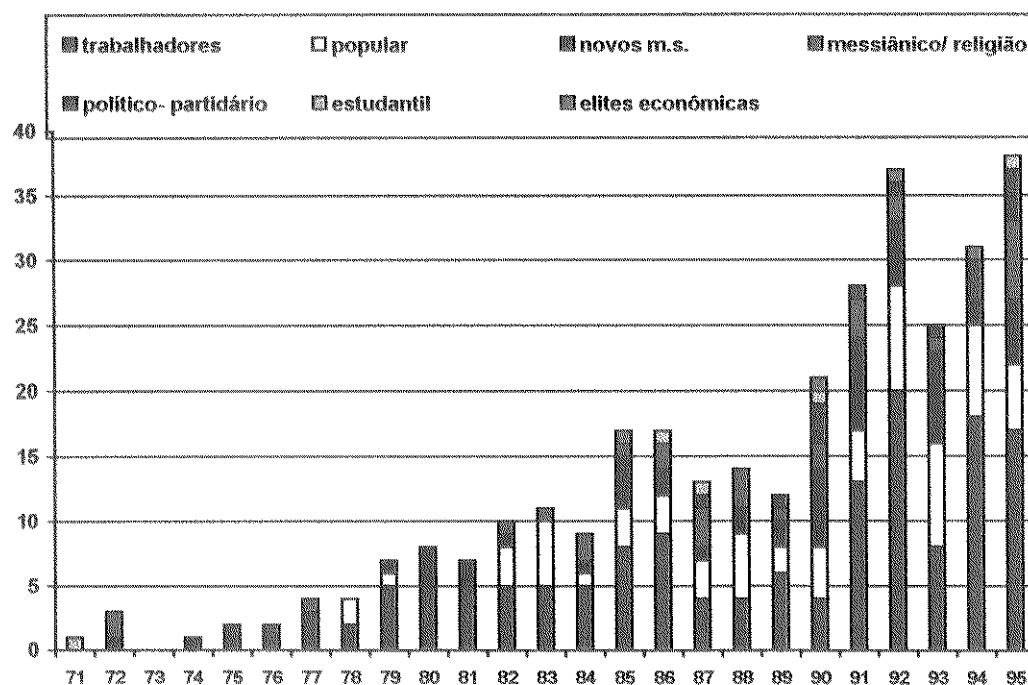


Figura 2 - Tipos de movimentos sociais abordados pelas teses e dissertações realizadas na UNICAMP e na USP, entre 1970 e 1995.

¹⁹ As pesquisas sobre novos movimentos sociais da década de 70, registradas na Figura 2, analisam o movimento das mulheres trabalhadoras (ver Anexos 1 e 2).

Tendo em vista que a maior parte dos programas de pós-graduação da UNICAMP e da USP, assim como das demais universidades brasileiras, foram instituídos ou consolidados na década de 70, é possível concluir que estas Universidades estão pesquisando sobre os movimentos sociais desde o início da reformulação do sistema de pós-graduação. O interesse no tema é perene e crescente (Figuras 1 e 2), estando vinculado à conjuntura sócio-político-cultural do país e ao surgimento e ressurgimento, em cena pública, destes sempre “novos personagens” (SADER, 1987).

Nos anos 80, por exemplo, os movimentos sociais mais estudados ainda foram os populares e os dos trabalhadores, no entanto, começaram a surgir, em maior número, os novos movimentos sociais, os movimentos messiânicos e ligados a religião. As pesquisas sobre estes últimos, como que ‘coladas’ à realidade, tratam, principalmente, das CEBs e da Teologia da Libertação, que exerceram grande influência nos movimentos populares destes anos e da década anterior (Figura 2 e Anexo 1 e 2).

Na dinâmica da realidade, os “anos 80 iniciaram-se com os movimentos sociais fortalecidos. Recém-criados a partir da conjuntura política brasileira dos anos 70, vários movimentos sociais haviam acabado de dar um salto qualitativo, saindo das reivindicações isoladas para formas mais amplas das demandas em grandes blocos. O movimento sindical cria a Conclat, depois a CUT, a CGT e a USI. O movimento popular cria a CONAM, a ANAMPOS etc.”(GOHN, 1991:10)

Em 1984, ocorreu o movimento das Diretas-Já, para que fosse aprovada a emenda Dante de Oliveira, que versava sobre eleições diretas para presidente. Em poucos meses “a Campanha das Diretas empolgou o país e logrou mobilizar milhões de pessoas. Ela colocava na ordem do dia, não só o desejo de parte substancial da população de votar para presidente da República, mas outra vez sua aspiração de conquistar de maneira plena a sua cidadania” (MOISÉS, 1990:31). Apesar do movimento, houve a passagem indireta do governo militar para o civil, com Tancredo Neves assumindo a Presidência. Devido à

morte deste, logo após a posse, o assume o vice Sarney (1985-1990), ex-senador e político bem ajustado com os governos militares.²⁰

Somente em 1989, 25 anos depois de instalado o regime militar, a população elegeu diretamente o Presidente da República. Esta eleição trouxe o legado de autoritarismo e do processo de privatização da coisa pública, inscrita no Estado e também na sociedade²¹. A vitória de Collor (42,75% dos votos) sobre o candidato Lula (do Partido dos Trabalhadores, 37,86% dos votos) “foi a vitória da elite política tradicional, da elite econômica do setor privado, do capital financeiro, dos setores empresariais ligados à grande e média empresa, dos representantes da Nova Direita _ o que clamam por menos Estado e mais mercado, inclusive aí os representantes do ‘agro-busines’ moderno e produtivo” (AVELAR, 1994:54).

Em 1988, após um processo constituinte que volta a mobilizar setores organizados da sociedade, é elaborada a nova Constituição. Nela estão inscritos avanços consideráveis em relação aos direitos sociais e políticos, tais como: extensão do sufrágio aos analfabetos; garantias ao movimento sindical (autonomia em relação ao Estado e direito à greve); ampliação e preservação dos direitos à igualdade, de minorias como os portadores de deficiência (acesso a equipamentos de educação e saúde, por exemplo); introdução de mecanismos de participação popular (o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular).

Entretanto, como visão geral, para o Brasil e para um grande número de países, esta década foi marcada “por forte recessão econômica, empobrecimento do Estado e de amplas camadas da população” (AVELAR, 1994:53). Inclusive no mundo capitalista desenvolvido, problemas como pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade,

²⁰ Para F. FERNANDES (1985), o processo de transição “queria dizer simplesmente, que a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democracia *sui generis*, que sairia das entranhas do regime”.

²¹ Ao dizermos que a sociedade brasileira é autoritária, estamos pensando em “certos traços gerais das relações que se repetem em todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura). Vivemos numa sociedade verticalizada e hierarquizada (embora não o percebamos) na qual as relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma da cumplicidade (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais), ou sob a forma do mando e da obediência entre superior e inferior (quando os sujeitos sociais são percebidos como diferentes, a diferença não sendo vista como assimetria, mas como desigualdade). Não existe no Brasil, a idéia da Revolução Francesa de igualdade de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos. A forma autoritária da relação é marcada por aquilo mesmo que a realiza e a conserva: as relações de favor, tutela e clientela” (CHAUI, 1994a).

que pareciam ter sido eliminados há uma geração, reapareceram depois de 1973 e, “na década de 80 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão...”. Espetáculo decorrente do aumento da desigualdade social e econômica, dentro da qual o candidato a campeão mundial é o Brasil, já denominado, sem exagero, de “monumento de injustiça social” (HOBSBAWN, 1995:396-397).

Sob o impacto desta desestruturação social e econômica, os últimos anos da década anunciaram os primeiros contornos daquilo que seria melhor delineado nos anos 90, ou seja: a descrença nas instituições políticas e um esfriamento das utopias como motores das ações coletivas. Os movimentos sociais brasileiros tenderam a desestruturar-se, apesar das conquistas e manifestações exemplares dos anos antecedentes, fazendo-nos lembrar a que disposição para a participação não é mantida somente pelas vitórias, mas, sobretudo, pela esperança, ou melhor: o que desmobiliza as pessoas e movimentos não são somente as derrotas que porventura possam sofrer, mas, principalmente, a perda da esperança (BERTRAND, 1989).

Em suma, nestes anos “os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de sujeitos políticos hoje reconhecidos como interlocutores legítimos no jogo político nacional. Essa década, vivida sob o signo da esperança democrática, encerrou-se, no entanto, com o espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana. Entramos nos anos 90 vivendo o paradoxo de uma democracia consolidada nas suas instituições e nas regras formais do jogo político, mas que convive cotidianamente com a violência, a violação dos direitos humanos e a incivilidade nas relações sociais.” (TELLES, 1994:7)

Neste quadro, a alternativa que mais obteve repercussão, junto a parte da população e à elite política, foi a propagada pelos ideólogos do neoliberalismo.

Os anos 90 iniciaram sob uma crise de paradigmas, simbolizada pela entrada do capitalismo na antiga União Soviética e pela derrubada do Muro de Berlim (1989), que separava as, até então, Alemanha Ocidental e Oriental. Para PRZERWORSKI (1994:22), “aquilo que morreu na Europa Oriental foi a própria idéia de administração racional das coisas para satisfazer às necessidades humanas _ a viabilidade de instalar a propriedade pública dos recursos produtivos por intermédio de um controle centralizado; foi o projeto de fundar a sociedade na cooperação desinteressada, a possibilidade de dissociar as contribuições sociais das recompensas individuais. Se, hoje em dia, as únicas idéias relativas à ordem social provêm da Direita, é porque o projeto socialista _ forjado na Europa Ocidental entre 1848 e 1891 e que inspirou os movimentos sociais em todo mundo desde então _ fracassou, no Leste e no Oeste”. Já para Furtado (1997a), o “que aconteceu foi a falência do tipo de organização econômica praticada no Leste. Eles tiveram muitas vitórias sociais, mas praticaram uma planificação que só funciona em época de guerra ou de grandes reformas.(...) Como se confundia socialismo com o Muro de Berlim, que era uma impostura histórica, pagou-se um preço enorme no campo das idéias socialistas”.

De qualquer forma, a ideologia neoliberal²² encontrou campo fértil de disseminação nestas décadas de crise, não só social e moral, mas também econômica e política, minando a possibilidade do Estado empreender ações reguladoras da economia e das relações sociais e de trabalho. Por ser “uma ideologia em estado puro, essa tradição acredita na capacidade quase mágica da iniciativa privada” (CHAUI, 1992), embora seja quase impossível seguir este preceito. Até mesmo governos que são a própria propaganda neoliberal, entre eles os EUA e a Grã-Bretanha, sob a aparência de estimular as forças do mercado, administram e orientam suas economias (HOBSBAWN, 1995).

Contudo, e talvez por isso, os movimentos sociais no Brasil adquirem uma qualidade diferente daquela dos anos anteriores. Entre outras coisas, eles têm, atrás de si, um aprendizado de relação com as diversas facetas do Estado, pois, ao longo do tempo, em conjunto com a intenção de autonomia, os movimentos sociais, em particular os populares, mantiveram alguma forma de interação com a “institucionalidade política”

²² Ver, por exemplo: SADER (1995), DRAIBE (1993) e *Revista USP-Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*.

(DOIMO, 1993:141-142). Ao chegarem nos anos 90, já haviam enfrentado o Estado ditatorial; mantido relações com governos comprometidos com a democratização e participado de administrações públicas, notadamente municipais e do Partido dos Trabalhadores, ligadas aos próprios movimentos.

Houve, ainda, o envolvimento em dois momentos políticos importantes: em 1992, a deposição do Presidente Collor, acusado de corrupção. Em vários pontos do país ocorreu manifestação popular de grande repercussão, com a participação entusiasmada dos estudantes dos segundo e terceiro graus (denominados caras-pintadas), lembrando o movimento pelas diretas²³. Em 1994, as eleições para a Presidência, Senado e Congresso.

Estas últimas eleições tiveram, à frente da disputa presidencial, os candidatos Lula (Partido dos Trabalhadores) e Fernando Henrique Cardoso (Partido Social Democrata Brasileiro). Os candidatos são provenientes de meio social, cultural e econômico distintos: o primeiro, líder sindical, presidente do PT e ex-deputado federal; o segundo, acadêmico, ex-deputado, ex-senador e ministro da economia do governo imediatamente anterior. Ambos destacaram-se na vida pública por defenderem posições favoráveis às lutas populares. Fernando Henrique Cardoso, todavia, elegeu-se ao lado de figuras de perfil político liberal-conservador que estão no (e em concordância com o) poder desde, pelo menos, a década de 70, e propôs, como diretriz de governo, a política “centro - sinistra” de “aceitar a abertura dos mercados mundiais e lutar para manter ou restabelecer a reintegração da sociedade” (TOURAINÉ, 1997).

Portanto, nos anos 90, a qualidade diferente dos movimentos sociais é reflexo de fatores intrincados, tais como o aprendizado decorrente da interação com o Estado e da participação nos momentos cruciais da vida nacional; as modificações internas ao movimento advindas, principalmente, da atuação prioritária junto às ONGs e da redefinição do papel da Igreja e dos ideais e tarefas das lideranças e assessorias; as mudanças conjunturais ocorridas entre a segunda metade dos anos 80 e início dos 90,

²³ O episódio do impedimento teve também, como protagonistas, as elites políticas, tanto conservadora como progressista. “O movimento pelo impeachment do presidente eleito foi orquestrado por uma parcela desta elite insatisfeita com os rumos da política econômica, ressentida com sua não participação nas políticas. As ações de corrupção, exacerbadas, deram margem a que alguns dos excluídos pelo esquema denunciassem a administração federal paralela e a serviço de interesses particulares” (AVELAR, 1994:54).

sobretudo a ofensiva neoliberal em todo mundo e o processo de redemocratização no Brasil²⁴.

Estes fatores ajudam na compreensão da menor visibilidade dos movimentos sociais, especialmente, os populares, que vivem uma espécie de refluxo ou crise (F. OLIVEIRA, 1994; GOHN, 1992)²⁵. Nestes anos, estão em foco os novos movimentos sociais, “centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana”, bem como ligados à reação no plano moral (GOHN, 1994:4).

O Movimento pelo Impeachment, Movimento da Cidadania contra a Fome, Movimento pela Ética na Política, Movimento Viva Rio e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, se inscrevem-se no rol destes novos movimentos sociais, com a característica peculiar de que, em nossa realidade, não é possível deixar de acrescentar, às novas demandas, as reivindicações de direitos sociais tradicionais: abrigo, comida, saúde e educação.

De forma semelhante, as pesquisas acadêmicas sobre os novos movimentos sociais também cresceram no final dos anos 80 e início dos 90. Entre 1990 e 1995, houve um considerável aumento no número de teses e dissertações concluídas sobre este tipo de movimento (Figura 2).

Aliás, este salto numérico não é restrito aos estudos sobre os novos movimentos sociais. Para todos os demais tipos considerados, o número de trabalhos concluídos é sempre crescente (no caso do movimento dos trabalhadores, há uma pequena queda no número de pesquisas na segunda metade dos anos 80, voltando a aumentar nos anos

²⁴ A valorização da autonomia da sociedade civil trouxe para os movimentos sociais as possibilidades e os riscos da participação mais acentuada (chegando quase à incorporação) em redes de ONGs, nas parcerias e nos conselhos instalados em órgãos públicos. O risco está em encorpar a ideologia que prega a substituição do Estado pela sociedade e, por tabela, estimular o desencanto da população com as instituições políticas. Além do que, quando as parcerias são com órgãos públicos, estes tendem a ser os mandatários e gestores das ações. No limite, pode haver a convergência dos movimentos para os partidos e para as associações mais estruturadas, o que desemboca na sua institucionalização e, por conseguinte, descaracterização como movimento social. Como reverso da moeda, as possibilidades estão imbutidas no fortalecimento da sociedade civil por meio da participação nas arenas políticas, podendo, aí, desenrolar-se um processo de aprendizado.

²⁵ O movimento no campo vai contra esta tendência e, com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) à frente, pode ser considerado o que mais cresceu em força política e resultados concretos neste período.

subsequentes), concentrando maior produção no último quinquênio do período estudado (com exceção do movimento estudantil).

No cômputo geral, 55,9% da produção sobre movimentos sociais está agregada entre 1990 e 1995. Temos algumas hipóteses sobre este crescimento²⁶, pode ter ocorrido uma política interna das Universidades incentivando a conclusão de teses e dissertações neste período; uma maior importância atribuída pela academia ao tema e; o ingresso de ex-militantes/assessores dos movimentos nos programas de pós-graduação (este fenômeno denota ou sinaliza uma tendência nos anos 90: maior especialização das assessorias e, ao mesmo tempo, uma busca de realização pessoal, em termos de carreira, por parte dos assessores/militantes, agora estudantes).

2.2. Universidades e cenário sócio - político

Se entendermos universidade como “comunidade (mais ou menos autônoma) de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em nível superior”, podemos admitir que as primeiras universidades “surgiram na Europa Ocidental, no início do século XIII.” Neste sentido, a UNICAMP e a USP fazem parte daquela “aventura intelectual e social iniciada há sete séculos em uma pequena região da Europa e, que, atualmente diz respeito ao planeta inteiro, dezenas de milhares de indivíduos e uma parte crescente dos recursos individuais e coletivos.”(CHARLE & VERGER, 1996:7-13 e 127)

Como “o ensino superior não pode ser visto como um conjunto fechado separado do mundo”, há sete séculos essa aventura intelectual sofre influência dos poderes sociais, políticos e econômicos, influência que pode vir, por exemplo, como ameaça, subjugação ou condição para a autonomia. (CHARLE & VERGER, 1996:28 e 128).

Portanto, a tarefa de analisar o percurso histórico da UNICAMP e da USP exige, no mínimo, compreender a conjuntura cultural, política e econômica do Brasil, no período de sua fundação e desenvolvimento, da mesma forma que é necessário conhecer a trajetória intra-institucional de ambas. Uma vez que esta não é uma tarefa deste trabalho,

²⁶ O que será visto com mais detalhes nos próximos capítulos

nos propomos apresentar uma visão geral das Universidades para situar a produção acadêmica sobre movimento social.

2.2.1. UNICAMP

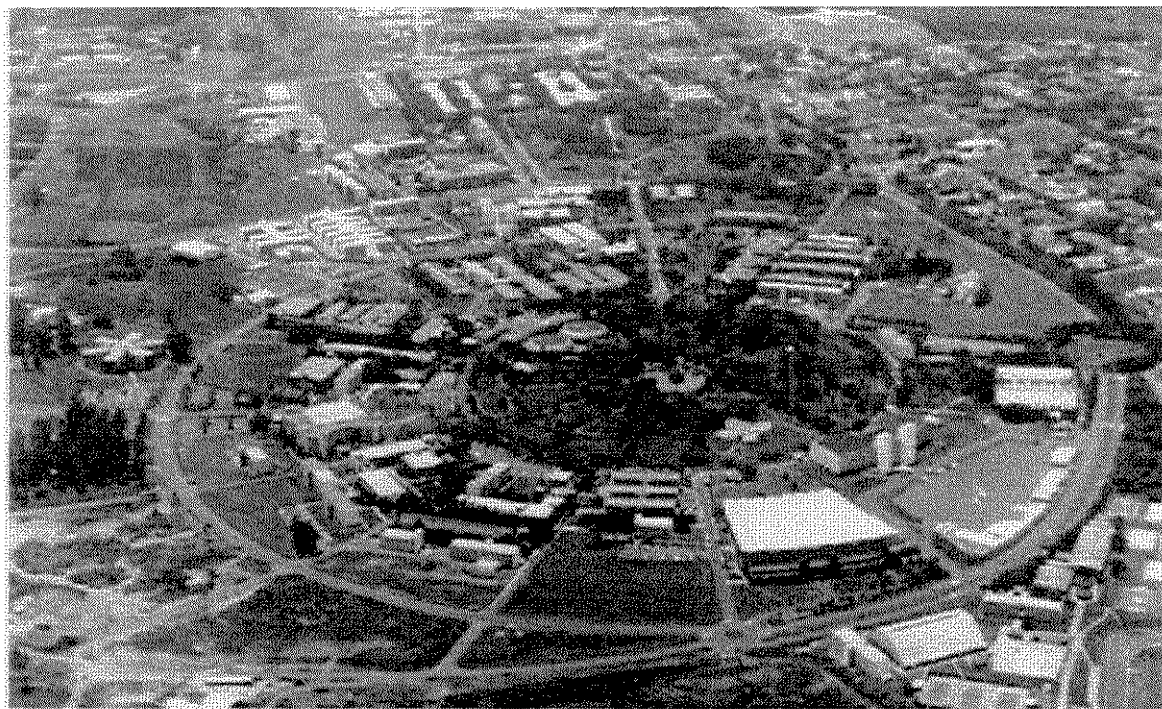


Foto 1. Vista Parcial da UNICAMP

cedida pela Assessoria de Imprensa/UNICAMP

A Universidade Estadual de Campinas é bastante jovem, completou 30 anos em 1996. Embora os primeiros passos para a sua fundação tenham sido dados já na década de 40, com o movimento pela criação da Faculdade de Medicina em Campinas, a UNICAMP entrou efetivamente em funcionamento em 19 de dezembro de 1966. Tendo em vista que a UNICAMP, como toda universidade de seu porte, faz parte da história cultural, social, política e econômica tanto da sociedade local, como da mais ampla, é relevante observar que o início da Universidade coincide com os primeiros anos da ditadura militar no Brasil (período de progressiva perda da autonomia universitária).

Naquela conjuntura de regime militar, as diretrizes da UNICAMP estavam em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país²⁷ e com a linha tecnocrática, baseada nos princípios da racionalidade, eficiência, produtividade e economia. Isto é, respondia à pressões e interesses estratégicos para o período: “a emergência da UNICAMP em 1966 vinha satisfazer especialmente aspirações de ordem técnica, industrial e de especialização qualificada.” (*Jornal da Unicamp*, ano X, out.96, n.115).

O “projeto de instalação da UNICAMP veio responder à demanda crescente por pessoal qualificado numa região do Brasil, o estado de São Paulo, que já nos anos 60 detinha 40% da capacidade industrial e 24% de sua população ativa.

Até então o sistema de ensino superior estava voltado para a formação de profissionais liberais solicitados pelo processo de urbanização, como advogados, médicos e engenheiros civis. Necessitava-se, portanto, de uma universidade que desse ênfase especial à pesquisa tecnológica e mantivesse desde o início sólida vinculação com o setor produtivo...” (Um Breve Guia da UNICAMP/96).²⁸

Mas, paradoxalmente, mesmo correspondendo a estas demandas, a UNICAMP garantia a permanência de professores de convicções políticas e opções teóricas diversas, inclusive daqueles que estavam em franco desacordo com os modelos vigentes, tanto de universidade quanto político-econômico. Isto porque ela era uma das poucas, senão a única, universidades brasileiras com “relativa autonomia institucional, apesar de estar sob a égide de um governo e de uma legislação (após 1968) autoritários que cercearam a iniciativa de diversas das Universidades do país em todos os aspectos: político, financeiro, administrativo e acadêmico. E isto apesar de seu reitor, nomeado diretamente pelo governador de São Paulo sob a aprovação do Presidente da República, ser representante legítimo deste Estado autoritário e interventor”. Neste sentido, a autonomia e a liberdade

²⁷ Para LIMA (1989:105), a “adequação da Unicamp à realidade de seu tempo durante a sua construção, deu-se mediante a sua vinculação competente ao processo de modernização capitalista em curso naquela época...”

²⁸ A ligação com o setor produtivo, ainda hoje, é bastante alardeada, sobre isto, ver o artigo “Unicamp busca R\$ 25 mi com empresas para manter pesquisas”, da *Folha de São Paulo* de 17/09/95, o qual esclarece que este montante é conseguido através de investimentos das empresas privadas e de agências de pesquisa.

na UNICAMP eram relativas e “consentidas”, uma vez que deviam muito às características pessoais e ao prestígio que Zeferino Vaz, reitor à época, gozava junto às autoridades de então (MENEGUEL, 1994:112 e 157).

Entretanto, com a dinâmica da vida universitária e do meio social, o modelo tecnocrático foi expandido para outras direções, em particular, para a Economia e para as Ciências Sociais, como demonstra a cronologia da criação de suas Faculdades e Institutos: inicialmente foi privilegiada a consolidação dos Institutos de Ciências Básicas (Física, Química e Matemática); em seguida, as Faculdades de Engenharia (Elétrica, Mecânica, Química, Civil, de Alimentos e Agrícola), juntamente com o fortalecimento dos cursos de Medicina, Biologia e Odontologia, já existentes; após isto, o desenvolvimento dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Economia, Linguística e Literatura e, finalmente, a criação dos cursos na área de Artes (exceto de Música, que existia anteriormente).

Mas, esta cronologia demonstra, também, que “a rapidez com que foram implantados os cursos de Tecnológicas contrasta com a lentidão com que foram instalados os cursos das áreas de Ciências Humanas e Artes, dando a entender que eles não eram prioridade da Universidade.(...) os cursos de Ciências Humanas começaram a ser implantados apenas na década de 1970, sendo que os primeiros a funcionar atendiam diretamente aos interesses das empresas _ Economia e Administração. Os cursos de Artes, por sua vez, tiveram início apenas na década de 80...” (MENEGUEL 1994:152).

De qualquer forma, além da interação com o setor privado, a Universidade mantém relação com o setor público. No caso das Ciências Sociais e Economia, por exemplo, é marcante o fato de que “ideólogos dos mais importantes partidos atuais tenham emergido de seus departamentos” e que, a partir dos anos 80, a Universidade passasse “a fornecer quadros para os altos escalões administrativos e políticos _ coisa que, entre as universidades, era prerrogativa da USP e, em termos mais remotos, das escolas de direito de Recife, Bahia e do Largo de São Francisco...” (*Jornal da Unicamp*. Ano X, out.96, n.115).

A UNICAMP construiu sua identidade, principalmente, através das atividades de pesquisa e dos cursos de pós-graduação. Isto pode ser traduzido por números, a UNICAMP: a)tem uma área física de 2.949.399m² (área construída: 403.740 m²);

b) possui 10 Faculdades e 10 Institutos²⁹; c) conta com cerca de 2.000 professores (aproximadamente 80% deles com titulação mínima de Doutor); d) responde por, aproximadamente, 15% de toda a produção científica nacional, são 6.200 projetos de pesquisa em andamento e mais de mil teses produzidas em 1995; e) concentra, sozinha, 12% dos estudantes brasileiros de Mestrado e Doutorado; f) concentra, ainda, 7% do corpo docente de pós-graduação do país (dados do SIARQ/UNICAMP, do *Relatório do Biênio abr.94-abr.96 e, Folha de São Paulo* de 05.10.96).

É importante, entretanto, não correr o risco de congelar a imagem de uma Universidade, seja em sua história passada ou recente. Nos tempos atuais, a UNICAMP, em conjunto com outras universidades brasileiras, está sofrendo transformações causadas pelas políticas de reestruturação (ou desestruturação) das instituições de ensino. As respostas a estas pressões podem significar acordo, sujeição ou reação, indicando a diretriz de seu desenvolvimento no futuro próximo³⁰.

Em suma, a imagem de uma universidade como a UNICAMP, inserida num cenário social complexo, é necessariamente dinâmica e multifacetada. Pelo prestígio de seus cursos de pós-graduação, é conhecida como *escola de escolas*³¹. Pelas pesquisas desenvolvidas, sobretudo na área tecnológica, é chamada de *usina de pesquisa*³². Para a população da região de Campinas, que necessita dos serviços de saúde oferecidos pela

²⁹ Faculdade de Ciências Médicas; Faculdade de Educação; Faculdade de Educação Física; Faculdade de Engenharia Agrícola; Faculdade de Engenharia de Alimentos; Faculdade de Engenharia Civil; Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação; Faculdade de Engenharia Mecânica; Faculdade de Engenharia Química; Faculdade de Odontologia de Piracicaba; Instituto de Artes; Instituto de Biologia; Instituto de Economia; Instituto de Estudos da Linguagem; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Instituto de Física "Gleb Wataghin"; Instituto de Geociências; Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Computação e Instituto de Química.

³⁰ A UNICAMP, por exemplo, tem anunciado (e, desta forma, denunciado) os possíveis cortes de verbas estaduais e a necessidade de fazer reformas administrativas. Ao mesmo tempo, tem divulgado e valorizado seus índices de produtividade. Ver a notícia do jornal *Correio Popular* de 19/11/96: "Unicamp corre risco de perder R\$ 19 milhões".

³¹ A maioria dos alunos da pós-graduação são profissionais já atuantes em outras Universidades do país e do exterior, desta forma, a UNICAMP cumpre um papel singular: "o de 'escola de escolas', ou seja, de instituição que ajuda a consolidar academicamente outras instituições" (*Jornal da Unicamp*, ano X, out.96, n.115).

³² "Atuando como autêntica 'usina de pesquisa' e como um centro de formação de profissionais de alta qualificação, a Unicamp atraiu para suas imediações todo um polo de indústrias de alta tecnologia interessadas em comercializar o produto acadêmico" (*Um Breve Guia*).

Universidade, ela é, principalmente, um *complexo hospitalar*³³. Para os alunos, professores e funcionários, é, sobretudo, um *local de trabalho e de estudo*. Nos finais de semana, para parte da comunidade que reside nos arredores do campus, a UNICAMP transforma-se em *espaço de lazer*.

2.2.2.USP

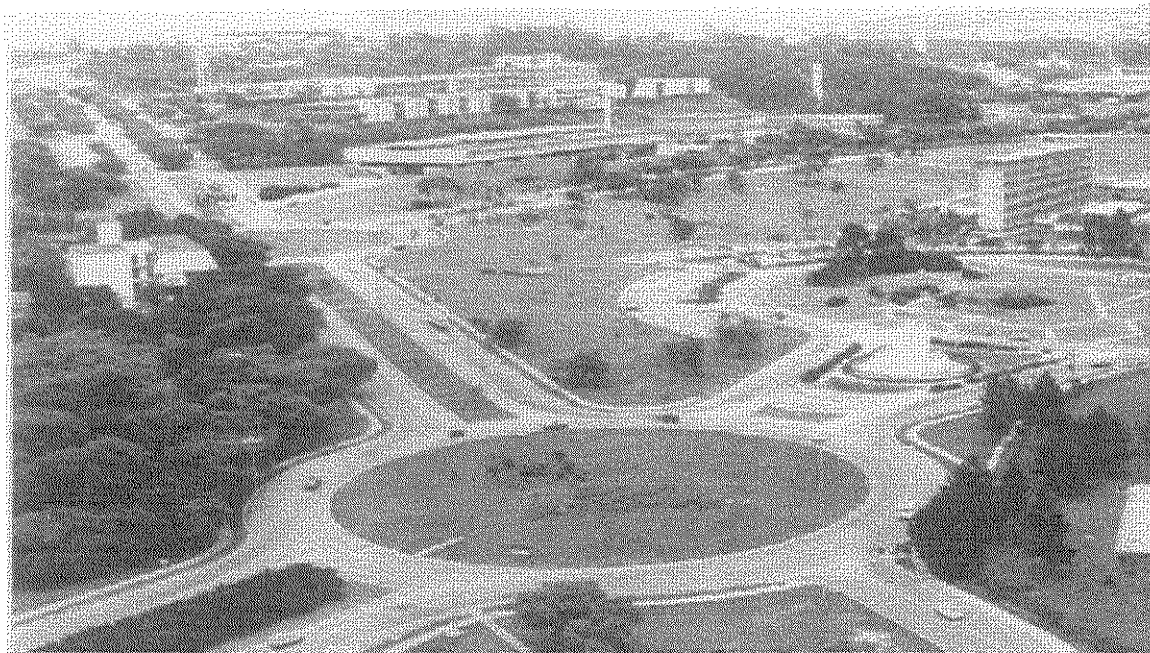


Foto 2. Vista Parcial da USP

cedida pela Assessoria de Imprensa/USP

A Universidade de São Paulo foi fundada em 25 de janeiro de 1934 e é a primeira do país, pois, até aquela data, as escolas superiores existentes não podiam ser consideradas verdadeiras universidades (congregando e integrando as diversas áreas de conhecimento).

A fundação da USP ocorreu quatro anos após a Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas à Presidência. “Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada.” Em particular, a criação da USP “decorreu, por um

³³ O sistema de atendimento médico e hospitalar cobre uma região de 90 cidades e uma população de, aproximadamente, cinco milhões de pessoas (*Jornal da Unicamp*, ano X, out.96, n.115).

lado, da existência na capital, desde a Primeira Guerra Mundial, de um vivo debate das principais questões educacionais, com propósitos reformadores; por outro lado, do fato de os principais participantes desses debates (...) terem firmado posições no ensino paulista até o golpe de 1937.(...) De fato, o impulso maior para sua criação veio de setores da elite cultural paulista preocupados com a formação de professores de nível secundário e superior e com a formação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não-utilitária, voltada essencialmente para a pesquisa e a especulação teórica” (FAUSTO, 1997:226-229). Esta Faculdade seria responsável pela produção acadêmica nas áreas de Humanas e Ciências Básicas e seria o núcleo articulador da Universidade. O corpo docente da USP foi acrescido pela contratação de professores estrangeiros, com a finalidade de formar os pesquisadores locais³⁴.

Isto é, a Universidade de São Paulo nasceu como um projeto político “destinado a formar uma *elite nacional*, conforme o melhor receituário iluminista” (PORTELLA, 1994:70). Mas este projeto sofreu modificações desde o início, pois o “objetivo da formação das elites dirigentes paulistas e nacionais” adequou-se ao fato de que a maior parte dos alunos que afluíam para a Universidade eram provenientes da classe média diferenciada. Além disso, as “profundas modificações da sociedade brasileira nos anos 30 e 40 _econômicas (urbanização e industrialização), sociais (formação de uma classe média, processos de imigração) e políticas (Estado Novo, redemocratização) _ não se constituíram como ‘forças anônimas’ de mudança na história, mas deixaram a universidade diante de escolhas quanto à construção de seu perfil” (“home page” da USP).

Modificações substantivas também ocorreram com a Reforma Universitária de 1969 (especialmente a instalação da estrutura departamental) e com a interferência do

³⁴ F. FERNANDES (1994:130-131) recorda que, em sua época de estudante universitário na USP, seus colegas ingressantes passavam rapidamente do deslumbramento à decepção, pois os “professores estrangeiros, em sua maioria _não em sua totalidade_ eram realmente *grandes* para nós. Vistos nas escala de valores de seus próprios países (...) se eles não eram *mediocres*, contavam entre as figuras de segunda ou terceira grandeza.(...) A carência de dinamismos intelectuais universitários nos entregava àquela relação em termos de *absolutos*: se não nos dão o *melhor* e se não vamos, por consequência, *ser os melhores*, de que nos adianta o refinamento de uma cultura européia diletante e decadente ou de uma cultura norte-americana postiça, tão emprestada como a nossa?” E conclui que ele, em particular, “estava na época da sementeira: qualquer que fosse a *grandeza relativa* dos meus mestres, eu tinha o que aprender com eles e o que eles ensinavam ou transcendia aos meus limites ou me ajudava a construir o *meu* ponto de partida.”

regime militar na vida acadêmica. Alguns professores relembram o efeito desta interferência: na Ciência Política, nos primeiros anos do golpe militar “tudo parecia muito difícil, embora os trabalhos continuassem. Censura, denúncias, policiais em salas de aula, tudo havia tornado o ato de aprender e o de ensinar extremamente complicados. Mas até 1968, a aparência de normalidade foi mantida.(...) Em 1968, a desagregação começou.(...) Em 1969, por força do AI-5, alguns professores da Universidade de São Paulo são aposentados (...). Em 1970, um é preso e outros dois partem para o exílio. Em meados de 1970, a Cadeira estava reduzida a dois professores”. No “Departamento de Filosofia da USP, como de resto em vários outros setores da Universidade e da vida cultural brasileira, as conseqüências do Ato Institucional nº.5 romperam de modo violento a continuidade do trabalho intelectual, provocando retardamentos e desvios em todos os projetos que se vinham desenvolvendo...”. Na Sociologia, a “continuidade desse processo intelectual e acadêmico ficou comprometida, pelos efeitos que o AI-5 provocou na vida universitária e intelectual brasileira. O afastamento arbitrário de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni implicou a perda de certas direções da pesquisa e, além do mais, amordaçou o desenvolvimento das reflexões que exigem para vicejar, liberdade irrestrita de pensamento” (*Revista Estudos Avançados* n.22, 1994:308, 322 e 347).

No entanto, nos mais de 60 anos da USP, as modificações em seu perfil não deixaram de afirmá-la como uma das melhores universidades da América Latina, no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão. A sua importância para a formação de lideranças também é bastante significativa, por exemplo, a FFLCH (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas) e a FEA (Faculdade de Economia Administração e Contabilidade), entre outras, são referências na reflexão de questões sociais, políticas e econômicas da vida nacional, sendo que alguns de seus membros, além de assessorar órgãos governamentais e contribuir para a formulação de políticas públicas, participaram (ou participam) diretamente da gestão de municípios, de estados e da Federação. Não é difícil constatar que muitos nomes de destaque nas esferas política e econômica estão vinculados à Universidade, confirmando seu perfil, ainda que modificado, voltado para a formação de elites intelectuais e dirigentes.

A identidade da USP também está relacionada ao seu tamanho, é a maior instituição de ensino superior do Brasil, e aos nível e números de sua pós-graduação. Em termos gerais a USP: a) possui uma área total de 65 milhões de m². (a cidade de São Paulo abriga o seu principal campus, mas existem outros 8 campi em 5 cidades do estado³⁵); b) tem 36 unidades de ensino e pesquisa³⁶, além de Museus e Hospitais; c) conta com mais de 5 mil professores relacionados a 95 cursos regulares de graduação, 263 de Mestrado e 224 de Doutorado (mais da metade dos docentes está envolvida com a pós-graduação, que produz, anualmente, cerca de 900 dissertações de Mestrado e 500 teses de Doutorado, sendo que, até o momento a Universidade é responsável por mais de 50% dos doutores titulados no país; d) possui, aproximadamente, 38 mil alunos de graduação e 22 mil de pós-graduação (dados da “home page” da USP; *Folha de São Paulo*- 22/08/96; *Publicação USP/97*).

Entretanto, como vimos e como não poderia deixar de ser, as qualidades que a levam a ser a primeira, a maior e uma das melhores universidades do país, não são garantias de que a USP esteja imune aos reveses de seu tempo, ao contrário, muito de suas qualidades tem como fator causal justamente a sua inserção nele. Na atualidade, a USP tem respondido de diversas formas aos questionamentos sobre os objetivos, qualidade e produtividade das universidades públicas. Isto encaminha suas diretrizes num futuro próximo e demonstra como e quanto a Universidade mantém e modifica as características herdadas, num processo contínuo de criação e fundação.

Neste sentido, revendo a história da USP desde os anos 60 (que também seria, em

³⁵ Campi de Bauru, São Carlos, Ribeirão Preto, Piracicaba, Pirassununga.

³⁶ Escola de Comunicações e Artes, Escola de Enfermagem, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Escola de Educação Física, Escola de Engenharia de São Carlos, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Odontologia de Bauru, Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos de Pirassununga, Instituto Agrônomo e Geofísico, Instituto de Biociências, Instituto de Ciências Biomédicas, Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos, Instituto de Física, Instituto de Física de São Carlos, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto Oceanográfico, Instituto de Psicologia, Instituto de Química, Instituto de Química de São Carlos.

parte, a história de outras importantes universidades brasileiras), CHAUI (1994b: 51-54) observa que “um curioso tecido surge diante de nós. Os anos 60 sonharam com a revolução social que teria na universidade pública (a universidade crítica, como a chamávamos), uma de suas principais frentes de luta. Os anos 70, silenciando a universidade crítica, deixaram realizar o sonho de ascensão social da classe média da ditadura, destruindo a qualidade do ensino público em todos os graus, na alegria da massificação. Os anos 80 acreditaram numa universidade autônoma e democrática, capaz de equilibrar as exigências do rigor acadêmico e as demandas de uma sociedade marcada pela carência, pela miséria e pela violência. Os anos 90 tornaram-se prosaicamente *realistas*: do lado das associações docentes, estudantis e de funcionários, o discurso está centrado na idéia de interesse de categorias, enquanto do lado das direções universitárias prevalece o discurso de *eficiência, produtividade e competitividade*, associado à imagem de ligação umbilical entre os *interesses da sociedade civil e da pesquisa*, isto é, os interesses do mercado. Da utopia revolucionária à adesão à ideologia neoliberal, a Universidade de São Paulo entra na sua terceira fundação.”

2.2.3. As duas universidades

Mesmo estas linha tão gerais permitem um breve exercício de colocar, lado a lado, as trajetórias das duas universidades.

A fundação da USP antecede em praticamente 30 anos a da UNICAMP. Isto significa que a primeira tem este tempo a mais de contato, impacto e confronto com a realidade social, a qual, como vimos, molda, impõe restrições e, muitas vezes, também amplia o perfil da Universidade. Mas, sem dúvida, as modificações de ambas, nesta inserção, têm uma contrapartida, isto é, a realidade social também sofre o impacto e as demandas das Universidades.

Isto já é sabido e esperado, mas o interessante e perturbador é que, depois destas trajetórias, com perfis e demandas diferentes, as duas Universidades se vêem diante de uma mesma proposta, e mais, da atuação homogeneizante dos ideólogos do neoliberalismo. Este, por ser uma ideologia que, na atualidade, logrou ser hegemônica, não pode considerar as características peculiares de cada instituição de ensino (ou

realidade social), mas intervêm com um receituário monótono e repetitivo para todas as políticas públicas: “desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na superioridade da ‘eficiência do mercado’ em relação ao ‘burocratismo’ do Estado” e “particularização dos benefícios sociais” (incluindo aqui o ensino superior público)³⁷ (L.FERNANDES, 1995), enfim, a “deserção”³⁸ do Estado.

Senão vejamos: sob influência da época, o “projeto USP nasce sob o signo das humanidades”, que valorizou e colocou em destaque uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, especialmente a de Filosofia (PORTELLA, 1994:70), possuindo, como objetivo expresso, a formação das elites dirigentes paulistas e nacionais. Trinta anos depois, o modelo de fundação da UNICAMP enfatizou a pesquisa tecnológica, privilegiando os Institutos de Ciências Básicas (Física, Química e Matemática) e as Faculdades de Engenharia (Elétrica, Mecânica, Química, Civil, de Alimentos e Agrícola), propondo um sólido vínculo com o setor produtivo.

Como vimos, isto não quer dizer que, na conjuntura dos anos 60 e 70, a USP também não tenha sofrido, num processo de resistência e acomodação, a demanda por uma guinada para um viés tecnocrático. De forma semelhante, principalmente a partir da década de 80, a UNICAMP teve uma demanda para distinguir-se, também, nas áreas sociais e econômicas.

Neste meio tempo, as duas Universidades estiveram às voltas com a intervenção do Estado autoritário. A USP não só teve perdas em sua autonomia, como também em seu corpo docente e no projeto de universidade crítica. A UNICAMP, pelas suas características e localização e pela proximidade política do reitor com alguns governantes de então, conseguiu manter uma autonomia relativa e “consentida” (MENEGUEL, 1994:112 e 157).

Nos anos 90, as universidades brasileiras, a USP e a UNICAMP em particular, têm se movido em meio a uma série de medidas governamentais que, sistematicamente, têm

³⁷ Apesar da citação usar o termo “benefício social”, estamos trabalhando aqui com o conceito de direito que se “diferencia de uma carência, de um privilégio e de um interesse. Carência e privilégio são, por definição, particulares e específicos (...).Direitos são universais, seja porque são os mesmos para todos, seja porque são universalmente reconhecidos quando explicitam diversidades (de gênero, religião, etnia, sexualidade etc.)” (CHAUÍ, 1994b:64).

³⁸ Sobre a noção de “Estado desertor”, ver AGUILAR (1994).

desestruturado e constrangido tanto instituições públicas, não ancoradas diretamente aos direitos sociais, como aquelas tradicionalmente mantenedoras do seu exercício, como é o caso da educação. É neste ponto que estamos diante de um quadro perturbador, pois, apesar de manter muito de suas características distintas, as duas Universidades tendem a esboçar uma resposta semelhante, reforçando a ideologia já hegemônica, ou seja, apresentando dados que corroboram sua produtividade³⁹; propondo parcerias ou vínculo mais estreito entre a pesquisa na universidade pública e o setor privado⁴⁰; incentivando a busca de fontes não-estatais para o financiamento da própria universidade⁴¹.

Nestes tempos de discursos uníssonos e ações, em grande parte, homogêneas, esta tendência pode ser desviada, caso as universidades (leia-se administradores, docentes, alunos e funcionários) coloquem-se como “vozes dissonantes”⁴².

Em se tratando de vozes que destoam e colocam novas questões, o estudo dos movimentos sociais é muito oportuno.

³⁹ O que é salutar, não fosse a tentativa de adequar a avaliação da produtividade de uma universidade à lógica de avaliação de empresas voltadas para o mercado.

⁴⁰ CHAUI (1994b:52), fornece argumentos valiosos para balizar os debates sobre as implicações mais radicais deste intercâmbio, pois, quando: “as pesquisas são financiadas por empresas e organismos privados que subsidiam a montagem e manutenção de laboratórios, bibliotecas e equipamentos, congressos e simpósios nacionais e internacionais, publicações, bolsas, viagens e cursos no estrangeiro. Como esses recursos externos são vinculados pelos órgãos financiadores direta e autonomamente a institutos e departamentos, orçamentos, finalidades e resultados dos trabalhos não são públicos, no duplo sentido do termo, isto é, não têm origem pública e não são publicizados. Além disso, os financiadores fazem uso privado da instituição pública, tendo em vista que esta forma os pesquisadores, cede seus espaços e infraestrutura, mas os resultados são apropriados privadamente pela fonte de financiamento.” Para a autora, isto é comumente visto “como modelo de modernidade porque desincumbe o poder público da responsabilidade com os cursos da pesquisa e recebe o nome de *cooperação entre a universidade e a sociedade civil*. Nela consagra-se a idéia de que a universidade é essencialmente prestadora de serviços, sendo por isso produtiva. É o tipo acabado de universidade *moderna* do Terceiro Mundo, visto que os grandes e verdadeiros financiamentos privados para pesquisas fundamentais e de ponta são destinados a universidades e institutos do Primeiro Mundo.”

⁴¹ A manchete do jornal *Folha de São Paulo*, de 04.02.96, é ilustrativa: “Universidades públicas resistem a buscar financiamento não estatal” o repórter coloca que são “tímidas as iniciativas das universidades públicas brasileiras na busca de fontes alternativas de financiamento. Seus orçamentos ainda são totalmente dependentes do Estado, que vem sinalizando _desde a década de 80_ que o ensino superior não é o prioritário. A Universidade de São Paulo (USP) _ maior do país, com uma comunidade de 80 mil pessoas _ consegue, ‘na melhor das hipóteses’, 10% dos seus recursos de outras fontes que não diretamente do governo do Estado (...). Desse total, cerca de 15% (...) vêm do setor privado”. A notícia segue com uma, novamente, enfadonha comparação acrítica com a realidade dos EUA, onde “a proporção chega a ser quase inversa”.

⁴² Estamos nos lembrando da resenha do livro organizado por SADER (1997), publicada na *Folha de São Paulo* de 12.06.97.

CAPÍTULO 3

TESES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA UNICAMP

3.1. Pós - graduação e movimentos sociais

A pós-graduação na UNICAMP tem uma importância destacada, constituindo um dos elementos para a construção de sua identidade. Também para cada Faculdade e Instituto, manter cursos de pós-graduação é fator de reconhecimento no meio acadêmico.

Os primeiros Instituto e Faculdades a abrirem cursos de pós-graduação foram: Faculdade de Odontologia (início do curso de Mestrado em 1962); Faculdade de Engenharia de Alimentos (Mestrado-1969); Instituto de Física (Mestrado e Doutorado-1970). Os demais cursos de Mestrado e Doutorado vieram em seguida a estas datas, de maneira que, hoje, a UNICAMP possui cursos de pós-graduação em todas os Institutos e Faculdades que a compõem.

Em conjunto, estes programas de pós-graduação têm como objetivo “a produção científica, tecnológica, cultural e artística da formação de pesquisadores e profissionais de alto nível” (Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação/Unicamp/95). No entanto, cada um dos programas possui aspectos e objetivos particulares, próprios à sua área de conhecimento e às linhas de pesquisa adotadas.

Para os fins deste trabalho, interessa conhecer mais de perto os programas de pós-graduação da área de Ciências Humanas, em especial, da Faculdade de Educação (FE), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do Instituto de Economia (IE), e do Instituto de Artes (IA), pois estas unidades concentram a produção acadêmica sobre movimentos sociais (havendo, também, um trabalho na Faculdade de Ciências Médicas - FCM). A criação dos cursos de pós-graduação nestas unidades percorre a década de 70 até meados da de 90 (Quadro 3).

Quadro 3- Relação dos Cursos de pós-graduação dos Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Instituto de Economia(IE), Faculdade de Educação (FE), Instituto de Artes (IA), UNICAMP, com data de início.

Unidade	Cursos/Áreas	Início	
		(M) Mestrado	(D) Doutorado
IE	Economia	1974	1978
	- Teoria Econômica		1992
	- História Econômica		1992
	- Política Econômica		1992
	- Política Social		1992
	Economia do Setor Público		1987
	- Política Agrícola		1987
	- Política Industrial		1987
	- Políticas Sociais		1987
IFCH	CIÊNCIAS SOCIAIS	1972	1985
	HISTÓRIA	1976	1984
	- História Social do Trabalho	1988	1992
	- História da Arte e da Cultura	1988	
	FILOSOFIA	1993	1993
	LÓGICA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA		
	- Lógica e Epistemologia	1982	1982
	- Filosofia Política	1982	1982
	ANTROPOLOGIA SOCIAL	1972	
	CIÊNCIA POLÍTICA	1974	
SOCIOLOGIA	1974		
DEMOGRAFIA		1993	
IA	MULTIMEIOS	1986	
	ARTES	1989	
FE	EDUCAÇÃO		
	- Filosofia e História da Educação	1975	1980
	- Psicologia Educacional	1975	1975
	- Administração e Supervisão Educacional	1975	1989
	- Metodologia do Ensino	1976	1983
	- Ciências Sociais Aplicadas à Educação	1984	1994
	- Educação Matemática	1994	1994

FONTE: Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação/UNICAMP/97

Na Faculdade de Educação (FE), os cursos de pós-graduação iniciaram-se em 1975. Dentre as linhas de pesquisa existentes, encontra-se a denominada “Movimentos sociais e gestão da Educação”. Também, entre os núcleos de pesquisa, está o GEMDEC-Grupo de Estudos: Movimentos sociais, Demandas Educativas e Cidadania. Desta forma, a FE possui recursos institucionais, professores e pesquisadores que trabalham com o tema movimentos sociais.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o programa de pós-graduação iniciou-se em 1972, com os cursos de Mestrado, e, em 1982, iniciaram-se os de Doutorado. No Departamento de História, em particular, tanto o programa de Mestrado,

aumento significativo da produção acadêmica sobre o tema, em particular nos anos 80 (CARDOSO, 1994).

1.3. Novos movimentos sociais

Novos movimentos sociais são “uma categoria européia, cunhada por intelectuais europeus para representar os movimentos de ação-direta da Europa”. (DOIMO: 1993, 41). São movimentos ligados, por exemplo, às questões do gênero, da etnia, das gerações, da paz e do meio ambiente.

Portanto, os códigos de identificação entre seus membros são mais relativos a fatores como sexo, etnia, idade e o gênero humano em conjunto (nos casos dos movimentos ecológicos e pacifistas), do que à classe social ou “ao código político estabelecido (esquerda/direita, liberal/conservador, etc.)” (OFFE, 1993:180).

Alguns destes movimentos trazem à tona, ainda que de maneira diferente ou atualizada, pautas de reivindicações anteriores aos próprios movimentos sociais mais tradicionais, priorizando direitos individuais e questões ligadas à moral e à ética. Isto porque, mais que preocupação com idéias sociais e interpretações históricas, estes movimentos “mobilizam princípios e sentimentos”. Os novos movimentos sociais “falam mais de uma autogestão que de um sentido de história e mais de democracia interna que de tomada de poder” (TOURAINÉ, 1994:263). Emergem “em torno de questões ligadas à cidadania civil, principalmente aquelas relacionadas à vida cotidiana e ao ambiente do desejo”, proclamando, já nos anos 70, “o reinado da subjetividade da pessoa humana contra o império das organizações racionais e da razão instrumental do Estado” (DOIMO, 1993:48).

Portanto, o que distingue o novo movimento não é a época de seu surgimento, posterior à dos tipos mais clássicos¹⁴, ou a novidade da demanda, mas, sim, a característica de apresentarem novos elementos culturais: pacifismo; tolerância e reconhecimento da diversidade cultural e humana; respeito à natureza; descentralização e autonomia em relação a partidos políticos e ao Estado; participação política mais

¹⁴ Em alguns países europeus de economia capitalista avançada, os novos movimentos sociais começaram a surgir em meados da década de 60, no Brasil, apareceram com maior evidência a partir dos últimos anos da década de 80.

democrática e direta¹⁵. Neste sentido, mesmo os movimentos sociais considerados tradicionais (como os do campo ou o sindicalismo), quando portadores destes elementos culturais, podem ser arrolados como novos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1993:24 e 49).

De fato, no Brasil dos anos 70 e 80, devido ao grau de miserabilidade de parcela significativa da população, os chamados novos movimentos sociais referiam-se a uma nova qualidade (os novos elementos culturais) dos movimentos populares, cujas demandas estavam ligadas à sobrevivência, e não à incidência de movimentos ecológicos, étnicos, etc. Esta nova qualidade os diferenciava, por exemplo, das Sociedades Amigos de Bairro ou das Associação de Moradores, da época e dos anos imediatamente anteriores (GOHN,1992, 1994).

Todavia, é usual considerar, mais estritamente, novos movimentos sociais como os de gênero, étnicos, ecológicos, geracionais, etc. O fato deles estarem presentes numa sociedade não exclui os outros tipos de movimentos sociais. Isto é, não significa que as demandas destes outros tipos e as contradições que eles refletem não estejam manifestas. Inclusive, nas sociedades com acentuada desigualdade sócio-econômica, as demandas vinculadas aos direitos tradicionais (como alimentação, habitação, etc.) têm, infelizmente, atualidade e coexistem com as novas preocupações, como, por exemplo, as questões ambientais e das relações entre os sexos. Algumas vezes, a própria demanda pela sobrevivência pode ser assumida pelos novos movimentos sociais, é o caso recente da Ação da Cidadania Contra a Fome, organizada no Brasil.

1.4. Movimentos messiânicos e ligados a religiões

As reivindicações destes movimentos estão vinculadas ao imaginário religioso, utilizando-se de temas como comunidade, justiça divina e vida após a morte, mas não deixam de estar relacionadas às carências da vida cotidiana, à justiça dos homens e à

¹⁵ Segundo OFFE (1993: 213), os valores veiculados nos novos movimentos sociais são o que de menos novo eles teriam. "Certamente não contém nada de 'novo' os princípios e exigências morais acerca da dignidade e da autonomia da pessoa, da integridade das condições físicas da vida, de igualdade e participação e de formas pacíficas e solidárias de organização. Todos estes valores e normas morais propugnados pelos mantenedores do novo paradigma político estão firmemente enraizados nas filosofias

questão do trabalho e da terra ¹⁶. No Brasil, os exemplos mais conhecidos são Canudos, Contestado e, mais recentemente, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

1.5. Movimento político-partidário

Este tipo de movimento está ligado, intrinsecamente, aos partidos políticos, sua base social privilegiada é parte da organização e liderança dos mesmos. Age com a finalidade de provocar mudanças ou transformações substanciais no cenário social, a favor de seus objetivos político-partidários.

A história brasileira recente demonstra que os partidos políticos, mesmo quando não se transfiguram em movimento, têm um papel fundamental na maioria dos movimentos sociais, estando presente na organização e articulação dos mesmos e sendo o pivô ou fomentador dos conflitos inter e entre movimentos (BOSCHI, 1987; JACOBI, 1989 ; GOHN, 1985). Ainda assim, pode-se dizer que, em nosso meio, os partidos políticos estão mais orientados para intervir na esfera política, junto ao Estado, do que na sociedade civil, na qual, a grosso modo, suas ações privilegiam a questão eleitoral (TOURAINÉ, 1989).

1.6. Movimento estudantil

Um marco deste movimento é a rebelião estudantil do final dos anos 60, “quando os estudante se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas, em grande parte estimulados pela extraordinária irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental.” A partir daí, tornou-se “inegável que os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido...” (HOBSBAWN, 1995:280 a 292).

políticas (assim como nas teorias estéticas) modernas dos últimos séculos, e foram herdadas dos movimentos progressistas tanto da burguesia, como da classe trabalhadora.”

¹⁶ Ver por exemplo nos *Cadernos Lutas Populares no Brasil - Cesap no.3*, o seguinte trecho: “A guerra de Canudos aconteceu porque os latifundiários não podiam aceitar a pregação igualitária do Conselheiro e muito menos o seu lema A terra não tem dono. A terra é de todos”. Ver também *Revista USP-Dossiê Canudos e PEREIRA DE QUEIROZ (1977)*.

Na literatura, o movimento estudantil pode ser considerado como revolucionário, quando visa provocar transformações nas esferas política e econômica e se articula ao movimento operário; ou como reformista, ao direcionar suas reivindicações para o interior das universidades (por exemplo, as preocupações com a mensalidade, mudanças administrativas, relações autoritárias na vida acadêmica, etc.). Mas, a despeito disso, tal movimento influi e se move, primordialmente, na arena da cultura, mudando valores nas relações de hierarquia, de sexos e de gerações (isto o aproxima dos novos movimentos sociais, particularmente os dos jovens).

No Brasil dos anos 80 e 90, os estudantes (secundaristas e universitários) realizaram manifestação em defesa da escola pública ou em repúdio às políticas educacionais. É de se notar, também, a presença de estudantes em movimentos políticos (MARTINS FILHO, 1987), como o de luta pelas eleições Diretas, em 1984, e o do impedimento, em 1992, do então Presidente da República Fernando Collor de Melo.

1.7. Movimento de elites econômicas

Este movimento é menos freqüente na história das sociedades, pois sua base social, as elites econômicas, quando coagida a defender seus interesses, prefere fazê-lo pressionando o próprio Estado, utilizando-se de seu poder econômico e da força das tradições políticas que lhe são favoráveis. Isto é, apesar de também se mobilizarem em movimentos sociais, para realizar suas demandas, as elites econômicas, privilegiam outras formas de atuação social e política, principalmente os lobbies, o jogo de influência e, com freqüência, fazendo parte do próprio Estado.

Um exemplo brasileiro são os grandes proprietários de terra que, para a defesa de seus interesses, mantêm um número expressivo de deputados no Congresso Federal, a bancada ruralista, e organizam-se num movimento social, a UDR (União Democrática Ruralista).

1.8. Movimento ideológico

O movimento ideológico perpassa todos os outros tipos de movimentos sociais, expressando os ideais de grupos sociais e da sociedade, numa conjuntura histórica.

Entretanto, segundo GOHN (1997), existem certos movimentos que propagam-se, através de séculos, por meio das ideologias que criam, como, por exemplo, o Cristianismo, o Anarquismo, o Liberalismo e o Marxismo¹⁷.

Neste trabalho não serão consideradas as teses e dissertações sobre este movimento social, uma vez que, grande parte dessas pesquisas, caracterizam-se por ser discussões teóricas sobre ideologia política e não sobre os movimentos sociais que inspiram. Todavia, foram incorporados os trabalhos que tratam das ideologias no interior dos outros tipos de movimento social.

¹⁷ Sobre estas ideologias ver, por exemplo, OLIVEIRA (1987).

CAPÍTULO 2

TESES E CONJUNTURA SOCIAL

Este capítulo será construído através da justaposição de duas imagens: dados das teses e dissertações sobre movimento social (também das Universidades onde foram produzidas) e cenas da conjuntura política e social do Brasil, no período de 1970 a 1995.

A opção por esta justaposição está pautada na íntima ligação existente entre interesse acadêmico na área dos movimentos sociais e o movimento da realidade social, política, econômica e cultural que deu origem aos movimentos.

O interesse acadêmico também está vinculado à matriz teórica que norteia o trabalho científico e influi no conhecimento produzido. Neste sentido, estamos trabalhando com a afirmação de que há uma importante reciprocidade entre realidade social, conhecimento produzido e matriz teórica, enfatizando, neste capítulo, os dois primeiros elementos desta tríade.

Mas esta inter-relação não é exclusiva do tema movimento social, nem uma novidade na ciência. Ao contrário, a questão, embutida nas controvérsias sobre a objetividade, foi analisada em COMTE, DURKHEIM, MARX e WEBER (também em MANNHEIM), para lembrar apenas alguns dos clássicos das Ciências Sociais¹⁸. Com respeito ao movimento social, em particular, foi tratada por autores como HOBBSBAWN (1995), GOHN (1991), DOIMO (1993), SCHERER-WARREN (1983, 1993), JACOBI (1989), CARDOSO (1995).

Todavia, este capítulo não pretende repassar a rica discussão sobre a objetividade do conhecimento no campo das Ciências Sociais, nem retomar as análises já realizadas sobre os movimentos sociais. Pretende, sim, admitir, como um pressuposto, a relação entre produção teórica e movimento da realidade para, a partir disso, reconhecer, em conjunto, o cenário sócio-político e as teses sobre movimentos sociais.

¹⁸ Efetivamente, “tanto o positivismo, quanto o historicismo, como o próprio marxismo, partem da hipótese de que existe uma realidade social, uma realidade histórica, só que pelo menos para o historicismo e para o marxismo existe uma relação dialética entre o sujeito e o objeto do conhecimento” (LÖWI, 1995:88)

2.1. Teses e Cenário sócio - político

No período de 1970 a 1995 a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade de São Paulo (USP) produziram 322 teses e dissertações sobre movimentos sociais dos tipos considerados (116 e 206 pesquisas, respectivamente).

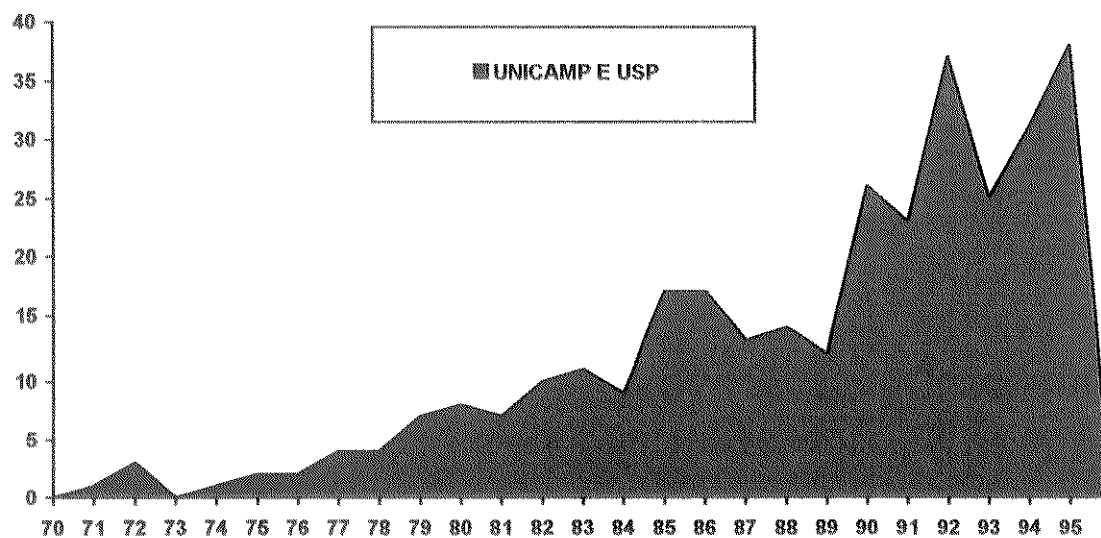


Figura 1 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais (dos trabalhadores; populares; novos movimentos sociais; messiânicos e ligados à religião; político/partidários; estudantis; de elites econômicas), realizadas na UNICAMP e na USP, entre 1970 e 1995.

Durante este período, as análises teóricas e os próprios movimentos sociais passaram por modificações substanciais. Especialmente no caso dos movimentos populares brasileiros, estas modificações ocorreram devido tanto a fatores “exógenos”, consolidação democrática e absorção de lideranças populares pela institucionalidade, quanto “endógenos”, redefinição da educação popular e do papel da Igreja, remodelação das Organizações não Governamentais (ONGs), (DOIMO, 1993:17). De fato, novas conjunturas e uma efervescência político-social marcaram estes 25 anos e, de alguma forma, as teses e dissertações acompanharam este movimento da realidade.

A década de 70, sob os governos militares de Médice (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), foi um dos momentos de maior centralização e violência por parte do Estado. O regime autoritário e seus vários tentáculos reprimiram e cassaram a cidadania de forma violenta, com a morte, o exílio e a tortura dos que resistiam e

insistiam em exercê-la como um direito. As punições políticas são exemplos, ainda que amenos, desta repressão (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 - NÚMERO DE PUNIÇÕES POLÍTICAS POR ATO INSTITUCIONAL, BRASIL: 1964-1973

Ato	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	Total
n. 1	2.990										2.990
n. 2		4	167	138							309
n. 5					14	937	231	58	78	81	1.399
n.10						41	69	11	4	1	126
n.16						17					17
T.	2.990	4	167	138	14	995	300	69	82	82	4.841

FONTE: SANTOS (1990)

Quadro 2 - TIPO DE PUNIÇÃO POLÍTICA, BRASIL: 1964-1973

Tipo de Punição	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	Total
Perda Direito Político	270		86	83	2	66	10				517
Cassação de mandato	121		66	3	11	313	27				541
Aposentado	575			2	1	348	108	35	21	34	1124
Reformado	585		1	17		139	71	10	11	10	844
Demitido	1439	4	14	33		129	84	24	50	38	1815
T. Geral	2.990	4	167	138	14	995	300	69	82	82	4841

FONTE: SANTOS (1990)

Este período também preparou o caminho para a abertura, obra das lutas populares, de elites progressistas e da própria cúpula do governo de então. O processo de liberalização ocorreu como exigência da sociedade civil e com o planejamento do governo militar, o que parece um contra-senso. Uma das razões para isto é que o bloco autoritário não era monolítico e as fissuras existentes agravaram-se em meados da década de 70, sugerindo à sociedade civil que algumas formas de organização autônoma não seriam reprimidas. Quando a “repressão cede, seja por que razão for, a primeira reação é uma

explosão de organizações autônomas da sociedade civil” (PRZEWORSKI, 1994:82-86). A distensão, portanto, foi consequência de antiga dissensão entre os militares e efeito de uma intensa mobilização popular.

É nesta década, por exemplo, que ocorreram os movimentos populares e trabalhistas que simbolizam a luta pela reconquista da cidadania. Os movimentos populares foram organizados em torno, principalmente, da ala progressista da Igreja Católica (ligada à Teologia da Libertação e atuando nas CEBs). Dentre eles destacamos o Movimento do Custo de Vida (MCV, mudando, depois, para MCC - Movimento Contra a Carestia), iniciado em 1974 e cujo pico mobilizador foi em 1978. Neste mesmo ano, o movimento operário, que tinha integrantes no movimento popular, passou a ser conhecido dentro e fora do país, a partir das greves no ABC paulista (DOIMO, 1993).

Também na academia a maioria das teses e dissertações sobre movimentos sociais, concluídas nos anos 70, abordaram os movimentos de trabalhadores e o popular¹⁹ (Figura 2):

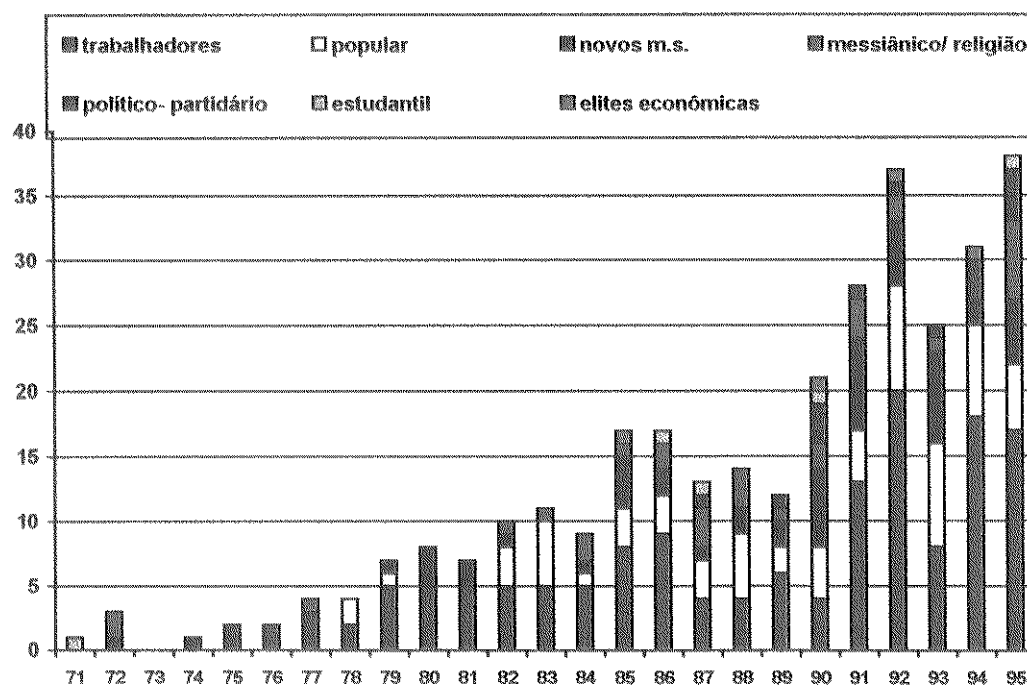


Figura 2 - Tipos de movimentos sociais abordados pelas teses e dissertações realizadas na UNICAMP e na USP, entre 1970 e 1995.

¹⁹ As pesquisas sobre novos movimentos sociais da década de 70, registradas na Figura 2, analisam o movimento das mulheres trabalhadoras (ver Anexos 1 e 2).

Tendo em vista que a maior parte dos programas de pós-graduação da UNICAMP e da USP, assim como das demais universidades brasileiras, foram instituídos ou consolidados na década de 70, é possível concluir que estas Universidades estão pesquisando sobre os movimentos sociais desde o início da reformulação do sistema de pós-graduação. O interesse no tema é perene e crescente (Figuras 1 e 2), estando vinculado à conjuntura sócio-político-cultural do país e ao surgimento e ressurgimento, em cena pública, destes sempre “novos personagens” (SADER, 1987).

Nos anos 80, por exemplo, os movimentos sociais mais estudados ainda foram os populares e os dos trabalhadores, no entanto, começaram a surgir, em maior número, os novos movimentos sociais, os movimentos messiânicos e ligados a religião. As pesquisas sobre estes últimos, como que ‘coladas’ à realidade, tratam, principalmente, das CEBs e da Teologia da Libertação, que exerceram grande influência nos movimentos populares destes anos e da década anterior (Figura 2 e Anexo 1 e 2).

Na dinâmica da realidade, os “anos 80 iniciaram-se com os movimentos sociais fortalecidos. Recém-criados a partir da conjuntura política brasileira dos anos 70, vários movimentos sociais haviam acabado de dar um salto qualitativo, saindo das reivindicações isoladas para formas mais amplas das demandas em grandes blocos. O movimento sindical cria a Conclat, depois a CUT, a CGT e a USI. O movimento popular cria a CONAM, a ANAMPOS etc.”(GOHN, 1991:10)

Em 1984, ocorreu o movimento das Diretas-Já, para que fosse aprovada a emenda Dante de Oliveira, que versava sobre eleições diretas para presidente. Em poucos meses “a Campanha das Diretas empolgou o país e logrou mobilizar milhões de pessoas. Ela colocava na ordem do dia, não só o desejo de parte substancial da população de votar para presidente da República, mas outra vez sua aspiração de conquistar de maneira plena a sua cidadania” (MOISÉS, 1990:31). Apesar do movimento, houve a passagem indireta do governo militar para o civil, com Tancredo Neves assumindo a Presidência. Devido à

morte deste, logo após a posse, o assume o vice Sarney (1985-1990), ex-senador e político bem ajustado com os governos militares.²⁰

Somente em 1989, 25 anos depois de instalado o regime militar, a população elegeu diretamente o Presidente da República. Esta eleição trouxe o legado de autoritarismo e do processo de privatização da coisa pública, inscrita no Estado e também na sociedade²¹. A vitória de Collor (42,75% dos votos) sobre o candidato Lula (do Partido dos Trabalhadores, 37,86% dos votos) “foi a vitória da elite política tradicional, da elite econômica do setor privado, do capital financeiro, dos setores empresariais ligados à grande e média empresa, dos representantes da Nova Direita _ o que clamam por menos Estado e mais mercado, inclusive aí os representantes do ‘agro-busines’ moderno e produtivo” (AVELAR, 1994:54).

Em 1988, após um processo constituinte que volta a mobilizar setores organizados da sociedade, é elaborada a nova Constituição. Nela estão inscritos avanços consideráveis em relação aos direitos sociais e políticos, tais como: extensão do sufrágio aos analfabetos; garantias ao movimento sindical (autonomia em relação ao Estado e direito à greve); ampliação e preservação dos direitos à igualdade, de minorias como os portadores de deficiência (acesso a equipamentos de educação e saúde, por exemplo); introdução de mecanismos de participação popular (o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular).

Entretanto, como visão geral, para o Brasil e para um grande número de países, esta década foi marcada “por forte recessão econômica, empobrecimento do Estado e de amplas camadas da população” (AVELAR, 1994:53). Inclusive no mundo capitalista desenvolvido, problemas como pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade,

²⁰ Para F. FERNANDES (1985), o processo de transição “queria dizer simplesmente, que a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democracia *sui generis*, que sairia das entranhas do regime”.

²¹ Ao dizermos que a sociedade brasileira é autoritária, estamos pensando em “certos traços gerais das relações que se repetem em todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura). Vivemos numa sociedade verticalizada e hierarquizada (embora não o percebamos) na qual as relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma da cumplicidade (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais), ou sob a forma do mando e da obediência entre superior e inferior (quando os sujeitos sociais são percebidos como diferentes, a diferença não sendo vista como assimetria, mas como desigualdade). Não existe no Brasil, a idéia da Revolução Francesa de igualdade de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos. A forma autoritária da relação é marcada por aquilo mesmo que a realiza e a conserva: as relações de favor, tutela e clientela” (CHAUI, 1994a).

que pareciam ter sido eliminados há uma geração, reapareceram depois de 1973 e, “na década de 80 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão...”. Espetáculo decorrente do aumento da desigualdade social e econômica, dentro da qual o candidato a campeão mundial é o Brasil, já denominado, sem exagero, de “monumento de injustiça social” (HOBSBAWN, 1995:396-397).

Sob o impacto desta desestruturação social e econômica, os últimos anos da década anunciaram os primeiros contornos daquilo que seria melhor delineado nos anos 90, ou seja: a descrença nas instituições políticas e um esfriamento das utopias como motores das ações coletivas. Os movimentos sociais brasileiros tenderam a desestruturar-se, apesar das conquistas e manifestações exemplares dos anos antecedentes, fazendo-nos lembrar a que disposição para a participação não é mantida somente pelas vitórias, mas, sobretudo, pela esperança, ou melhor: o que desmobiliza as pessoas e movimentos não são somente as derrotas que porventura possam sofrer, mas, principalmente, a perda da esperança (BERTRAND, 1989).

Em suma, nestes anos “os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de sujeitos políticos hoje reconhecidos como interlocutores legítimos no jogo político nacional. Essa década, vivida sob o signo da esperança democrática, encerrou-se, no entanto, com o espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana. Entramos nos anos 90 vivendo o paradoxo de uma democracia consolidada nas suas instituições e nas regras formais do jogo político, mas que convive cotidianamente com a violência, a violação dos direitos humanos e a incivilidade nas relações sociais.” (TELLES, 1994:7)

Neste quadro, a alternativa que mais obteve repercussão, junto a parte da população e à elite política, foi a propagada pelos ideólogos do neoliberalismo.

Os anos 90 iniciaram sob uma crise de paradigmas, simbolizada pela entrada do capitalismo na antiga União Soviética e pela derrubada do Muro de Berlim (1989), que separava as, até então, Alemanha Ocidental e Oriental. Para PRZERWORSKI (1994:22), “aquilo que morreu na Europa Oriental foi a própria idéia de administração racional das coisas para satisfazer às necessidades humanas _ a viabilidade de instalar a propriedade pública dos recursos produtivos por intermédio de um controle centralizado; foi o projeto de fundar a sociedade na cooperação desinteressada, a possibilidade de dissociar as contribuições sociais das recompensas individuais. Se, hoje em dia, as únicas idéias relativas à ordem social provêm da Direita, é porque o projeto socialista _ forjado na Europa Ocidental entre 1848 e 1891 e que inspirou os movimentos sociais em todo mundo desde então _ fracassou, no Leste e no Oeste”. Já para Furtado (1997a), o “que aconteceu foi a falência do tipo de organização econômica praticada no Leste. Eles tiveram muitas vitórias sociais, mas praticaram uma planificação que só funciona em época de guerra ou de grandes reformas.(...) Como se confundia socialismo com o Muro de Berlim, que era uma impostura histórica, pagou-se um preço enorme no campo das idéias socialistas”.

De qualquer forma, a ideologia neoliberal²² encontrou campo fértil de disseminação nestas décadas de crise, não só social e moral, mas também econômica e política, minando a possibilidade do Estado empreender ações reguladoras da economia e das relações sociais e de trabalho. Por ser “uma ideologia em estado puro, essa tradição acredita na capacidade quase mágica da iniciativa privada” (CHAUI, 1992), embora seja quase impossível seguir este preceito. Até mesmo governos que são a própria propaganda neoliberal, entre eles os EUA e a Grã-Bretanha, sob a aparência de estimular as forças do mercado, administram e orientam suas economias (HOBSBAWN, 1995).

Contudo, e talvez por isso, os movimentos sociais no Brasil adquirem uma qualidade diferente daquela dos anos anteriores. Entre outras coisas, eles têm, atrás de si, um aprendizado de relação com as diversas facetas do Estado, pois, ao longo do tempo, em conjunto com a intenção de autonomia, os movimentos sociais, em particular os populares, mantiveram alguma forma de interação com a “institucionalidade política”

²² Ver, por exemplo: SADER (1995), DRAIBE (1993) e *Revista USP-Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*.

(DOIMO, 1993:141-142). Ao chegarem nos anos 90, já haviam enfrentado o Estado ditatorial; mantido relações com governos comprometidos com a democratização e participado de administrações públicas, notadamente municipais e do Partido dos Trabalhadores, ligadas aos próprios movimentos.

Houve, ainda, o envolvimento em dois momentos políticos importantes: em 1992, a deposição do Presidente Collor, acusado de corrupção. Em vários pontos do país ocorreu manifestação popular de grande repercussão, com a participação entusiasmada dos estudantes dos segundo e terceiro graus (denominados caras-pintadas), lembrando o movimento pelas diretas²³. Em 1994, as eleições para a Presidência, Senado e Congresso.

Estas últimas eleições tiveram, à frente da disputa presidencial, os candidatos Lula (Partido dos Trabalhadores) e Fernando Henrique Cardoso (Partido Social Democrata Brasileiro). Os candidatos são provenientes de meio social, cultural e econômico distintos: o primeiro, líder sindical, presidente do PT e ex-deputado federal; o segundo, acadêmico, ex-deputado, ex-senador e ministro da economia do governo imediatamente anterior. Ambos destacaram-se na vida pública por defenderem posições favoráveis às lutas populares. Fernando Henrique Cardoso, todavia, elegeu-se ao lado de figuras de perfil político liberal-conservador que estão no (e em concordância com o) poder desde, pelo menos, a década de 70, e propôs, como diretriz de governo, a política “centro - sinistra” de “aceitar a abertura dos mercados mundiais e lutar para manter ou restabelecer a reintegração da sociedade” (TOURAINÉ, 1997).

Portanto, nos anos 90, a qualidade diferente dos movimentos sociais é reflexo de fatores intrincados, tais como o aprendizado decorrente da interação com o Estado e da participação nos momentos cruciais da vida nacional; as modificações internas ao movimento advindas, principalmente, da atuação prioritária junto às ONGs e da redefinição do papel da Igreja e dos ideais e tarefas das lideranças e assessorias; as mudanças conjunturais ocorridas entre a segunda metade dos anos 80 e início dos 90,

²³ O episódio do impedimento teve também, como protagonistas, as elites políticas, tanto conservadora como progressista. “O movimento pelo impeachment do presidente eleito foi orquestrado por uma parcela desta elite insatisfeita com os rumos da política econômica, ressentida com sua não participação nas políticas. As ações de corrupção, exacerbadas, deram margem a que alguns dos excluídos pelo esquema denunciassem a administração federal paralela e a serviço de interesses particulares” (AVELAR, 1994:54).

sobretudo a ofensiva neoliberal em todo mundo e o processo de redemocratização no Brasil²⁴.

Estes fatores ajudam na compreensão da menor visibilidade dos movimentos sociais, especialmente, os populares, que vivem uma espécie de refluxo ou crise (F. OLIVEIRA, 1994; GOHN, 1992)²⁵. Nestes anos, estão em foco os novos movimentos sociais, “centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana”, bem como ligados à reação no plano moral (GOHN, 1994:4).

O Movimento pelo Impeachment, Movimento da Cidadania contra a Fome, Movimento pela Ética na Política, Movimento Viva Rio e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, se inscrevem-se no rol destes novos movimentos sociais, com a característica peculiar de que, em nossa realidade, não é possível deixar de acrescentar, às novas demandas, as reivindicações de direitos sociais tradicionais: abrigo, comida, saúde e educação.

De forma semelhante, as pesquisas acadêmicas sobre os novos movimentos sociais também cresceram no final dos anos 80 e início dos 90. Entre 1990 e 1995, houve um considerável aumento no número de teses e dissertações concluídas sobre este tipo de movimento (Figura 2).

Aliás, este salto numérico não é restrito aos estudos sobre os novos movimentos sociais. Para todos os demais tipos considerados, o número de trabalhos concluídos é sempre crescente (no caso do movimento dos trabalhadores, há uma pequena queda no número de pesquisas na segunda metade dos anos 80, voltando a aumentar nos anos

²⁴ A valorização da autonomia da sociedade civil trouxe para os movimentos sociais as possibilidades e os riscos da participação mais acentuada (chegando quase à incorporação) em redes de ONGs, nas parcerias e nos conselhos instalados em órgãos públicos. O risco está em encorpar a ideologia que prega a substituição do Estado pela sociedade e, por tabela, estimular o desencanto da população com as instituições políticas. Além do que, quando as parcerias são com órgãos públicos, estes tendem a ser os mandatários e gestores das ações. No limite, pode haver a convergência dos movimentos para os partidos e para as associações mais estruturadas, o que desemboca na sua institucionalização e, por conseguinte, descaracterização como movimento social. Como reverso da moeda, as possibilidades estão imbutidas no fortalecimento da sociedade civil por meio da participação nas arenas políticas, podendo, aí, desenrolar-se um processo de aprendizado.

²⁵ O movimento no campo vai contra esta tendência e, com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) à frente, pode ser considerado o que mais cresceu em força política e resultados concretos neste período.

subsequentes), concentrando maior produção no último quinquênio do período estudado (com exceção do movimento estudantil).

No cômputo geral, 55,9% da produção sobre movimentos sociais está agregada entre 1990 e 1995. Temos algumas hipóteses sobre este crescimento²⁶, pode ter ocorrido uma política interna das Universidades incentivando a conclusão de teses e dissertações neste período; uma maior importância atribuída pela academia ao tema e; o ingresso de ex-militantes/assessores dos movimentos nos programas de pós-graduação (este fenômeno denota ou sinaliza uma tendência nos anos 90: maior especialização das assessorias e, ao mesmo tempo, uma busca de realização pessoal, em termos de carreira, por parte dos assessores/militantes, agora estudantes).

2.2. Universidades e cenário sócio - político

Se entendermos universidade como “comunidade (mais ou menos autônoma) de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em nível superior”, podemos admitir que as primeiras universidades “surgiram na Europa Ocidental, no início do século XIII.” Neste sentido, a UNICAMP e a USP fazem parte daquela “aventura intelectual e social iniciada há sete séculos em uma pequena região da Europa e, que, atualmente diz respeito ao planeta inteiro, dezenas de milhares de indivíduos e uma parte crescente dos recursos individuais e coletivos.”(CHARLE & VERGER, 1996:7-13 e 127)

Como “o ensino superior não pode ser visto como um conjunto fechado separado do mundo”, há sete séculos essa aventura intelectual sofre influência dos poderes sociais, políticos e econômicos, influência que pode vir, por exemplo, como ameaça, subjugação ou condição para a autonomia. (CHARLE & VERGER, 1996:28 e 128).

Portanto, a tarefa de analisar o percurso histórico da UNICAMP e da USP exige, no mínimo, compreender a conjuntura cultural, política e econômica do Brasil, no período de sua fundação e desenvolvimento, da mesma forma que é necessário conhecer a trajetória intra-institucional de ambas. Uma vez que esta não é uma tarefa deste trabalho,

²⁶ O que será visto com mais detalhes nos próximos capítulos

nos propomos apresentar uma visão geral das Universidades para situar a produção acadêmica sobre movimento social.

2.2.1. UNICAMP

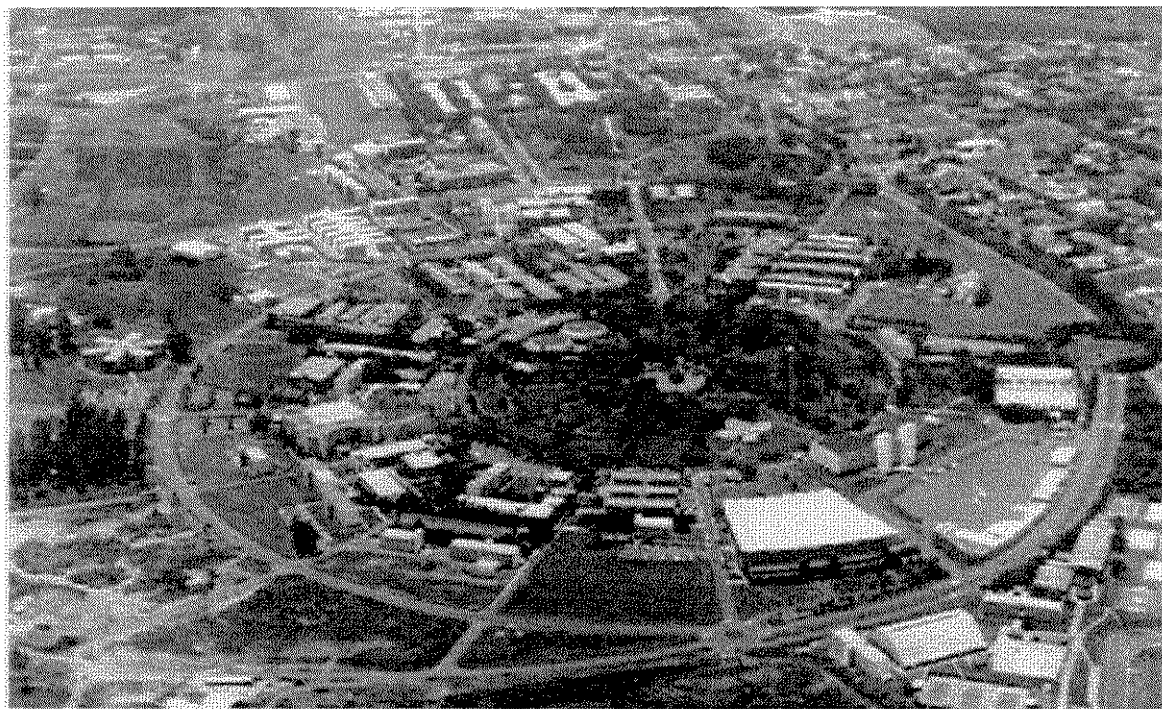


Foto 1. Vista Parcial da UNICAMP

cedida pela Assessoria de Imprensa/UNICAMP

A Universidade Estadual de Campinas é bastante jovem, completou 30 anos em 1996. Embora os primeiros passos para a sua fundação tenham sido dados já na década de 40, com o movimento pela criação da Faculdade de Medicina em Campinas, a UNICAMP entrou efetivamente em funcionamento em 19 de dezembro de 1966. Tendo em vista que a UNICAMP, como toda universidade de seu porte, faz parte da história cultural, social, política e econômica tanto da sociedade local, como da mais ampla, é relevante observar que o início da Universidade coincide com os primeiros anos da ditadura militar no Brasil (período de progressiva perda da autonomia universitária).

Naquela conjuntura de regime militar, as diretrizes da UNICAMP estavam em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país²⁷ e com a linha tecnocrática, baseada nos princípios da racionalidade, eficiência, produtividade e economia. Isto é, respondia à pressões e interesses estratégicos para o período: “a emergência da UNICAMP em 1966 vinha satisfazer especialmente aspirações de ordem técnica, industrial e de especialização qualificada.” (*Jornal da Unicamp*, ano X, out.96, n.115).

O “projeto de instalação da UNICAMP veio responder à demanda crescente por pessoal qualificado numa região do Brasil, o estado de São Paulo, que já nos anos 60 detinha 40% da capacidade industrial e 24% de sua população ativa.

Até então o sistema de ensino superior estava voltado para a formação de profissionais liberais solicitados pelo processo de urbanização, como advogados, médicos e engenheiros civis. Necessitava-se, portanto, de uma universidade que desse ênfase especial à pesquisa tecnológica e mantivesse desde o início sólida vinculação com o setor produtivo...” (Um Breve Guia da UNICAMP/96).²⁸

Mas, paradoxalmente, mesmo correspondendo a estas demandas, a UNICAMP garantia a permanência de professores de convicções políticas e opções teóricas diversas, inclusive daqueles que estavam em franco desacordo com os modelos vigentes, tanto de universidade quanto político-econômico. Isto porque ela era uma das poucas, senão a única, universidades brasileiras com “relativa autonomia institucional, apesar de estar sob a égide de um governo e de uma legislação (após 1968) autoritários que cercearam a iniciativa de diversas das Universidades do país em todos os aspectos: político, financeiro, administrativo e acadêmico. E isto apesar de seu reitor, nomeado diretamente pelo governador de São Paulo sob a aprovação do Presidente da República, ser representante legítimo deste Estado autoritário e interventor”. Neste sentido, a autonomia e a liberdade

²⁷ Para LIMA (1989:105), a “adequação da Unicamp à realidade de seu tempo durante a sua construção, deu-se mediante a sua vinculação competente ao processo de modernização capitalista em curso naquela época...”

²⁸ A ligação com o setor produtivo, ainda hoje, é bastante alardeada, sobre isto, ver o artigo “Unicamp busca R\$ 25 mi com empresas para manter pesquisas”, da *Folha de São Paulo* de 17/09/95, o qual esclarece que este montante é conseguido através de investimentos das empresas privadas e de agências de pesquisa.

na UNICAMP eram relativas e “consentidas”, uma vez que deviam muito às características pessoais e ao prestígio que Zeferino Vaz, reitor à época, gozava junto às autoridades de então (MENEGUEL, 1994:112 e 157).

Entretanto, com a dinâmica da vida universitária e do meio social, o modelo tecnocrático foi expandido para outras direções, em particular, para a Economia e para as Ciências Sociais, como demonstra a cronologia da criação de suas Faculdades e Institutos: inicialmente foi privilegiada a consolidação dos Institutos de Ciências Básicas (Física, Química e Matemática); em seguida, as Faculdades de Engenharia (Elétrica, Mecânica, Química, Civil, de Alimentos e Agrícola), juntamente com o fortalecimento dos cursos de Medicina, Biologia e Odontologia, já existentes; após isto, o desenvolvimento dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Economia, Linguística e Literatura e, finalmente, a criação dos cursos na área de Artes (exceto de Música, que existia anteriormente).

Mas, esta cronologia demonstra, também, que “a rapidez com que foram implantados os cursos de Tecnológicas contrasta com a lentidão com que foram instalados os cursos das áreas de Ciências Humanas e Artes, dando a entender que eles não eram prioridade da Universidade.(...) os cursos de Ciências Humanas começaram a ser implantados apenas na década de 1970, sendo que os primeiros a funcionar atendiam diretamente aos interesses das empresas _ Economia e Administração. Os cursos de Artes, por sua vez, tiveram início apenas na década de 80...” (MENEGUEL 1994:152).

De qualquer forma, além da interação com o setor privado, a Universidade mantém relação com o setor público. No caso das Ciências Sociais e Economia, por exemplo, é marcante o fato de que “ideólogos dos mais importantes partidos atuais tenham emergido de seus departamentos” e que, a partir dos anos 80, a Universidade passasse “a fornecer quadros para os altos escalões administrativos e políticos _ coisa que, entre as universidades, era prerrogativa da USP e, em termos mais remotos, das escolas de direito de Recife, Bahia e do Largo de São Francisco...” (*Jornal da Unicamp*. Ano X, out.96, n.115).

A UNICAMP construiu sua identidade, principalmente, através das atividades de pesquisa e dos cursos de pós-graduação. Isto pode ser traduzido por números, a UNICAMP: a)tem uma área física de 2.949.399m² (área construída: 403.740 m²);

b) possui 10 Faculdades e 10 Institutos²⁹; c) conta com cerca de 2.000 professores (aproximadamente 80% deles com titulação mínima de Doutor); d) responde por, aproximadamente, 15% de toda a produção científica nacional, são 6.200 projetos de pesquisa em andamento e mais de mil teses produzidas em 1995; e) concentra, sozinha, 12% dos estudantes brasileiros de Mestrado e Doutorado; f) concentra, ainda, 7% do corpo docente de pós-graduação do país (dados do SIARQ/UNICAMP, do *Relatório do Biênio abr.94-abr.96 e, Folha de São Paulo* de 05.10.96).

É importante, entretanto, não correr o risco de congelar a imagem de uma Universidade, seja em sua história passada ou recente. Nos tempos atuais, a UNICAMP, em conjunto com outras universidades brasileiras, está sofrendo transformações causadas pelas políticas de reestruturação (ou desestruturação) das instituições de ensino. As respostas a estas pressões podem significar acordo, sujeição ou reação, indicando a diretriz de seu desenvolvimento no futuro próximo³⁰.

Em suma, a imagem de uma universidade como a UNICAMP, inserida num cenário social complexo, é necessariamente dinâmica e multifacetada. Pelo prestígio de seus cursos de pós-graduação, é conhecida como *escola de escolas*³¹. Pelas pesquisas desenvolvidas, sobretudo na área tecnológica, é chamada de *usina de pesquisa*³². Para a população da região de Campinas, que necessita dos serviços de saúde oferecidos pela

²⁹ Faculdade de Ciências Médicas; Faculdade de Educação; Faculdade de Educação Física; Faculdade de Engenharia Agrícola; Faculdade de Engenharia de Alimentos; Faculdade de Engenharia Civil; Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação; Faculdade de Engenharia Mecânica; Faculdade de Engenharia Química; Faculdade de Odontologia de Piracicaba; Instituto de Artes; Instituto de Biologia; Instituto de Economia; Instituto de Estudos da Linguagem; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Instituto de Física "Gleb Wataghin"; Instituto de Geociências; Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Computação e Instituto de Química.

³⁰ A UNICAMP, por exemplo, tem anunciado (e, desta forma, denunciado) os possíveis cortes de verbas estaduais e a necessidade de fazer reformas administrativas. Ao mesmo tempo, tem divulgado e valorizado seus índices de produtividade. Ver a notícia do jornal *Correio Popular* de 19/11/96: "Unicamp corre risco de perder R\$ 19 milhões".

³¹ A maioria dos alunos da pós-graduação são profissionais já atuantes em outras Universidades do país e do exterior, desta forma, a UNICAMP cumpre um papel singular: "o de 'escola de escolas', ou seja, de instituição que ajuda a consolidar academicamente outras instituições" (*Jornal da Unicamp*, ano X, out.96, n.115).

³² "Atuando como autêntica 'usina de pesquisa' e como um centro de formação de profissionais de alta qualificação, a Unicamp atraiu para suas imediações todo um polo de indústrias de alta tecnologia interessadas em comercializar o produto acadêmico" (*Um Breve Guia*).

Universidade, ela é, principalmente, um *complexo hospitalar*³³. Para os alunos, professores e funcionários, é, sobretudo, um *local de trabalho e de estudo*. Nos finais de semana, para parte da comunidade que reside nos arredores do campus, a UNICAMP transforma-se em *espaço de lazer*.

2.2.2.USP



Foto 2. Vista Parcial da USP

cedida pela Assessoria de Imprensa/USP

A Universidade de São Paulo foi fundada em 25 de janeiro de 1934 e é a primeira do país, pois, até aquela data, as escolas superiores existentes não podiam ser consideradas verdadeiras universidades (congregando e integrando as diversas áreas de conhecimento).

A fundação da USP ocorreu quatro anos após a Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas à Presidência. “Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada.” Em particular, a criação da USP “decorreu, por um

³³ O sistema de atendimento médico e hospitalar cobre uma região de 90 cidades e uma população de, aproximadamente, cinco milhões de pessoas (*Jornal da Unicamp*, ano X, out.96, n.115).

lado, da existência na capital, desde a Primeira Guerra Mundial, de um vivo debate das principais questões educacionais, com propósitos reformadores; por outro lado, do fato de os principais participantes desses debates (...) terem firmado posições no ensino paulista até o golpe de 1937.(...) De fato, o impulso maior para sua criação veio de setores da elite cultural paulista preocupados com a formação de professores de nível secundário e superior e com a formação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não-utilitária, voltada essencialmente para a pesquisa e a especulação teórica” (FAUSTO, 1997:226-229). Esta Faculdade seria responsável pela produção acadêmica nas áreas de Humanas e Ciências Básicas e seria o núcleo articulador da Universidade. O corpo docente da USP foi acrescido pela contratação de professores estrangeiros, com a finalidade de formar os pesquisadores locais³⁴.

Isto é, a Universidade de São Paulo nasceu como um projeto político “destinado a formar uma *elite nacional*, conforme o melhor receituário iluminista” (PORTELLA, 1994:70). Mas este projeto sofreu modificações desde o início, pois o “objetivo da formação das elites dirigentes paulistas e nacionais” adequou-se ao fato de que a maior parte dos alunos que afluíam para a Universidade eram provenientes da classe média diferenciada. Além disso, as “profundas modificações da sociedade brasileira nos anos 30 e 40 _econômicas (urbanização e industrialização), sociais (formação de uma classe média, processos de imigração) e políticas (Estado Novo, redemocratização) _ não se constituíram como ‘forças anônimas’ de mudança na história, mas deixaram a universidade diante de escolhas quanto à construção de seu perfil” (“home page” da USP).

Modificações substantivas também ocorreram com a Reforma Universitária de 1969 (especialmente a instalação da estrutura departamental) e com a interferência do

³⁴ F. FERNANDES (1994:130-131) recorda que, em sua época de estudante universitário na USP, seus colegas ingressantes passavam rapidamente do deslumbramento à decepção, pois os “professores estrangeiros, em sua maioria _não em sua totalidade_ eram realmente *grandes* para nós. Vistos nas escala de valores de seus próprios países (...) se eles não eram *mediocres*, contavam entre as figuras de segunda ou terceira grandeza.(...) A carência de dinamismos intelectuais universitários nos entregava àquela relação em termos de *absolutos*: se não nos dão o *melhor* e se não vamos, por consequência, *ser os melhores*, de que nos adianta o refinamento de uma cultura européia diletante e decadente ou de uma cultura norte-americana postiça, tão emprestada como a nossa?” E conclui que ele, em particular, “estava na época da sementeira: qualquer que fosse a *grandeza relativa* dos meus mestres, eu tinha o que aprender com eles e o que eles ensinavam ou transcendia aos meus limites ou me ajudava a construir o *meu* ponto de partida.”

regime militar na vida acadêmica. Alguns professores relembram o efeito desta interferência: na Ciência Política, nos primeiros anos do golpe militar “tudo parecia muito difícil, embora os trabalhos continuassem. Censura, denúncias, policiais em salas de aula, tudo havia tornado o ato de aprender e o de ensinar extremamente complicados. Mas até 1968, a aparência de normalidade foi mantida.(...) Em 1968, a desagregação começou.(...) Em 1969, por força do AI-5, alguns professores da Universidade de São Paulo são aposentados (...). Em 1970, um é preso e outros dois partem para o exílio. Em meados de 1970, a Cadeira estava reduzida a dois professores”. No “Departamento de Filosofia da USP, como de resto em vários outros setores da Universidade e da vida cultural brasileira, as conseqüências do Ato Institucional nº.5 romperam de modo violento a continuidade do trabalho intelectual, provocando retardamentos e desvios em todos os projetos que se vinham desenvolvendo...”. Na Sociologia, a “continuidade desse processo intelectual e acadêmico ficou comprometida, pelos efeitos que o AI-5 provocou na vida universitária e intelectual brasileira. O afastamento arbitrário de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni implicou a perda de certas direções da pesquisa e, além do mais, amordaçou o desenvolvimento das reflexões que exigem para vicejar, liberdade irrestrita de pensamento” (*Revista Estudos Avançados* n.22, 1994:308, 322 e 347).

No entanto, nos mais de 60 anos da USP, as modificações em seu perfil não deixaram de afirmá-la como uma das melhores universidades da América Latina, no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão. A sua importância para a formação de lideranças também é bastante significativa, por exemplo, a FFLCH (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas) e a FEA (Faculdade de Economia Administração e Contabilidade), entre outras, são referências na reflexão de questões sociais, políticas e econômicas da vida nacional, sendo que alguns de seus membros, além de assessorar órgãos governamentais e contribuir para a formulação de políticas públicas, participaram (ou participam) diretamente da gestão de municípios, de estados e da Federação. Não é difícil constatar que muitos nomes de destaque nas esferas política e econômica estão vinculados à Universidade, confirmando seu perfil, ainda que modificado, voltado para a formação de elites intelectuais e dirigentes.

A identidade da USP também está relacionada ao seu tamanho, é a maior instituição de ensino superior do Brasil, e aos nível e números de sua pós-graduação. Em termos gerais a USP: a) possui uma área total de 65 milhões de m². (a cidade de São Paulo abriga o seu principal campus, mas existem outros 8 campi em 5 cidades do estado³⁵); b) tem 36 unidades de ensino e pesquisa³⁶, além de Museus e Hospitais; c) conta com mais de 5 mil professores relacionados a 95 cursos regulares de graduação, 263 de Mestrado e 224 de Doutorado (mais da metade dos docentes está envolvida com a pós-graduação, que produz, anualmente, cerca de 900 dissertações de Mestrado e 500 teses de Doutorado, sendo que, até o momento a Universidade é responsável por mais de 50% dos doutores titulados no país; d) possui, aproximadamente, 38 mil alunos de graduação e 22 mil de pós-graduação (dados da “home page” da USP; *Folha de São Paulo*- 22/08/96; *Publicação USP/97*).

Entretanto, como vimos e como não poderia deixar de ser, as qualidades que a levam a ser a primeira, a maior e uma das melhores universidades do país, não são garantias de que a USP esteja imune aos reveses de seu tempo, ao contrário, muito de suas qualidades tem como fator causal justamente a sua inserção nele. Na atualidade, a USP tem respondido de diversas formas aos questionamentos sobre os objetivos, qualidade e produtividade das universidades públicas. Isto encaminha suas diretrizes num futuro próximo e demonstra como e quanto a Universidade mantém e modifica as características herdadas, num processo contínuo de criação e fundação.

Neste sentido, revendo a história da USP desde os anos 60 (que também seria, em

³⁵ Campi de Bauru, São Carlos, Ribeirão Preto, Piracicaba, Pirassununga.

³⁶ Escola de Comunicações e Artes, Escola de Enfermagem, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Escola de Educação Física, Escola de Engenharia de São Carlos, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Odontologia de Bauru, Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos de Pirassununga, Instituto Agrônomo e Geofísico, Instituto de Biociências, Instituto de Ciências Biomédicas, Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos, Instituto de Física, Instituto de Física de São Carlos, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto Oceanográfico, Instituto de Psicologia, Instituto de Química, Instituto de Química de São Carlos.

parte, a história de outras importantes universidades brasileiras), CHAUI (1994b: 51-54) observa que “um curioso tecido surge diante de nós. Os anos 60 sonharam com a revolução social que teria na universidade pública (a universidade crítica, como a chamávamos), uma de suas principais frentes de luta. Os anos 70, silenciando a universidade crítica, deixaram realizar o sonho de ascensão social da classe média da ditadura, destruindo a qualidade do ensino público em todos os graus, na alegria da massificação. Os anos 80 acreditaram numa universidade autônoma e democrática, capaz de equilibrar as exigências do rigor acadêmico e as demandas de uma sociedade marcada pela carência, pela miséria e pela violência. Os anos 90 tornaram-se prosaicamente *realistas*: do lado das associações docentes, estudantis e de funcionários, o discurso está centrado na idéia de interesse de categorias, enquanto do lado das direções universitárias prevalece o discurso de *eficiência, produtividade e competitividade*, associado à imagem de ligação umbilical entre os *interesses da sociedade civil e da pesquisa*, isto é, os interesses do mercado. Da utopia revolucionária à adesão à ideologia neoliberal, a Universidade de São Paulo entra na sua terceira fundação.”

2.2.3. As duas universidades

Mesmo estas linha tão gerais permitem um breve exercício de colocar, lado a lado, as trajetórias das duas universidades.

A fundação da USP antecede em praticamente 30 anos a da UNICAMP. Isto significa que a primeira tem este tempo a mais de contato, impacto e confronto com a realidade social, a qual, como vimos, molda, impõe restrições e, muitas vezes, também amplia o perfil da Universidade. Mas, sem dúvida, as modificações de ambas, nesta inserção, têm uma contrapartida, isto é, a realidade social também sofre o impacto e as demandas das Universidades.

Isto já é sabido e esperado, mas o interessante e perturbador é que, depois destas trajetórias, com perfis e demandas diferentes, as duas Universidades se vêem diante de uma mesma proposta, e mais, da atuação homogeneizante dos ideólogos do neoliberalismo. Este, por ser uma ideologia que, na atualidade, logrou ser hegemônica, não pode considerar as características peculiares de cada instituição de ensino (ou

realidade social), mas intervêm com um receituário monótono e repetitivo para todas as políticas públicas: “desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na superioridade da ‘eficiência do mercado’ em relação ao ‘burocratismo’ do Estado” e “particularização dos benefícios sociais” (incluindo aqui o ensino superior público)³⁷ (L.FERNANDES, 1995), enfim, a “deserção”³⁸ do Estado.

Senão vejamos: sob influência da época, o “projeto USP nasce sob o signo das humanidades”, que valorizou e colocou em destaque uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, especialmente a de Filosofia (PORTELLA, 1994:70), possuindo, como objetivo expresso, a formação das elites dirigentes paulistas e nacionais. Trinta anos depois, o modelo de fundação da UNICAMP enfatizou a pesquisa tecnológica, privilegiando os Institutos de Ciências Básicas (Física, Química e Matemática) e as Faculdades de Engenharia (Elétrica, Mecânica, Química, Civil, de Alimentos e Agrícola), propondo um sólido vínculo com o setor produtivo.

Como vimos, isto não quer dizer que, na conjuntura dos anos 60 e 70, a USP também não tenha sofrido, num processo de resistência e acomodação, a demanda por uma guinada para um viés tecnocrático. De forma semelhante, principalmente a partir da década de 80, a UNICAMP teve uma demanda para distinguir-se, também, nas áreas sociais e econômicas.

Neste meio tempo, as duas Universidades estiveram às voltas com a intervenção do Estado autoritário. A USP não só teve perdas em sua autonomia, como também em seu corpo docente e no projeto de universidade crítica. A UNICAMP, pelas suas características e localização e pela proximidade política do reitor com alguns governantes de então, conseguiu manter uma autonomia relativa e “consentida” (MENEGUEL, 1994:112 e 157).

Nos anos 90, as universidades brasileiras, a USP e a UNICAMP em particular, têm se movido em meio a uma série de medidas governamentais que, sistematicamente, têm

³⁷ Apesar da citação usar o termo “benefício social”, estamos trabalhando aqui com o conceito de direito que se “diferencia de uma carência, de um privilégio e de um interesse. Carência e privilégio são, por definição, particulares e específicos (...).Direitos são universais, seja porque são os mesmos para todos, seja porque são universalmente reconhecidos quando explicitam diversidades (de gênero, religião, etnia, sexualidade etc.)” (CHAUÍ, 1994b:64).

³⁸ Sobre a noção de “Estado desertor”, ver AGUILAR (1994).

desestruturado e constrangido tanto instituições públicas, não ancoradas diretamente aos direitos sociais, como aquelas tradicionalmente mantenedoras do seu exercício, como é o caso da educação. É neste ponto que estamos diante de um quadro perturbador, pois, apesar de manter muito de suas características distintas, as duas Universidades tendem a esboçar uma resposta semelhante, reforçando a ideologia já hegemônica, ou seja, apresentando dados que corroboram sua produtividade³⁹; propondo parcerias ou vínculo mais estreito entre a pesquisa na universidade pública e o setor privado⁴⁰; incentivando a busca de fontes não-estatais para o financiamento da própria universidade⁴¹.

Nestes tempos de discursos uníssonos e ações, em grande parte, homogêneas, esta tendência pode ser desviada, caso as universidades (leia-se administradores, docentes, alunos e funcionários) coloquem-se como “vozes dissonantes”⁴².

Em se tratando de vozes que destoam e colocam novas questões, o estudo dos movimentos sociais é muito oportuno.

³⁹ O que é salutar, não fosse a tentativa de adequar a avaliação da produtividade de uma universidade à lógica de avaliação de empresas voltadas para o mercado.

⁴⁰ CHAUI (1994b:52), fornece argumentos valiosos para balizar os debates sobre as implicações mais radicais deste intercâmbio, pois, quando: “as pesquisas são financiadas por empresas e organismos privados que subsidiam a montagem e manutenção de laboratórios, bibliotecas e equipamentos, congressos e simpósios nacionais e internacionais, publicações, bolsas, viagens e cursos no estrangeiro. Como esses recursos externos são vinculados pelos órgãos financiadores direta e autonomamente a institutos e departamentos, orçamentos, finalidades e resultados dos trabalhos não são públicos, no duplo sentido do termo, isto é, não têm origem pública e não são publicizados. Além disso, os financiadores fazem uso privado da instituição pública, tendo em vista que esta forma os pesquisadores, cede seus espaços e infraestrutura, mas os resultados são apropriados privadamente pela fonte de financiamento.” Para a autora, isto é comumente visto “como modelo de modernidade porque desincumbe o poder público da responsabilidade com os cursos da pesquisa e recebe o nome de *cooperação entre a universidade e a sociedade civil*. Nela consagra-se a idéia de que a universidade é essencialmente prestadora de serviços, sendo por isso produtiva. É o tipo acabado de universidade *moderna* do Terceiro Mundo, visto que os grandes e verdadeiros financiamentos privados para pesquisas fundamentais e de ponta são destinados a universidades e institutos do Primeiro Mundo.”

⁴¹ A manchete do jornal *Folha de São Paulo*, de 04.02.96, é ilustrativa: “Universidades públicas resistem a buscar financiamento não estatal” o repórter coloca que são “tímidas as iniciativas das universidades públicas brasileiras na busca de fontes alternativas de financiamento. Seus orçamentos ainda são totalmente dependentes do Estado, que vem sinalizando _desde a década de 80_ que o ensino superior não é o prioritário. A Universidade de São Paulo (USP) _ maior do país, com uma comunidade de 80 mil pessoas _ consegue, ‘na melhor das hipóteses’, 10% dos seus recursos de outras fontes que não diretamente do governo do Estado (...). Desse total, cerca de 15% (...) vêm do setor privado”. A notícia segue com uma, novamente, enfadonha comparação acrítica com a realidade dos EUA, onde “a proporção chega a ser quase inversa”.

⁴² Estamos nos lembrando da resenha do livro organizado por SADER (1997), publicada na *Folha de São Paulo* de 12.06.97.

CAPÍTULO 3

TESES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA UNICAMP

3.1. Pós - graduação e movimentos sociais

A pós-graduação na UNICAMP tem uma importância destacada, constituindo um dos elementos para a construção de sua identidade. Também para cada Faculdade e Instituto, manter cursos de pós-graduação é fator de reconhecimento no meio acadêmico.

Os primeiros Instituto e Faculdades a abrirem cursos de pós-graduação foram: Faculdade de Odontologia (início do curso de Mestrado em 1962); Faculdade de Engenharia de Alimentos (Mestrado-1969); Instituto de Física (Mestrado e Doutorado-1970). Os demais cursos de Mestrado e Doutorado vieram em seguida a estas datas, de maneira que, hoje, a UNICAMP possui cursos de pós-graduação em todas os Institutos e Faculdades que a compõem.

Em conjunto, estes programas de pós-graduação têm como objetivo “a produção científica, tecnológica, cultural e artística da formação de pesquisadores e profissionais de alto nível” (Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação/Unicamp/95). No entanto, cada um dos programas possui aspectos e objetivos particulares, próprios à sua área de conhecimento e às linhas de pesquisa adotadas.

Para os fins deste trabalho, interessa conhecer mais de perto os programas de pós-graduação da área de Ciências Humanas, em especial, da Faculdade de Educação (FE), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do Instituto de Economia (IE), e do Instituto de Artes (IA), pois estas unidades concentram a produção acadêmica sobre movimentos sociais (havendo, também, um trabalho na Faculdade de Ciências Médicas - FCM). A criação dos cursos de pós-graduação nestas unidades percorre a década de 70 até meados da de 90 (Quadro 3).

Quadro 3- Relação dos Cursos de pós-graduação dos Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Instituto de Economia(IE), Faculdade de Educação (FE), Instituto de Artes (IA), UNICAMP, com data de início.

Unidade	Cursos/Áreas	Início	
		(M) Mestrado	(D) Doutorado
IE	Economia	1974	1978
	- Teoria Econômica		1992
	- História Econômica		1992
	- Política Econômica		1992
	- Política Social		1992
	Economia do Setor Público		1987
	- Política Agrícola		1987
	- Política Industrial		1987
	- Políticas Sociais		1987
IFCH	CIÊNCIAS SOCIAIS	1972	1985
	HISTÓRIA	1976	1984
	- História Social do Trabalho	1988	1992
	- História da Arte e da Cultura	1988	
	FILOSOFIA	1993	1993
	LÓGICA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA		
	- Lógica e Epistemologia	1982	1982
	- Filosofia Política	1982	1982
	ANTROPOLOGIA SOCIAL	1972	
	CIÊNCIA POLÍTICA	1974	
SOCIOLOGIA	1974		
DEMOGRAFIA		1993	
IA	MULTIMEIOS	1986	
	ARTES	1989	
FE	EDUCAÇÃO		
	- Filosofia e História da Educação	1975	1980
	- Psicologia Educacional	1975	1975
	- Administração e Supervisão Educacional	1975	1989
	- Metodologia do Ensino	1976	1983
	- Ciências Sociais Aplicadas à Educação	1984	1994
	- Educação Matemática	1994	1994

FONTE: Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação/UNICAMP/97

Na Faculdade de Educação (FE), os cursos de pós-graduação iniciaram-se em 1975. Dentre as linhas de pesquisa existentes, encontra-se a denominada “Movimentos sociais e gestão da Educação”. Também, entre os núcleos de pesquisa, está o GEMDEC-Grupo de Estudos: Movimentos sociais, Demandas Educativas e Cidadania. Desta forma, a FE possui recursos institucionais, professores e pesquisadores que trabalham com o tema movimentos sociais.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o programa de pós-graduação iniciou-se em 1972, com os cursos de Mestrado, e, em 1982, iniciaram-se os de Doutorado. No Departamento de História, em particular, tanto o programa de Mestrado,

quanto o de Doutorado têm uma linha de pesquisa denominada: “Trabalho, Política e Movimentos sociais”; no Doutorado em Ciências Sociais, as linhas de pesquisa nas quais, com maior probabilidade, o tema movimento social está contemplado são “Cultura e Política”, “Trabalho e Sindicalismo” e “Família e Relações de Gênero”; no Mestrado em Ciências Sociais encontramos, entre outras, as seguintes áreas de interesse: “Trabalho e Sindicalismo”, “Movimento operário e sindical”, “Cultura e Política” e, especificamente, “Movimentos sociais”. Além disso, o IFCH possui o Centro de Estudos de Gênero “Pagu” e o Arquivo Edgard Leuenroth (dedicado ao movimento dos trabalhadores).

O Instituto de Economia (IE) possui cursos de Mestrado desde 1974 e de Doutorado a partir de 1978.

No Instituto de Artes (IA) os programas de mestrado iniciaram-se em 1986. Neste Instituto, assim como no de Economia, embora existam trabalhos sobre o tema, não há uma linha de pesquisa sobre movimentos sociais.

Também na FE e no IFCH, as teses e dissertações sobre movimento social não foram realizadas exclusivamente nos Departamentos que possuem linhas de pesquisas dedicadas à temática. Muitos trabalhos foram produzidos em outros Departamentos, que, de alguma forma, têm envolvimento com este campo de conhecimento.

Nestas unidades (FE, IFCH, IE, IA e FCM), foram realizadas 116 teses e dissertações sobre movimento social, entre 1970 e 1995 (Figura 3).

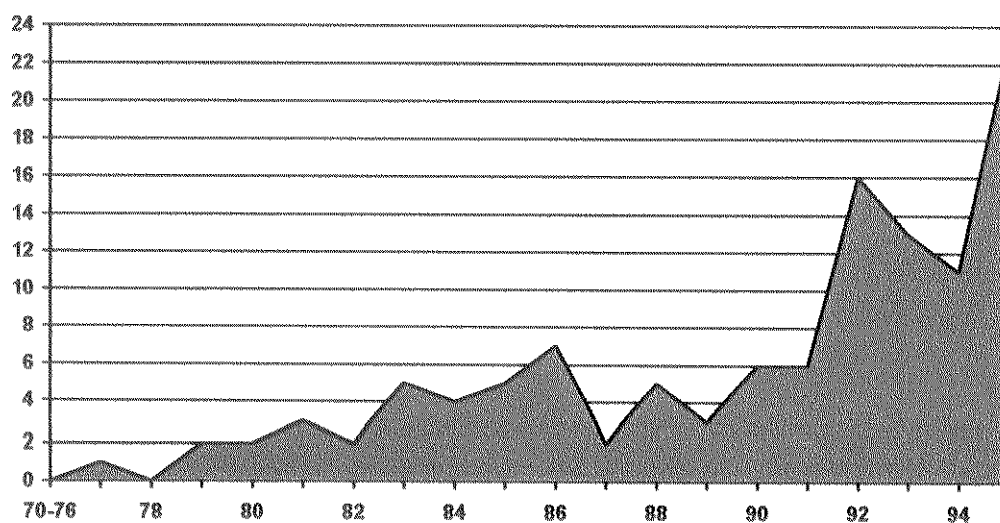


Figura 3 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais realizadas na Faculdade de Educação, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Instituto de Economia, no Instituto de Artes, na Faculdade de Ciências Médicas (UNICAMP), entre 1970 e 1995.

Deste total, 82 pesquisas foram defendidas no IFCH, isto é, este Instituto é responsável por 70,6% da produção da UNICAMP sobre movimentos sociais; a FE, por 22,4% (26 trabalhos); o IE, por 4,3% (05); o IA e a FCM, por 1,7% (02) e 0,8% (01), respectivamente (Figura 4).

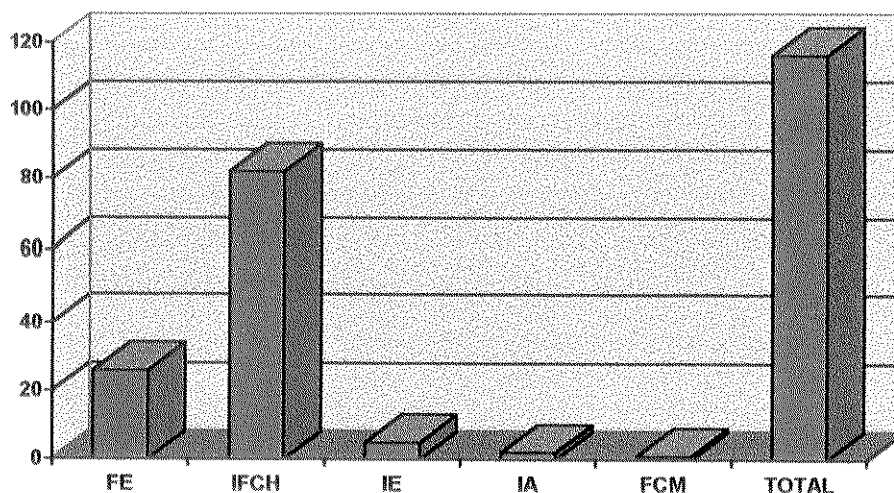


Figura 4 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais realizadas na Faculdade de Educação, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Instituto de Economia, no Instituto de Artes, na Faculdade de Ciências Médicas (UNICAMP), entre 1970 e 1995.

As pesquisas começaram a ser concluídas em 1977, no IFCH; na FE, em 1987; no IE, em 1988; na FCM, em 1993; no IA, em 1995, conforme demonstra a Figura 5, abaixo, sobre as duas unidades nas quais a produção na temática se destaca.

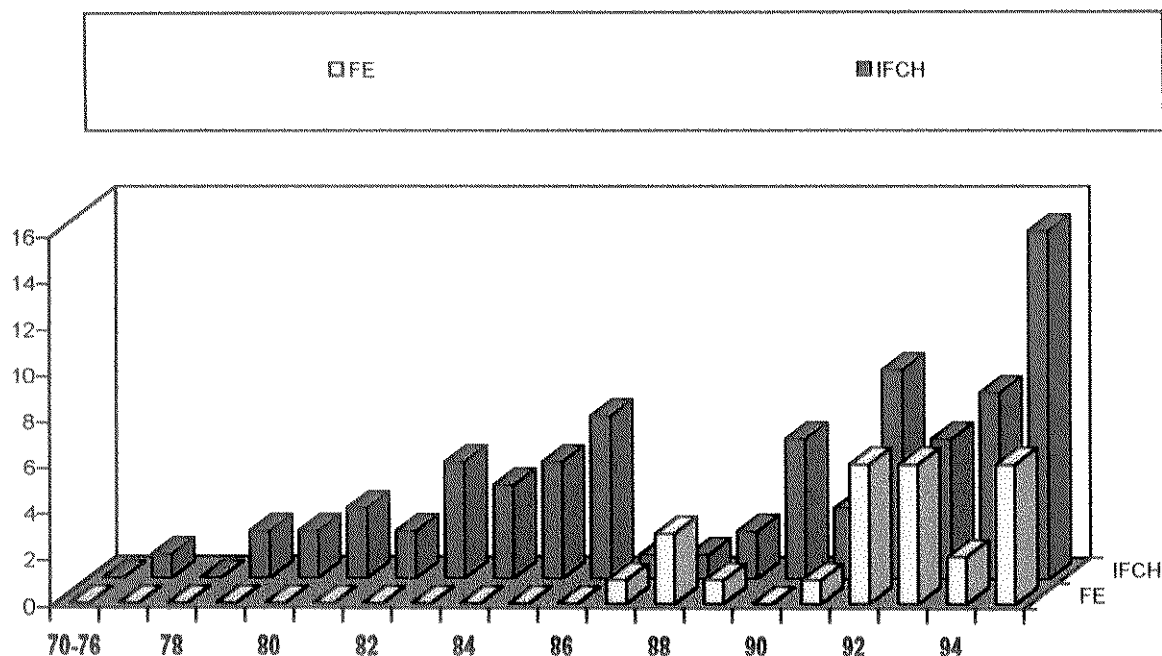


Figura 5 - Teses e dissertações sobre movimento social realizadas na Faculdade de Educação (FE) e no Instituto de Filosofia (IFCH) da UNICAMP, entre 1970 e 1995

Levando-se em conta o tempo médio de realização das teses e dissertações, pode-se concluir que os trabalhos sobre movimento social foram elaborados já no início da década de 70, quando os programas de pós-graduação da UNICAMP, assim como os das outras universidades brasileiras, começaram a ser instituídos e consolidados (Quadro 3, acima).

No decorrer do período estudado na presente pesquisa, o número de trabalhos concluídos foi quase sempre crescente e a maior parte deles esteve concentrada nos anos 90. No cômputo geral, 64,6% da produção sobre movimentos sociais está agregada entre os anos de 1990 e 1995. Isto poderia indicar, entre outras coisas, que a importância atribuída pela Universidade ao tema é, também, sempre crescente. Entretanto, como decorrência de inovações nos programas de pós-graduação da UNICAMP, as pesquisas apresentadas *em todas as suas unidades* cresceu 38% entre 1986 e 1989 e, no período de 1990 a 1993, as teses e dissertações defendidas corresponderam a 42% do total apresentado ao longo da história da pós-graduação da Universidade (Jornal da Unicamp, out.96 ano X no. 115).

Além disso, quando comparamos, ano a ano, o número de teses e dissertações realizadas sobre o tema movimentos sociais com o total das produzidas nas unidades selecionadas, sobre os mais diferentes assuntos, observamos que, proporcionalmente, a quantidade de trabalhos sobre o tema é maior entre 1977 e 1983 do que nos anos seguintes (Quadro 4 e Figura 6).

Quadro 4- Número de dissertações de Mestrado (M) e de teses de Doutorado (D) defendidas, anualmente, nos cursos de Pós-Graduação da FE, IFCH, IE, IA (UNICAMP) e número de teses e dissertações sobre movimento social, nas mesmas unidades, entre 1970 e 1995.

ano/ local	Número de		teses/		dissert.-		UNICAMP		Total	teses e dis./ mov.social n %
	IFCH	FE	IE	IA	Subtotal	M/D				
ano/ nível	M - D	M - D	M - D	M - D	M - D	M/D				
1970-76	9 4	1 6	0 0	0 0	10 10		20		0 0	
1977	5 0	3 0	0 0	0 0	8 0		8		1 12,5	
1978	6 0	1 0	0 0	0 0	7 0		7		0 0	
1979	3 1	9 0	0 0	0 0	12 1		13		2 15,3	
1980	3 0	14 0	0 1	0 0	17 1		18		2 11,1	
1981	7 0	6 0	0 0	0 0	13 0		13		3 23,0	
1982	2 1	11 0	0 0	0 0	13 1		14		2 14,2	
1983	6 0	12 0	1 2	0 0	19 2		21		5 23,8	
1984	6 2	22 3	3 1	0 0	31 6		37		4 10,8	
1985	10 0	10 8	15 5	0 0	35 13		48		5 10,4	
1986	27 0	14 3	2 3	0 0	43 6		49		7 14,2	
1987	14 1	29 9	8 3	0 0	51 13		64		2 3,1	
1988	15 3	21 8	11 4	0 0	47 15		62		5 8,0	
1989	24 3	57 15	14 4	0 0	95 22		117		3 2,5	
1990	33 8	34 9	6 4	3 2	76 23		99		6 6,0	
1991	42 5	31 17	13 12	1 0	87 34		121		6 4,9	
1992	53 10	22 32	12 14	3 0	90 56		146		16 10,9	
1993	39 17	49 37	12 18	9 1	109 73		182		12 6,5	
1994	47 19	34 32	21 37	18 0	120 88		208		11 5,2	
1995	54 21	71 33	14 12	22 0	161 66		227		23 10,1	
Subtotal	405 95	451 212	132 120	56 3	1044 430		1474		115* 7,8	
T (M/D)	500	663	252	59	1474					

FONTES: Catálogo dos cursos de Pós-Graduação/UNICAMP/97

Relatório do Biênio Abril 1994 - Abril 1996

Catálogo da Produção Técnico-Científica e Artística do Corpo Docente/Pesquisadores e Teses da USP-1997

* Neste quadro estão incluídas apenas as unidades da área de Ciências Humanas, pois, como na Faculdade de Ciências Médicas houve a seleção de apenas um trabalho sobre movimento social (concluído em 1993), a comparação entre este número e o total de teses e dissertações realizadas na unidade, sobre outras temáticas, acarretaria uma distorção na análise.

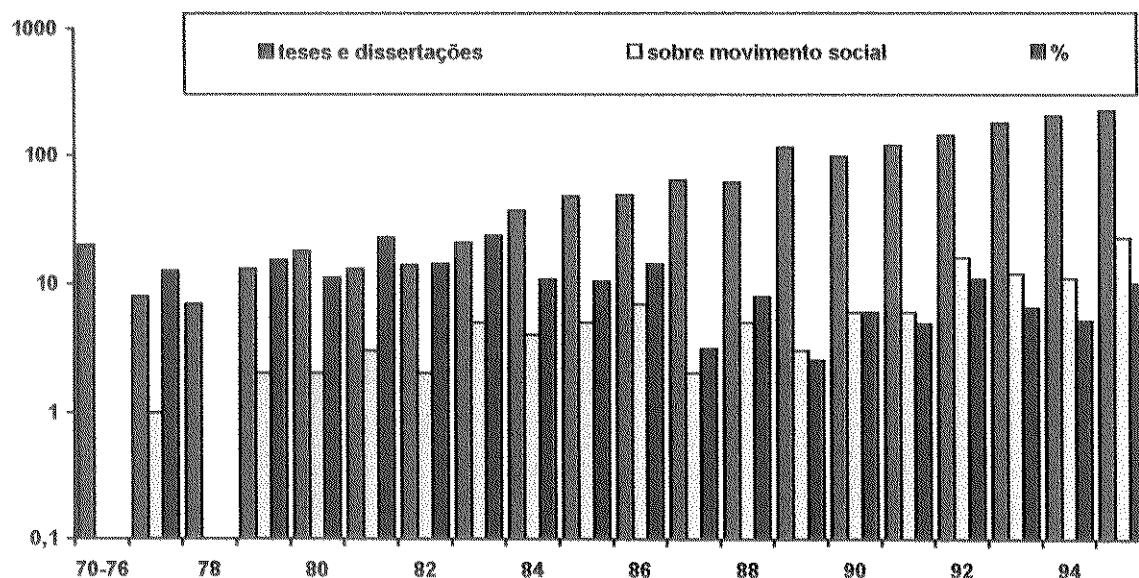


Figura 6 Número de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado defendidas, anualmente, nos cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Economia e Instituto de Artes (UNICAMP) e número de teses e dissertações sobre movimento social, nas mesmas unidades, no período de 1970 a 1995

* Figura em escala logarítmica

Na UNICAMP, há uma certa estabilidade de interesse pela pesquisa sobre movimento social do final da década de 70 até por volta de 1983, sendo que, neste período, a relação entre trabalhos sobre movimento social e sobre as demais temáticas é bastante positiva para os primeiros. De 1984 em diante há uma queda relativa no interesse pela pesquisa sobre movimentos sociais, especialmente, a partir de 1989. Portanto, considerando o tempo de realização das pesquisas até sua conclusão, estes dados confirmam as reflexões dos teóricos desta área de conhecimento que, em termos gerais, vinculam a diminuição do interesse acadêmico pela pesquisa sobre movimentos sociais, em meados de 80 e nos anos 90 à fatores conjunturais do período, (ver capítulo 2).

Uma outra forma de avaliar o interesse da pós-graduação da UNICAMP pelo tema é por meio da relação entre trabalhos de Mestrado e Doutorado⁴³. Nos Institutos e Faculdades da área de Ciências Humanas mencionados, cerca de 70,8% das pesquisas, nos

⁴³ Na atualidade a pós-graduação da UNICAMP (em todas as suas unidades) possui duas características: uma singular- a de ser a Universidade brasileira com maior índice de alunos na pós-graduação (cerca de 40% de seu corpo discente); outra comum a maioria das universidades- de que mais da metade desses alunos (regulares) estão matriculados nos cursos de Mestrado (dados do SIARQ/UNICAMP e da Folha de São Paulo, de 22.08.96, p.1-3)

mais diversos campos de estudo, são dissertações de Mestrado. Quando o tema é movimentos sociais, 86% dos trabalhos são realizados no mestrado (Quadro 5).

Quadro 5- Número de teses de Doutorado (D) e dissertações de Mestrado (M) defendidas nos cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Instituto de Economia (UNICAMP), entre 1970 e 1995

teses e dissertações	Subtotal		T (M/D)
	M	D	
geral	1044	430	1474
movimentos sociais	99	16	115*

FONTES: Catálogos dos cursos de Pós-Graduação/UNICAMP/95 e 97; Relatório do Biênio Abril 1994 - Abril 1996; Catálogo da Produção Técnico-Científica e Artística do Corpo Docente/Pesquisadores e Teses da USP-1997

As dissertações de Mestrado sobre movimentos sociais representam 9,4% do total das dissertações concluídas nas Faculdades e Institutos considerados; para as teses de Doutorado, este percentual reduz-se para 3,7%. Isto demonstra que quantidade de teses foi menor não apenas em números absolutos, mas, o que é mais relevante, também a preocupação com a temática diminuiu no Doutorado. Em outras palavras, comparado às outras temáticas pesquisadas nas unidades, o interesse pelo estudo do movimento social teve uma redução no Doutorado.

Algumas das razões para este fato podem ser o enfoque dado pelos programas de pós-graduação à esta área de conhecimento e o interesses dos mesmos pelo movimento social enquanto objeto de estudo. Talvez, e isto precisa ser melhor investigado, este enfoque poderia estar encaminhando as pesquisas para uma maior aproximação com campos teóricos correlatos (como Estado, sociedade civil e cultura política), daí resultando uma nova pesquisa a ser realizada no Doutorado, a qual sai da área específica dos movimentos sociais, embora esteja sendo considerada no conjunto do trabalho. Outro fator, que também merece ser melhor investigado, é a possibilidade de os pesquisadores deste campo teórico estarem buscando outras universidades para realizar suas teses de Doutorado. Devemos considerar também a hipótese já levantada anteriormente: nos anos 90 houve um afluxo de estudantes de pós-graduação __ ex-assessores/militantes __ para os

programas de mestrado. O doutorado, nestes casos, será uma etapa a ser definida por volta do ano 2.000.

3.2. Tipos de movimento social

A produção teórica da UNICAMP contempla diferentes tipos de movimento social. Das 116 dissertações e teses sobre o tema, 58 abordam o movimento dos trabalhadores, seguidas, em ordem decrescente, pelas pesquisas sobre movimento popular (20); novos movimentos sociais (16); movimento messiânico e ligado à religião (9); movimento político - partidário (8); movimento estudantil (3); movimento de elites econômicas (2). No decorrer do período que abrangeu esta pesquisa, além do número de trabalhos concluídos ser sempre crescente, também houve um aumento da diversidade dos tipos de movimentos sociais pesquisados (Figura 7).

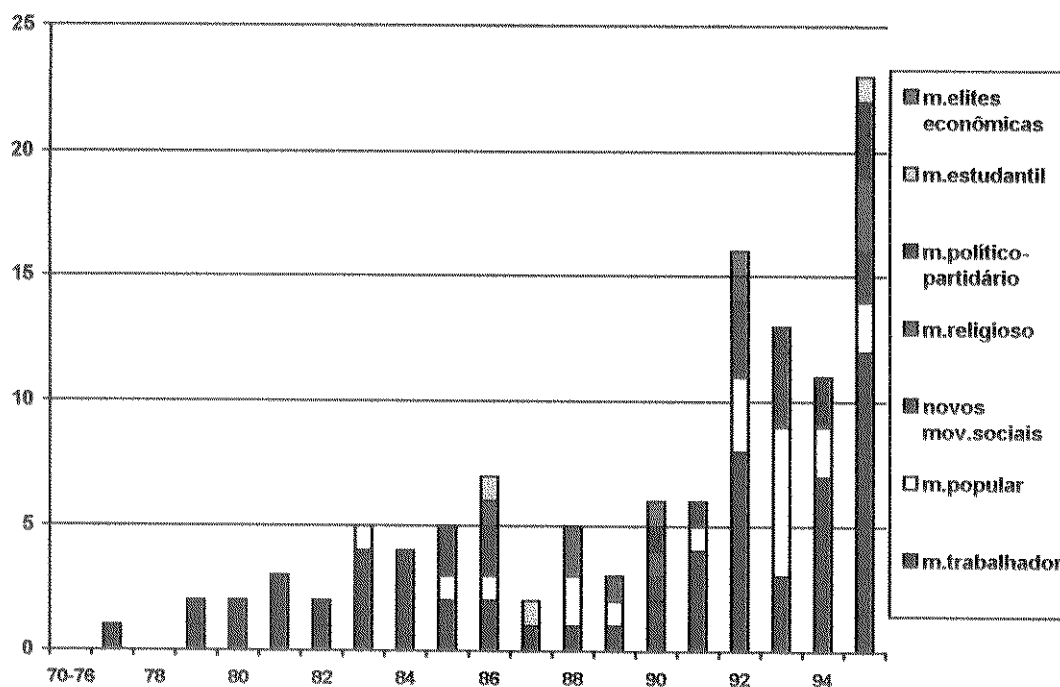


Figura 7 - Tipos de movimentos sociais abordados pelas teses e dissertações realizadas na UNICAMP, entre 1970 e 1995

3.2.1. Movimento dos trabalhadores

Na UNICAMP, do total de pesquisas sobre movimento dos trabalhadores, 48 são dissertações (83,4%) e 10 são teses (17,2%).

Estes trabalhos estão presentes desde os anos 70 (com início da conclusão em 1977), percorrendo, de forma praticamente constante, todo o período. O que indica o seu prestígio na Universidade, particularmente no IFCH, onde foram defendidas 74,1% das pesquisas (a FE concentra 18,8%; o IE 8,6%; o IA e a FCM não têm teses e dissertações sobre este tipo de movimento social, no período considerado) (Figuras 8 e 9).

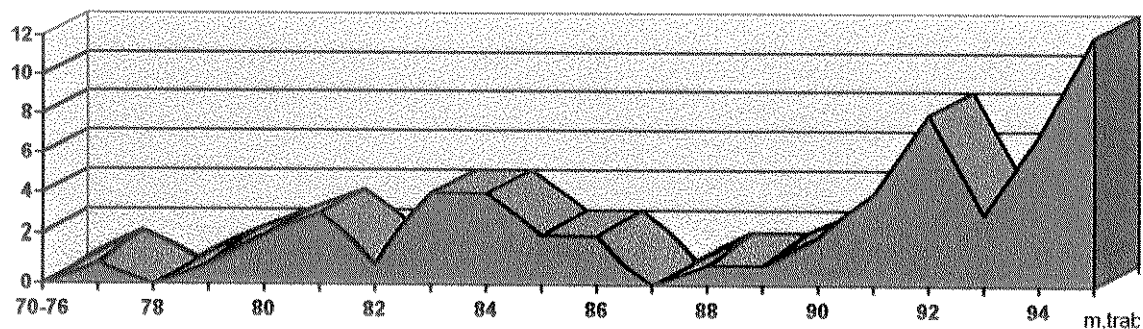


Figura.8 Número de teses e dissertações sobre movimento dos trabalhadores defendidas na UNICAMP, entre 1970 - 1995

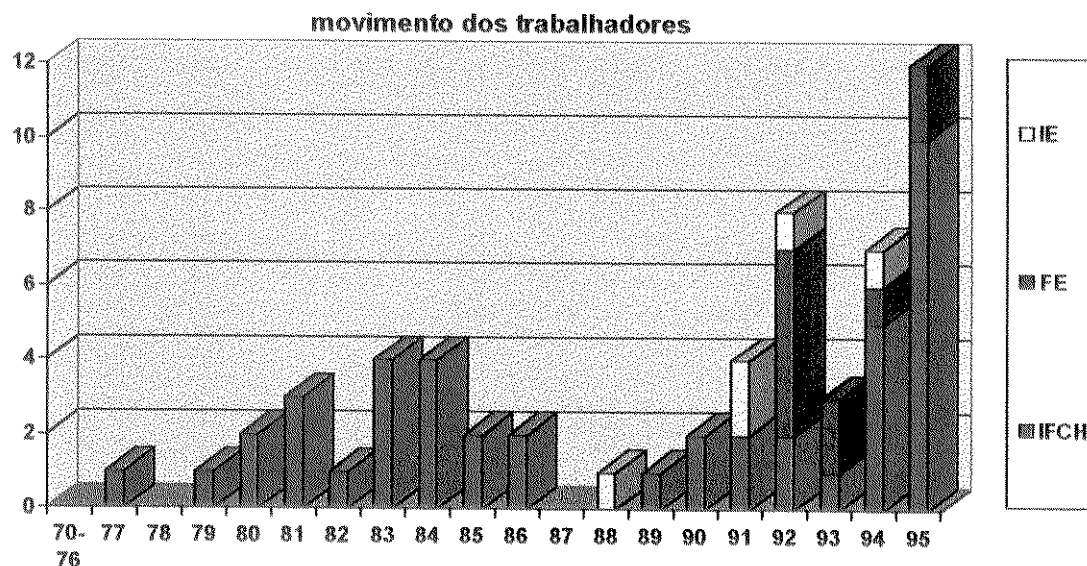


Figura 9- Número de teses e dissertações, sobre movimento dos trabalhadores, defendidas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Educação e Instituto de Economia (UNICAMP), no período de 1970 a 1995

O número significativo de dissertações na década de 80⁴⁴, principalmente entre 1980 e 1984, permite dizer que, na UNICAMP, parte das pesquisas sobre a temática

⁴⁴ Nos anos 80 as pesquisas sobre movimento dos trabalhadores foram concluídas apenas no mestrado.

foram realizadas no “calor da hora”, pois, nestes anos e nos imediatamente anteriores, o movimento dos trabalhadores, em especial o operário, teve importância destacada no cenário nacional.

Portanto, não é por acaso que a maior parte (60,3%) das teses e dissertações sobre movimento dos trabalhadores aborda o movimento operário e o sindicalismo urbano⁴⁵, vindo, a seguir, as pesquisas sobre o movimento de trabalhadores e sindicalismo rurais e, por último, sobre o movimento dos trabalhadores urbanos (Quadro 6 e Anexo 1):

Quadro 6 Teses e dissertações sobre movimentos dos trabalhadores, produzidas na UNICAMP, entre 1970 e 1995, de acordo com o critério espacial-geográfico e o tipo de movimento abordados.

MOV. TRABALHADORES/ TIPOS	URBANO		RURAL		TOTAL	
	no	%	no	%	no	%
Mov. Operário	17	29,3%	-	-	17	29,3%
Mov. Trabalhadores	06	10,3%	12	20,6%	18	31,0%
Mov. Sindical	18	31,0%	05	8,6%	23	39,6%
TOTAL	41	70,6%	17	29,3%	58	100%

3.2.2. Movimento popular

A maioria das pesquisas sobre movimento popular é desenvolvida como dissertação de Mestrado (85%) e analisa o denominado movimento popular urbano (70%).

O IFCH e a FE são responsáveis por 90% desta produção (9 pesquisas em cada uma das unidades), o restante foi realizado no IA e na FCM (01 trabalho cada) (Figura 10).

⁴⁵ Nestes dados estão incluídos, juntamente com as pesquisas sobre os sindicatos dos operários (as quais são a grande maioria), as pesquisas sobre os sindicatos de trabalhadores urbanos ligados ao setor terciário, por exemplo, professores e bancários (ver Anexo 1).

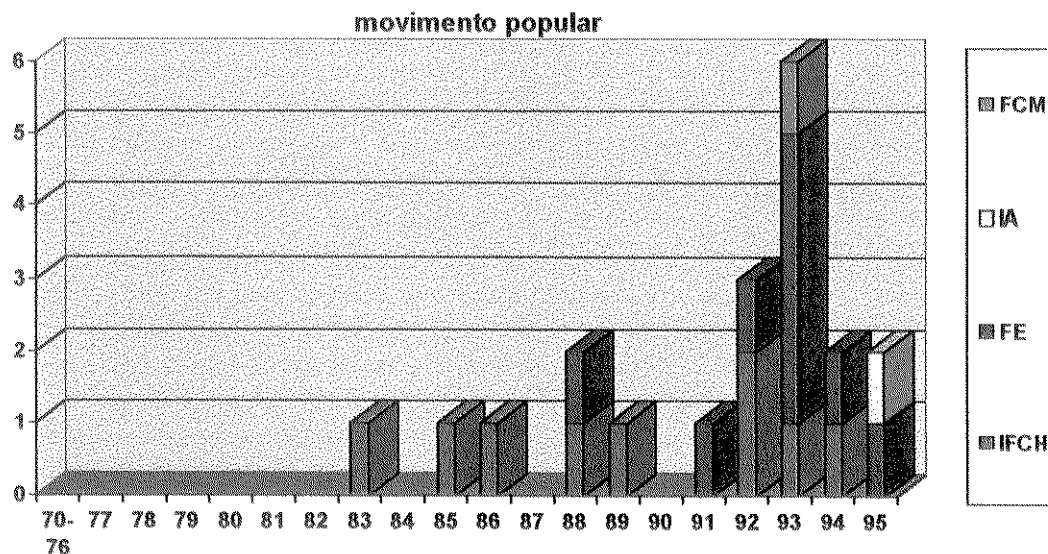


Figura 10.- Número de teses e dissertações, sobre movimento popular, defendidas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Faculdade de Educação, no Instituto de Artes, na Faculdade de Ciências Médicas (UNICAMP), no período de 1970 a 1995.

As pesquisas começaram a ser concluídas em 1983 (no IFCH) e, de forma geral, o número das teses e dissertações sobre movimento popular apresentou uma tendência de aumento no período de 1983 a 1993, voltando, a partir daí, aos índices de 1988 (Figura 11).

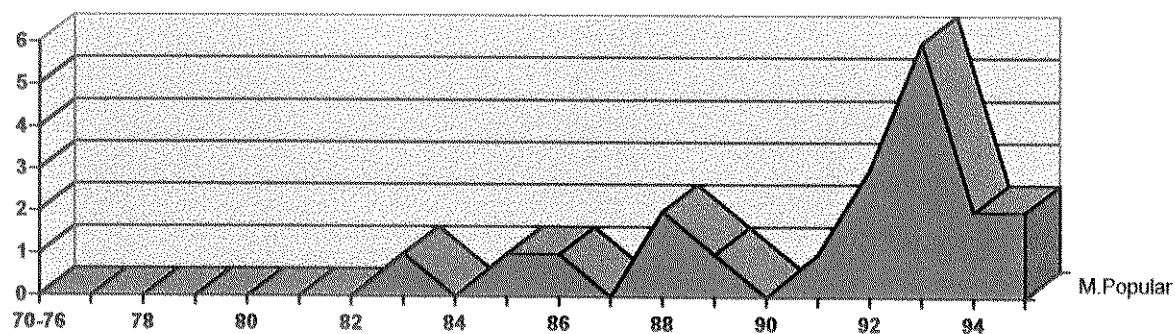


Figura.11 Número de teses e dissertações sobre movimento popular defendidas na UNICAMP entre 1970 e 1995

Esta tendência e o pico de trabalhos nos anos 90, faz com que haja uma distância entre a produção da UNICAMP sobre movimento popular e a dinâmica da realidade, já que estes movimentos entraram em refluxo, crise ou nova fase, a depender da análise de autores como GOHN (1992, 1995); TOURAINE (1995); OTTMANN (1995); OLIVEIRA (1994b), justamente em meados dos anos 80 e, com mais intensidade, no início dos anos 90. Mesmo levando em conta o tempo médio de realização das pesquisas e os fatores internos da política de pós-graduação da Universidade, a coincidência no tempo entre o maior número de trabalhos sobre o tema e a menor pujança deste na sociedade é indicativa. Poderíamos supor que as teses e dissertações analisaram este momento dos movimentos sociais populares, mas, como o Anexo 1 demonstra, isto não é verdadeiro. Talvez tenham ocorrido, então, fatos novos.

Um deles é que a conjuntura política e social do final da década de 80 e início da de 90, aliada às mudanças internas aos movimentos, dispensaram, de uma atuação mais presente, uma parcela de intelectuais-membros dos movimentos populares, que, nesta nova fase, procuraram a pós-graduação para analisar o movimento de que participaram. Um outro fato é que, no final da década de 80, ingressaram na UNICAMP, em particular na FE, professores que se dedicaram à pesquisa sobre movimentos sociais, especialmente os populares. Por sinal, o período entre 1990 e 1995 destoa de todos os anteriores, pois na FE foram realizados mais trabalhos sobre movimento popular do que no IFCH.

Os movimentos populares pesquisados tinham demandas por equipamentos escolares (especificamente creches e escolas de 1o. grau, na cidade e no campo); habitação; transporte; saúde; equipamentos e serviços de consumo coletivo. Foram, ainda, abordados alguns movimentos que traziam, por trás de suas reivindicações, a questão do trabalho, baixos salários ou desemprego, mas que se concretizavam na demanda por alimentação (como é o caso dos saques). Também abordaram-se movimentos populares que expressavam demandas políticas abraçadas por uma grande fatia da população (Quadro 7, Anexo 1).

Quadro 7. - Teses e dissertações sobre movimento popular, produzidas na UNICAMP entre 1970 e 1995, de acordo com o critério da demanda

M.s. populares-DEMANDAS	TOTAL
Alimentação	02
Saúde	02
Educação	03
Educação rural	01
Habitação (terra, moradia e eq.serviços coletivos, na cidade)	03
Habitação (terra, moradia e eq.serviços coletivos, no campo)	01
Políticas	01
Transporte	01
Demandas difusas relacionadas aos equipamentos e serviços de consumo coletivos	06
TOTAL	20

3.2.3. Novos movimentos sociais

A quase totalidade das teses e dissertações sobre novos movimentos sociais foi concluída no IFCH (há apenas 01 trabalho no IA). Também, praticamente, todas as pesquisas são dissertações de mestrado (havendo somente uma tese) e a maior parte delas (62,5%) concentra-se no período entre 1990 e 1995 (Figura 12).

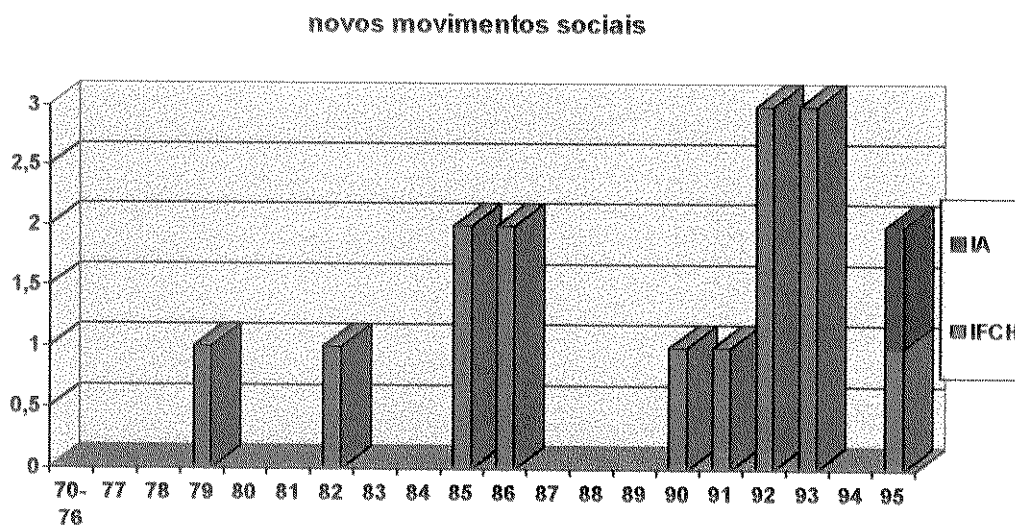


Figura 12. Teses e dissertações sobre novos movimentos sociais, defendidas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e no Instituto de Artes (UNICAMP), entre 1970 e 1995.

É interessante notar que tanto nos trabalhos acadêmicos da UNICAMP, quanto no cenário mundial, os novos movimentos sociais tiveram maior destaque na segunda metade da década de 80 e início dos anos 90. Mas a Universidade já pesquisava estes movimentos

em meados de 70, quando eles ainda eram pouco conhecidos no Brasil. Este início ‘precoce’ dos trabalhos sobre os novos movimentos sociais é melhor compreendido quando verificamos que, na verdade, todas as dissertações e teses concluídas entre 1979 e 1985 abordam a questão da mulher operária, trabalhadora urbana ou rural (Anexo 1). Neste sentido, estas pesquisas podem ser catalogadas como novos movimentos sociais ou movimento dos trabalhadores. Optamos por inseri-las no rol dos novos movimentos sociais porque, embora priorizem o ‘mundo do trabalho’, já anunciam um novo paradigma, trazendo a questão do gênero.

As teses e dissertações sobre novos movimentos sociais pesquisaram o movimento de gênero (50%); ambientalista (31,2%); étnico e geracional (6,2% cada). Um destes trabalhos (também 6,2%) discorre sobre diversos movimentos sociais considerados como ‘novos’ (Anexo 1).

Dos 08 trabalhos sobre movimento de gênero, a maioria (06) discorre sobre a mulher na esfera da produção, os demais abordaram o feminismo; nas 05 pesquisas sobre movimento ambientalista, o objeto das pesquisas é o movimento ecológico; a única pesquisa sobre movimento étnico, trata do movimento negro e; o trabalho sobre movimento geracional reflete sobre grupos de jovens.

3.2.4. Movimento messiânico e ligado à religião

As pesquisas sobre este tipo de movimento são dissertações (com exceção de uma tese) que começaram a ser concluídas em 1986 no IFCH, e em 1988 na FE. Estas unidades concentram 45% e 55% da produção, respectivamente (Figura 7, acima).

Os movimentos messiânicos, apesar de fazerem parte da história das sociedades, mereceram menos atenção do que as relativamente recentes Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do total, seis trabalhos abordam estas últimas e três, os primeiros. As CEBs tiveram um papel fundamental na politização, no abrigo e no desencadeamento dos movimentos das camadas populares, principalmente no período da ditadura militar (décadas de 70 e 80). Sendo assim, é possível afirmar que o número de pesquisas focalizando as CEBs é maior do que o apresentado, pois, as análises sobre as elas podem ser encontradas em trabalhos classificados, por exemplo, como movimentos populares.

Todos os estudos sobre movimentos messiânicos foram produzidos no IFCH, neste Instituto há apenas uma pesquisa sobre CEBs, as demais foram realizadas na FE.

3.2.5. Movimento político-partidário

A maioria das pesquisas sobre movimento político-partidário foi concluída nos anos 90 (registramos apenas um trabalho defendido em 1987), no mestrado (havendo uma tese), (Figura 7, acima).

Estas dissertações e tese foram defendidas no IFCH e discorrem sobre os partidos políticos representantes de momentos importantes da esquerda brasileira: o PCB (Partido Comunista Brasileiro); o PC do B (Partido Comunista do Brasil); o PT (Partido dos Trabalhadores) (Anexo 1).

O número de pesquisas selecionadas pode não corresponder à realidade, pois, as características deste tipo de movimento faz com que ele seja estudado em trabalhos que tratam do Estado, de sistemas de representação política e naqueles que abordam outros tipos de movimentos sociais (como os populares e os dos trabalhadores).

3.2.6. Movimento estudantil

As dissertações de Mestrado sobre movimento estudantil foram concluídas na FE e no IFCH, a partir de 1986 (Figura 7, acima).

Os trabalhos discorrem sobre o movimento estudantil brasileiro no período da ditadura militar ou sobre os estudantes secundaristas na atualidade (Anexo1).

3.2.7. Movimento de elites econômicas

As dissertações sobre movimento social de elites foram concluídas nos anos 90, no IFCH (Figura 7, acima).

O número relativamente pequeno de pesquisas sobre esta temática pode ser compreendido pelas próprias características do movimento e de sua base social (ver Capítulo 1).

3.3. Matrizes teóricas

Considerando as principais matrizes teóricas de influência sobre a teoria dos movimentos sociais (Capítulo 1) e a metodologia adotada neste estudo (Apresentação), podemos dizer que parte significativa das 116 dissertações e teses sobre movimento social, produzidas na UNICAMP, entre 1970 e 1995, fundamentou-se numa matriz mista, na qual aparecem mais de uma matriz orientando a análise do pesquisador, por meio de combinações diversas entre os paradigmas histórico-estrutural, neo-idealista e da teoria da ação social (41 pesquisas-35,3%); ou na matriz histórico-estrutural (39 pesquisas-33,6%). A influência isolada da teoria da ação social é pouco expressiva (2 trabalhos isto é, 1,7%) e nenhum trabalho manifestou a orientação (seja em conjunto com outras matrizes ou isoladamente) do estrutural-funcionalismo. Não foi possível identificar a matriz teórica de cerca de 34 trabalhos (29,3%), (Figura 13).

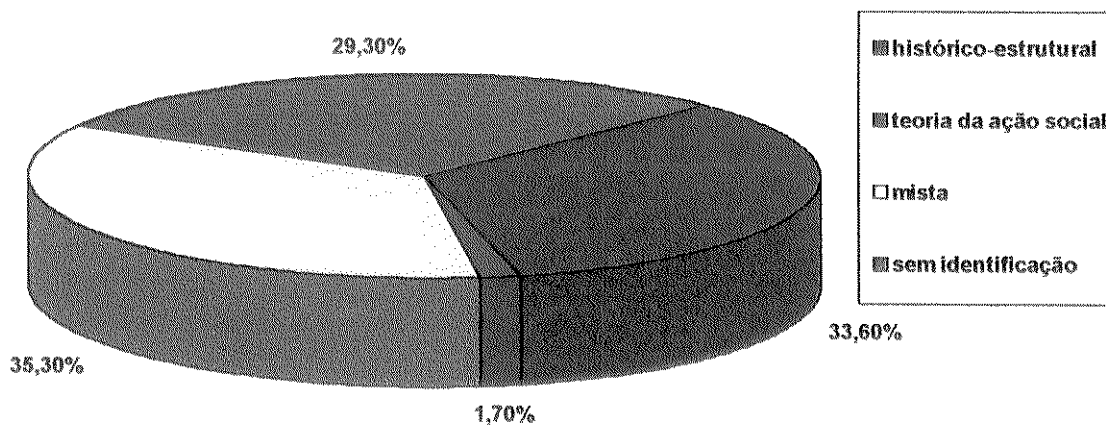


Figura 13 - Matriz teórica das teses e dissertações sobre movimento social, realizadas na UNICAMP entre 1970 e 1995

Em termos gerais, isto corrobora o que já é conhecido em relação à teoria do movimento social, especialmente na América Latina. Os dados também confirmam a noção, difundida entre os teóricos da área, de que a influência do paradigma histórico-estrutural tem diminuído desde meados da década de 80 (Figura 14).

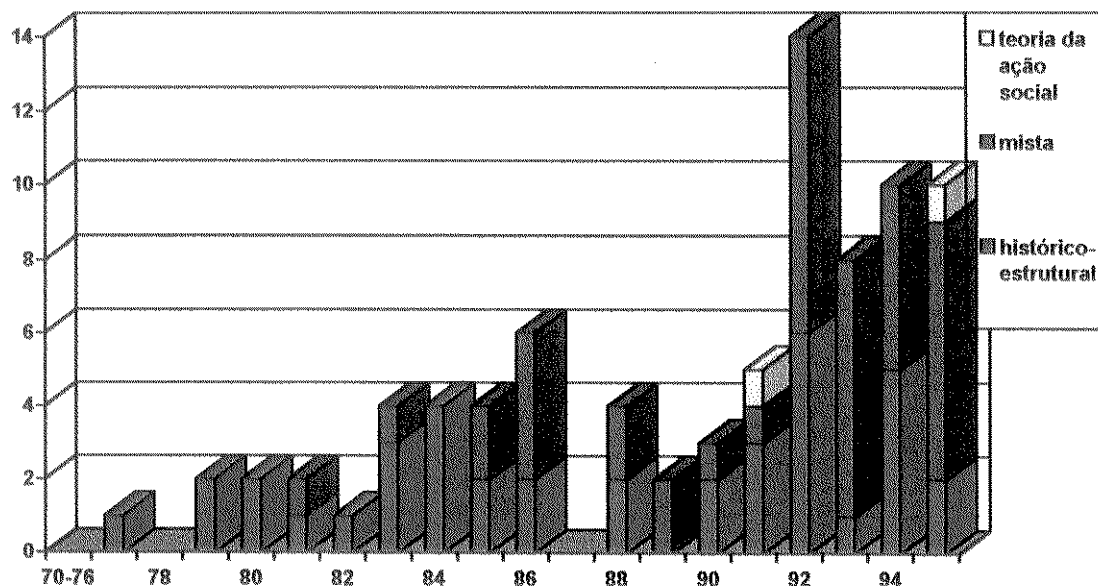


Figura 14- Matriz teórica das teses e dissertações sobre movimento social, realizadas na UNICAMP, entre 1970 e 1995

As teses e dissertações com a orientação da matriz histórico-estrutural percorrem todo o período. Os trabalhos com a influência da matriz mista começam a estar presente somente na década de 80 (de forma ininterrupta, de 1988 em diante), chegando, nos anos 90 a ultrapassar, em número, a orientação histórico-estrutural isolada (entre 1990 e 1995 foram concluídas 29 pesquisas com orientação marcada pela matriz mista e 19 pela histórico-estrutural).

Entretanto, uma observação mais cuidadosa dos trabalhos com matriz mista demonstra que, em todos eles, a presença do paradigma histórico-estrutural é constante, combinado de diversas maneiras com o neo-idealismo e (ou) com a teoria da ação social.

Donde é possível concluir que a produção teórica da UNICAMP sobre movimento social, na forma de dissertação e tese, é predominantemente orientada pelo paradigma histórico-estrutural.

Mas, existem diferenças entre os tipos de movimento social estudados, ou seja: a *matriz histórico-estrutural* está presente de forma preponderante nas pesquisas sobre os movimentos dos trabalhadores e político-partidário (em 46,5% e 50% dos trabalhos, respectivamente); a *mista*, nos movimentos populares (55%), novos movimentos sociais (50%) e de elites econômicas (100%); estas *duas matrizes*, de forma quase equilibrada, orientam os trabalhos sobre movimentos messiânicos e ligados a religião (mista-33,3% e

histórico-estrutural-22,3%). Não foi possível perceber as orientações teóricas presentes nos estudos sobre movimento estudantil, pois, os autores que são referência para identificar as matrizes, não foram citados na bibliografia (figura 15).

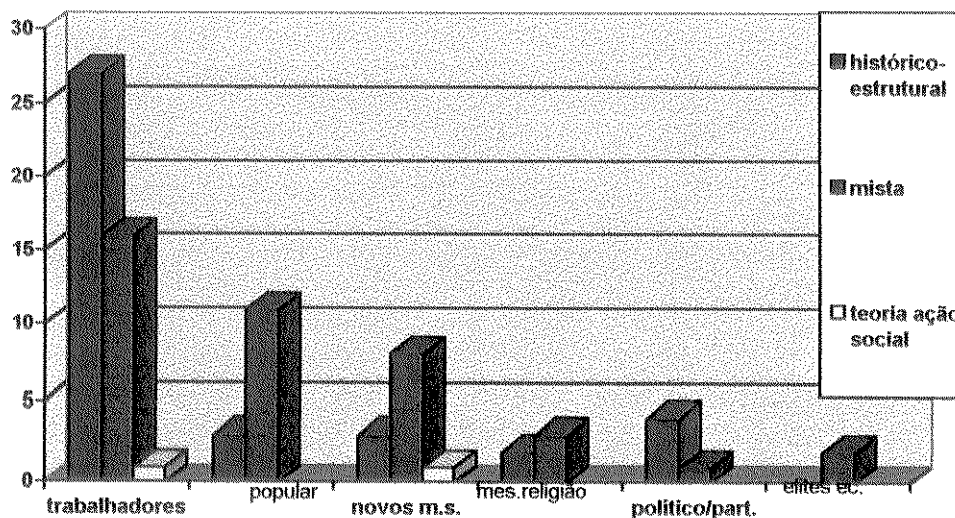


Figura 15. Matriz teórica das teses e dissertações sobre cada tipo de movimento social, realizadas na UNICAMP, entre 1970 e 1995

O pesquisador e o orientador são os sujeitos que, numa tarefa aparentemente solitária, optam por determinada corrente teórica para a realização do trabalho. Aparentemente, pois esta resolução resulta de uma relação imbricada (e nem sempre explícita) entre a história individual dos sujeitos, a matriz teórica considerada pelos estudiosos como a mais adequada para dar conta do tema em questão e, também, o paradigma predominante na unidade (universidade, faculdade, departamento) onde a pesquisa será desenvolvida. As instituições de fomento à pesquisa são coadjuvantes nesta relação, embora, na UNICAMP, a maior parte das dissertações e teses a serem financiadas por estes órgãos são selecionadas por critérios internos e, mais ou menos, autônomos nas Faculdades e Institutos. Algumas vezes, podemos considerar o movimento social estudado como um outro sujeito, que estabelece interlocução com o pesquisador e influi em sua opção teórica. Mas, no final, a linha que o trabalho segue é de responsabilidade mais direta do autor e do orientador.

A maioria dos professores-orientadores dos trabalhos sobre movimento social estão locados no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Anexo 1). O que indica, como era de se esperar, o espaço na Universidade onde o tema se configura mais solidamente enquanto área de conhecimento.

O pesquisador dos movimentos sociais traz, como elemento importante para a realização da tese ou dissertação, a sua história pessoal e profissional, relacionada à sua experiência social e política, nesta inclui-se a participação⁴⁶ (ou não) no movimento estudado. Em 21 dos 116 trabalhos selecionados (18,1%), foi possível identificar a participação do pesquisador. Os autores das pesquisas sobre o movimento messiânico e ligado à religião (mais exatamente sobre as Cebes) e sobre os novos movimentos sociais, foram os que mais expressaram sua participação no movimento estudado (33,3% e 31,2%, respectivamente). Em seguida estão os pesquisadores dos movimentos político-partidário (25%); popular (15%); dos trabalhadores (13,7%). Nenhum pesquisador dos movimentos estudantil e de elites econômicas expressou participação nos mesmos.

Estes números podem ser complementados pelos seguintes dados: na apresentação ou introdução⁴⁷ destas teses e dissertações, os métodos mais freqüentemente citados foram a pesquisa de campo e a pesquisa participante⁴⁸ (mencionados em 12 e 9 trabalhos, respectivamente). As técnicas mais comuns foram a análise de documentos (presente em 37 pesquisas); a entrevista (registrada em 12 teses e dissertações); além da combinação entre elas_ documentos e entrevistas (34 trabalhos)⁴⁹.

A pesquisa de campo foi mais citada nas teses e dissertações sobre os novos movimentos sociais (em 18,7% do total das pesquisas sobre este tipo de movimento); movimento de trabalhadores (10,3%); de elites econômicas (50%). A pesquisa participante é mais freqüente quando se trata de estudos sobre os movimentos popular (15%) e messiânico e ligados à religião (11,1%); também é comum encontrar este método nas

⁴⁶ Lembramos que a “origem das ONGs está diretamente relacionada à intervenção autoritária do regime militar nas principais universidades brasileiras, obrigando renomados intelectuais a desenvolverem sua atividade fora dos espaços mantidos pelo Estado.” (Doimo, 1993:120)

⁴⁷ Ver o item metodologia na Apresentação.

⁴⁸ Com variações na denominação e nos objetivos: pesquisa-ação, observação participante, etc.

⁴⁹ Em menor número foram citados o método Etnográfico e as seguintes técnicas: história de vida; questionário e utilização de recursos audiovisuais.

pesquisas sobre novos movimentos sociais (12,5%).

Portanto, as dissertações e teses, na UNICAMP, sobre movimento social, usualmente possuem uma metodologia composta pelas *matrizes* mista ou histórico-estrutural, e pelos *métodos* da pesquisa de campo ou pesquisa participante, aliados às *técnicas* de análise documental isolada ou em conjunto com a da entrevista.

Esta metodologia denota algum grau de aproximação entre pesquisador e movimento estudado.

CAPÍTULO 4

TESES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA USP

4.1. Pós - graduação e movimentos sociais

A pós-graduação na USP colabora para o reconhecimento e a identidade da Universidade e de cada uma de suas unidades. A USP oferece cursos de pós-graduação em praticamente todas as áreas de conhecimento. Na área de Humanas, por exemplo, os cursos de pós-graduação encontram-se nas seguintes unidades: FFLCH-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas; ECA-Escola de Comunicações e Artes; FAU-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; FD-Faculdade de Direito; FE-Faculdade de Educação; FEA-Faculdade de Economia. Administração e Contabilidade; FEARP-Faculdade de Economia. Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto; FFCLRP-Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

No campus da cidade de São Paulo, onde concentramos nosso interesse, a FFLCH, ECA, FAU, FE, são as unidades nas quais foram realizadas as teses e dissertações sobre movimentos sociais considerados, havendo , também, trabalhos sobre o tema em algumas unidades de outras áreas de conhecimento: IP-Instituto de Psicologia, EP-Escola Politécnica e FSP-Faculdade de Saúde Pública.

Nestas unidades foram realizadas 206 teses e dissertações sobre movimentos sociais, entre 1970 e 1995 (Figura 16).

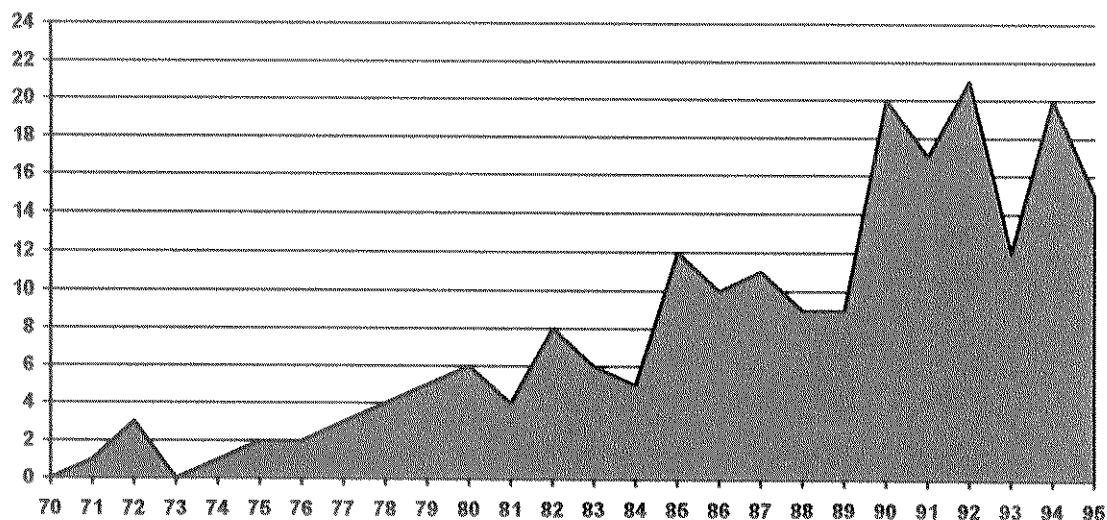


Figura 16 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais realizadas na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, na Escola de Comunicações e Artes, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Faculdade de Educação, no Instituto de Psicologia, na Escola Politécnica, na Faculdade de Saúde Pública (USP), entre 1970 e 1995.

Deste total, 171 pesquisas foram defendidas na FFLCH, ou seja, esta Faculdade é responsável por 83% da produção da USP sobre movimentos sociais, seguida, de longe, pela ECA (17 trabalhos ou 8,2% desta produção); FE (07 - 3,3%); IP (05 - 2,4%); FAU (03 - 1,4%); FSP (02 - 0,9%); EP (01 - 4%), conforme Figura 17.

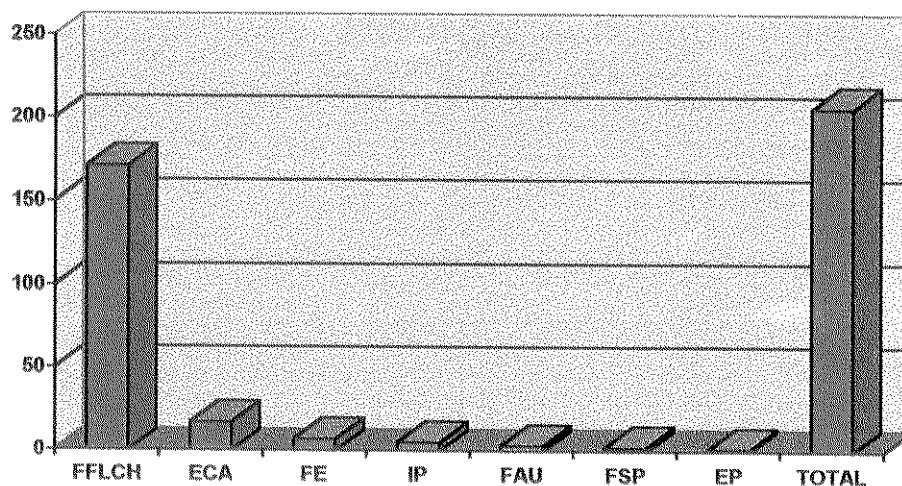


Figura 17 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais realizadas na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Escola de Comunicação e Artes, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Educação, Instituto de Psicologia, -Escola Politécnica e Faculdade de Saúde Pública (USP), entre 1970 e 1995.

As primeiras pesquisas começaram a ser defendidas na FFLCH (em 1971); vindo a seguir: FE e IP, nos quais a produção tem início em 1982; FAU em 1983; ECA em 1985; EP em 1991 e FSP em 1992 (Figura 18).

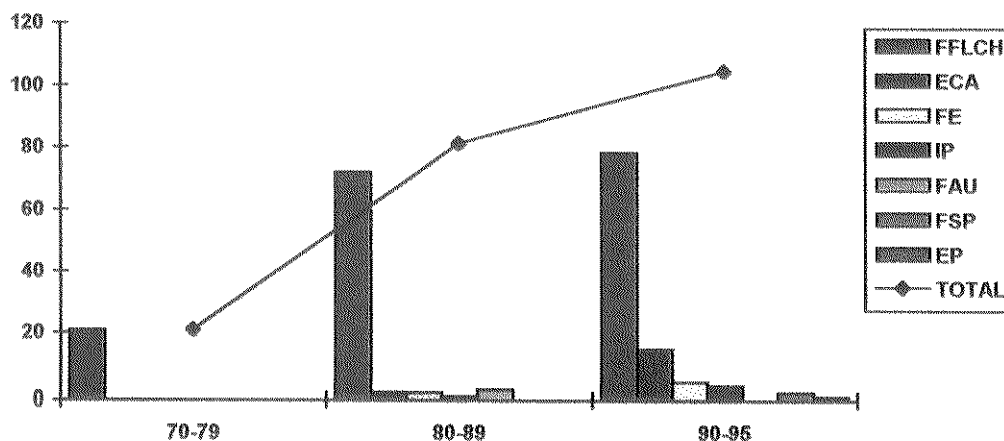


Figura 18 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais, realizadas na USP: Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Faculdade de Educação (FE), Instituto de Psicologia (IP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Escola de Comunicação e Arte (ECA), Faculdade de Saúde Pública (FSP) e Escola Politécnica (EP), entre 1970 e 1995.

As Figuras acima (16 e 18) demonstram que o número de trabalhos concluídos, apesar de algumas oscilações, aumenta gradativamente, tendo um picos em 1990, 1992 e 1994. Alias, período entre 1990 e 1995 concentra cerca de 50% da produção sobre movimentos sociais. Isto poderia indicar um interesse também crescente da universidade pelo tema.

Mas, a comparação entre estes números e o total de teses e dissertações produzidas nas unidades selecionadas, oferecem outros indícios (Quadro 8 e Figura 19).

Quadro 8- Distribuição das dissertações de mestrado (M) e de teses de doutorado (D) da FFLCH, ECA, FE, FAU (USP), no período de 1970 a 1995.

ano/ local	Número de		teses/		dissert.-		USP		Total	teses e dis./ mov.social n %
	FFLCH	ECA	FE	FAU	Subtotal					
ano/ nível	M - D	M - D	M - D	M - D	M - D	M - D	M - D	M/D		
1970	68 24	0 0	0 0	0 0	0 0	68 24	92	0 0		
1971	31 18	0 1	0 1	0 0	31 24	51	1 1,9			
1972	57 152	0 12	0 21	0 22	57 207	264	3 1,1			
1973	16 10	0 1	0 0	0 10	16 21	37	0 0			
1974	34 11	1 1	0 0	0 0	35 12	47	1 2,1			
1975	71 24	2 0	7 0	0 0	80 24	104	2 1,9			
1976	47 31	4 0	4 0	1 0	56 31	87	2 2,2			
1977	45 21	6 0	7 0	2 0	60 21	81	3 3,7			
1978	121 39	13 0	10 0	0 0	144 39	183	4 2,1			
1979	111 51	28 0	7 0	3 0	149 51	200	5 2,5			
1980	103 71	20 0	7 1	8 0	138 72	210	6 2,8			
1981	82 47	28 1	3 1	25 1	138 50	188	4 2,1			
1982	75 60	35 1	9 0	7 1	126 62	188	7 3,7			
1983	60 43	31 4	7 3	15 0	113 50	163	6 3,6			
1984	31 24	27 10	1 0	25 0	84 38	122	5 4,0			
1985	49 63	27 7	4 2	15 1	95 73	168	12 7,1			
1986	66 106	16 15	3 10	15 2	100 133	233	10 4,2			
1987	41 58	48 26	4 10	13 11	106 105	211	11 5,2			
1988	53 68	47 25	4 15	16 9	120 117	237	9 3,7			
1989	49 63	56 30	11 24	26 15	142 132	274	9 3,2			
1990	67 88	49 24	11 8	14 11	141 131	272	19 6,9			
1991	86 79	47 24	19 12	25 12	177 127	304	14 4,6			
1992	106 103	57 36	12 17	12 12	187 168	355	20 5,6			
1993	133 90	72 44	13 23	12 17	230 174	404	12 2,9			
1994	140 104	52 35	23 34	17 20	232 193	425	18 4,2			
1995	156 133	43 21	37 39	13 28	249 221	470	15 3,1			
Subtotal	1898 1581	709 318	203 221	264 176	3074 2296	5370	198*	3,6		
T (M/D)	3479	1027	424	440	5370					

Fontes: .Catálogo da Produção Técnico-Científica e Artística do Corpo Docente/Pesquisadores e Teses da USP-1997
.Anuário Estatístico USP/96

* Neste quadro estão incluídas apenas as unidades da área de Ciências Humanas, pois nas outras unidades, como EP e FSP, houve a seleção de apenas três trabalhos sobre movimento social, a comparação entre este número e o total de teses e dissertações realizadas nas unidades, cujas áreas não são voltadas à temática, acarretaria uma distorção na análise. Esta última razão também justifica a exclusão de dados sobre o IP, uma vez que este instituto está inscrito na área de Biológicas.

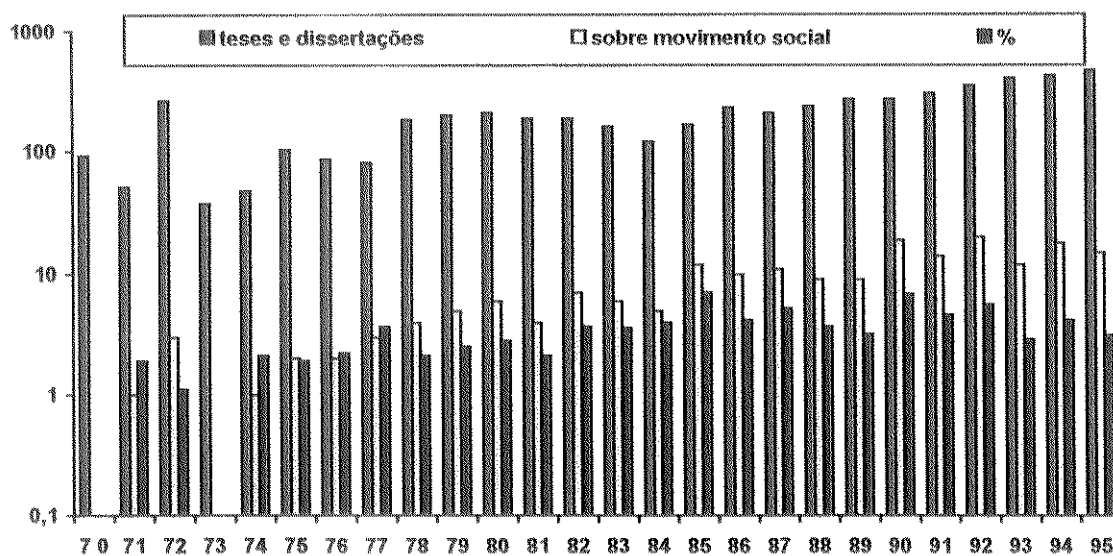


Figura 19 Número de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, defendidas anualmente nos cursos de pós-graduação das Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Faculdade de Educação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Comunicações e Artes (USP) e número de teses e dissertações sobre movimento social nas mesmas unidades, de 1970 a 1995.

* Figura em escala logarítmica

Na USP o interesse dos pesquisadores no tema movimentos sociais é maior na década de 70. Na primeira metade dos anos 80, o número de trabalhos na temática, em relação ao total que engloba as demais teses e dissertações defendidas no período estudado na presente pesquisas, é proporcionalmente menor do que nos anos 70, esta queda acentua-se a partir de 1986 até 1995.

É importante ressaltar que, na década de 70, a quase totalidade dos movimentos sociais estudados era os dos trabalhadores, denotando que, na área de Ciências Humanas da USP, entre outros temas, este tipo de movimento social tinha um lugar de destaque como objeto de pesquisa na época. A diminuição, relativamente mais acentuada, no interesse dos pesquisadores no assunto, movimentos sociais, a partir da segunda metade dos anos 80, vai de encontro ao momento de refluxo dos movimentos (principalmente os populares) no cenário nacional, e de uma espécie de reformulação deste campo teórico.

O interesse da pós-graduação da USP pelo tema pode, também, ser avaliado pela relação entre trabalhos de Mestrado e Doutorado. Neste aspecto, é importante notar que, na área de Ciências Humanas da USP, praticamente metade das pesquisas sobre movimento social são dissertações (50,5%) e, a outra metade, teses (49,4%).

A USP, assim como as outras universidades, outorga mais títulos de mestres que de doutores, no entanto, nas unidades consideradas, da área de Ciências Humanas, a diferença entre os números de dissertações e de teses é menor, por exemplo, do que a apresentada pela UNICAMP e, possivelmente, por outras unidades da própria USP⁵⁰. Isto é, na FFLCH, ECA, FE e FAU, 57,2% das pesquisas, nas diversas temáticas, são dissertações e 42,7 são teses; quando se trata de estudos sobre movimentos sociais tal diferença, entre os graus dos trabalhos, é ainda menor (praticamente meio a meio) (Quadro 9).

Quadro 9- Número de dissertações de Mestrado (M) e de teses de Doutorado (D), defendidas nos cursos de pós-graduação das Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Faculdade de Educação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Comunicações e Artes (USP) e número de teses e dissertações sobre movimento social nas mesmas unidades, de 1970 a 1995.

Teses e dissertações	Subtotal		T (M/D)
	M	D	
geral	3074	2296	5370
movimentos sociais	100	98	198

Fontes: Catálogo da Produção Técnico-Científica e Artística do Corpo Docente/Pesquisadores e Teses da USP-1997
.Anuário Estatístico USP/96

Portanto, proporcionalmente, as dissertações de Mestrado sobre movimentos sociais representam 3,2% do total das dissertações concluídas nas Faculdades consideradas; para as teses, este percentual aumenta para 4,2%. Estes dados, em conjunto com o número equilibrado entre dissertações e teses sobre movimento social, podem indicar que o tema ‘movimentos sociais’ é prestigiado na USP, e significar que esta universidade reúne características que favorecem a realização da pesquisa sobre movimento social, inclusive no Doutorado

4.2. Tipos de movimento social

A produção teórica da USP contempla todos os tipos de movimento social considerados. Das 206 dissertações e teses sobre o tema, 92 abordam o movimento dos trabalhadores, seguidos, em ordem decrescente, pelas pesquisas sobre movimento popular

⁵⁰ Desde o início de seus cursos de pós-graduação, a USP “já outorgou cerca de 21 mil títulos de mestre e 12.500 de doutor (o número de doutores existentes atualmente no Brasil não atinge a casa dos 20 mil)” (Folha de São Paulo, 22/08/96, p. 1-3).

(44); novos movimentos sociais (37); movimento messiânico e ligado à religião (22); político-partidário (7); estudantil (2)e; movimento de elites econômicas (2). No decorrer do período, além do número de trabalhos concluídos ser, geralmente, crescente também houve um aumento da diversidade dos tipos de movimentos sociais pesquisados (Figura 20).

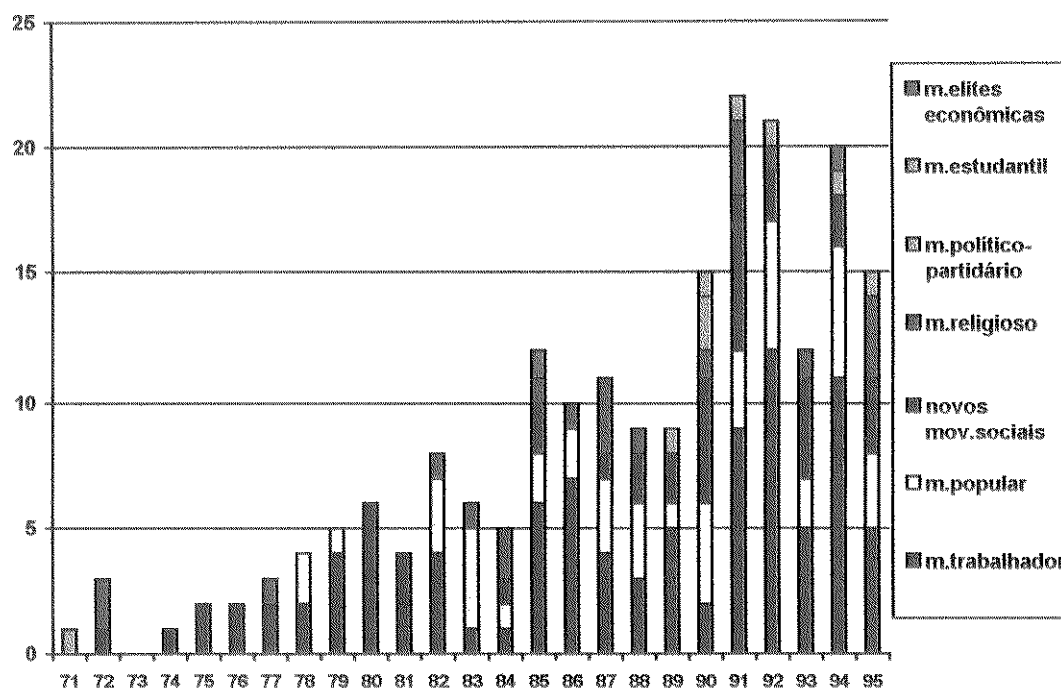


Figura 20 - Tipos de movimentos sociais abordados pelas teses e dissertações realizadas na USP, entre 1970 e 1995.

4.2.1. Movimento dos trabalhadores

O número de pesquisas sobre o movimento dos trabalhadores é o maior entre os demais tipos de movimento social (92), dividido quase que igualmente entre dissertações e teses (51% e 48,9%, respectivamente). Isto indica que a pesquisa sobre movimento dos trabalhadores tem um campo sólido de desenvolvimento na USP.

Estes trabalhos começaram a ser concluídos em 1975, mas, se levarmos em consideração que as pesquisas sobre *novos* movimentos sociais apontadas em 1972 e 1974 discorrem sobre a mulher trabalhadora⁵¹, podemos dizer que o movimento dos

⁵¹ Tais pesquisas, incluídas no rol dos novos movimentos sociais, colocaram a questão do gênero na análise sobre as trabalhadoras e, por conseguinte, anunciavam uma mudança de paradigma.

trabalhadores já estava sendo estudados desde o início do período abrangido pelo presente estudo, e no imediatamente anterior (Figura 20 e Anexo 2). De qualquer forma, após 1975, as teses e dissertações sobre este tipo de movimento social percorre todo o período.

A FFLCH é responsável por 82,6% desta produção (a ECA concentra 14,1%; a FE, 2,1%; a EP, 1,0%) (Figuras 21 e 22)

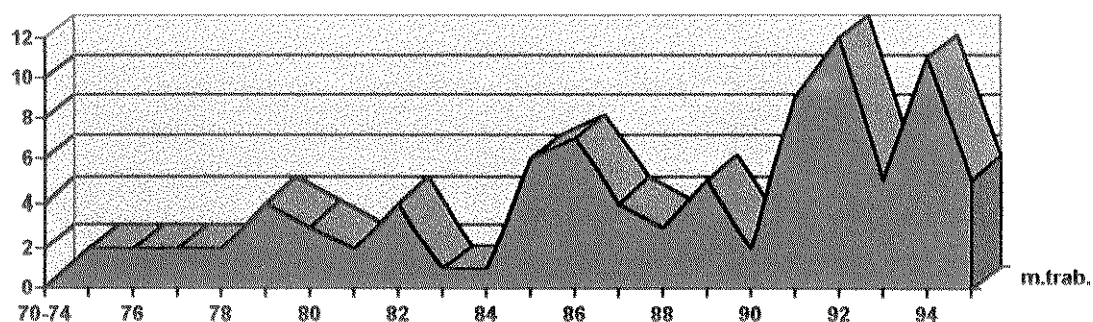


Figura 21. Números de teses e dissertações sobre movimento dos trabalhadores defendidas na USP, entre 1970 e 1995

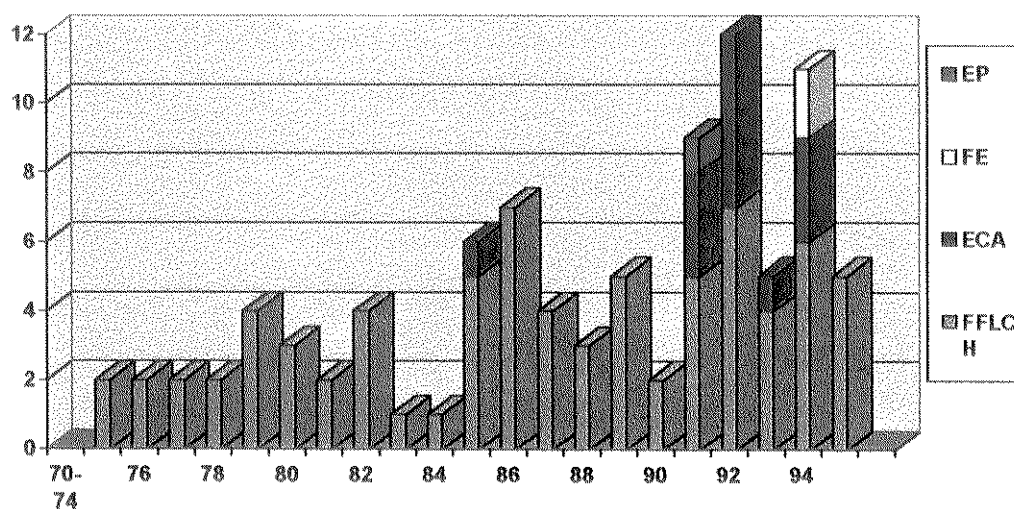


Figura 22.- Número de teses e dissertações, sobre movimento dos trabalhadores, defendidas na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Faculdades, Escola de Comunicação e Arte, Escola Politécnica (USP), entre 1970 e 1995,

É possível observar que depois de um período inicial com números estáveis de trabalhos sobre movimento dos trabalhadores (entre 1975 e 1978), houve um aumento significativo e crescente, apesar das oscilações ao longo do tempo. Como a produção sobre movimentos sociais tem estreita relação com a dinâmica da realidade (Capítulo 2), é plausível associar este dado ao importante papel desempenhado pelos movimento dos trabalhadores, sobretudo operários, no processo de democratização da sociedade brasileira e de alterações nas relações de trabalho e salariais, especialmente a partir da segunda metade da década de 70.

A produção acadêmica reflete isto, pois, a maior parte (60,8%) das teses e dissertações sobre movimento dos trabalhadores aborda o sindicalismo urbano⁵² e o movimento operário, vindo a seguir as pesquisas sobre movimento dos trabalhadores e sindicalismo rurais e, movimento dos trabalhadores urbanos (Quadro 10, e Anexo 2).

Quadro 10: Teses e dissertações sobre movimentos dos trabalhadores, produzidas na USP, 1970-1995, de acordo com o critério espacial-geográfico e tipo de movimento

MOV.TRABALHADORES/ TIPOS	URBANO		RURAL		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%
Mov. Trabalhadores urbano/rural					1	1,0
Mov. Operário	21	22,8			21	22,8
Mov. Trabalhadores	6	6,5	27	29,3	33	35,8
Mov. Sindical	35	38,0	2	2,1	37	40,2
TOTAL	62	67,3	29	31,5	92	100%

4.2.2. Movimento popular

Do total de 44 pesquisas sobre movimento popular, o número de dissertações de Mestrado (52,2%) é proporcional ao de teses de Doutorado (47,7%). A FFLCH é responsável por cerca de 65,9% dos trabalhos, os quais já estavam presentes desde 1978 (na FE e no IP, a partir de 1982; na FAU, 1983; na ECA, 1991) (Figura 23).

⁵² No conjunto das pesquisas sobre sindicalismo urbano estão incluídos os trabalhos sobre sindicato operário (a grande maioria) e também sobre sindicatos de outros trabalhadores urbanos (bancários, professores, etc.) (ver anexo2)

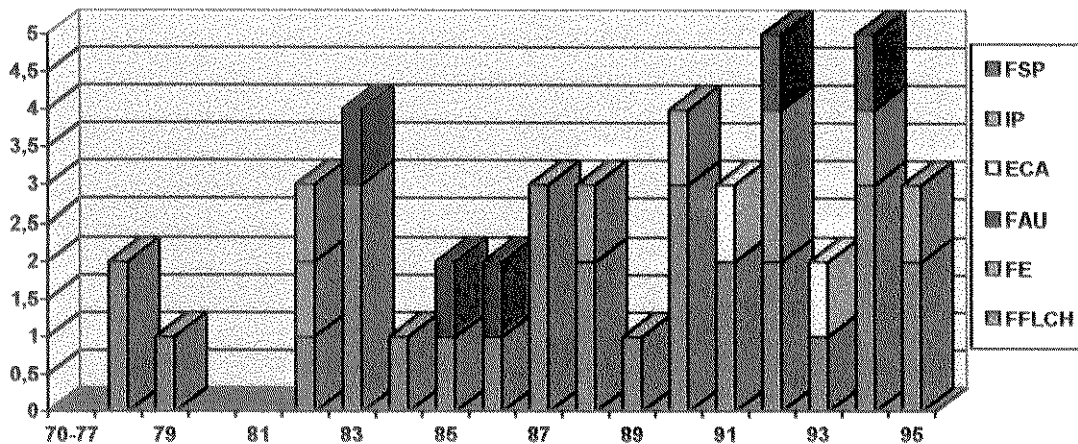


Figura 23 - Número de teses e dissertações, sobre movimentos sociais populares, defendidas na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas; na Escola de Comunicações e Artes; na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; na Faculdade de Educação; no Instituto de Psicologia; na Faculdade de Saúde Pública (USP), entre 1970 e 1995.

A maioria das teses e dissertações foram concluídas, ininterruptamente, depois de 1982. Desta forma, levando em conta o tempo de realização das pesquisas, é possível dizer que a USP analisa os movimentos populares desde o momento da maior mobilização destes no cenário nacional (Figura 24).

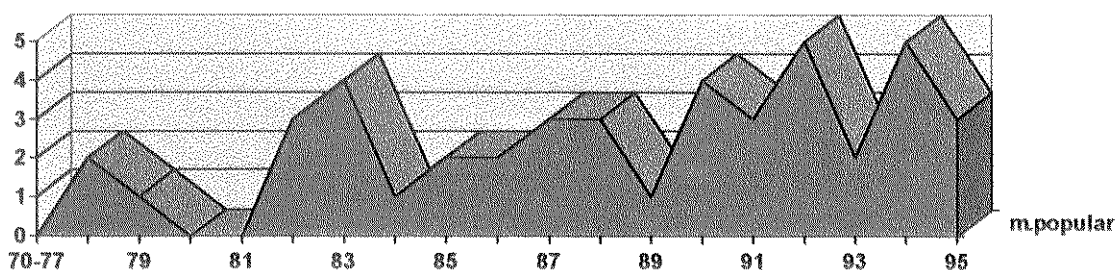


Figura 24. Número de teses e dissertações sobre movimento popular defendidas na USP, entre 1970-1995

Os movimentos populares pesquisados são, predominantemente, urbanos (apenas 6 trabalhos focalizam o movimento popular geral _urbano e rural). As demandas são por equipamentos escolares (especificamente, creches e escolas de 1º. grau), habitação,

transporte, saúde, equipamentos e serviços de consumo coletivo. Foram, ainda, estudados alguns movimentos que traziam reivindicações relacionadas às questões do desemprego, aposentadoria e participação política (Quadro 11, Anexo 2).

Quadro 11 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais populares, produzidas na USP (1970-1995), de acordo com o critério da demanda

M.s. populares-DEMANDAS	TOTAL
Saúde	4
Educação	6
Habitação (terra, moradia e eq.serviços coletivos)	8
Trabalho (desemprego/aposentadoria)	2
Políticas	1
Transporte	2
Demandas difusas e relacionadas aos equipamentos e serviços de consumo coletivos	21
TOTAL	44

4.2.3. Novos movimentos sociais

A maioria das 37 teses e dissertações sobre novos movimentos sociais foi concluída no Doutorado (54%), no período entre 1990 e 1995 e na FFLCH (91,8%)_ as pesquisas restantes foram defendidas no IP (duas) e na ECA (uma), (figura 25).

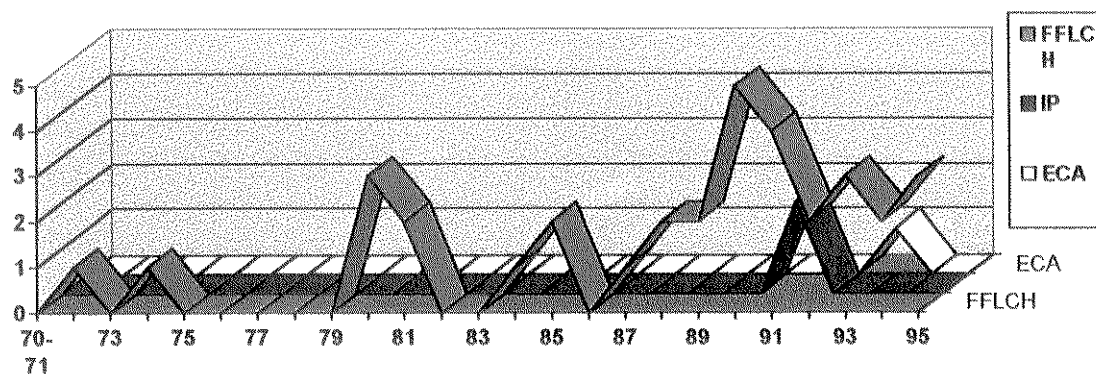


Figura 25 - Teses e dissertações sobre novos movimentos sociais, defendidas na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas; no Instituto de Psicologia; na Escola de Comunicações e Artes (USP), entre 1970 e 1995.

As pesquisas concluídas entre 1970 e 1975, na verdade, analisaram as mulheres no mundo do trabalho. No entanto, já anunciavam um novo paradigma, ao incorporarem a noção de gênero à questão, privilegiada nesta época, das classes sociais. A partir dos anos

80, principalmente dos 90, as análises se descolaram, parcialmente, das referências estritamente classistas e da esfera da produção, propondo-se discutir, por exemplo, as relações entre sociedade civil e política (em termos de uma ampliação da democracia representativa); entre os sexos e etnias; entre homem e meio ambiente (Anexo 2).

Tais teses e dissertações pesquisaram os movimentos relacionados a questão do gênero (59,4%); da etnia (29,7%); do meio-ambiente e das gerações (5,4% cada). Mais detalhadamente, observamos que: dos 22 trabalhos discorrendo sobre aspectos ligados ao gênero, a maioria (20) trata do movimento de mulheres (destes, 06 focalizam a mulher na esfera da produção), um reflete sobre os homossexuais e outro sobre os homens e mulheres nas relações de trabalho; as 11 pesquisas no âmbito da etnia abordam o movimento negro; as duas sobre meio-ambiente estão relatando alguma faceta do movimento em sua defesa; as outras duas, sobre movimento geracional, tratam de grupos de jovens.

4.2.4. Movimento messiânico e ligado à seitas e religião

No período considerado, as primeiras pesquisas (do total de 22) sobre movimento messiânico e ligado a seitas e religião foram concluídas entre 1972 e 1977, voltando a parecer, em maior número e frequência, a partir de 1982. A maioria delas é tese de Doutorado (59%) e foi defendida na FFLCH (há apenas uma dissertação concluída na ECA).

Também é a maioria, os trabalhos que discorreram sobre a Teologia da Libertação, a ala Progressista da Igreja Católica ou as CEBs (77,2%), os quais foram, em grande parte, concluídos nos anos 80 e 90. Os movimentos messiânicos são objeto de cerca de 22,7% das pesquisas (Anexo2).

Estas temáticas estão ligadas à conjuntura da época da realização dos trabalhos. Neste sentido, é válida a observação feita anteriormente, ou seja, é possível que o número de teses e dissertações da USP, as quais analisam o papel da Igreja Católica junto aos movimentos sociais, principalmente durante os governos militares, seja maior que o destacado, pois, esta análise está em pesquisas sobre os movimentos populares e de trabalhadores, especialmente.

4.2.5. Movimento político-partidário

Na USP, este tema foi objeto principalmente de dissertações de Mestrado (05), havendo duas teses sobre o mesmo, defendidas na FFLCH entre 1989 e 1995. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi tratado em três trabalhos; o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em dois; o PMDB em um; a dinâmica de um processo político-eleitoral, em outro (Anexo2).

O pequeno número de trabalhos sobre este tipo de movimento social, conforme já discutido, deve-se, ao menos em parte, às características do movimento, sendo possível encontrar referências a ele numa grande variedade de temas próprios das pesquisas em Ciências Humanas.

4.2.6. Movimento estudantil

Apenas duas pesquisas abordam este movimento: uma tese e uma dissertação, concluídas na FFLCH, em 1990 e 1971, respectivamente. Isto pode estar relacionado à conjuntura do período, na qual os movimentos de destaque, e por conseguinte, que despertaram o interesse dos pesquisadores, foram os de trabalhadores, popular e, também, os novos movimentos sociais.

4.2.7. Movimento de elites econômicas

Identificamos apenas duas dissertações sobre o movimento social de elites econômicas, concluída em 1985 e 1994, na FFLCH.

É oportuno repetir que tanto é pequena a produção acadêmica sobre movimento de elites econômicas, como são poucos os movimentos existentes na realidade social. Fato compreensível pelas opções e formas de encaminhamento das demandas e defesa de interesses desta camada social, que transita muito próxima, quando não faz parte, das instituições políticas.

4.3. Matrizes teóricas

Parte importante das 206 dissertações e teses, produzidas na USP, sobre movimento social fundamenta-se na matriz histórico-estrutural (40 pesquisas-19,4%) ou na matriz mista (56 trabalhos-27,1%). A influência isolada do neo-idealismo é pouco expressiva (encontrada em apenas um trabalho), nenhuma pesquisa manifestou apenas a orientação da teoria da ação social ou do estrutural-funcionalismo (Figura 26). Este último, inclusive, não aparece nem mesmo compondo a matriz mista. O que acontece, algumas vezes, é o pesquisador citar na bibliografia autores importantes desta corrente, mostrando seu conhecimento dos clássicos das Ciências Sociais, sem, entretanto, haver uma relação com os autores representativos da teoria dos movimentos sociais, também mencionados (Apresentação e Capítulo 1).

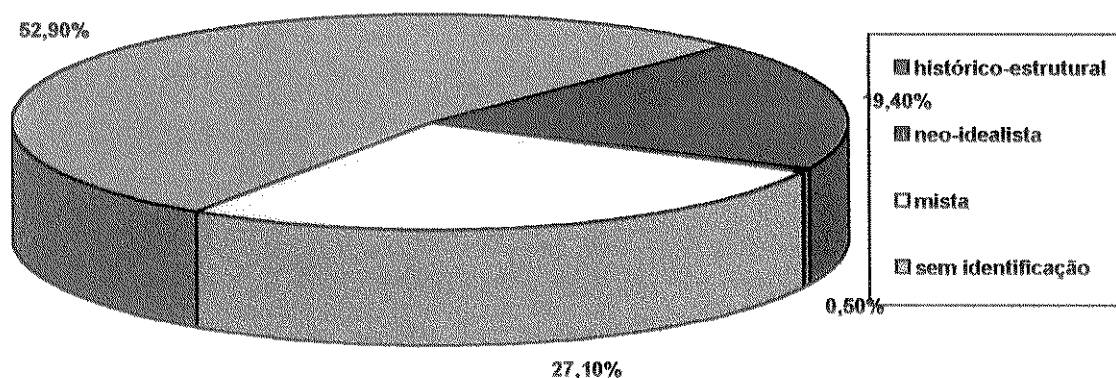


Figura 26 - Matriz teórica das teses e dissertações sobre movimento social, realizadas na USP (1970-1995)

Na América Latina, as matrizes mista e histórico-estrutural estão bastante presente nas obras sobre movimento social. No entanto, a influência desta última tem diminuído desde meados nos anos 80, o que é confirmado pelos dados das teses e dissertações sobre movimento social realizadas na USP (Figura 27).

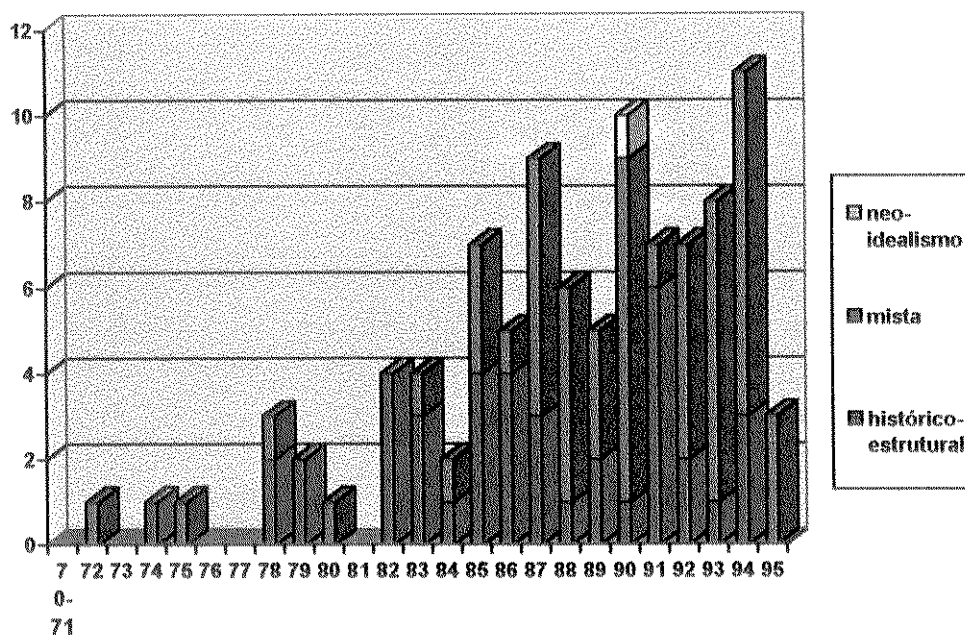


Figura 27- Matriz teórica das teses e dissertações sobre movimento social, realizadas na USP, entre 1970-1995

No geral, a matriz histórico-estrutural predominou nas teses e dissertações concluídas entre 1972 e 1986. Nestes primeiros anos a matriz mista está presente como que se revezando e compondo a orientação nas pesquisas, mas a partir de 1987 desponta e, com exceção do ano de 1991, será a matriz de maior influência nas teses e dissertações sobre movimento social.

Entretanto, na maioria das pesquisas, realizadas na USP, a matriz mista é composta pela histórico-estrutural combinada com o neo-idealismo e (ou) com a teoria da ação social, embora haja alguns poucos trabalhos em que somente estes últimos estão presentes.

Diante disto, é possível afirmar que, ao longo do período abrangido pela pesquisa, o paradigma histórico-estrutural está presente, de diferentes formas, nas dissertações e teses sobre movimento social.

Nas teses e dissertações sobre cada tipo de movimento social considerado, há diferenças em relação à estas influências, ou seja: a matriz mista está presente em parte significativa das pesquisas sobre movimento popular (43,1%), novos movimentos sociais (13,5%), político-partidário (42,8%) e estudantil (50%); a matriz histórico-estrutural, nos movimentos de elites econômicas (50%); e estas duas matrizes, em números quase

equivalentes, estão presentes nas pesquisas sobre movimento dos trabalhadores (mista-23,9% e histórico-estrutural-22,8%) e messiânicos e ligados à religião (mista-27,2% e histórico-estrutural-22,7%), (Figura 28).

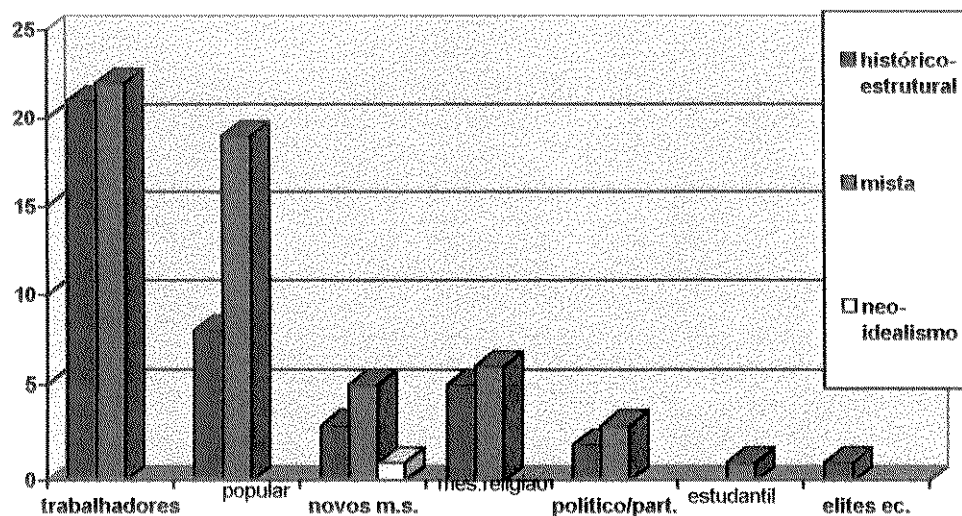


Figura 28. Matriz teórica das teses e dissertações sobre cada tipo de movimento social, realizadas na USP, entre 1970-1995

A importância do pesquisador e do orientador na escolha destas opções teóricas já foi enunciada no capítulo anterior. Na USP, a grande maioria dos professores-orientadores dos trabalhos sobre movimento social estão locados na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, indicando o espaço, na Universidade, este assunto se configura mais solidamente enquanto área de conhecimento (Anexo2).

O pesquisador dos movimentos sociais, além do vínculo predominante com este espaço da pós-graduação, traz a sua história vivida em outros espaços e, às vezes, a experiência de alguma forma de participação no próprio movimento estudado. Em 31 dos 206 trabalhos (15,0%) foi possível identificar a participação do pesquisador. A relação entre número de trabalhos em cada tipo de movimento social e número de pesquisadores que expressou sua participação no mesmo, é a seguinte: os autores das pesquisas sobre movimento estudantil foram os que, proporcionalmente, mais expressaram sua participação no movimento estudado (50%); seguidos pelos pesquisadores do movimento político-partidário (28,5%); novos movimentos sociais, e populares (18,5% e 18,1%,

respectivamente); político-partidário (13,6%); dos trabalhadores (10,8%); nenhum pesquisador do movimento de elites econômicas expressou sua participação no mesmo.

Para complementar estes dados, é interessante notar que os métodos mais freqüentemente citados foram a pesquisa de campo (mencionada em 39 trabalhos) e a pesquisa participante, com suas variantes em objetivos e denominações: pesquisa-ação, observação participante, etc., (utilizada expressamente em 09 pesquisas). As técnicas mais comuns foram a análise de documentação aliada à entrevista (presente em 78 teses e dissertações); e isoladamente, a análise documental (registrada em 28 pesquisas) e a entrevista (25 trabalhos).⁵³

A pesquisa de campo é um recurso utilizado mais freqüentemente nas teses e dissertações sobre movimento messiânico/religião (22,7% do total das pesquisas sobre este tipo de movimento social); dos trabalhadores (20,6%); novos movimentos sociais e populares (18,9% e 18,1%, respectivamente). A pesquisa participante é mais usual nos trabalhos sobre movimento político-partidário (14,2%).

Desta forma, as dissertações e teses da USP sobre movimentos sociais, usualmente possuem uma metodologia composta pelas *matrizes* mista ou histórico-estrutural e; pelo *método* da pesquisa de campo, aliado à *técnica* da análise documental em conjunto com a da entrevista.

Esta metodologia denota algum grau de envolvimento do pesquisador com o movimento pesquisado.

⁵³ Os métodos utilizados nas dissertações e teses selecionados foram: Observação Etnográfica; Observação Participante, Pesquisa Participante ou Pesquisa ação e; Pesquisa de Campo. As técnicas mencionadas são: Análise de dados/documentos; Entrevistas; História de vida; Questionário e, técnicas audiovisuais.

2. CONCLUSÃO

Existem diferenças e semelhanças na produção teórica, da UNICAMP e USP, sobre movimentos sociais.

As diferenças indicam singularidades no perfil das Universidades, do corpo docente e discente e da comunidade onde cada uma se insere. Isto não nos deixa esquecer que estes fatores são importantes no resultado final da produção acadêmica, especialmente sobre movimentos sociais.

Uma destas diferenças se refere à data de conclusão das primeiras teses e dissertações sobre os movimentos sociais considerados, que, na USP, foi no início da década de 70 (1971) e, na UNICAMP, em seu final (1977), significando que, nas duas Universidades, as pesquisas sobre o tema começaram a ser realizadas desde os primeiros anos da implantação dos programas de pós-graduação (para o caso da UNICAMP) ou de sua consolidação e reformulação (USP).

Um outro aspecto, que marca as peculiaridades destas instituições de ensino, diz respeito ao espaço privilegiado em que as pesquisas são desenvolvidas. Este espaço (onde estão reunidos os professores, pós-graduandos, graduandos, núcleos de estudo, bibliotecas e arquivos que permitem o desenvolvimento da pesquisa e a ampliação do conhecimento sobre movimentos sociais), como se sabe, é a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (USP) e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas(UNICAMP). Mas, alguns trabalhos sobre o tema foram desenvolvidos em outros Institutos e Faculdades da área de Humanas e, também, da Biológicas (como é o caso da Faculdade de Ciências Médicas/UNICAMP, Faculdade de Saúde Pública, Instituto de Psicologia/USP), havendo, inclusive, o interesse pela temática na área das Ciências Exatas (por exemplo, a Escola Politécnica/USP).

Na USP, estas outras unidades tiveram uma produção pouco significativa (com exceção da Escola de Comunicações e Artes, que apesar de, proporcionalmente, apresentar um número pequeno de trabalhos sobre movimento social, demonstrou ter um vínculo sólido com a temática, especialmente através de estudos sobre a imprensa sindical e operária). Na UNICAMP, comparativamente, há uma menor concentração, no IFCH, de

pesquisas sobre movimentos sociais, isto se deve aos trabalhos realizados na Faculdade de Educação, onde o tema configura-se como uma dinâmica linha de pesquisa.

Mas, no geral, a USP parece reunir características⁵⁴ mais favoráveis para a realização de pesquisas sobre movimento social, pois, nela, a proporção entre teses e dissertações sobre o tema é bastante equilibrada. Na UNICAMP, a preocupação com a temática é menor no Doutorado que no Mestrado.

Além destas diferenças, as semelhanças também são relevantes por apontarem características da produção acadêmica sobre movimentos sociais que, possivelmente, poderão ser generalizados para outras universidades brasileiras.

Nas duas Universidades, o número de trabalhos aumentou no decorrer do período considerado, embora, em relação ao total de teses e dissertações concluídas nas unidades selecionadas da área das Ciências Humanas, a produção sobre movimento social tenha diminuído a partir de meados dos anos 80.

Vale lembrar que, por volta desta época, o campo do movimento social sofreu modificações substantivas. Especialmente os “chamados movimentos de reivindicação urbana que se multiplicaram pelo Brasil afora durante os anos 70 e 80 despertando intenso interesse acadêmico, deram lugar, a partir de meados dos anos 80, a temas relativos à transição política e à questão da democracia.” (...)

“Nova conjuntura política, novo arranjo de forças políticas e reacomodação das lideranças movimentistas. (...) E adeus movimentos sociais; agora, há assuntos mais relevantes” (DOIMO, 1993:12 e 14).

Além disso, também neste período, final dos anos 80 e início dos 90, “a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do leste europeu, deixam como saldo um certo abandono das teorias macro-estruturais que enfatizam a problemática das contradições sociais, e viam nas lutas e movimentos um dos fatores de acirramento daquelas contradições” (GOHN, 1994).

⁵⁴ Contribuem para estas características fatores como: a USP é mais antiga e maior; seus programas de pós-graduação tiveram início antes e nestes programas foram realizadas importantes teses na área e áreas correlatas, que são base para muitos estudos sobre movimentos sociais. Além disso, existe a localização privilegiada (como pólo de atração) da Universidade.

Todavia, também nas duas Universidades, concomitantemente à queda relativa no número de trabalhos sobre movimentos sociais, houve, ao longo do período, um aumento da diversidade de tipos de movimentos sobre os quais as pesquisas versavam.

As características dos estudos sobre estes tipos de movimentos sociais também apresentaram semelhanças, ou seja: o maior número de teses e dissertações pesquisou o movimento dos trabalhadores, vindo a seguir, em ordem decrescente, os movimentos popular; novos movimentos sociais; messiânico e ligado à religião; político-partidário; estudantil; de elites econômicas.

As pesquisas sobre movimento dos trabalhadores são as únicas que percorrem todo o período abrangido por este estudo (com exceção do ano de 1987, para o caso da UNICAMP). Os tipos (ou subtemas) mais estudados foram o movimento operário e o sindicalismo urbano.

Os trabalhos sobre o movimento popular são também bastante constantes e, na maioria, discorreram sobre o movimento popular urbano, com demandas relativas a equipamentos e serviços de consumo coletivo, habitação e educação.

As teses e as dissertações sobre novos movimentos sociais aparecem, com maior frequência, a partir da segunda metade dos anos 80. Em grande parte, trataram do movimento de gênero (de mulheres, principalmente), seguido, no caso da USP, pelo étnico (negros) e, no caso da UNICAMP, pelo ambientalista.

Os estudos sobre movimentos messiânicos e ligados à religião, apesar de menos constantes e em menor número, estavam presentes desde o início do período estudado (na USP) e meados dos anos 80 (na UNICAMP). Porém, é interessante notar que as primeiras dissertações e teses abordaram, especialmente, o movimento messiânico, já as que foram concluídas nos últimos anos do período estudado, estavam mais preocupadas em analisar as historicamente recentes (mas não menos importantes) Comunidades Eclesiais de Base e a atuação de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação.

As pesquisas sobre os movimentos político-partidário, estudantil e de elites econômicas, foram concluídas, principalmente nos anos 90, apesar de haver uns poucos trabalhos nas décadas anteriores.

Isto demonstra o quanto o movimento social, como objeto de estudo, é recortado pelos contextos sócio-político e econômico.

Ou seja, entre 1970 e 1994, o movimento dos trabalhadores, cujo estudo já é clássico na área dos movimentos sociais, reapareceu no Brasil com a força provocadora de mudanças no cenário político e econômico. Nas décadas de 70 e 80, este movimento foi principalmente o dos operários e de seus sindicatos; nos anos 90, o movimento dos trabalhadores rurais roubaram a cena. A recente maior mobilização e visibilidade dos movimentos dos trabalhadores rurais, particularmente do MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra), possivelmente, trará como reflexo, na academia, um aumento da produção sobre o assunto, podendo vir a alterar, então, o quadro atual, no qual as teses e dissertações sobre o sindicalismo urbano e o movimento operário são a grande maioria.

O movimento popular (especialmente até meados da década de 80) surgiu com características novas, propondo uma relação menos clientelística com as agências do Estado e, por isso mesmo, desafiando a capacidade deste de atender ou incorporar as reivindicações, vindo a provocar o aumento das fissuras no sistema político e econômico de então.

Os novos movimentos sociais, que se movem no âmbito das questões colocadas pelas sociedades industriais complexas, adquiriram maior visibilidade na década de 80, despertando o interesse da mídia e também da academia.

Os movimentos messiânicos e ligados à religião fazem parte da história das sociedades e de estudos clássicos na área. No Brasil, nas últimas décadas, este tipo de movimento social esteve, efetivamente, presente no cenário social e político, por meio da atuação de setores progressistas da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, especialmente, por meio das CEBs.

Nesta relação entre produção acadêmica sobre movimento social e contexto sócio-político, chama a atenção o número realmente pequeno de teses e dissertações sobre movimento estudantil. Para o caso dos movimentos político-partidário e de elites econômicas, o número pouco expressivo é coerente com suas características, já mencionadas no Capítulo 1. Mas, isto surpreende quando consideramos a importância política e, principalmente, cultural do movimento estudantil. Talvez, diante da conjuntura

dos anos 70 a 1995, os pesquisadores estivessem mais atentos aos movimentos de trabalhadores e populares, principalmente porque, nos primeiros anos do período, estes inauguraram a retomada mais expressivamente pública da luta pela democratização e pela reconquista da cidadania.

Um outro recorte perpassa as teses e dissertações sobre movimentos sociais: o recorte político-ideológico, presente na metodologia desenvolvida pelos pesquisadores. Neste aspecto, é de se esperar (embora, principalmente no mestrado, nem sempre isto ocorra) que o pesquisador conheça “as várias alternativas metodológicas e as implicações científicas, políticas e ideológicas de cada uma delas, de modo que, ao escolher a metodologia, o faz com conhecimento de causa...”(Chauí, 1994b:59).

Na UNICAMP e na USP, a metodologia da maioria das dissertações e teses sobre movimento social, ao longo de todo o período estudado, é formada pela *matriz* histórico-estrutural (isoladamente ou em composição com a teoria da ação social ou com o neo-idealismo, configurando uma matriz mista) e pelos *métodos* de pesquisa de campo e pesquisa participante, aliados à *técnica* da análise documental e da entrevista.

Esta metodologia denota um envolvimento do pesquisador com o movimento estudado, não só porque utiliza a pesquisa de campo, a participante ou a entrevista, mas, sobretudo, por adotar a matriz histórico-estrutural (isolada ou na composição da matriz mista). Fundamentalmente, este paradigma considera haver uma relação de dependência mútua e de simultânea reciprocidade entre o sujeito e o objeto da pesquisa. Ao contrário do positivismo e do funcionalismo, por exemplo, nos quais esta relação é de exterioridade (LOWI, 1995; IANNI,1990).

Mas, nas duas Universidades, ficou evidente que estas questões são dinâmicas, pois, a matriz mista começou a aparecer nos trabalhos, de forma constante e crescente, a partir da década de 80, significando uma tendência de mudança de paradigma.

Portanto, as semelhanças mencionadas, proporcionam alguns elementos para generalizações dos resultados, como, por exemplo, o tipo de movimento social mais estudado; as demandas recorrentes; os métodos e técnicas mais comuns, entre outros. Muitos destes elementos, inclusive, podem ser generalizados por não serem novidade neste campo teórico e no período abrangido pela pesquisa. Mas, dois aspectos merecem

destaque, pelo fato de, ao contrário dos acima mencionados, trazerem elementos que estão na contramão de análises e de noções praticamente consensuais entre os autores e estudiosos do tema.

O primeiro aspecto refere-se aos dados e análises apresentados sobre as matrizes teóricas, estes, se não colocam por terra, ao menos relativizam a noção difundida, entre os teóricos da área, de que, nos últimos anos (meados da década de 80 e anos 90), a matriz histórico-estrutural sofreu um esvaziamento importante nas análises do movimento social. Para as dissertações e teses produzidas na UNICAMP e na USP, esta afirmação passa a não ser inteiramente procedente, uma vez que, mesmo com uma tendência de mudança, este paradigma continuou sendo uma das mais influentes matrizes.

É possível que os pesquisadores e orientadores destes trabalhos partilhem com Francisco de Oliveira (1987) a compreensão de que “o marxismo é um dos pilares da forma de pensar o mundo, e de agir sobre ele, contemporaneamente; muito mais que no século XIX, e muito mais que nas primeiras décadas deste século (...). Ao lado do próprio cristianismo, do liberalismo e da psicanálise, o marxismo projetou-se para além de uma ideologia particular, para compor com as ‘ideologias’ assinaladas uma espécie de patrimônio universal. E é contraditório que esse patrimônio seja um *mix* de formas de concepção do mundo que, em suas especificidades, são irredutíveis. Essa convivência apresenta problemas para o marxismo, assim como para as demais, que se projetam enquanto problemas metodológicos, em primeiro lugar, e enquanto problematização da ação sobre o mundo, em segundo lugar.” O autor argumenta que o “mundo sem marxismo virá apenas no momento em que o marxismo dispensar o mundo, isto é, no momento em que o método já não se nutra dos conflitos reais. Mas, até lá, façamos de frente e sem preconceitos uma pergunta crucial: com que paradigma teórico-metodológico se parece o mundo em que vivemos? Qualquer resposta intelectualmente séria dirá que, sem nenhuma dúvida, a aparência do mundo responde muito mais à visão marxista que a qualquer de seus concorrentes. Essa ‘felicidade’ teórica é de fato uma grande infelicidade humana”.

O segundo aspecto, diz respeito à noção, também bastante difundida, de que, a partir de meados dos anos 80, no Brasil, o estudo sobre movimentos sociais (especialmente os populares) declinou e, de certa forma, a importância deste também. Os

dados e análises apresentados, apesar de, em parte, validarem esta idéia, permitiram a decomposição desta para a elaboração de uma reinterpretação.

Isto é, foi reiterado, várias vezes, em todos os capítulos desta tese, o que é sobejamente conhecido: a produção teórica sobre movimentos sociais tem estreita relação com o contexto político, econômico e social.

Mas, o que é mais relevante, os dados e análises apontaram que, mesmo quando, num período há (como houve na época indicada) uma queda no interesse pelo tema, isto não significa, diretamente, a diminuição da importância desta área de conhecimento. No campo teórico dos movimentos sociais, as mudanças conjunturais (constantes na dinâmica das sociedades) afetam tanto a qualidade, como a quantidade de estudos, já que estas mudanças propõem novas formas de ação coletiva, as quais, por sua vez, desafiam os pesquisadores da área.⁵⁵

Neste sentido, a tese pôde demonstrar que, concomitantemente à queda do número relativo de dissertações e teses sobre o tema, houve um aumento da diversidade de tipos de movimentos sociais estudados, que se apresentaram como novos desafios teóricos nesta área de conhecimento. Portanto, aquele “adeus movimentos sociais; agora, há assuntos mais relevantes”, é apenas força de expressão⁵⁶.

Esta tese pretendeu ser o que seu título propôs: um olhar na produção acadêmica sobre movimentos sociais, pela pesquisa em duas Universidades que, por sua importância, são representativas: a USP e a UNICAMP.

Fizemos um *sobrevôo* pelas questões conceituais do tema. *Passamos* pela conjuntura social e política do período estudado, sobreposta a alguns dados das teses e dissertações e a uma visão geral das Universidades. *Pousamos*, detidamente, na produção sobre movimento social em cada delas, buscando interpretar elementos importantes das

⁵⁵ Por isso, é que se pode admitir que o *conceito* de movimento social compreende desde os movimentos da Antiguidade e da Idade Média até os novos movimentos sociais contemporâneos; e que os movimentos, *de fato*, estão presentes, de diversas formas, no decorrer da história de diferentes sociedades.

⁵⁶ A própria autora da frase, Doimo (1993:14), deixa isto claro em seu importante trabalho.

pesquisas (e fizemos isto de uma maneira pouco usual: tabulando dados, compondo quadros e figuras, propondo, enfim, uma análise qualitativa de dados quantitativos). E, num novo e breve *sobrevôo*, para obter uma visão de conjunto, focalizamos as dissertações e teses realizadas nas duas Universidades.

Desta forma, esta tese apresenta, basicamente, dados e relações entre eles que não são, propriamente, novidades, mas que podem possibilitar um olhar mais minucioso ou uma perspectiva, algumas vezes, diferente da mais difundida, a respeito da produção acadêmica sobre movimentos sociais

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, L. E.- *O Estado Deserto - Brasil e Argentina nos anos de 1982-1992*. Campinas, 1994 (Tese-Doutorado- FE-Unicamp).
- ANTUNES, R.L.C.- *A Rebelião do Trabalho: Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80*. São Paulo, 1986 (Tese-Doutorado- FFLCH-USP).
- Anuário Estatístico/USP*, 1996
- AVELAR, L.- Mudanças Estruturais, Crise Política e Eleições. *São Paulo em Perspectiva Revista SEADE*, 8 (2): abr-jun, 1994.
- BERTRAND, M. In SILVEIRA, P. (org.)- *Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade*, São Paulo, Vértice, 1989.
- BLAY, E. A.- *A mulher e o Trabalho Qualificado na Indústria Paulista*. São Paulo, 1972 (Tese-Doutorado- FFLCH-USP).
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.- *Dicionário de Política*. 2v. Brasília, DF, Edunb,1992.
- BONDUKI, N.G.- *Construindo Territórios de Utopia: A Luta pela Gestão Popular em Projetos Habitacionais*. São Paulo, 1986 (Dissertação-Mestrado-FAU-USP).
- BOSCHI, R. R.- *A Arte da Associação Política de Base e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Vértice, 1987.
- BOTTOMORE, W. & OUTHWAITE, W.- *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.
- BRAVO,G.M.- Movimento operário. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.- *Dicionário de Política*. 2v. Brasília, DF, Edunb,1992.
- Breve Guia sobre a UNICAMP/96.
- Cadernos Lutas Populares no Brasil - 1600-1953*, Campinas - Cesap s/d
- CAMACHO, D.- Movimentos sociais, algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.)- *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, R. C. L.- A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.)- *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

- CARONE, E.- *Movimento Operário no Brasil*. São Paulo, Difel, 1979.
- CASTELLS, M.- Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. In: POULANTZAS, N. (org.)- *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- _____ - *The city and the grassroots*. California, Ed. University of California Press, 1983.
- Catálogo de Produção Técnico-Científica e Artística do Corpo Docente/Pesquisadores e Teses da USP*, 1997.
- CHARLE, C. & VERGER, J.- *História das Universidades*. São Paulo, Editora Unesp, 1996.
- CHAUÍ, M.- *Cidadania Cultural em Ação 1989-1992 - Prestação de contas da Secretaria Municipal da Cultura aos cidadãos*. São Paulo, SMC, 1992.
- _____ - Raízes Teológicas do Populismo no Brasil: Teocracia dos Dominantes Messianismo dos Dominados. In: DAGNINO, E. (org.)- *Anos 90-Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994a.
- _____ - USP 94: A Terceira Fundação. *Estudos Avançados* 8 (2): set dez, 1994b.
- Correio Popular*, de 19/11/96
- DRAIBE, S.- *Brasil: O Sistema de Proteção Social e suas Transformações Recente*. 1992 (mimeo).
- _____ - As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. *Revista USP - Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo* (17): mar-abr-mai, 1993.
- DOIMO, A. M.- “*Movimento Popular*” no Brasil pós-70: *Formação de um Campo Ético - Político*. São Paulo, 1993 (Tese-Doutorado-FFLCH-USP).
- _____ - *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Campinas, 1983 (Dissertação-Mestrado-IFCH-UNICAMP).
- EVERS, T.- De costas para o Estado, longe do parlamento: os movimentos sociais alternativos na Alemanha Ocidental. *Novos Estudos CEBRAP* 2 (1): abr.83
- FAUSTO, B.- *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1997.
- FERNANDES, B. M.- *Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação da MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1994 (Dissertação-Mestrado-FFLCH-USP).

FERNANDES, F.- Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. *Estudos Avançados*. 8 (2): set dez. 1994.

_____ - *Nova República?* São Paulo, Ática, 1985.

FERNANDES, L. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, E. (org.)- *Pós - Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

Folha de São Paulo, 17/09/95.

Folha de São Paulo, 04.02.96

Folha de São Paulo, 22/08/96.

Folha de São Paulo, 05.10.96.

Folha de São Paulo, 12.06.97.

FURTADO, C.- Mundo do amanhã. *Revista Veja*, ano 30, n.1, 08/01/1997a.

_____, C.- Entrevista: Furtado Defende Reforma Agrária Contra Desemprego. *Folha de São Paulo*, 10-03-1997b.

GIDDENS, A.- Intervenções do pensamento. *Folha de São Paulo*, 02-03-1997.

GOHN, M. G.- *Classes populares, periferia urbana e movimento social urbano: O movimento das Sociedades Amigos de Bairros de São Paulo*. São Paulo, 1979 (Dissertação-Mestrado, FFLCH-USP).

_____ - *A força da Periferia*. Rio de Janeiro, Vozes, 1985.

_____ - *História dos Movimentos e Lutas Sociais - A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo, Loyola, 1995.

_____ - *Lutas pela moradia popular em São Paulo*. São Paulo, 1987 (Tese-Livre-Docência- FAU-USP).

_____ - *Lutas populares urbanas: um estudo sobre os movimentos sociais urbanos, destacando-se a luta por creches em São Paulo*. São Paulo, 1983 (Tese-Doutorado-FFLCH-USP).

_____ - *Movimentos sociais e Educação*. São Paulo, Cortez, 1992.

_____ - *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo, Loyola, 1991.

_____ - *Novos Movimentos Sociais e a Construção da Cidadania- Balanço dos anos 80 e tendências nos anos 90*, São Paulo, 1994 (mimeo).

- _____ - *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo, Cortez, 1997b.
- _____ - *Teorias sobre os Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1997a
- GRZYBOWSK, C.- *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. São Paulo, Vozes/Fase, 1987.
- HOBSBAWN, E. J.- *Era dos Extremos- O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____ - *Mundos do trabalho; novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____ - *Rebeldes Primitivos - Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- _____ - *Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- IANNI, O.- A crise de Paradigmas na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais ANPOCS*, n.13 ano 5 jun. 1990.
- _____ - A Sociologia e o Mundo Moderno. *Revista-PUC*, n.5, São Paulo, 1988.
- JACOBI, P.- *Movimentos sociais e Políticas Públicas*. São Paulo, Cortez. 1989
- _____ - *Políticas Públicas de Saneamento Básico e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo, 1974-1984*. São Paulo, 1985 (Tese-Doutorado, FFLCH_USP).
- Jornal da Unicamp*, ano X, out.96, n.115.
- KOWARICK, L.- *Lutas sociais e a cidade, São Paulo: passado e presente*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- LIMA, E. J. S.- *A criação da UNICAMP: Administração e Relações de Poder numa perspectiva histórica*. Campinas, 1989 (Dissertação-Mestrado- FE-UNICAMP).
- LÖWY, M.- *Ideologias e Ciência Social - Elementos para uma Análise Marxista*. São Paulo, Ed. Cortez, 1995.
- MARTINS, J. S.- *Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- MARTINS FILHO, J.R.- *Movimento estudantil e ditadura militar*. São Paulo, Papyrus, 1987.

- MEDEIROS, L. S.- *História dos movimentos sociais no campo*. São Paulo, Fase, 1989.
- _____ - *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: Os Comunistas e a Constituição de Classes no Campo*. Campinas, 1995 (Tese-Doutorado-IFCH-UNICAMP).
- _____ - *A Questão Da Reforma Agrária No Brasil 1955-1964*. São Paulo, 1982 (Dissertação-Mestrado-USP).
- MENEGHEL, S. M.- *Zeferino Vaz e a Unicamp - Uma Trajetória e Um Modelo de Universidade*. Campinas, 1994 (Dissertação-Mestrado-FE-UNICAMP).
- MELUCCI, A.- Um objetivo para os movimentos sociais. *Revista Lua Nova*. São Paulo, CEDEC, 1989
- _____ - Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. entrevista a Leonardo Auritzer e Timo Lyra. *Novos Estudos CEBRAP*, n.40 nov. 1994.
- _____ - Movimentos sociais e sociedade complexa. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimento Sociais, PUC*, no. 2 abr.97.
- MIRANDA, T.G.- *Movimentos Sociais no Brasil: um Balanço da Literatura, 1970-1995*. São Paulo, 1997 (Tese-Doutorado-FFLCH-USP).
- MOISÉS, J. A.- *Classes populares e protestos urbanos*. São Paulo, 1978 (Tese-Doutorado-FFLCH-USP).
- _____ - *Cidadania e Participação- Ensaio sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova Constituição*. São Paulo, Cedec, 1990.
- NUNES, E.- *Carências Urbanas e Política*. São Paulo, 1987 (Dissertação-Mestrado-FFLCH-USP).
- OFFE, C.- *Partidos Políticos e Nuevos Movimientos Sociales*. Editorial Sistema, Colección Politéia, 1993.
- OLIVEIRA, F.- Que Mundo sem o Marxismo? *Cadernos PUC - Epistemologia, Metodologia - Ciências Humanas em Debate*, n.32, 1988.
- _____ - A revolução dos Zés. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, 8 (3) jul-set. 1994a

- _____ - Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no limiar do séc. XXI. *Fase*, Rio de Janeiro, 1994b.
- OTTMANN, G.- Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n.41 mar.1995.
- PASQUINO, G.- Movimentos sociais. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.- *Dicionário de Política*. Brasília, Edunb, 1992.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I.- *Movimentos messiânicos no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- PORTELLA, E.- USP: As Curvas da Modernidade. *Estudos Avançados* 8 (2): set-dez. 1994.
- PRZEWORSKI, A.- *Democracia e Mercado: No Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- Relatório do Biênio abr.94-abr.96/UNICAMP*.
- RENON, K.D.- Movimentos sociais. In: BOTTOMORE, W. & OUTHWAITE, W.- *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.
- REVISTA USP. *Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*. 17, mar-abr-mai 93
- REVISTA USP. *Dossiê Camudos*. 20 dez-jan-fev. 93-94.
- Revista Estudos Avançados* n.22, 1994.
- RUDÉ, G.- *A multidão na história - Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro, Campus, 1991.
- SADER, E.- *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, 1987 (Tese-Doutorado-FFLCH-USP).
- SADER, E. (org.)- *Pós - neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- _____ (org.)- *Vozes do Século -Entrevistas da "New Left Review*. São Paulo, Paz e Terra", 1997.
- SALGADO, S.- *Terra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SANTOS, W. G. (coord.)- *Que Brasil é este? Manual de Indicadores políticos e sociais*. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

- SCHERER-WARREN, I.- *Movimentos Sociais - Um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1983.
- _____ - *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. J.- *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SINGER, P. & BRANT, V. C.- *São Paulo: O Povo em Movimento*. São Paulo, Vozes, 1983.
- SPÓSITO, M.P.- *Expansão do Ensino, Política Populista e Movimentos Sociais*. São Paulo, 1982 (Dissertação-Mestrado-FE-USP).
- _____ - *Ilusão Fecunda. A luta por Educação nos Movimentos Populares*. São Paulo, 1988 (Tese-Doutorado-FE-USP).
- TELLES, V.- *Experiência do autoritarismo e práticas instituintes - Os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*. São Paulo, 1985 (Dissertação-Mestrado-FFLCH-USP).
- _____ - Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. J. (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____ - Sociedade Civil e os caminhos (incertos) da cidadania. *São Paulo em Perspectiva - Revista SEADE* 8 (2): abr-jun, 1994.
- THOMPSON, E. P.- *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TILLY, C.- *From Mobilization to Revolution*. Addison - Wesley Publishing Company, 1978.
- TOURAINÉ, A.- *Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- _____ - *Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina*. Campinas, Ed. Unicamp, 1989.
- _____ - A trajetória de FH e os caminhos do País. *O Estado de São Paulo*, 16/01/1997, p.D4.
- VALLADARES, L. P. & SANT'ANNA, M. J. G.(org.)- *O Rio de Janeiro em teses. Catálogo Bibliográfico 1960-1990*. Rio de Janeiro, URBANDATA (IUPERJ), 1992.

WANDERLEY, M. B.- *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*. São Paulo, Cortez, 1993.

WARDE, M. J.- A produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil (1982-1991). *Avaliação e pesquisa na área da Educação 1982-91*, ANPED, 1973.

Anexo 1. RELAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE MOVIMENTO SOCIAL PRODUZIDAS NA UNICAMP (1971-1995), DE ACORDO COM A TIPOLOGIA ADOTADA

I - Movimentos dos trabalhadores (urbanos e rurais)

- movimento dos trabalhadores urbanos
1 - 13 - 17* - 28 - 35 - 58 - 105
- movimento operário
4 - 5 - 11* - 19 - 41 - 48 - 50 - 53 - 57 - 59 - 61 - 65* - 67 - 68 - 75 - 78 - 81 - 93 - 111
- movimento dos trabalhadores rurais
14* - 21 - 33 - 34 - 36 - 49 - 51 - 54 - 71 - 84 - 85* - 87 - 89 - 106
- movimento sindical urbano
6 - 15 - 16* - 31 - 39 - 43 - 45 - 47 - 52 - 60 - 76 - 77 - 82 - 96 - 99 - 101 - 110 - 114 - 115
- movimento sindical rural
2 - 7 - 10 - 79 - 94

II - Movimentos sociais populares

- 18 - 20 - 38 - 95
- movimentos populares urbanos
8 - 12 - 23 - 32 - 44 - 46 - 55 - 64 - 73 - 74 - 104 - 107 - 109 - 113
- movimentos populares rurais
3 - 70

III - Novos movimentos sociais

- 26
- movimento relacionado a questão de gênero
11 - 14 - 16 - 17 - 65 - 85 - 91 - 112
- movimento étnico
100
- movimento ambiental
29 - 37 - 92 - 102 - 116
- movimento geracional
56

IV - Movimentos estudantil

22 - 69 - 108

V - Movimentos sociais messiânicos/ relacionados à religião/seitas

42 - 66 - 80 - 83 - 86 - 88 - 90 - 97 - 98

VI - Movimentos político- partidários

24 - 25 - 27 - 30 - 40 - 62 - 72 - 103

VI - Movimentos de elites econômicas

9 - 63

* Para efeito de análise, esta tese (ou dissertação) também está arrolada no item III - movimento de mulheres.

SIGLAS UTILIZADAS: UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas; IFCH-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; FE-Faculdade de Educação; IE-Instituto de Economia; FCM-Faculdade de Ciências Médicas; IA-Instituto de Artes.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS: Autor; título da tese ou dissertação; orientador; grau; local e ano da defesa; número de páginas; resumo¹.

1.

ALEM, Silvio Frank.: **Os Trabalhadores e a "Redemocratização" (Estudo sobre o Estado, Partido e a Participação dos Trabalhadores Assalariados na Conjuntura da Guerra e do Pós-Guerra Imediato) 1942-1948.** Orientador: Michael McDonald Hall. Mestrado, IFCH. 1981, 293p.

RESUMO (introdução)

Pretendemos, com esta dissertação, oferecer uma contribuição á tarefa que se coloca para a historiografia, no sentido de aclarar a participação política dos trabalhadores na conjuntura que antecede a queda de Vargas, e verificar o papel que puderam exercer na construção de uma nova ordem constitucional, privilegiando a questão de suas relações com os partidos políticos, sobretudo o PCB. (...)

Em nosso trabalho trataremos dos "trabalhadores". Isto porque, embora inicialmente preocupados apenas com os operários fabris, acabamos por alargar o campo de nossa investigação para setores mais amplos dos assalariados urbanos, que se identificaram, ao menos conjunturalmente, com as lutas e o movimento do proletariado, partilhando de sua sorte. Voltamos em nossos estudos, principalmente para o Estado de São Paulo e Distrito Federal, ainda que sempre que possível procurássemos ampliar para outras Unidades da Federação a coleta de informações.

2.

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Lutas dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto.** Orientador: José Graziano da Silva. Doutorado, IE. 1991, 318p.

RESUMO (introdução)

No primeiro capítulo apresento o processo de modernização da agricultura, seus principais traços e a forma como o observe.(...)

No segundo capítulo, mostro como o processo de modernização na lavoura canavieira se apresenta na Região de Ribeirão Preto. (...)

No terceiro capítulo, o foco de análise está centrado nas lutas dos trabalhadores assalariados rurais. Neste capítulo, privilegio os momentos das greves e os seus interregnos, centrando a análise no período após a célebre greve da Guariba {1984}. (...)

No capítulo quinto, à guisa de conclusão, apresento os novos desafios e para onde aponta a luta dos trabalhadores assalariados rurais.

3.

¹ Alguns trabalhos não apresentam resumo, nestes casos buscamos este dado nos arquivos manual e informatizado. Quando não encontrado, optamos por extrair fragmentos da apresentação, da introdução, ou de outra parte da tese ou da dissertação que pudesse indica, ao leitor, o assunto tratado. Isto está registrado logo em seguida á chamada do resumo, por exemplo: Resumo (introdução).

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira Andrade. **O Destino Incerto da Educação entre os Assentados Rurais do Estado de São Paulo**. Orientador: Zeila B. F. Demartini. Mestrado, FE. 1993, 267p.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar no contexto de assentamentos rurais, a relação existente entre o trabalhador rural e o processo educacional, buscando apreender, a partir da situação concreta de vida, como o trabalhador assentado percebe, analisa e vivência a educação escolarizada para a sua população.

A investigação foi realizada em três assentamentos rurais do Estado de São Paulo, com características diversas, permitindo observar alguns aspectos novos no tocante a relação do trabalhador da terra e a educação, ao longo da história.

Para tal análise, optou-se pela coleta de histórias de vida dos trabalhadores assentados, em complementaridade com outras fontes, buscando reconstituir a luta pela educação e a sua vivência do processo educacional.

O estudo permitiu constatar a diversidade de situações vividas pelos trabalhadores com relação ao processo educacional: enquanto uns encontram-se avançados na discussão sobre a formação das crianças assentadas, outros ainda lutam por uma escola para seus filhos. Mas todos enfrentam dificuldades com relação à educação escolar.

Notou-se também a diversidade de visões dentro de um mesmo grupo, expressa na opinião das lideranças e dos demais trabalhadores bem como entre os diferentes assentamentos, refletida também na questão educacional.

Os trabalhadores assentados, enquanto um grupo organizado no movimento de luta pela terra, vivem momentos de incertezas quanto ao seu próprio destino, imprimindo-as na ambivalência de suas vivências e de seus projetos. Tais dificuldades levam a configurar, neste momento, o destino incerto da educação no contexto de assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

4.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma História de Lutas (1912-1924)**. Orientador: Michael M. Hall. Mestrado, IFCH. 1984, 312p.

RESUMO (introdução)

Diante da necessidade de restringir o âmbito da pesquisa, optamos por estudar a classe operária daquele que foi o principal; centro industrial do Estado nas primeiras décadas do século XX: o município de Juiz de Fora, situado na Zona da Mata, desde a segunda metade do século XIX, a principal região cafeeira do Estado.(...)

O período escolhido - 1912 - 1924 - se justifica por se tratar de um espaço de tempo importante na luta que a classe empreende contra o capital: eclodem três greves - 1912, 1920 e 1924 - de caráter generalizado além de outras que abrangem apenas uma unidade fabril ou apenas um setor. E ainda mais que as greves foram eleitas como conjunturas privilegiadas para a análise da problemática, como se verá em seguida.

O objetivo do nosso trabalho, na área já indicada e no período cronológico já delimitado, consiste em investigar a relação capital-trabalho, tomando como ponto de partida o trabalhador que vende a sua força de trabalho. Investigá-la significa pensar a interrelação entre proletariado e burguesia industrial, os dois pólos da relação que se concretiza no modo de produção capitalista.

5.

ANTUNES, Ricardo L.C. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil (um Estudo sobre a Consciência de Classe: 1930-1935)**. Orientador: Décio A. M. Saes. Mestrado, IFCH. 1980, 276p.

RESUMO (apresentação)

A preocupação deste trabalho é trazer à tona algo que não tem merecido, por parte dos estudiosos, o seu justo e devido valor: A questão da consciência de classe do operário brasileiro. (...)

Parto da seguinte formulação, de matriz lukacsiana: o entendimento da consciência operária implica em que se estude, o primeiro, a gênese desta classe e sua inserção no processo de produção; segundo, em que medida a classe operária procurou colocar-se acima de imediatidade e assim superá-la; e, terceiro, se o seu entendimento da realidade captou ou não a totalidade em sua essência.

Para procurar responder a estas indagações, o estudo pretende trilhar os seguintes passos, claramente imbricados entre si: qual a participação da classe operária brasileira, dentro do processo de produção industrial? De que maneira suas manifestações cotidianas, suas lutas grevistas e sindicais eclodidas entre os anos 1930-1935 expressavam ou não um momento de sua consciência de classe?...

6.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30**. Orientador: Maria Hermínia B. Tavares de Almeida. Doutorado, IFCH. 1994, 324p.

RESUMO (introdução)

O objetivo deste trabalho é discutir as condições que permitiram a adoção do corporativismo como estratégia de incorporação política da classe trabalhadora no Brasil dos anos 30. Minha intenção é examinar, mais especificamente, as condições que tornaram possível a implantação do sindicalismo corporativista, visto aqui, como dimensão crucial de um projeto autoritário de reestruturação das relações Estado/Sociedade, articulado e implementado pelo Estado.(...)

Na análise desta problemática, examino, de um lado, as condições relacionadas à reorganização do Estado e do campo ideológico, bem como à correlação de forças que possibilitaram a implementação desta estratégia de incorporação controlada dos trabalhadores, via corporativismo. De outro, procuro explicar a reação da classe trabalhadora, analisando as formas de resistência que opôs à estratégia de incorporação do Estado e, principalmente sua adesão ao sindicalismo corporativo.

7.

ARAÚJO, José Bezerra de. **Modernização da Agricultura e Organização da Força de Trabalho no Semi-Árido da Bahia**. Orientador: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. Doutorado, IE. 1994, 285p.

RESUMO (apresentação)

Este trabalho se propõe a interpretar - sem perder de vista a totalidade - parte do processo de acumulação capitalista na agricultura do semi-árido do Nordeste Brasileiro, particularmente, na região de Irecê no Estado da Bahia e nos tempos recentes.(...)

...no âmbito das relações sociais, a pesquisa centrou ênfase nas condições de organização dos produtores diretos em associações, cooperativas, sindicatos e formas não convencionais de defesa de seus interesses, incluindo nestes, a reprodução social. (...)

As condições de organização dos produtores diretos foram observadas em três níveis distintos. O primeiro, as associações de produtores diretos...(..)

O segundo nível de observação diz respeito aos sindicatos e cooperativas. (...)

O terceiro nível de observação, a emergência de conflitos fundiários.

8.

BAIERLE, Sérgio Gregório. Um Novo Princípio Ético-Político: A Prática Social e Sujeito nos Movimentos Populares Urbanos em Porto Alegre nos anos 80. Orientador: Evelina Dagnino. Mestrado, IFCH. 1992, 397p.

RESUMO: (introdução)

Este trabalho tem por tema os movimentos populares urbanos em Porto Alegre na década de oitenta.

...será dado destaque à atuação da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre), enquanto esforço de unificação organizativa dos movimentos populares e, em seguida, como expressão de crise estratégica destes movimentos. Será dado destaque também ao processo de emergência dos movimentos de luta pela moradia, à interação das ONGs (Organizações Não-Governamentais) no seio dos movimentos, enquanto “partido” da Reforma Urbana, e ao processo de construção dos Conselhos Populares e de espaços públicos institucionais de participação popular, sobretudo o Fórum do Orçamento Participativo no governo da Frente Popular na Prefeitura (89-92). (...)

A pergunta principal que vai se procurar responder é a seguinte: Existe efetivamente um novo princípio ético-político - uma nova forma de pensar e atuar politicamente - presidindo a ação dos movimentos populares urbanos em Porto Alegre? Qual a sua genealogia?

Dando suporte a esta questão principal, existem duas outras perguntas que nela se imbricam: (1) Qual o caráter das culturas políticas desenvolvidas nestes movimentos? (2) Qual o espaço no qual se desenvolvem os seus sujeitos?

Estas questões permitem situar a abrangência deste trabalho em dois níveis:(1) empírico, investigando os movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80; (2) teórico, buscando contribuir para a discussão da relação entre sujeito e prática social.

9.

BALTAR, Ronaldo. Os Empresários Rurais e a Reforma Agrária no Governo de Transição (1985-1988). Orientador: Maria Conceição D'Incao. Mestrado, IFCH. 1990, 278p.

RESUMO (introdução)

O objetivo específico desta pesquisa constitui-se (...) na busca de um explicação sociológica sobre a participação das organizações de classe do empresariado rural nas definições políticas sobre a reforma agrária no período de transição (1985-1988). ao perseguir este objetivo, minha intenção foi questionar, em primeira instância, a relação existente entre as diversas frações do empresariado rural _ seus interesses de classe e suas formas de ação política. Em segunda instância, a intenção foi a de fazer uma reflexão sobre a relação existente entre a estrutura agrária e diferenciação política do empresariado rural.

O recorte histórico da pesquisa, ou seja, a transição foi subdividido em dois momentos: o período de elaboração e de execução inicial do 1º PNRA (1985-1986) e o período de elaboração da Constituinte (1987-1988). (...) Interessava, portanto, observar o modo pelo qual o empresariado

rural, enquanto fração do bloco do poder, havia se mobilizado e interferido nos rumos da política de reforma agrária da Nova República, o que pôde ser observado com maior evidência nos meses de elaboração do 1º PNRA, nos primeiros momentos de execução do plano durante toda a fase de debates e votações na Constituinte.

10.

BARROS, Fátima Regina de. **A Organização dos Trabalhadores Rurais: Contribuição ao Estudo do Caso do Estado de São Paulo, entre 1954 e 1964.** Orientador: Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Mestrado, IFCH. 1986, 171p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho tem o objetivo de resgatar o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, havido nos primeiros anos da década de 60 até sua brusca mudança de orientação e ritmo, determinados pela queda do Governo de João Goulart e pela emergência de um regime político de caráter autoritário, em março de 1964

A preocupação com este período específico surgiu no final dos anos 70, quando, participando de pesquisas sobre a formação de sindicatos rurais no Brasil entre 1962 e 64, pude constatar a quase total inexistência de estudos sobre o tema, permanecendo em aberto questões como: suas origens, suas formas de organização, suas práticas de mobilização (ou desmobilização) empregadas, seus processos de percepção e encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores e, ainda, a maneira como esses entendiam e participavam do processo sindical.

11.

BARROS, Mônica Siqueira Leite de. **As Mulheres Trabalhadoras e o Anarquismo no Brasil** Orientador: Décio A. M. de Saes. Mestrado, IFCH. 1979, 125p.

RESUMO (introdução)

...este trabalho pretende ser uma contribuição tomando visível a ação histórica das mulheres trabalhadoras no movimento anarquista brasileiro de 1900 a 1920. Assim, a presença feminina nas lutas operárias desmistifica o caráter passivo de sua natureza atribuído e reforçado pela ideologia dominante nas formações sociais capitalistas. aparecem, pois, as condições de participação social ampla das mulheres o que entra em contradição com a sociedade de classes. Nesse sentido, podemos estabelecer a ponte entre o movimento de libertação social e a emancipação das mulheres conjunta à de outras categorias oprimidas: as crianças, os grupos étnicos - índios, negros, etc.

12.

BLAY, Diana. **Políticas Públicas e Organizações Populares: Um Estudo Sobre as Creches no Município de São Paulo no período de 1982 a 1990.** Orientador: Maria da Glória Gohn. Mestrado, IFCH. 1992, 132p.

RESUMO: (introdução)

Este estudo analisa a política social de atendimento à criança de 0 a 6 anos no Município de São Paulo, no período de 1982 a 1990 e suas relações com as organizações populares que demandaram creches no mesmo período. Analisaremos nesse contexto, a política social e os planos de governo adotados pelas três gestões municipais: Mário Covas (1983-1985), Jânio Quadros (1986-1988) e os dois primeiros anos de gestão da Prefeita Luza Erundina (1989-1990), através da atuação da Secretaria do Bem -Estar Social (SEBES). (...)

Outro aspecto a ser abordado nesse trabalho são as organizações civis que lutam ou atuam na área do atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

Nesse sentido estudam-se os movimentos e organizações de luta por creche ou que atuam em creches (Movimento das Creches Conveniadas), assim como entidades criadas a partir da organização dos funcionários de creches (sindicatos).

13.

BONACINI, Irma Luiz. A Maior Aula em Praça Pública: Trabalho, Política e Imaginário das Professoras Primárias em Minas Gerais (1079 - 1980). Orientador: Michel Marie Le Ven. Mestrado, FE. 1992, 251p.

RESUMO

A reconstrução histórica do processo de organização política das trabalhadoras do ensino das séries fundamentais em Minas Gerais, tendo como marco as greves de 79 e 80, desenvolveu-se em três instâncias: no cotidiano de trabalho, nos movimentos reivindicatórios em questão e na organização político-sindical das professoras. No primeiro momento procedeu-se a análise das relações de trabalho no interior da escola, detectando focos de resistência daí decorrentes. Contou-se com dados oficiais e com o depoimento das professoras primárias. Essa luta travada no interior da escola vai ter continuidade com a eclosão das greves de 79 e 80. Nessa segunda etapa, utilizou-se de dados arquivados na UTE_MG e na APPMG, aliados ao testemunho das bases e líderes. Da solidariedade e luta do movimento de 79 surge a UTE_MG, que representa um avanço no processo de organização das professoras. As pesquisas evidenciaram que o avanço em termos de organização quando da greve de 79 que reforça e consolida a política no cotidiano de trabalho sofre um recuo na greve de 80. A repressão do Estado e seus mecanismos para se manter hegemônico tornam o ritmo do movimento social e sindical descontínuo. Nesse curso, a organização política das mestras oscila entre avanços, pausas e retrocessos.

14.

BOTELHO, Maria Izabel Vieira. A Assalariada Rural: da Identidade Social e da Identidade Política. Orientador: Maria conceição D'Incao. Mestrado, IFCH. 1992, 148p.

RESUMO (introdução)

A problemática central da presente dissertação de mestrado tem como alvo a identificação dos caminhos pelos quais as assalariadas rurais da região de Ribeirão Preto vêm constituindo seus espaços de participação política. (...)

Na presente dissertação, procuramos romper, em certo sentido, com a máxima segundo a qual a emancipação feminina é pré-condição de sua participação social e política. Acreditamos que ela se dá como parte desse processo mais global de construção da cidadania.

Procuramos romper também com a idéia de que esse processo é determinado exclusivamente pela esfera do trabalho, porque procuramos pensar a mulher enquanto totalidade em movimento, razão pela qual tentamos resgatar a determinação desse movimento em todas as esferas de seu cotidiano.

15.

BRANDÃO, Sandra Márcia Chagas. Política Salarial e Negociações Coletivas: O Caso das Categorias Metalúrgicas, Química e Têxtil do Município de São Paulo - 1975/1989. Orientador: Paulo Eduardo de Andrade Baltar. Mestrado, IE. 1991, 157 p.

RESUMO(apresentação)

O propósito desta dissertação será analisar os resultados salariais alcançados pelas categorias metalúrgica, química e têxtil do município de São Paulo no período de 1978 a 1989,

contrapondo-os as regras para reajuste dos salários fixadas nas várias políticas salariais vigentes naqueles anos. A hipótese básica desta análise será que os sindicatos destas categorias, partindo do reajuste mínimo garantido nas leis salariais, negociariam critérios de correção para os salários diversos dos previstos naqueles, critérios estes que seriam uma função direta de seu poder de barganha (...)

O capítulo inicial foi dedicado à análise do diversificado conjunto de políticas salariais instituídas no período 1979 a 1989. (...)

No segundo capítulo foi realizada a análise dos processos de negociação coletiva das categorias metalúrgica, química e têxtil no período 1978 a 1989. (...)

E, finalmente, a título de conclusão, foi realizado um apanhado das principais questões levantadas nas análises precedentes, buscando sistematizar os elementos que nos permitiriam avançar na avaliação dos efeitos das políticas salariais e na qualificação da ação sindical das categorias profissionais consideradas neste estudo.

16.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. *Sindicato no Feminino: uma Luta de Formiga*. Orientador: Antônio Augusto Arantes Neto. Mestrado, IFCH. 1985, 192p.

RESUMO (capítulo 1)

...delimitou-se o âmbito e objetivo da pesquisa: análise da participação sindical da mulher operária, buscando conhecer as formas e possibilidades de atuação existentes no sindicato através de um estudo de caso que se destaca no movimento operário gaúcho, e tendo perspectiva positiva de afirmação da força política da mulheres.

A busca de compreensão do envolvimento de mulheres operárias na atividade sindical, através de suas histórias de vida, levou a:

- em 1^o lugar, a recusa do molde da passividade/submissão como explicador do comportamento feminino e procura de sua definição enquanto classe e gênero, reconhecendo a diversidade presente nestas categorias;

- em 2^o lugar, montagem do quadro da participação sindical feminina, quando, primeiro, é mostrado o cenário através da caracterização da indústria do vestuário de Porto Alegre pelos dados disponíveis; e segundo, são apresentadas as práticas de luta, expressas nos caso do STIVPA {Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre}, em uma perspectiva histórica;

- em 3^o lugar, estabelecer o processo de construção da militante operária, em uma trajetória que vai da fábrica ao sindicato, mostrando a vinculação existente entre o trabalho, as condições de vida em que se desenvolve e surgimento de reivindicações;

- e, finalmente, colocação do significado do sindicato para essas mulheres nas suas experiências de vida.

17.

BRISOLLA, Sandra Negraes. *Formas de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho - o Caso do Brasil*. Orientador: Paulo Renato Costa Souza. Doutorado, IFCH. 1982, 148p.

RESUMO (introdução)

Esta tese procura abordar aspectos da realidade da participação da mulher no mercado de trabalho nas economias capitalistas atrasadas, analisando as informações empíricas dentro de um determinado marco teórico que orienta sua seleção e ordenamento.

Entendemos que a discussão do trabalho feminino pode ser efetuada em dois níveis de abstração. O primeiro está relacionado com o papel que possa ser desempenhado pelo trabalho

doméstico no modo capitalista de produção e as conseqüências dessa função tradicionalmente feminina sobre a inserção da mulher na força de trabalho.

O segundo nível é o histórico concreto e busca verificar como se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho dada sua função no seio da família e a preservação dessa instituição no capitalismo. (...)

Não pudemos escapar da necessidade de tocar em alguns pontos da discussão teórica referente ao problema feminino.

18.

CAETANO, Miriam Expedita. Educação para a Transformação ou para Mudar as Algemas de Mão. Um Estudo sobre Educação e Formação no Instituto Cajamar - INCA. Orientador: Maurício Tragtenberg. Mestrado, FE. 1995, 223p.

RESUMO

a abordagem deste trabalho tem como foco principal Educação e Formação, utiliza como cenário o Instituto Cajamar, primeiro Instituto de Formação Popular em nível nacional.

O INCA foi fundado em 1986 por um grupo de lideranças pertencentes ao PT, CUT e Movimentos Populares.

Na sua trajetória, caracterizada por vários momentos de crise, tem se dedicado à formação de dirigentes e tem como meta contribuir para a construção de uma sociedade socialista.

Dentro desse painel, nos dedicamos à análise da inserção desta entidade no contexto, sócio-político e econômico-cultural da época; ao estudo da metodologia utilizada e a questão dos recursos. Buscando documentar e analisar a história e trajetória de tão importante conquista das classes populares.

19.

CAMPOS, Cristina Hebling. O Sonhar Libertário (Movimento Operário nos anos de 1917 a 1920). Orientador: Michael M Hall. Mestrado, IFCH. 1983, 174 p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho tem como tema o estudo do movimento operário nos anos de 1917 a 1921 nos dois maiores centros industriais do Brasil - Rio de Janeiro e São Paulo. Ao destacarmos estes anos da história da classe operária brasileira visamos, antes de tudo, aprofundar a descrição e a reflexão de uma intenção: o sonhar libertário.

Duas preocupações dão sentido à Dissertação. Uma delas diz respeito as motivações e condições gerais em torno do trabalhador que propiciaram o aceleração e o explicitamento do sentimento de revolta _ aquilo que girou em torno do ato de fazer pública a exploração. A outra trata da questão das motivações que permearam o descenso do movimento operário entre os anos de 1929 e 1921 e que se entrelaçam com a problemática mais geral do processo de sujeição do trabalhador ao capital _ as relações de poder. (...)

O sonhar a que me refiro, adjetivando-o como libertário, foi todo o esforço que se inicia com a adoção de uma ideologia revolucionária - o anarquismo e sua ramificação o sindicalismo revolucionário _ e que teve seu apogeu no Brasil nos anos de 1917 a 1920. Quando se engendrou no seio do operariado a tentativa de negação do universo burguês de dominação.

20.

CARVALHO, Josilda Maria Silva de. Vídeo Popular: A Concepção e a Prática Comunicacional de Grupos vinculados aos Movimentos Sociais e Populares em Natal. Orientador: Luiz Fernando Santoro. Mestrado, IA. 1995, 198p.

RESUMO

Desde que surgiu no mercado, o vídeo tem provocado grande interesse em função das possibilidades de uso, fácil operacionalidade e relativo baixo custo. Para além do uso doméstico, sua utilização sistemática alcançou rápida evolução. De mero suporte para outros meios como o cinema e a TV, ele passa a explorar possibilidades de conteúdos e públicos específicos, criando modos de produção e exibição próprios em torno de projetos educacionais, culturais e políticos.

Dentre a diversidade de experiências que viabilizou, esta pesquisa tratará daquela que objetivou, nos anos 80, vincular o instrumento videográfico aos movimentos populares e sociais - e que se convencionou chamar 'vídeo popular' - por ter sido concebida como a possibilidade de expressão das camadas populares, face o contexto crescente de monopolização dos meios de comunicação, no Brasil.

Apesar da força com que se disseminou - 92 eram mais de 200 grupos de norte a sul do País - poucos estudos têm sido realizados sobre o vídeo popular. Ao mesmo tempo, a identificação de contradições face os objetivos da proposta, leva à necessidade de investigações na direção de alguns aspectos de sua base conceptual. Neste sentido, a questão da participação será destacada, por ter sido colocada como a responsável maior pelo que há de mais inovador, na proposta, assegurando o equilíbrio nas relações entre emissor e receptor e, conseqüentemente, a coerência aos objetivos traçados.

Com intenção de aprofundar a reflexão neste sentido, esta pesquisa objetiva analisar a relação entre concepção e prática de grupos de vídeo popular, em Natal, onde se verifica um quadro típico do monopólio dos meios de comunicação de massa pelos grupos economicamente dominantes, a nível local.

Visando alcançar este objetivo, partiu-se para a análise de três grupos de vídeo que constituem um primeiro exercício de alternativa sistematizada a este monopólio, no plano eletrônico.

A partir de entrevistas, documentos escritos e análise do material produzido, pôde-se compor um quadro global do uso do vídeo vinculado aos movimentos sociais e populares, em Natal.

21.

CASTRO, Guillermo José M.J. Williamson. **Educação e cooperação: História social educacional de uma organização camponesa.** Orientador: Hugo Lovisoló. Doutorado, FE. 1992, 617p.

RESUMO

A tese trata do processo de formação do movimento cooperativista camponês chileno e dos processos educacionais que nele se desenvolveram. Corresponde à história organizacional e educacional de uma organização sócio-econômica de pequenos produtores e trabalhadores rurais baseada nos princípios, filosofia e prática da cooperação voluntária.

Abrange o período 1965-1986, explora os seus antecedentes, no devir histórico de experiência populares de cooperação.

Procura compreender a história da organização e educação como um processo de construção de autonomia, isto é, de independência organizacional no seu fazer e pensar, na sua atividade social, econômica e cultural, nos contextos específicos que viveu o campesinato, o cooperativismo e o país. Aproxima-se ao descobrimento e compreensão dos processos sociais e educacionais, a partir de dois eixos principais: as relações da organização e educação com a sociedade e o contexto histórico; e, os processos sociais internos de gestão e formação.

Verifica-se no desenrolar da teses, como as organizações desenvolvem uma dinâmica própria de construção de autonomia que, tendo um caráter resultante da realidade dos sócios e da etapa de desenvolvimento da organização, adquire determinado caráter segundo sejam os eventos, ideais, processos externos, sobretudo, os atores institucionais com os quais se relacionam.

22.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Os Limites do Movimento Estudantil - 1964 -1980**. Orientador: Evaldo A. Vieira. Mestrado, FE. 1987, 297p.

RESUMO (introdução)

...os objetivos desse trabalho.(...) através da análise da “práxis” estudantil, procurar analisar as possibilidades e os limites do movimento estudantil nesse período.

Procurarei analisar de que forma se deu a luta dos estudantes contra o poder político e se a sua ação foi eficaz e profícua, ou se, apesar do radicalismo que essa luta assumiu em alguns momentos, ela foi inócua. Mais ainda, se a sua ação contribuiu ou não para a transformação social. Caso não tenha contribuído, por que?

23.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. **Inventando a Mudança na Administração Pública: Reconstituição e Análise de três experiências na Saúde**. Orientador: Emerson Elias Merhy. Doutorado, FCM. 1993, 2v.

RESUMO (apresentação)

...o problema (...)que se constitui no objeto desta investigação - poderia ser sintetizado da seguinte forma: como planejar e conduzir a mudança na administração pública direta, no seu setor denominado comumente de ‘social’, mais especificamente na Saúde, a partir do ponto de vista de um determinado sujeito político, denominado, no âmbito deste trabalho, de Movimento Sanitário. Este sujeito político, tem optado, nas últimas duas décadas, por uma estratégia de intervenção no aparelho estatal, como uma das formas - portanto não a única - de conduzir um determinado projeto político que lhe dá sua(s) singularidade(s).

24.

CESAR, Benedito Tadeu. **Verso, Reverso, Transverso. O PT e a Democracia no Brasil**. Orientador: Francisco M.C. de Oliveira. Doutorado, IFCH. 1995, 339p.

RESUMO (conclusão)

Mais do que uma ‘novidade’ ambígua no cenário político-partidário brasileiro, a tese que se defende aqui e a de que o PT é um partido original que contribui de forma peculiar e fundamental para a construção da democracia no Brasil.

25.

CICONE, Reinaldo Barros. **Da Intenção ao Gesto: Um Olhar Gramsciano sobre a Possibilidade de Integração do PT à Ordem**. Orientador: Edmundo Fernandes Dias. Mestrado, IFCH. 1995, 215p.

RESUMO

Este trabalho trata da história do Partido dos Trabalhadores, principalmente no período de 1987 a 1994.

Descreve as análises de conjuntura realizadas pelo PT em cada momento, a política de alianças definida e os programas de governo propostos para o país. Ao fazer isso recupera a história das disputas políticas no Brasil neste período, do ponto de vista do PT.

Além disso, analisa o desenvolvimento dos conceitos de Partido, Estado, Hegemonia e socialismo nas resoluções dos Encontros Nacionais, no período estudado. Para esta análise utiliza-se dos conceitos teóricos do marxista italiano Antonio Gramsci, comparando-os com as resoluções partidárias.

Demonstra a existência de uma significativa semelhança entre as resoluções partidárias e as idéias gramscianas sobre estas questões, mas também a tendência de separação entre as resoluções aprovadas e as ações efetivamente praticadas pelo PT. Demonstra ainda o rebaixamento dos programas e dos horizontes do PT, em seus quinze anos de existência.

As tendências de separação entre teoria e prática, de rebaixamento de seu programa, de sua ação e de seus ideais vem distinguindo o Pt das idéias gramscianas sobre o papel, o caráter, a vida e os objetivos de um partido socialista.

26.

COELHO, Cláudio Novais Pinto Coelho. **Os Movimentos Libertários em Questão: A Política e a Cultura nas Memórias de Fernando Gabeira**. Orientador: Peter Henry Fry. Mestrado, IFCH. 1986, 329p.

RESUMO (introdução)

Um dos acontecimentos mais significativos dos anos 70 no Brasil foi a ocorrência de lutas sociais que não se caracterizaram pelo conflito de classes, pois tinham como eixo a alegação da existência de situações de opressão que não se deviam diretamente à relação capital/trabalho, na medida em que seriam consequência de relações raciais e sexuais onde vigorariam discriminações que atingiriam determinados grupos sociais como os negros, as mulheres e os homossexuais.

De acordo com os pesquisadores da realidade sócio-política brasileira dos últimos anos, a lutas sociais anti-discriminação têm sido sustentadas fundamentalmente por setores sociais pertencentes às "classes médias".(...)

No entanto, este trabalho não se propõe a discutir os pontos comuns entre os movimentos sociais "populares" e os de "classe média". Nossa intenção é pesquisar uma postura que se desenvolveu no interior dos movimentos de classe média e que afirmava que os objetivos desses movimentos deviam ser a defesa dos modos de vida que seriam específicos aos seus grupos sociais (mulheres, negros, homossexuais etc.) e o combate às relações de poder existentes tanto no aparelho de estado quando na sociedade em geral.

27.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória - Organização no Local de Trabalho, Partido e Sindicato em São Paulo, 1943-1953**. Orientador: Michael Hall. Mestrado, IFCH. 1993, 352p.

RESUMO (introdução)

O papel desempenhado pelo PCB no cenário político brasileiro a partir de 1943, quando o partido definiu-se pela aliança com Vargas, foi motivo de acaloradas polêmicas no meios acadêmicos. (...)

...nosso trabalho se detém fundamentalmente na narrativa prolongada dos inúmeros conflitos grevistas, já que eles constituem-se na matéria prima principal para a problematização das várias questões aqui trabalhadas.(...)

O primeiro capítulo aborda as várias lutas levadas adiante pelos trabalhadores durante o Estado Novo. (...)

Tendo como cenário as lutas operárias, que marcam o final de 1945 até a primeira metade de 1947, o segundo capítulo procura apontar a permanência de greves ocorridas por iniciativas dos trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho, deixando as suas respectivas entidades sindicais a reboque dos acontecimentos. (...)

No terceiro capítulo chamamos atenção para política oficial adotada pelo PCB a partir de janeiro de 1948, que no campo sindical se traduz numa confrontação direta com a estrutura sindical vigente. A partir desse ponto nossa atenção se concentra sobre a reação da militância comunista à política do partido. em seguida, problematizamos a relação classe trabalhadora versus sindicato (...) Centramos nosso foco também para a continuidade das lutas nos locais de trabalho apesar de todo clima repressivo que se abateu sobre as iniciativas de organizações dos trabalhadores.

A greve dos 300 mil com os seus desdobramentos é o tema do último capítulo.(...)Queremos mostrar a greve de 1953, não como o sol que sucede a tempestade, mas como expressão de continuidade de um prática de lutas ocorridas ao longo dos anos.

28.

CRUZ, Heloísa da Faria. Os Trabalhadores em Serviço: Dominação e Resistência (1900/1920). Orientador: Déa Ribeiro Fenellon. Mestrado, IFCH. 1984, 112p.

RESUMO (introdução)

A definição da pesquisa sobre os trabalhadores do setor de serviços teve como preocupação fundamental a de contribuir para a discussão sobre o processo de formação do trabalhador assalariado urbano. Interessava-nos aprofundar o estudo sobre contingentes específicos desta força social - o trabalhador urbano - que emergem na cena política brasileira no início do século e que adquirem importância sempre crescente na definição dos rumos da história brasileira. (...)

Dentro desta perspectiva, discuto a experiência de luta deste contingente específico do proletariado urbano, os trabalhadores em serviços, na cidade de São Paulo, nas décadas iniciais deste século, significou trabalhar com a constituição de suas condições de assalariamento. Identificar as atividades do setor de serviços bem como as categorias profissionais envolvidas nestas atividades, separá-las do conjunto de atividades então em desenvolvimento na cidade, entender e discutir seu processo de constituição e esboçar suas articulações centrais no interior do processo geral de acumulação de capitais no período deve ser destacado como um dos momentos de maiores dificuldades do trabalho. (...)

A experiência de luta dos trabalhadores em serviços revelou-se como um campo extremamente fértil ao desenvolvimento da discussão sobre a constituição das práticas de dominação e resistência no período,. Na discussão sobre as condições de subordinação e resistência destes trabalhadores foi possível não só explorar o campo da luta grevista como também outras dimensões menos abertas da luta.

29.

DIAS, Reinaldo. A Questão Ambiental e o Exercício da Cidadania (O Movimento contra a Usina Termoeletrica em Mogi Guaçu/SP). Orientador: Shiguenoli Miyamoto. Mestrado, IFCH. 1995, 148p.

RESUMO

O trabalho analisa a relação entre o exercício da cidadania e a questão ambiental, levando em consideração os novos direitos e de participação popular - incluídos na constituição Federal de 1988, nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais.

Trata-se de um estudo de caso acerca de um movimento contra a tentativa de implantação de uma usina termoeletrica em Mogi Guaçu, ocorrido durante os anos de 1992 a 1993.

O movimento permitiu a abordagem de alguns temas, como, a participação, a articulação extra-institucional e institucional, a utilização da democracia direta e o papel das questões ambientais na construção de uma cidadania ativa.

Discute a problemática ambiental como fator indissociável do conceito de cidadania. Na medida que o direito ambiental coloca para o seu efetivo exercício uma contrapartida em deveres. Deixa implícita a importância de uma permanente vigilância às condições ambientais por parte dos cidadãos.

Coloca a importância da existência de agentes ambientalmente motivados - entidades e indivíduos - como indutores de uma ação popular em defesa dos novos direitos.

Fica demonstrado no texto as tentativas de cooptação de lideranças ambientalistas por parte da Cesp e dos que eram favoráveis ao empreendimento.

30.

DIAS FILHO, Guilherme Cavalheiro. O Partido Comunista Brasileiro e o Movimento de Massas (Análise da Posição do PCB frente às Greves de 1978-80). Orientador: Armando Boito Jr. Mestrado, IFCH. 1994, 142 p.

RESUMO (introdução)

A pesquisa buscou superar a ausência de estudos sobre o PCB entre 1978-80 analisando seus documentos e, para esta tarefa, fomos beneficiados pela publicação de significativa parcela de seus manifestos políticos. (...) terminado a leitura de quase cem documentos do partido, partimos para o conhecimento dos estudos sobre os novos movimentos sociais. Desta forma, conseguimos suprir as deficiências que indicamos acima; construímos uma interpretação original sobre a posição do PCB frente aos movimentos de massa de 1978-80 e compreendemos as principais características dos movimentos de massa de 1978-80. Todavia, optamos por um recuo na pretensão de nossa pesquisa.(...)

Para entendermos a posição do PCB frente aos principais movimentos de massa de 1978-80, selecionamos dos documentos pesquisados as passagens que fazem menção à classe operária e aos movimentos populares. após esta seleção, nossa análise foi pautada pelo estudo das principais características da crise do regime militar. Com este procedimento, acreditamos ter elucidado a seguinte questão: como o PCB justificava o seu combate àqueles movimentos?(...)

Qual a razão desta oscilação? Porque, logo após o golpe militar de 1964, os documentos do PCB criticavam os movimentos por "reformas de base", e, de 1969 a 1977, começaram a sublinhar com veemência a necessidade de reorganizá-los? Por que, de forma abrupta, voltaram a criticá-los a partir de 1978?

31.

DOESWIJK, Andreas Leonardus. Entre a Unidade e a Autonomia, a Revolução e a Reforma. O Movimento Operário Argentino entre o V e o IX Fora: 1905-1915. Orientador: Michael M. Hall. Mestrado, IFCH. 1985, 230 p.

RESUMO(introdução)

...não era nossa intenção fazer um estudo geral do movimento operário na Argentina, resolvemos centrar nossa atenção sobre dois temas: o da unidade sindical e o do caráter revolucionário ou reformista das distintas correntes operárias. Dois tópicos que acreditávamos estar no centro da atividade e do pensamento dos sindicalistas da época. (...)

Temos como alvo os seguintes objetivos:

As causas e as motivações da busca da unidade sindical, ou a resistência à mesma do movimento operário de 1905 a 1915.

O estudo das práticas revolucionárias e reformistas nos sindicatos e sua influência na procura da unidade.

A consideração das mudanças políticas, sociais e econômicas operadas na sociedade argentina nesta década e as diferentes formas de repressão e seus efeitos sobre o movimento operário. A avaliação das mudanças ocorridas no movimento gremial no período considerado, o quadro sindical de 1915 e seus possíveis efeitos na vida sindical posterior.

32.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão. Mestrado, IFCH. 1983, 176p.

RESUMO (introdução)

O objetivo geral desta dissertação é fazer o registro de um movimento social urbano, _ o Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha (MTC) _ ocorrido entre abril de 1978 a novembro de 1979. Trata-se de um estudo de caso que busca explicar a sua dinâmica interna, em seu contexto de ocorrência. Neste sentido, o trabalho considera o processo de industrialização-urbanização da Grande Vitória e os movimentos populares do final da década de 70, especialmente aqueles de que são parte setores da Igreja Católica.

Os objetivos específicos referem-se a: 1) consideração do MTC como um Movimento Social Urbano (MSU); 2) reflexão sobre as relações da Igreja com o MTC; 3) indicação dos elementos que conferiram identidade e coesão aos participantes do MTC. (...)

A escolha do município de vila Velha para local de trabalho/pesquisa não aconteceu por acaso. Na época, eu havia feito um projeto de pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores da construção civil nos seus locais de moradia e na participação do sindicato e o início da pesquisa indicou que a grande maioria das principais lideranças moravam em Vila Velha. por outro lado, uma pesquisa preliminar realizada no Instituto Jones dos Santos Neves _ órgão de planejamento do Estado _ sobre o contexto de industrialização/urbanização da Grande Vitória, caracterizou vila Velha como um município altamente carente de bens, serviços e equipamentos urbanos, e portanto propício à emergência de movimentos urbanos. E, finalmente, porque já era visível a existência de organização nos bairros indo de encontro ao interesse em se criar o jornal de bairros.

33.

DUARTE, Élio Garcia. título: **Conflitos pela Terra no Acre: A Resistência dos Seringueiros de Xapuri**. Orientador: Héctor Herman Bruit. Mestrado, IFCH. 1986, 237p.

RESUMO (introdução)

O desenvolvimento do capitalismo no campo e suas consequências sociais tem sido bastante estudado e debatido no Brasil. (...) Quanto às particularidades do Acre, há ainda poucos estudos específicos sobre esta temática. (...) No entanto, nos últimos anos tem ocorrido ali um importante confronto entre o capital, os índios, seringueiros e colonos recém-chegados do Sul. Portanto, julgamos relevante um estudo que possa contribuir para a compreensão das peculiaridades que ali se apresentam, dentro do contexto geral do desenvolvimento do capitalismo.(...)

Além de focar a situação do Estado, de maneira geral e de relacionar com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, enfocamos, de maneira especial, a luta dos seringueiros de Xapuri, pela permanência na terra que ocupam. Com a ajuda da Igreja e da Contag, estes seringueiros se organizaram e desenvolveram formas de luta e de resistência à expropriação. (...)

Priorizamos a análise dos conflitos no município de Xapuri, por entendermos que é um dos mais representativos do Acre, no tocante às transformações introduzidas pela pecuária. Também pelo fato de ser o único município no Estado que não sofreu nenhuma alteração em sua extensão territorial, com a criação de novos municípios em 1975. Portanto, é possível fazer comparações de dados estatísticos de antes e depois da corrida pelas terras na região.

34.

DUARTE, Lys Elizabeth Amorim Mel. Posses e Possesiros de Pontinópolis: a Busca da “Terra Prometida”. Orientador: Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Mestrado, IFCH. 1990, 237p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho pretende relatar a experiência de um grupo de posseiros, que, após inúmeros deslocamentos, consegue se estabelecer, em uma localidade, e ali criar uma vida comunitária mais ou menos intensa. Interessa-nos desvendar os fatores que auxiliaram e os que dificultaram a reprodução destes lavradores nas diferentes situações enfrentadas e, particularmente, após a instalação em uma região onde criaram um núcleo urbano e rural a que denominaram "Patrimônio de Pontinópolis". (...)

A primeira preocupação deste trabalho é caracterizar a forma de produção destes posseiros e das unidades de produção que constituem as posses, bem como as modalidades de troca, presentes, nesta economia e a vinculação com a sociedade mais ampla.

35.

FARIA, Maria da Graça Druck de. Os Sindicatos, os Trabalhadores e As Políticas de Gestão do Trabalho: O Caso dos Círculos de Controle de Qualidade na Região de Campinas. Orientador: Thomas Patrick Dwyer. Mestrado, IFCH. 1989, 186p.

RESUMO (introdução)

...um trabalho de investigação teórica e prática que permitisse responder fundamentalmente à seguinte questão: diante das transformações nas políticas de gestão do trabalho, com a introdução da gerência participativa _ particularmente os Círculos de Controle de Qualidade _ como tem sido a reação dos organismos de representação dos trabalhadores _ os sindicatos _ frente a essas inovações? (...)

...Desta forma, buscamos analisar o comportamento e os efeitos do CCQ sobre três agentes fundamentais: as empresas, os trabalhadores e os sindicatos, privilegiando a dimensão política destes programas participativos e, portanto, analisando-os no contexto das relações de poder que se constituem no espaço da produção.

36.

FERREIRA, Eudson de Castro. Posse e Propriedade - A Luta pela Terra em Mato Grosso. Orientador: Daniel J. Hogan. Mestrado, IFCH. 1984, 238p.

RESUMO (introdução)

O presente trabalho é um estudo do movimento de organização e de luta dos pequenos posseiros nas áreas de tensão social no campo mato-grossense. O marco histórico escolhido foi a década de setenta. (...)

Desejei compreender como vem ocorrendo, hoje, a expansão da pequena posse no contexto que privilegia a grande propriedade do solo, de preferência capitalista? Que significado e consequência tem para o lavrador o movimento de luta que se prolifera no campo? (...)

A exposição segue nessa forma: primeiro capítulo: algumas indicações teóricas e metodológicas que encaminham o estudo; segundo capítulo: apresentação e discussão das medidas políticas que retratam o esvaziamento da luta política do lavrador e da reforma agrária; terceiro capítulo: análise da tendência generalizadora do conflito no campo mato-grossense e suas implicações mais imediatas; quarto capítulo: a Gleba União, estudo particularizado que retrata os mecanismos de mobilização e organização na luta pela terra; resumo e conclusão.

37.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Os Fantasmas do Vale (Representações e Modos de Ação Social em Cubatão, SP). Orientador: Daniel Joseph Hogan. Mestrado, IFCH. 1991, 214p.

RESUMO (introdução)

Esta investigação trata, em última instância, da emergência de condutas voltadas à politização das representações sociais relativas à saturação ecossistêmica, decorrente das características do processo de industrialização brasileiro.(...)

Na realidade, como pano de fundo a estas indagações encontra-se a preocupação acerca das possibilidades e dificuldades enfrentadas pelas condutas políticas voltadas à qualidade de sistemas naturais, na articulação de outros setores da sociedade brasileira que ultrapassem as fronteiras das classes médias urbanas, principalmente de seus segmentos mais intelectualizados. Solo obviamente fecundo para o desenvolvimento de opções existenciais e muitas vezes políticas, por um modo de vida calcado em valores pós-materialistas.(...)

Pois foi exatamente esta preocupação inicial que definiu a estratégia de escolher-se Cubatão como estudo de caso. (...)

...a tensão criada pelo caso de Cubatão acabou por construir uma imagem que deu margem à formação de duas dimensões de condutas. em uma delas investiu-se na politização de carências, transformando-as através da ação mobilizatória em reivindicações dirigidas ao sistema institucional formal, para que este incorporasse, enquanto demanda, as possibilidades objetivas de reprodução da vida coletiva "latu sensu". E aí eram discutidas e reivindicadas as condições materiais de vida e a sobrecarga dos sistemas que assentam o complexo industrial. Não obstante, em outro sentido, deliberadamente ou não, investiu-se maciçamente na criação e politização de um estigma e o Vale da Morte foi sendo estampado no imaginário político da década. O grau de importância que lhe foi conferido como símbolo _ em oposição ao mito desenvolvimentista - manteve-se quase que ileso até os dias atuais, quando a temática alçou vôo por sobre os muros do movimento ambientalista, para ser incorporada ao discurso político do Estado, da imprensa, do movimento sindical e de candidatos a cargos eletivos em geral.

38.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação Popular e Universidade - Contradições e Perspectivas Emergentes nas Experiências de Extensão Universitária em Educação Popular da Universidade Metodista de Piracicaba (1978-1987). orientador: Moacir Gadotti. Doutorado, FE. 1988, 386p.

RESUMO

A extensão tem sido um meio pelo qual a universidade brasileira se desincumbe de seu compromisso social de maneira assistencialista. Em momentos de grande mobilização social porém, alguns setores de universidades buscam inserir-se em processos de educação popular, com a perspectiva de promover o avanço do movimento popular. surgem, então, contradições que abrem novas perspectivas.

Experiências significativas, neste sentido, são as realizadas pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), a partir de 1978. Estimulada pela doutrina social de sua mantenedora, a UNIMEP promove projetos comunitários. O primeiro deles, o Projeto Periferia, instala pré-escolas em bairros suburbanos de Piracicaba. Sem vinculação orgânica com os movimentos sociais nem com a comunidade universitária, organiza-se burocraticamente, sob o controle da reitoria. Não obstante, abre espaços na universidade para o movimento popular, que se faz presente através de amplos debates e de serviços a organizações populares locais. Emergem contradições entre o saber-poder acadêmico e o saber-poder popular, provocando crises nos projetos comunitários. Surgem novas iniciativas de educação popular (alfabetização de adultos, comunicação popular, assessorias jurídica, administrativa e tecnológica) vinculadas a associações de moradores e sindicatos, consolidando-se no projeto Ação Cultural e Tecnologia Apropriada (ACTA), que, agora, procura vincular-se estruturalmente com os setores acadêmicos.

Em suma, as experiências de extensão universitária em educação popular realizada pela UNIMEP indicam que, apesar de sua conotação assistencialista e burocrática, elas abrem espaços para a presença do movimento popular na universidade, acirrando no seu interior contradições entre perspectivas divergentes de saber-poder, que geram crises e provocam o surgimento de novos projetos articulados com organizações populares.

39.

FORTES, Alexandre. "Buscando nossos direitos...": trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937. Orientador: Michael McDonald Hall. Mestrado, IFCH. 1994, 183p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho pretende contribuir na análise do processo de implantação da estrutura sindical corporativa no Brasil através de um estudo regional centrado em Porto Alegre entre 1933 e 1937.

Nele analisamos aspectos do conjunto do movimento operário gaúcho no período, sua relação com o estado, o empresariado e as diversas correntes políticas atuantes no seu interior.

Concentramos porém o foco em duas entidades específicas: os sindicatos dos padeiros e metalúrgicos. Reconstruindo elementos sobre o seu funcionamento cotidiano buscamos compreender o papel das organizações sindicais na construção de valores e formas de luta constitutivos da identidade operária no estado.

Trabalhamos com a hipótese de que a expectativa de mudanças gerada pela Revolução de 30 e pela produção de uma legislação social colocada como centro da ação política do governo provisório de Vargas intensificaram e potencializaram processos já em desenvolvimento no interior do próprio movimento.

40.

GALDINO, Antônio Carlos. O Partido Comunista do Brasil e o Movimento de Luta Armada nos anos 60. Orientador: Caio Navarro de Toledo. Mestrado, IFCH. 1994, 187p.

RESUMO (Capítulo I)

Este trabalho tem como objeto de estudo o Partido Comunista do Brasil (PC do B) nu dos períodos mais dramáticos da história brasileira: o desencadeamento do movimento de luta armada, nos anos 60, por organizações de esquerda. Surgido em 1962, como dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a longevidade do PC do B, como agrupamento político, com mais de três décadas de existência no cenário político nacional, por si só já justificaria um estudo de caso.(...)

Certamente um fator marcante para a longevidade do PC do B é o prestígio que adquiriu ao ter realizado a ação de maior envergadura militar no movimento de luta armada do país: a guerrilha do Araguaia.(...)

Com referência à luta do Araguaia, portanto, o PC do B afirma a sua vocação de partido revolucionário, com disposição de usar todos os meios a seu alcance, em particular a violência revolucionária, para a realização das mudanças no país.

41.

GALETTI, Luiz Carlos. As Comissões nas Fábricas e a Greve de Ocupação em Osasco - São Paulo-1968. Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes. Mestrado, IFCH. 1985, 211p.

RESUMO (introdução)

O trabalho analisa as comissões operárias organizadas nas fábricas da cidade industrial de Osasco, na grande São Paulo, e a greve de ocupação que ocorreu nas principais empresas metalúrgicas da cidade, em julho de 1968.

Dentro desse quadro geral aborda as mútuas interrelações entre as comissões nas empresas, o sindicato dos metalúrgicos, as organizações e partidos políticos, o movimento estudantil e de classe média e o Estado, no decorrer do processo grevista.

Partimos de um caso real, de um acontecimento concreto, a greve de ocupação desencadeada por operários de Osasco, e as comissões formadas nas empresas, para tentar analisar as complexas e abstratas relações a nível mais geral entre massas - comissões nas fábricas - sindicatos - vanguardas - organizações e partidos políticos - movimento sociais - Estado, dentro do contexto das classes sociais representadas, e levando em conta os embates do cotidiano, as posturas histórico - filosóficas das classes sociais, e suas expressões ao nível da política, da economia e da ideologia.

42.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. O Contestado: O Sonho do Milênio Igualitário. Orientador: Edgar Salvadori De Decca. Mestrado, IFCH. 1992, 286p.

RESUMO (introdução)

Se no primeiro capítulo tratamos da origem das idéias milenaristas messiânicas e de como elas se convertem num tema universal, {no} segundo capítulo ao historizarmos aquelas idéias estaremos penetrando no universo cultural do Contestado e revelando o ponto central da utopia dos caboclos. (...)

Da investigação dos principais conceitos dentro do código de valores dos sertanejos, nasceu o terceiro capítulo que versa sobre a idéia de monarquia. O percurso por este trajeto resultará nas visões da utopia realizada ou no topos do movimento. (...)

Mas o objetivo primordial a que nos propusemos antes de circunscrevermos o problema do Contestado no debate sobre o método e a historiografia, está centrado na descoberta de uma utopia, percorrendo os seus caminhos.

43.

GALVÃO, Marisa Nunes. Sindicalismo e Universidade: Trabalho, Ciência e Democracia na Construção do Movimento Sindical nas Universidades Estaduais Paulistas. Orientador: Márcia de Paula Leite. Mestrado, FE. 1995, 182p.

RESUMO

Este estudo apresenta os aspectos mais importantes da trajetória inicial do movimento sindical que está sendo construído no interior das universidades públicas paulistas.

Demonstra que esta trajetória está sendo permeada pelas crises fiscal e política do Estado Brasileiro e pela reforma universitária implantada na década de 70.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e, logo após, a concessão da autonomia universitária, novos desafios se colocam para o movimentos. Este deverá responder aos problemas específicos do movimento sindical no setor público, bem como interferir decisivamente na busca da melhora dos serviços prestados pela universidade e na sua democratização interna.

Como base para este trabalho foram utilizados depoimentos orais de dirigentes e ex-dirigentes desse movimento, e também de um funcionário da administração central de uma das universidades.

44.

GANZELI, Pedro. Estruturas Participativas na Cidade de Campinas. Orientador: Maria da Glória Gohn. Mestrado, FE. 1993, 179p.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo o estudo e a análise da implantação de estruturas participativas na cidade de Campinas, durante a gestão municipal de 1989 á 1991. Priorizamos as propostas elaboradas pela administração municipal sobre a constituição de Conselhos no que se refere ao Poder Local como, mais especificamente, à área da Educação.

Utilizamos neste trabalho o método etnográfico de pesquisa, pois objetivávamos observar todos os espaços que, de alguma forma, influenciaram no processo de formação dos conselhos Populares e dos Conselhos de Escola. Analisamos tanto fatores advindos do Estado como da sociedade civil, pesquisando como eles colaboraram no processo de formação das estruturas participativas.

Em relação ao processo de formação dos Conselhos Populares, observamos que, na luta pela sua implantação, houve a disputa pelo seu controle e pela hegemonia política, levada pelas organizações de moradores, com diferentes tendências políticas. Constatamos também uma forte resistência à mudança por parte dos poderes já constituídos (Câmara de Vereadores e Poder Executivo), em relação à formação de novas estruturas de poder na cidade. Nesta análise procuramos destacar o caráter educativo que permeou o processo de formação dos Conselhos Populares. Observamos que a população que participou deste processo teve a possibilidade de conhecer a dinâmica política e administrativa do município. Ela pode discutir o relacionamento entre os poderes Legislativo e Executivo e seus trâmites burocráticos, para a aprovação do orçamento, na implantação de novas linhas de ônibus e mesmo na escolha de terrenos para a construção de creches.

A análise do processo de implantação dos Conselhos de Escola mostrou-nos que existem limites e possibilidades no uso destas estruturas participativas. Os limites estariam ligados aqueles 'trabalhadores da educação' que não aceitam qualquer tipo de mudança na estrutura de poder da escola. As possibilidades estariam relacionadas à ampliação dos confrontos entre as diferentes organizações populares na luta pelo poder dos aparelhos do Estado, que poderiam vir a contribuir na dinamização destas estruturas de participação.

45.

GARAYALDE, Ema Julia Escolástica Massera. Processo de Trabalho, Sindicato e Conhecimento Operário no Contexto da Reconversão Produtiva - Ocaso AAU do Uruguai. Orientador: Demerval Saviani. Doutorado, FE. 1992, 335p.

RESUMO

A Tese mostra o papel do sindicato e do conhecimento operário no processo de reconversão produtiva de uma empresa no Uruguai.

A começo da década de 1980, a empresa estudada inicia uma reestruturação produtiva conservadora, seguindo uma orientação fordista e retaylorista. A Tese mostra que o sindicato e o conhecimento operário - este último sobretudo em sua forma escolar - constituem o sustento de uma cultura operária autônoma e participativa e incidem na mudança do rumo da transformação da empresa na direção de processos flexíveis e qualificantes.

A Tese revela a importância da tradição sindical autônoma de classe e do desenvolvimento educativo uruguayos na modificação dos processos de trabalho e da relação salarial capitalista.

Com isto, a Tese contribui para a análise crítica das relações históricas entre ciência, educação, política e produção no Uruguai e para a construção de novas relações que permitam o país superar seu estancamento produtivo e social no sentido progressista.

46.

GERSCHMAN, Silvia. *Democracia Social e Atores Políticos. Um Estudo da Reforma Sanitária Brasileira*. Orientador: Argelina C. Figueiredo. Doutorado, IFCH. 1994, 285p.

RESUMO (introdução)

O objeto desta tese é o estudo dos movimentos sociais em saúde referenciados ao processo de formulação e de implantação das políticas de saúde no período que se estende de meados da década de 1970 a 1994. O estudo desta etapa relaciona-se à possibilidade de pensar as políticas de saúde no Brasil, na transição à democracia e na consolidação democrática, sob uma perspectiva que não se sustenta, exclusivamente, no Estado como o *locus* privilegiado dos processos de formulação e de implementação das políticas sociais.

Em nossa escolha do objeto de investigação, consideramos como central a questão do movimento popular em saúde e do movimento médico - no processo de formulação e no de implementação das políticas de saúde na transição democrática - por avaliarmos que estes conformam o movimento social em saúde.

47.

GIRARDI JÚNIOR, Liraucio. *Classe Média, Meritocracia e Situação de Trabalho: O Sindicalismo Bancário em São Paulo (1923 a 1944)*. Orientador: Armando Boito Jr. Mestrado, IFCH. 1995, 119p.

RESUMO (apresentação)

A identificação de algumas particularidades dentro do movimento sindical bancário (o tipo de manifestação relativamente descontraída, associada, em alguns momentos, a um forte radicalismo; a organização de piquetes, transformados na eufemística *comissão de esclarecimento*, a predominância de jovens, com grande participação de mulheres) levaram-me a indagar: de onde são recrutados esses indivíduos? Qual a classe ou quais são os grupos preferenciais de onde os Bancos retiram seus funcionários?...Que consequências isto traria para o movimento sindical bancário?...Qual seria a fonte do radicalismo dessa categoria, que, em toda a sua história sempre recorreu a um instrumento de luta típico dos trabalhadores manuais, a greve?(...)

Dessas questões até a formulação de um *problema* bem delimitado foi um tempo relativamente longo, em que se gestou a idéia de associar o estudo teórico sobre o conceito de *classe média* à sua *eficácia* na interpretação do comportamento sindical de um certo grupo profissional (os bancários).

48.

GITAHY, Maria Lúcia Caira. **Os Trabalhadores do Porto de Santos (1889-1910)**. Orientador: Boris Fausto. Mestrado, IFCH. 1983, 342p.

RESUMO (introdução)

...o que me propus (...): um trabalho monográfico, uma pesquisa sobre os trabalhadores do porto de Santos nos vinte anos em que eles se constituem como tais e iniciam suas lutas.(...)

O trabalho encaminha-se através de uma reconstrução detalhada e não recusa portanto a forma do relato. Mantive uma divisão, no mínimo tradicional: o primeiro capítulo é sobre as transformações que Santos atravessa após sua definição como porto do café, o segundo tenta localizar o papel dos trabalhadores do porto dentro do nascente movimento operário santista e o terceiro analisa sua maior greve até então. (...) Mas eu cometi também uma conclusão inconclusiva, em que retomo o movimento operário santista nos anos 1909-1910 e discuto um pouco as cinco grandes greves portuárias do período.

49.

GOMES, Nilcéa Moraleida. **Tramas do Tempo: Cultura Popular e Política entre Trabalhadores Rurais**. Orientador: Michael M. Hall. Doutorado, IFCH. 1995, 272p.

RESUMO (introdução)

...a pesquisa e a compreensão da dimensão política da vida das classes dominadas no campo era nossa preocupação antes mesmo de se materializar num objeto empírico de investigação e, dessa forma, delimitar um espaço geográfico ou processo histórico particular.

A pesquisa propriamente dita começa por um episódio recente: uma greve de canavieiros ocorrida em fevereiro de 1986, durante a entressafra da cana de açúcar, que invade o cotidiano de uma cidade da zona da mata mineira, dominada desde o início deste século por interesses e poderes dos proprietários das usinas locais. (...)

Para examinar tais processos, a abordagem usual nos estudos agrários brasileiros buscaria reconstruir a modernização recente das relações de produção na região e localizar, aí, a explicação para dois fenômenos: o desenvolvimento de novos conflitos sociais e a emergência de uma consciência política autônoma. (...)

Ao contrário, pensamos que seria mais adequado tentar apreender a constituição deste universo político popular e sua transformação no tempo. Para isto, tomaríamos como ponto de partida a instalação das usinas canavieiras, buscando o que se encontra além das relações de produção, ou mesmo no seu interior, como representação do trabalho e do próprio trabalhador nas suas relações com os dominantes.

50.

GRACIOLLI, Edilson José. **A Ponta de um Iceberg: A Greve na CSN em novembro/88**. Orientador: Ricardo L.C. Antunes. Mestrado, IFCH. 1994, 159p.

RESUMO (introdução)

Esta dissertação pretende buscar, tanto quanto possível, a região submersa do iceberg, cuja parte visível correspondeu àquela greve. O que colocou os operários em movimento? Qual a lógica que aí predominou: a espontaneidade operária ou a organização? Como se manifestaram as dimensões econômica e política durante a processualidade da greve? A que se deveu a radicalidade da forma que a paralisação adquiriu, isto é, greve de ocupação? Enfim, qual a significação essencial lograda pela recusa dos operários da CSN em continuar a vender sua força de trabalho nas condições então vigentes? (...)

Mesmo não sendo objeto desta dissertação, o processo de transformação vivido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de 1988 até hoje (do qual a desfiliação da CUT e o ingresso na Força Sindical são emblemáticos), a análise da dinâmica que se deu naquela greve pode, também a este respeito, estabelecer as referências do que, afinal de contas, metamorfoseou-se.

51.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Imaginário do Sertão: Lutas e Resistência ao Domínio da Companhia Mate Laranjeira. (Mato Grosso: 1890-1945)**. Orientador: Alcir Lenharo. Mestrado, IFCH. 1991, 391p.

RESUMO (introdução)

...escolhemos estudar as relações de poder engendradas pela ocupação da Companhia Mate Laranjeira na região sul de Mato Grosso, fronteira com o Paraguai. (...)

Alguns observadores inadvertidos, ao percorrer a literatura e a historiografia sobre Mato Grosso, e em especial sobre a Companhia Mate Laranjeira, poderiam pensar que a história da região se confunde com a história da Companhia. Advertimos logo que, no entanto, a história da região se fez contra seu domínio. Ainda que se apresente como civilizadora do sertão, o projeto político da Companhia foi combatido. É na luta pela terra, contra as condições de trabalho nos ervais, lutando pela preservação de uma cultura e de um modo de vida que os moradores da região fizeram sua própria história. (...)

52.

HADLER, Maria Silvia Duarte. **Sindicato do Estado e Legislação social: o Caso dos Gráficos Paulistas nos anos 1930**. Orientador: Paulo Sérgio Pinheiro. Mestrado, IFCH. 1982, 168p.

RESUMO (introdução)

Interessa-nos discutir neste trabalho a implantação do sindicalismo oficial exatamente num momento em que sua concretização ainda não estava dependendo do fechamento político-institucional. De certa forma vai ser no período imediatamente anterior a 1935 que vão sendo criadas condições para o enquadramento do movimento sindical nos limites pretendidos pelo Estado. Interessa-nos, portanto, tentar apreender, através de alguns setores operários, quais problemas concretos a atuação do Estado ia colocando para o movimento sindical, que questões concretas estavam sendo postas para o conjunto da classe operária.

Neste sentido, pretendemos, por um lado, colocar de que maneira o Estado procurou controlar a classe operária através do sindicato corporativo. Por outro lado, ver, a nível de setores da classe operária, de suas condições de existência e trabalho, de sua prática sindical, como a política de controle de Estado foi "recebida" e que questões concretas esta política colocou para estes setores. Assim sendo, acompanharemos uma categoria específica, os gráficos paulistas, no intuito de fornecer algumas pistas concretas a discussão destas questões. (...)

Na primeira parte do trabalho pretendemos examinar alguns aspectos que nos pareceram pertinentes acerca da implantação do sindicalismo oficial, como sejam: a redefinição da questão social, as formas de controle que vão sendo esboçadas, sua dimensão político - ideológica.

A seguir, procuraremos apreender, através dos gráficos paulistas, alguns problemas que a atuação do Estado ia levantando para o movimento sindical e as alternativas encontradas por esta categoria, através de sua entidade representativa, A União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo.

53.

HARDMAN, Francisco Foot. A Estratégia do Desterro (Situação Operária e Contradição da Política Cultural Anarquista/ Brasil 1889-1922). Orientador: Paulo Sérgio Pinheiro. Mestrado, IFCH. 1980, 249p.

RESUMO (introdução)

...modo de organização das partes que compõem este trabalho. Na parte I, tentei apresentar, de forma sintética e tematizada, alguns aspectos da situação da classe operária brasileira, no contexto histórico de sua formação. Desde já, vale uma advertência: não pretendi realizar, ali, uma exposição histórica exaustiva dos processos analisados. Tratava-se, apenas, de montar, aproximativamente, um painel em torno de alguns temas que me pareceram básicos e prioritários, devendo servir de ponto de partida (por isso mesmo, constituindo uma primeira parte) para a discussão mais específica sobre a questão cultural no movimento operário, que ocupará a Parte II do ensaio. (...)

Na Parte II deste ensaio, tento apontar algumas características e problemas da prática cultural da classe operária em formação, em sua dupla articulação com o discurso da vanguarda anarquista e com a ideologia dominante. Nesta parte, evitei igualmente isolar a questão cultural do contexto em que foi produzida, isto é, o movimento operário e a luta de classes.

54.

IVO, Ana Sofia Leal. Os Trabalhadores de Turma da Vila Ilze. Orientador: Antônio Augusto Arantes. Mestrado, IFCH. 1983, 106p.

RESUMO (introdução)

Apesar dos limites impostos à pesquisa empírica, esperamos que, ao situar a questão dos "bóia-frias" dentro de uma perspectiva mais ampla que engloba as práticas cotidianas desses trabalhadores, uma pequena contribuição possa ser dada no sentido da compreensão do seu comportamento político. Além disso, sendo este um estudo que trata de aspectos referentes a cultura, trabalho, política e vida cotidiana de forma articulada, ele é ilustrativo de uma perspectiva que acreditamos ser válida, não só para o caso dos trabalhadores "bóia-frias", mas também para a classe trabalhadora como um todo. (...)

Os trabalhadores de turma, aos quais me referirei neste estudo, residiam na Vila Ilze _ a "Vila dos Pobres", como significativamente os moradores às vezes a ela se referiam _, bairro localizado na cidade de Itapira e anteriormente denominado Risca Faca.

55.

KAUCHAKJE, Samira. Movimentos Sociais Populares Urbanos, no Brasil de 1983 a 1990. Orientador: Salvador Antônio Meireles Sandoval. Mestrado, FE. 1992, 367p.

RESUMO

A dissertação se constitui numa análise conceptual dos movimentos sociais; e numa pesquisa sobre as mobilizações coletivas populares urbanas em torno das questões da educação, alimentação, transporte, saúde e habitação, ocorridas no Brasil de 1983 a 1990.

Para a análise conceptual forem selecionadas obras de autores entre os mais lidos no Brasil. A leitura destes autores, foi feita em torno das questões - chaves que envolvem a discussão do tema, ou seja: 1. - definição e características dos movimentos sociais, 2. Fontes e causas de emergência, 3. Relações dos movimentos sociais com o Estado e partidos políticos, 4. Relação dos movimentos sociais com as classes sociais e, 6. Objetivo e significado social dos movimentos sociais. Estes itens serviram de base para uma discussão comparada sobre a terminologia usada nas obras que abordam os movimentos sociais.

Para a pesquisa sobre as mobilizações coletivas populares urbanas, utilizou-se, como fonte de informações, jornais selecionados da grande imprensa e imprensa alternativa. Para cada tema das mobilizações _educação, alimentação, transporte, saúde e habitação _ e para todos no conjunto, foram analisados dados permitiram chegar às seguintes informações: 1. Número de mobilizações ocorridas/publicadas no total por ano e, também, por período de governo (Figueiredo, Sarney, Collor), abarcados na pesquisa, 2. Número de mobilizações, de maior incidência, 4. Tipos de mobilizações, 5. Número de participantes, 6. Organizadores, 7. Incidentes envolvendo as mobilizações ocorridas no período e subperíodo de governo e, 8. Resultados conquistados pelas mobilizações, no período e subperíodo de governo.

56.

KEMP, Kenia. Grupo de Estilo Jovens: O "Rock Underground" e as Práticas (Contra) Culturais dos Grupos "Punk" e Thrash" em São Paulo. Orientador: Ana Maria Niemeyer. Mestrado, IFCH. 1993, 228p.

RESUMO (introdução)

Entre as camadas jovens da população, existem alguns grupos cujas práticas remetem-se a um estilo como referência de pertencimento. citando apenas alguns: punks, hip-hops, grunges, rock'a'billies, hippies, góticos, thrashers, grinders, etc.

São indistintamente grupos de estilo por recorrerem a uma linguagem visual e/ou musical que os substantiva. Mas uma diferença importante deve ser apontada: enquanto alguns são resultado de uma cultura de consumo, outros engajam-se em práticas contraculturais que negam o funcionamento de mercado em qualquer nível de suas práticas (são os grupos de estilo underground)

É o caso do Movimento Punk, que tomei como objeto.

Além do levantamento bibliográfico sobre o assunto, realizei uma pesquisa de campo durante vários meses do ano de 1991, com um dos grupos do Movimento Punk de São Paulo, o "Movimento Anarco-Punk".(...)

A pesquisa procurou dar destaque a dois momentos: 1º. o das práticas coletivas, quando se acionavam as idéias concebidas pelos sujeitos, individualmente, sobre o pertencimento àquele grupo; 2º. a elaboração de sentidos e idéias sobre essas práticas, como elas aparecem nos fanzines e nos manifestos, planfetos e todo material editado por pessoas dos grupos de estilo.

57.

KORNIS, Monica Almeida. Metalúrgicos Paulistas: Experiências de Organização (1919-1935). Orientador: Paulo Sérgio Pinheiro. Mestrado, IFCH. 1991, 217p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho tem por objetivo analisar a experiência concreta de atuação dos metalúrgicos paulistas junto aos organismos de representação da categoria criados entre os anos de 1919 e 1935. Em termos gerais, a delimitação desse objeto de estudo tem sua origem no esforço de resgatar não só a atuação de uma categoria industrial específica através do exame das diferentes formas organizativas de defesa dos seus interesses numa dada conjuntura histórica, mas também sua relação com o movimento dos trabalhadores em geral, com a burguesia industrial e com o Estado.

58.

KRAWAZYK, Nora Rut. A Utopia da Participação: A Posição dos Movimentos Docentes na Formulação de Política Educativa na Argentina. Orientador: Demerval Saviani. Doutorado, FE. 1993, 222p.

RESUMO

A problemática abordada nesta pesquisa retoma - uma vez mais - o debate sobre a relação entre Estado, sociedade e educação e o interesse em aprofundar o estudo das determinações sociais no processo de formulação e implementação de políticas educacionais, presente nas últimas décadas entre políticos e acadêmicos.

Nesta oportunidade, nossa proposta é analisar o comportamento dos docentes organizados no espectro mais amplo da dinâmica social que definiu o cenário de constituição da política educacional na Argentina, durante o período de 1983 a 1988.

Um dos setores-chaves do fazer educativo é, obviamente, os docentes. Suas organizações atuam como canal de expressão nas diferentes instâncias do Estado e dentro da própria categoria, tanto sobre questões trabalhistas como sobre questões vinculadas diretamente à política educacional.

O período 1983-88 é especialmente significativo para a Argentina porque teve início um processo de transição para a democracia e um momento de redefinição possível para a sociedade, tanto pela eventual eficácia do sistema democrático para alcançar certas metas, como pelo fato de que ele supôs certas formas de ação e não de outras.

A derrota negociada dos regimes autoritários em vários países latino-americanos e o início de uma longa e confusa fase de transição para democracia criaram a necessidade de retomada da discussão sobre multiplicidade de significados contidos numa proposta democrática. Neste sentido, o debate girou em torno de duas questões: a alternativa entre a chamada democracia formal e democracia substancial, num primeiro momento, e o surgimento do conceito de democracia participativa como solução para aquele conflito.

Além disso, o termo participação apresentava-se como uma fórmula mágica que abria caminhos para a consolidação da democracia, uma vez que poderia recuperar o ideal de justiça social, socializando a responsabilidade desse ideal através do sistema político.

Neste contexto, um dos temas mais controvertidos para a democracia moderna é o poder das organizações corporativas e o seu papel no processo político.

Sem dúvida, a proposta de democracia participativa do governo constitucional que assumiu a Argentina em 1983 caracterizou de modo particular a dinâmica de formulação da política educacional e as posições das diferentes forças sociais.

Além disso, recuperar o estudo dos movimentos docentes e do seu potencial transformador torna-se mais relevante na discussão político-educacional, desde que se leve em conta a debilidade e a desarticulação crescentes que caracterizam a crise dos partidos políticos tanto na Argentina como em outros países da América Latina.

59.

LAZZARESCHI, Noêmia. A 'Nova Classe Operária': Os Trabalhadores da Indústria Automatizada. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Doutorado, IFCH. 1995, 300p.

RESUMO (introdução)

...aqui se objetiva investigar o impacto da introdução das novas tecnologias sobre o emprego, a qualificação profissional, as novas formas de organização do processo de trabalho, a estrutura salarial, o quadro de carreira, como subsídio necessário para atingir o alvo deste estudo: a análise das reações operárias ao ambiente de trabalho, isto é, o comportamento político, dentro e fora da fábrica, dos trabalhadores de uma indústria paulista de automação rígida.(...)

Assim, uma das preocupações deste estudo ;é a de contribuir para o desenvolvimento das discussões em torno desta questão, demonstrando que, ao contrário do que poder-se-ia imaginar, as novas tecnologias e, em especial, a automação rígida, fazem surgir novas e, agora, poderosas

formas de resistência do trabalhador no interior da fábrica, devolvendo-lhe, muitas vezes multiplicado, o seu poder de barganha, apesar dos graves problemas por elas suscitados para o conjunto da classe operária.

60.

LEITE, Márcia de Paula. **Sindicatos e Trabalhadores na Crise do Populismo**. Orientador: Eliezer Rizzo de Oliveira. Mestrado, IFCH. 1983, 222p.

RESUMO (introdução)

A preocupação que se tem desenvolvido nos últimos anos com o estudo das classes dominadas no Brasil e em particular da classe operária, tem gerado uma gama considerável de trabalhos sobre a questão sindical entre os cientistas sociais. o presente estudo, tendo como objetivo específico a análise do movimento sindical brasileiro durante o governo Goulart, sob o prisma de suas relações com o Estado, insere-se nesse esforço geral de elucidação da prática política da classe operária.

61.

LEME, Dulce Maria Pompeo de Camargo. **Hoje há Ensaio (a Greve dos Ferroviários da CIA Paulista - 1906)**. Orientador: Mauricio Tratemberg. Mestrado, IFCH, 1984, 213p.

RESUMO (introdução)

Hoje há ensaio (a greve dos ferroviários da Companhia Paulista -1906) é um exemplo de uma forma de abordagem concreta do movimento operário em São Paulo, cuja preocupação principal foi perceber e captar a dinâmica do movimento. Nele, o espaço da empresa foi o ponto de partida e de chegada da luta, como decorrência da situação real das relações de produção. Era na empresa que se faziam os contatos diários, sendo as seções de trabalho _ e não as associações operárias _ a base da organização. Nela os operários sentiam as condições reais de vida e de trabalho que propiciaram o início da parede (como eram denominadas as greves) deflagrada através do uso cifrado do telégrafo da Cia. Paulista.(...)

Para a compreensão do particular abordamos, na medida em que nos permitiram as fontes de consulta, as condições de vida e trabalho do ferroviário, para posteriormente relacioná-las ao conjunto das relações sociais entre a classe operária e a classe dominante, uma vez que, na época, o proletariado iniciava sua organização na luta contra o processo de exploração a que estava submetido.(...)

Para a concretização deste estudo realizamos uma análise da bibliografia referente ao desenvolvimento do capitalismo e formação da classe operária no Brasil, no início do século, e dedicamos grande tempo à pesquisa e interpretação dos jornas operários e da grande imprensa da capital e do interior. Também não faltaram depoimentos de elementos participantes ou contemporâneos da greve de 1906...

62.

LIMA, Hamilton Garcia. **O Ocaso do Comunismo Democrático - O PCB na Última Illegalidade (1964-84)**. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Mestrado, IFCH. 1995, 480p.

RESUMO (introdução)

O processo de superação do comunismo no Brasil se deu, como em quase tudo neste país, sem que uma reflexão histórica profunda fosse feita a este respeito. No mais das vezes, pensava-se que o fim do PCB implicava no fim do movimento comunista brasileiro e, pior, no fim da influência da cultura marxista-leninista sobre a esquerda e sua base social, subestimando-se as múltiplas formas

que este movimento e esta ideologia assumiram em décadas de ativismo político e cultural no país.
(...)

Com esta pesquisa procurei determinar as causas endógenas do fracasso político, e conseqüente desaparecimento, do PCB nos anos 80-90. (...)

A pergunta, em suma, que a Tese pretende responder, e que a historiografia engajada tocou superficialmente, é: como os pecebistas chegaram a isto, depois de, aparentemente, terem entendido o papel da democracia na construção de uma nova sociedade, o que parecia destiná-lo à retomada da hegemonia perdida na esquerda em 1964.

63.

LIMA, Marcos Alberto Horta. **Os Industriais Têxteis Paulistas nos anos 20: Aspectos da sua Atuação Política**. Orientador: Michael McDonald Hall. Mestrado, IFCH. 1992, 152p.

RESUMO (introdução)

A idéia veiculada por este estudo é a de refletir a respeito da atuação política dos industriais paulistas do ramo têxtil durante a década de vinte. Reconhecendo as diferentes possibilidades para que o tema fosse abordado, e preocupado com uma melhor orientação das minhas pesquisas, investiguei a atuação política dos industriais têxteis através da sua organização sindical, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de Algodão.

O estudo ficou assim delimitado aos industriais do ramo têxtil, localizando-se em São Paulo, pois trata-se de uma dupla especificidade. O ramo têxtil representava o mais antigo e expressivo setor dos industriais de São Paulo, nu período que o Estado era transformado no maior centro industrial do País.(...)

...Assim, ao procurarmos explicitar a atuação política dos industriais, estaremos considerando pontos como o do seu relacionamento com outros segmentos sociais e os mecanismos e instrumentos por eles utilizados na defesa de seus interesses.

A pesquisa ficou localizada principalmente nos Boletins Informativos publicados semanalmente pela associação sindical têxtil, além das assembleias e memoriais que constam em atas da própria entidade industrial. foram investigados artigos da Revista do Comércio e Indústria publicados pela Associação comercial de São Paulo e artigos de líderes da indústria têxtil divulgados pela grande imprensa.(...)

A abordagem sobre a atuação política dos industriais têxteis foi feita a partir dos temas considerados capitais para a afirmação e a prosperidade industrial: o do trabalho e da intervenção do Estado.

64.

LOPES, Doraci Alves. **O Movimento da Assembléia do Povo e a Crítica da "Marginalidade"**. Orientador: Silvia Maria Manfredi. Mestrado, IFCH. 1988, 335p.

RESUMO (introdução)

Esta dissertação é uma reflexão sobre uma experiência que vivi durante pelo menos cinco anos junto a um movimento da favelados, na cidade de Campinas, conhecido como "Assembléia do Povo"(AsP). Fiz parte de um grupo de voluntários de assessoria ao movimento, muitas vezes denominado de "técnicos" ou "intelectuais"(arquitetos, sociólogos, assistentes sociais, advogados, estudantes) da AsP. (...)

...um problema passou a despertar minha curiosidade enquanto cientista social. Por que era tão frequente a necessidade dos favelados em afirmar que estavam cansados de serem chamados de "marginais"? O que o termo significava para eles? Seria apenas um sinônimo de ladrão, bandido, assaltante? Não, não era só isso que tentavam dizer. (...)

A reflexão dos favelados sobre a "marginalidade" estava ligada a uma revisão da história de vida, ou a episódios de discriminações, como o de perder o direito a certos empregos ou de compras á crédito ao revelarem o endereço de moradia.(...)

Essa troca sucessiva de relatos era inerente ao processo de amadurecimento de suas decisões numa luta que acabou por priorizar a reivindicação pela posse definitiva da terra e a urbanização das favelas. Tais relatos, portanto, não aconteciam independentemente do movimento.(...)

Decidi então encarar a discussão da "marginalidade" (vista nos anos 70 na universidade), desta perspectiva do movimento da AsP. (...)

Recuperar tais posições teóricas foi um momento significativo para compreender que o debate dos favelados da AsP sobre a "marginalidade" se dava muito mais num plano político-ideológico do que econômico, em função de necessidades políticas concretas, expressas pelo movimento.

65.

LOPES, Eliane da Silva .**Fragmentos de Mulher (Dimensões da Trabalhadora 1900-1922)**, Orientador: Maria Stella Martins Bresciani. Mestrado, IFCH. 1985, 241p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho tem como objetivo o estudo do processo de formação da trabalhadora urbana no Brasil entre 1900 e 1922. Nele procuramos estudar a específica representação elaborada por certos discursos para àquelas que se viram, desde muito cedo, constrangidas à se submeterem à lógica e ao poder do Capital.

Transformada já no século XVIII em centro de estratégias que visavam organizar, higienizar e moralizar a família, a mulher assumir uma nova dimensão além da figura de mãe e de esposa: a de trabalhadora.(...)

Neste trabalho , tentamos ultrapassar os limites do viés econômico impostos pela produção acadêmica à essa figura particular, assim como não privilegiamos unicamente as formas organizadas de manifestação. Concordamos com alguns pensadores, como por exemplo Cornelius Castoriadis, que consideram importante não restringir o campo de análise ao âmbito daquele terreno que, na tradição marxista-leninista e estruturalista, tradicionalmente se delimitou como político, excluindo assim uma série de manifestações operárias não explícitas e não organizadas em instituições como partidos e sindicatos.(...)

Para tanto, saímos em busca das mais diversas representações da mulher pobre trabalhadora em diferentes tipos de documentos, tais como a imprensa operária anarquista e socialista, a grande imprensa, documentação patronal, documentos oficiais, recenseamentos, teses médicas, depoimentos de antigas trabalhadoras, crônicas, livros de diferentes autores ...

66.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **A Eleição dos Excluídos (A Resistência do Místico Galdino)**. Orientador: Peter L. Eisenberg. Mestrado, IFCH. 1986, 104p.

RESUMO (introdução)

O presente estudo objetiva desvendar as raízes e desdobramentos do movimento de cunho messiânico que eclodiu no município de Rubinéia (SP), em 1970, liderado por Aparecido Galdino Jacinto (vulgo Aparecidão), identificando o processo de repressão ao mesmo que resultou na sua prisão e posterior internamento em Manicômio Judiciário.(...)

Nascimento e morte de Rubinéia são analisados no primeiro capítulo de nosso trabalho que procura, por um lado, reconstruir o palco do movimento e, por outro, recuperar a trajetória do protagonista percorrida do seu nascimento à teofania inaugural de uma vida mística.

Em seguida, nosso estudo envereda pela discussão sobre benzimento posto que, na época da formação da "Força divina", Galdino era um benzedor famoso que congregava em torno de si diversas criaturas agraciadas pelas curas.

No terceiro capítulo, procuramos reconstruir, através da análise do discurso de Galdino, a sua visão de mundo a fim de compreendermos como se desencadeia o processo de desencantamento que Galdino e seu grupo experimentam.

A seguir, nossa pesquisa se volta para a formação da "Força Divina", responsável pelos processos que Galdino viria a responder nas esferas da Justiça Comum e da Justiça Militar.

O quinto e último capítulo se propõe a investigar o internamento de Galdino no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha como uma das estratégias utilizadas pelo autoritarismo vigente nos anos 70 para reprimir o desajustamento social, ressaltando a resistência cotidiana de Galdino através da fé à tentativa de sua inclusão na realidade que o nega.

67.

MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. Orientador: Décio M. Saes. Mestrado, IFCH. 1979, 197p.

RESUMO (introdução)

...os recentes trabalhos sobre movimento operário das primeiras décadas do século (...), procuraram aprofundar o conhecimento e a análise da problemática, integrando-a à história geral do período.

Nesta linha de reavaliação do período republicano e do aprofundamento do conhecimento operário em geral, situa-se esta monografia, que tem por objeto a ideologia anarquista no período de 1906/1917.

68.

MARONI, Améris Angela. *A Estratégia da Recusa (Análise das Greves de maio/78)*. Orientador: Maria Stella Martins Bresciani. Mestrado, IFCH. 1981, 209p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho se propõe a compreender a dinâmica particular das greves de maio/78, o contexto no qual emergiram e, principalmente, as formas organizativas "novas" que engendraram: as comissões de fábrica. (...)

Buscamos apreender a 'face oculta' da luta através de seus aspectos não explícitos. Isto só foi possível quando deixamos em segundo plano o discurso explícito das lideranças e ativistas sindicais. (...)

As entrevistas com operários participantes do movimento de maio apresentaram também problemas. Preocupados em sistematizar suas experiências, apresentavam racionalizações cujo ponto central era a definição do movimento de maio frente ao Estado, à burguesia, à conjuntura política, aos sindicatos, etc. Optamos, então, por manter as entrevistas, direcionando-as para a problemática do conflito interno à fábrica. Interessava-nos captar com 'detalhes' o processo de paralisação, de negociação e as formas repressivas de que o capital lançou mão para abater o movimento em cada fábrica.

69.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Militarização do Estado no Brasil (1964-1968)**. Orientador: Caio Navarro Toledo. Mestrado, IFCH. 1986, 213p.

RESUMO (introdução)

O objeto deste estudo é a participação do movimento estudantil universitário no processo político brasileiro de 1964-1968. Insiro-me, assim, numa área relativamente desértica da pesquisa sociológica no país, pois são raras as pesquisas dedicadas especificamente à atuação política da categoria estudantil em nossa sociedade.

70.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural: Novas Perspectivas a Partir da Situação de Assentamento**. Orientador: Zeila de Brito Fabri Demartini. Mestrado, FE. 1994, 200p.

RESUMO

A “abertura democrática” dos anos 80 permitiu que os técnicos da extensão rural criticassem o autoritarismo do Estado; entretanto, eles continuaram enfrentando dificuldades para atender o que acreditavam ser os interesse dos agricultores.

A partir do estudo da relação entre técnicos e agricultores na situação de assentamento, constatamos que a maior dificuldade para se democratizar a prática extensionista se encontra nos técnicos perceberem o autoritarismo de que eles mesmo são portadores. Porém, o estabelecimento de relações mais democráticas não depende somente dos técnicos, mas também dos agricultores assumirem o papel de sujeitos na construção de uma nova extensão rural.

A análise da relação entre técnicos e assentados em Sumaré I permitiu verificar a viabilidade desta nova extensão rural.

71.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: Os Comunistas e a Constituição de Classes no Campo**. Orientador: Maria de Nazaré Baudel Wanderley. Doutorado, IFCH. 1995, 295p.

RESUMO (introdução)

No decorrer da década de 50 e início dos anos 60, progressivamente vai sendo identificada no cenário político nacional, através da emergência de diferentes formas de conflito no campo, a presença de ‘trabalhadores agrícolas’, ‘lavradores’ ou ‘camponeses’, diferenciando-se em relação ao que chamavam de ‘tatuíras’, ‘patrões’, ‘latifundiários’. Apresentavam um conjunto de demandas qualificadas como direitos e, para tanto, organizavam-se quer através de associações, uniões, ligas, etc., quer sob forma sindical. Nesse processo da emergência dos trabalhadores do campo na política, tentava-se a construção de uma unidade política, corporificada na figura do ‘campesinato’, de toda uma diversidade de situações que, já então, era apontada e problematizada pelas principais forças que atuavam no campo.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre alguns dos aspectos envolvidos nesse processo, procurando centrar sobre a atuação do Partido comunista, vista principalmente através de sua imprensa (...)

A ótica mais geral sob a qual pretendemos desenvolver o trabalho é a de que o aparecimento político dos trabalhadores do campo, que culminou na institucionalização de um conjunto de direitos, pode ser lido como um momento do processo de formação de classes.

72.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: Inovação no Sistema Partidário Brasileiro. Estudo da Formação e Organização do Partido dos Trabalhadores e de sua Participação nas Eleições de 1982 em São Paulo.** Orientador: Maria Hermínia B. Tavares de Almeida. Mestrado. IFCH, 1987, 304p.

RESUMO (apresentação)

Este trabalho desenvolve a hipótese de que O Partido dos Trabalhadores surgiu no sistema político brasileiro como uma novidade. Inserindo propostas singulares na cena pública e rompendo com os padrões de organização partidária conhecidos nos países. (...)

O que ora apresentamos ao leitor é uma investigação do Partido dos Trabalhadores sob o enfoque político-organizacional. Nossa preocupação central é a de identificar as características da organização partidária petista, as quais definem sua novidade no sistema partidário brasileiro erigido em 1979.

73.

MOISÉS NETO, Rachid. **A Vila Costa e Silva. O Conselho de Moradores a Serviço de quem?** Orientador: Manoel Tosta Berlinck. Mestrado, IFCH. 1985, 158p.

RESUMO (introdução)

Se formos falar em problema de habitação no Brasil atual teremos que nos referir aos apontamentos de F.Engels a respeito deste problema no mundo todo (...).

Teremos que falar nas vilas populares do B.N.H. (...)

Mas isto me parece que não dá conta da complexidade da questão da moradia no Brasil.

Termos que falar também das favelas do Rio de Janeiro, que a ação habitacional do Banco Nacional da Habitação, o B.N.H., tentou erradicar, e da influência de militantes do Partido Comunista Brasileiro (...)

Mas teremos que falar da Assembléia do Povo na atualidade de Campinas, de 1978 para cá, que é uma organização ligada aos favelados e outros proletários nesta cidade.

74.

MUNHOZ, Sidnei José. **A Ordem do "Caos" Versus o Ocaso Da Ordem: (Saques e Quebra-Quebras em São Paulo-1983.** orientador: Michael M. Hall. Mestrado, IFCH. 1989, 144p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho tem como objetivo o estudo e a compreensão dos distúrbios urbanos caracterizados por ações de saques e quebra-quebras ocorridos na Grande São Paulo, no decorrer de 1983.(...)

Objetivamos através deste trabalho, analisar esses saques e quebra-quebras, (...) buscando compreender a gestação e emergência da revolta contra o universo de miséria imposto á população da periferia dos grandes centros urbanos; a ausência de canais institucionais através dos quais pudessem circular interlocutores válidos à expressão das camadas populares; a adesão multifacetária ao movimento por parte dos populares; problematizar e analisar ainda a ação popular, a repressão policial, a elaboração de discursos que visavam desqualificar a ação direta e o significado da emergência das classes populares enquanto sujeitos históricos desta ação. Procuramos, também, discutir a questão da espontaneidade ou não do movimento em questão, bem como, o processo de justificação do mesmo no universo moral de seus agentes. Pretendemos, também, esboçar um reflexão sobre o significado de uma permanente transgressão às normas, presente no conjunto do movimento.

75.

NAKAZONE, Paulo Sérgio. Organizações Operárias nos Locais de Trabalho na Cidade de São Paulo no período de 1978-1979. Orientador: Armando Boito Jr. Mestrado, IFCH. 1995, 185p.

RESUMO (introdução)

O objetivo deste estudo é a organização operária nos locais de trabalho, particularmente sob a forma de comissões de fábrica, das categorias metalúrgicas do município de São Paulo, no período de 1978-1979.(...)

O contexto no qual o presente estudo se insere é marcado pelo renascimento das greves. Essas greves evidenciaram a importância do movimento e da organização dos trabalhadores dentro da fábrica, cujos resultados foram as chamadas comissões de fábrica. (...)

Este trabalho tem a finalidade de esclarecer as razões que impeliram as comissões de fábrica a ressurgirem com a movimentação grevista que tem início em maio de 1978, e fenecerem com a derrota do movimento em novembro de 1979.

76.

NEGRO, Antônio Luigi. Ford Willys anos 60. Sistema Auto de Dominação e Metalúrgicos do ABC. Orientador: Michael McDonald Hall. Mestrado, IFCH. 1994, 213p.

RESUMO

Baseado no estudo da fábrica de São Bernardo do Campo da Willys Overland do Brasil, empresa automotiva norte-americana comprada em 1967 pela Ford Motor do Brasil, buscou-se entender o impacto da indústria automobilística - no Brasil dos anos 50 e 60 - sobre a formação do operariado metalúrgico do ABC, o modo como o 'sistema auto de dominação' foi montado pelas empresas e interiorizado por seus empregados. Através da sua cultura fabril, os trabalhadores elaboraram as bases históricas do fenômeno conhecido como 'novo sindicalismo', fornecendo os temas e os valores utilizados pelo sindicalismo na sua tentativa de democratização do referido 'sistema auto'.

77.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983). Orientador: Ricardo Antunes. Mestrado, IFCH. 1990, 241p.

RESUMO (apresentação)

O presente trabalho centra-se na análise da dimensão política do movimento operário e sindical do setor metalúrgico do Município de São Paulo entre 1978 e 1983.

...este trabalho, centrado na análise da dimensão política do movimento operário e sindical dos metalúrgicos tem a finalidade de esclarecer a modernização conservadora do velho sindicalismo brasileiro. Para isso, dividimos o presente estudo em três capítulos, dos quais: - o primeiro se refere ao levantamento e análise da estrutura industrial e da situação sócio-econômica dos metalúrgicos do Município, a partir dos quais se discute a problemática sindical; - o segundo se volta a um breve exame das origens da modernização conservadora do Sindicato entre 1930 e 1964, e à análise da diversidade política e sindical no movimento dos metalúrgicos de São Paulo da década dos 70, principalmente nas greves de 1978/79, a partir da qual se compreende a gestação da modernização conservadora do Sindicato; - o terceiro analisa o processo de modernização conservadora do Sindicato, no início da década dos 80, e sua consolidação e/ou efetivação em 1983, a partir da greve de julho de 1983 e da divisão do sindicalismo brasileiro.

Por último, uma conclusão que articula as questões principais do trabalho elaborado, em busca de uma visão de conjunto das bases, da gestação, do processo e da consolidação da modernização conservadora do Sindicato.

78.

NORONHA, Eduardo Garuti. **Greves na Transição Brasileira**. Orientador: Maria Hermínia Tavares de Almeida. Mestrado, IFCH. 1992, 2v.

RESUMO

Este estudo trata das greves urbanas deflagradas no Brasil entre 1978 e 1987. A partir de estatísticas elaboradas por esta pesquisa busca-se, em primeiro lugar, mapear a evolução e as características das mobilizações desses anos para os diversos seguimentos do mercado de trabalho e categorias profissionais, tendo como corte principal de análise as diferenças entre os setores públicos e privado.

As características e evolução das paralisações de segmento são apresentadas através de seus principais indicadores: número de greves, número de grevistas, média de grevistas, média de dias parados e número de jornadas perdidas. Além desses, a pesquisa permite avaliar a natureza das reivindicações apresentadas nos conflitos e seus grau de conquista, bem como um conjunto de outros traços distintivos dos conflitos.

Além do retrato das greves, são analisados os fatores que definiram ou influenciaram os padrões das greves, suas flutuações e seu expressivo crescimento ao longo desses anos. De forma resumida, o argumento central desta dissertação sustenta que as greves nesses anos foram potencializadas pelas características o pacto político da transição brasileira e sua simultaneidade com a crise econômica dos anos 80 e com os processos de reconstrução das organizações sindicais e de reformulação dos papéis e mecanismos de negociação entre empregados e empregadores.

79.

NOVAES, José Roberto Pereira. **Modernização, Relações de Trabalho e Poder. Um Estudo das Transformações Recentes na Agroindústria Canavieira do Nordeste**. Orientador: José Graziano da Silva. Doutorado, IE. 1992, 289p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho tem como objetivo apresentar a estrutura e apreender a dinâmica da produção do açúcar e do álcool no Nordeste, analisando o processo de modernização sob três perspectivas: a do Estado, a do Capital e a do Trabalho. As contradições entre o capital e o trabalho, as divergências entre segmentos da classe dominante e em suas relações com o Estado são condicionantes fundamentais que, inter-relacionados, determinam um padrão de acumulação setorial caracterizado pelas transformações parciais na base técnica e nas relações sociais da produção agrícola da agroindústria do açúcar e do álcool. (...)

Enfim o foco analítico deste trabalho não está propriamente na problemática da modernização da agroindústria sucroalcooleira do Nordeste. As repercussões do processo de modernização em curso impõem o estudo das transformações das relações de trabalho e poder na região.

80.

NUNES, Antônio Vida. **Sexualidade e CEB: Novos Pressupostos Pedagógicos e Filosóficos**. Orientador: Augusto João Crema Novaski. Mestrado, FE. 1989, 147p.

RESUMO

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tidas como portadoras de uma consciência crítica e uma prática social comprometida, tenta através de uma pastoral popular construir um novo modelo de igreja, onde, fé e vida não se separem.

Tentando superar uma visão essencialista e espiritualista presentes na igreja e na teologia tradicional a sua preocupação (como é explicitada na Teologia da Libertação) é com a libertação integral do homem, ou seja, em todas as dimensões que compõem o ser humano.

Nossa preocupação vai no sentido de perceber se as CEBs, conseguiram também criar novos valores e princípios superadores da moral sexual repressiva católica, como também, da moral capitalista (em torno da qual ocorre todo processo de capitalização do corpo e da sexualidade) integrando assim a sexualidade na dinâmica de libertação dos oprimidos e criação de uma sociedade alternativa. (...)

Pudemos perceber além desses novos elementos ou valores (filosóficos, culturais, pedagógicos...) uma grande distância entre a experiência vivida pelos integrantes da Comunidade e aquilo que pregado pela hierarquia da igreja católica através de sua ética sexual.

Generalizando, a partir do trabalho realizado, poderíamos dizer que, o desafio para as CEBs a partir da abordagem que realizamos se coloca na perspectiva de desenvolver um processo educativo, onde a sexualidade:

- a) seja integrada à totalidade que compõe a personalidade humana.
- b) integrada a outras dimensões da experiência humana (político, social, econômico...etc.)
- c) colocada no processo criativo de realização de uma nova sociedade
- d) e a criação de uma nova moral sexual seja realizada com e a partir da Comunidade.

81.

OLIVA, Aloizio Mercadante. *Estado Autoritário e Desobediência Operária - Os Trabalhadores Metalúrgicos em São Bernardo do Campo*. Orientador: João Manuel Cardoso de Mello. Mestrado, IE. 1988, 531p.

RESUMO (introdução)

Esta dissertação está dividida em duas partes (...)

A primeira parte é uma tentativa de leitura da lógica do Estado, das políticas de Estado para a classe trabalhadora, especialmente o que está diretamente vinculado aos mecanismos de controle e organização do mercado social da força de trabalho para a indústria. Uma lógica cuja "demarche" exige um acompanhamento dos discursos oficiais, da evolução institucional de todo arcabouço jurídico, dos objetivos explícitos em cada ação e instrumento do Estado.

A segunda parte, é o outro lado do espelho, procura recolher os fragmentos, reconstruir a memória das lutas operárias, as formas de resistência, o confronto com o estado e toda a política de desobediência à estrutura de dominação, por parte da classe trabalhadora.

82.

OLIVEIRA, Celina Gomes. *A Gênese da CUT: Oposição Sindical (e Novo Sindicalismo) na Construção da Central*. Orientador: Ricardo Luiz C. Antunes. Mestrado, IFCH. 1995, 158p.

RESUMO (apresentação)

...o raciocínio que se pretende articular, ao longo do presente trabalho, é que a criação da CUT, na primeira metade da década de 80, tornou-se viável devido a aproximação de duas importantes vertentes sindicais: oposição sindical e sindicalistas 'Autênticos'. Estas duas vertentes, em função do objetivo de criar e consolidar a entidade, desconsideraram provisoriamente suas profundas diferenças. Entretanto, o movimento sindical brasileiro, dividido formalmente, em 1983, - de um lado, oposições sindicais e sindicalistas 'Autênticos' definindo o campo da CUT e, de outro,

setores do sindicalismo conservador aliados à esquerda tradicional -, seguiu revelando e aprofundando suas divergências, tanto entre os dois blocos distintos, quanto no interior dos mesmos. Cada um dos dois blocos opostos abarcou internamente forças políticas, cuja diversidade ideológica, embora não tenha inviabilizado a unidade, promoveu um série de tensões que caracterizaram o desenvolvimento de ambos os blocos. É, pois, a particularidade da pluralidade ideológica da CUT que este trabalho visa apontar.

83.

PAIVA, José Maria. *A Imagem que A Igreja tem da Realidade Brasileira. Um Estudo através das Ceb's*. Orientador: Pedro Laudinor Goergen. Doutorado, FE. 1985, 182p.

RESUMO (introdução)

O presente estudo teve como objetivo colher a imagem que a Igreja tem da realidade social brasileira. Não se tratou de descrever a sociedade, analisando, por exemplo, as forças em jogo ou as políticas executadas, mas de apresentar a atuação da Igreja, enquanto sujeito inserido nesta sociedade e, nestas condições, usando de uma imagem já formada do todo social ao atuar sobre esse mesmo conjunto. Sua atuação se conferiu mediante a atuação das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs que, por terem surgido das interpelações do movimento popular, se tornaram o espaço de aproximação maior e nova da Igreja e das classes marginalizadas. (...)

Depois de um amplo levantamento do que sejam as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, fiz uma aproximação entre CEBs e Classe Social e CEBs e Povo. Verificando a impossibilidade teórica e prática de as CEBs fazerem opção de classe e observando, ainda, o conteúdo da expressão povo e, por extensão, pobres, chego à conclusão de que as CEBs, tomadas em seu conjunto, são contraditórias na medida em que, propondo a transformação social, evitam os instrumentos que levam até ela. Isto não exclui a possibilidade de CEBs concretas caminharem, por certo tempo, afinadas com a organização popular. (...)

O estudo aponta para a necessidade de pesquisas de campo, que indiquem o grau de compatibilidade prática entre o discurso hierárquico, o discurso das CEBs e a real transformação ou não-transformação da sociedade brasileira.

84.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. orientador: Hugo Rodolfo Lovisoló. Mestrado, IFCH, 1992, 474p.

RESUMO (introdução)

Este estudo tematiza as relações de conflito fundiário que se processam em um universo rural particular, a Baixada do Ribeira, situada no sudeste paulista, inserida em um contexto de mudanças mais ou menos recentes, desenvolvidas no curso de uma intensificação da presença no âmbito local, de setores externos da sociedade abrangente, especialmente das agências estatais de intervenção, com o propósito explícito de solucionar a indefinição do quadro jurídico fundiário desta região, marcada pela posse como forma predominante de acesso à terra.

Visando a análise das orientações e das práticas sociais dos pequenos posseiros envolvidos nos conflitos, ele aborda esta temática privilegiadamente no que toca aos aspectos jurídicos que permeiam as relações conflituosas em torno da apropriação da terra, a partir da pesquisa de campo realizada em três áreas localizadas na região da Baixada, e de pesquisa suplementar das ações judiciais relativas a litígios por posse, domínio e demarcação, acentuadamente presentes no curso dos processos regionais, supondo que estes se enraízam historicamente nas relações entre este universo rural localizado e os setores nele atuantes da sociedade que o envolve, e se refletem

sinteticamente na esfera judicial, ao mesmo tempo em que a busca frequente do judiciário se traduz como um componente importante nas formas correntes de organização dos conflitos.

85.

PAULE LECHAT, Noelle Marie. A Questão de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão. Mestrado. IFCH. 1993, 255p.

RESUMO (introdução)

Esta dissertação enfoca a presença de mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra no Rio Grande do Sul, privilegiando na análise as relações de gênero a partir da ótica feminina. (...)

Os sujeitos privilegiados desta pesquisa são camponesas, relacionam-se e são percebidas como trabalhadoras rurais mulheres. Trata-se de uma categoria social marcada pelo gênero. (...) ...meus objetivos incluem também os pontos seguintes: resgatar a participação da mulher na luta pela terra no Rio Grande do sul; estudar como as transformações das relações de produção de uma categoria social repercutem nas suas relações de reprodução e vice-versa, modificando ou não as relações de gênero e subsidiar o debate no seio do MST e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) sobre a questão de gênero.

86.

PECHULA, Márcia Reami. A Tensão entre o Religioso e o Político. A Relação da Igreja com a Modernidade na Trajetória da Pastoral Operária da Campinas. Orientador: Salvador Antônio M.Sandoval. Mestrado, FE. 1995, 130p.

RESUMO

Nosso objetivo nesta dissertação é demonstrar o conflito que existe entre a Igreja, a modernidade, e os agentes da instituição.

A Igreja, instituição hegemônica na Idade Média, vive as tensões da modernidade e luta para refazer-se continuamente (manter seu núcleo). Para isso a instituição deve ajustar-se ao mundo moderno.

Na tentativa de mostrar os problemas existentes entre Igreja e mundo moderno, buscamos nos documentos elaborados pela instituição, 'ler' sua tentativa de controle sobre a sociedade moderna, o que, diante do inevitável, resulta no 'ajustamento' e 'diálogo'. A Pastoral Operária de Campinas, é a referência que torna evidente o palco desta tensão, ao mesmo tempo que demonstramos a relação existente entre a Igreja, seus agentes e a sociedade.

87.

PENTEADO, Maria Antonieta G. Estratégia da Fome: Trabalhadores e Trabalhadoras da Cana de 1984 (Movimentos sociais em São Paulo). Orientador: Sidney Chalhoub. Mestrado, IFCH. 1995, 233p.

RESUMO

Este trabalho busca compreender como e por que ocorreu uma greve de trabalhadores, entre os dias 14 e 17 de maio de 1984, em guariba, no interior do estado de São Paulo. Utilizo como fonte os documentos produzidos por diferentes agentes históricos: a grande imprensa, a Justiça, os governantes do estado de São Paulo, destacando os depoimentos dos trabalhadores contidos em um inquérito policial. Através dessas versões, proponho discutir algumas categorias históricas presentes neste estudo, tais como classe, consciência de classe e 'economia moral', com

o objetivo de 'demitizar' a imagem da irracionalidade da fome construída por alguns desses agentes. Como elemento contrário a essa imagem, ressalto o caráter da luta de classes no movimento e a possibilidade de uma tradição de luta na região. Procuo demonstrar, também, a presença de uma lógica dos trabalhadores expressas em suas peculiares formas de organizar o movimento, e que em momentos determinantes, passaram ao largo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região.

88.

PESSOA, Jadir de Moraes. A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel - Um Estudo Antropológico sobre as Ações entre uma Igreja Católica Pós-Conciliar e os Diferentes Grupos e Práticas do Catolicismo Popular na Região de Ceres, em Goiás. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão. Mestrado, IFCH, 1990, 238p.

RESUMO (introdução)

A Diocese de Goiás (assumiu) a partir de 1968 a troca dos seus ritos e serviços religiosos tradicionais, por "ações populares de libertação" dos seus sujeitos, especialmente dos trabalhadores rurais. (...)

O início da pesquisa (julho de 1987) coincidia com um período em que se faziam ressoar algumas vozes constatando em certo refluxo da Igreja em relação à sua atuação política dos anos 70. O caminho nítido e bem traçado pelas CEBs durante os anos 70, parecia ter ficado esfumado e difuso a partir da anistia e da reformulação partidária, no ocaso daquela década. (...)

...queremos oferecer uma outra possibilidade de contribuição para o conjunto das avaliações e discussões que estão sendo feitas. Primeiro, evitamos a idéia a priori de que há uma crise, um declínio ou um refluxo. Segundo, em vez desse horizonte tão amplo que começa pela interferência do Vaticano, tentamos nos guiar por um olhar muito mais interior à Igreja do Evangelho. E para nos ater ainda mais à vivência cotidiana da religião, delimitamos nossa pesquisa de campo a um dos 17 municípios da diocese: o município de Ceres.

Assim, a questão que nos norteou e que, esperamos, esteja pelo menos claramente abordada e explicitada no transcórre do texto, é a seguinte: qual a lógica e qual a dinâmica social e metafórica das estratégias de compromissos entre a Igreja, como instituição, em sua proposta de ação popular, e as diferentes categorias de sujeitos católicos em Ceres?

89.

POLI, Odilon Luiz. Aprendendo a Andar com as próprias Pernas. O Processo de Mobilização nos Movimentos Sociais do Oeste Catarinense. Orientador: Zeila de Brito Fabri Demartini. Mestrado, FE, 1995, 370p.

RESUMO

Na segunda metade da década de 70, o Oeste Catarinense passou a sentir de forma mais aguda os efeitos da modernização da agricultura, que desestruturou a produção agrícola familiar tradicional. O agravamento das condições de vida levou ao surgimento de um processo de mobilização que culminou na organização de quatro movimentos sociais camponeses caracterizados pela combatividade, nível de organização e capacidade de extrapolar os limites locais: O Movimento dos Sem Terra, o Movimento de Mulheres Agricultoras, o Movimento de Atingidos pelas Barragens do Uruguai e o Movimento de Oposições Sindicais.

O surgimento desses movimentos, no entanto, só foi possível devido a existência de uma instituição estruturada junto à população, à qual as famílias camponesas encontravam-se ligadas e que viabilizou a estruturação e/ou redimensionamento de diversos espaços comunicativos/interativos que restabeleceram o processo de comunicação, passando a veicular um

discurso crítico a respeito das condições histórico-sociais vividas pela população. Possibilitou-lhes, assim, um avanço no seu nível de entendimento e a transformação das suas estruturas normativas. Estas, por sua vez, funcionaram como abridoras de caminhos para o surgimento de novas soluções e novas formas de reagir aos desafios colocados pelas condições histórico-sociais.

O desencadeamento desse processo pedagógico-elucidativo, no entanto, nas condições dadas, foi favorecido por algumas características sócio-culturais da população em questão. A compreensão do surgimento desses movimentos implica, pois, em se considerar tanto as causas estruturais e as características sócio-culturais da população, quanto as ações comunicativas desenvolvidas no momento histórico em que se desencadeou o processo de mobilização e organização.

O presente estudo procura levantar e analisar os fatores que contribuíram para o surgimento do processo de mobilização e organização, trabalhando com relatos orais de lideranças e agentes de pastoral.

90.

POMPA, Maria Cristina. Memórias do Fim do Mundo. Para uma Leitura Do Movimento Sócio-Religioso da Pau de Colher. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão. Mestrado, IFCH. 1995, 181p.

RESUMO

Este trabalho pretende ser uma contribuição à análise dos movimentos sócio-religiosos no meio rural brasileiro, através de um estudo de caso: o movimento de Pau de Colher (Casa Nova, BA, 1938).

Ela insere-se na tradição dos estudos sobre 'messianismo', mas propõe uma leitura especificamente histórico-religiosa. Com este termo indica-se uma abordagem que privilegia o estudo do universo simbólico construído pelo movimento e de sua dinâmica interna.

Partindo do pressuposto de que o patrimônio simbólico é a base lógica de um movimento sócio-religioso, tenta-se desvendar a estrutura dos sistemas de significação subjacentes às formas tradicionais da dita religiosidade 'rústica', isto é, aos conjuntos mítico-rituais que fundam e dão sentido ao mundo; festas, romarias, penitências. Nesta perspectiva, torna-se possível identificar os mecanismos através dos quais o movimento religioso desestrutura estes sistemas e, utilizando os mesmos elementos estruturais, embuidos de novas significações, re-estrutura um novo universo significativo.

Para isso, os instrumentos privilegiados são a análise estrutural e a metodologia da escola italiana da história das religiões: esta última enfoca as dialéticas entre mito e história, sagrado e profano, tradição e transformação. O conjunto mítico/ritual tradicional e a proposta apocalíptica/escatológica do movimento são analisados, assim em suas relações de interdependência, levando em conta tanto a dimensão sincrônica, isto é, a lógica do sistema de significações, quanto a diacrônica, isto é, a dinâmica histórica dos eventos em sua relação dialética com os símbolos.

91.

PONTES, Heloisa André. Do Palco aos Bastidores. O SOS Mulher (SP) e as Práticas Feministas Contemporâneas. Orientador: Mariza Corrêa. Mestrado, IFCH. 1986, 274p.

RESUMO (apresentação)

Pretendo (...) refletir sobre as condições de produção das pesquisas que se realizaram em meados da década de 70 e início dos anos 80 (...). O que será feito a partir de uma reflexão pessoal a respeito de minha trajetória e participação em dois universos distintos: na academia e em um

determinado movimento social. Estes, em função da pesquisa que realizei, foram cruzados, justapostos e separados, sucessivas vezes, sendo, quase sempre, transpostos e vividos de uma maneira descontínua e fragmentada. Refiro-me a minha inserção, inicialmente como participante do movimento feminista e, posteriormente, como pesquisadora de um grupo particular: o SOS-Mulher. (...)

A dissertação de mestrado que aqui apresento é o resultado dessa trajetória e da análise que realizei sobre o movimento feminista em São Paulo, a partir de um estudo de caso sobre o SOS- Mulher, apresentado no terceiro e quarto capítulos desta tese sob a forma de uma etnografia. Redigida após um esforço deliberado de "estranhamento" e de desligamento emocional em relação ao objeto pesquisado. Foi necessário "vestir a capa do etnólogo", pois só assim, munida desta indumentária, poderia vir a "adquirir competência" no grupo estudo.

92.

QUEIROZ, Ruben Caixeta de. **Atores e Reatores na Juréia - Idéias e Práticas do Ecologismo**. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão. Mestrado, IFCH. 1992, 137p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho é um estudo sobre o diálogo. O diálogo possível e impossível entre os homens. Entre os homens e a natureza. Este próprio trabalho é uma tentativa de diálogo com a utopia dos homens: a compreensão e o respeito à natureza e a outros homens.

Estudarei os atores sociais, suas ideias e práticas criadas e vividas em torno da Jurai. (...)

Configura-se um palco de disputas entre dois movimentos sociais. De um lado, o movimento ecológico (aliado, na maioria das vezes, com o Estado) em luta para preservar uma área importante do ponto de vista ambiental. De outro, um movimento de moradores em luta contra o que consideram uma ameaça à sua liberdade e abuso de poder de Estado e dos ambientalistas. (...) um conflito entre um "novo movimento social" (o ecológico) em luta para transformar um modo de vida (neste caso específico, transformar as relações homem-natureza) e um movimento social (o dos moradores) em luta pela cidadania e contra o que consideram práticas autoritárias; um conflito entre a possibilidade de desenvolvimento alternativo (sustentável) e a possibilidade e desejo de acesso aos recursos oferecidos pela sociedade de bem-estar social. (...)

O conflito e a dificuldade de diálogo, principalmente entre estes dois movimentos sociais (o ecológico e o dos moradores), são o que procuro retratar nesse trabalho. o que dificulta o diálogo entre diversos atores? As diferenças sócio-culturais ou as diferentes estratégias políticas colocadas em ação? Estas são algumas das perguntas que orientarão a minha dissertação.

93.

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **A Classe Operária em Pernambuco - Cooptação e Resistência**. Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca. Mestrado, IFCH, 1981, 206p.

RESUMO (introdução)

O objetivo do nosso trabalho ficou sendo, então, a análise da prática política da classe operária, em Pernambuco, de 1900/1922 ou mais especificamente a análise das correntes/tendências políticas nela existentes. (...)

O nosso interesse é efetuar esse tipo de análise, enfatizando que, apesar de todas as limitações e obstáculos, a classe operária se fez presente politicamente e não deixou de preocupar, com a sua luta, os chamados donos do poder. (...)

Delimitamos nosso trabalho ao período de 1900/1922, (...). Escolhemos este período em consonância com os resultados da pesquisa. Não foi portanto, algo definido a priori. O ano de 1900 representa o início da atuação do Centro Operário de Pernambuco, sob a direção dos

socialistas, a primeira tendência política a estabelecer-se no meio operário, quase que em todo Brasil. Esses socialistas iriam seguir caminhos nada revolucionários, mas como é do nosso interesse analisar o porque de tudo isso, os tomamos como nosso ponto de partida.

94.

RICCI, Ruda. Contag e a Crise de Representação no Campo (1979-1985). Orientador: Maria Conceição D'Incao. Mestrado, IFCH. 1993, 273p.

RESUMO (introdução)

O estudo ora proposto trabalha o problema da representação sindical rural a partir da forma como este tema se expressa no embate dos projetos políticos ao longo da história deste movimento social, mas também da forma como se expressa nas contradições vivenciadas pela base sindical: as transformações econômicas e sociais na agricultura, o surgimento de novas categorias sociais e seus consequentes anseios organizativos. Não é o caso, portanto, de negar a institucionalidade, mas de lhe dar conteúdo histórico, reconstruindo significações dos sujeitos sociais que vivenciam as instituições e, com isso, também o efeito instituinte das práticas desses sujeitos ou, no caso, das classes populares.(...)

...se define como período de estudo os anos 79 a 85. Porque nestes anos ganham projeção pública organizações de trabalhadores rurais não contemplados pela estrutura sindical oficial (sem terra, atingidos por barragens, etc.) gerando um forte debate no interior do movimento sindical. Debate que, à nível nacional, envolve todo movimento sindical, questionando os projetos organizativos e gerando a criação da CUT e CGT.(...)

É importante frisar que o centro de toda análise foi a performance da CONTAG, em meio à crise de representação sindical rural do período (...) Ao analisar seu desempenho e inserção no debate que se trava no interior do movimento sindical pode-se compreender as especificidades do sindicalismo rural, a composição política que se consolidou ao longo dos anos 70 sob a orientação e trabalho da CONTAG e as lacunas organizativas.

95.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Mobilização e Conflito Político: A Campanha das "Diretas já". Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz. Mestrado, IFCH. 1993, 255p.

RESUMO (introdução)

O objeto do trabalho é " a dinâmica do conflito político deflagrado na conjuntura em que se desenvolveu a campanha das "Diretas Já", a partir da inter-relação entre suas dimensões societária e institucional.

Uma análise assim, desde logo, requer a averiguação de um tipo de fenômeno sócio-político relativamente pouco estudado: a mobilização.

Neste caso específico, requer também a abordagem das relações entre mobilização e crise política, à luz do contexto conflitual no qual se desenvolveu a campanha.

96.

RODRIGUES, Kátia Sousa. Era uma vez em São Bernardo (O Discurso Sindical dos Metalúrgicos - 1971/1982). Orientador. Dr. Edgar Salvadori de Decca. Mestrado, IFCH. 1995, 210p.

RESUMO (introdução)

...o trabalho desenvolvido tem por objetivo analisar o discurso sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Nesse sentido, ao observarmos a linguagem desses trabalhadores, deparamo-nos com os seguintes enunciados imagéticos - o sindicato, a fábrica, as greves e a cidade. (...)

...o intuito desse estudo é examinar os caminhos pelos quais o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema - por meio do seu jornal - desejoso de mobilizar os trabalhadores para a luta política, denunciou o arrocho, a política sindical do regime, propôs negociações diretas com os patrões; e sobretudo demonstrou sensibilidade com as lutas desenvolvidas nas fábricas; conseguiu criar a imagem e o discurso de uma identidade operária. Ou ainda, poderíamos salientar, vamos trilhar a experiência da construção de uma lógica de identificação operária.

97.

SANTANA, Luiz Carlos. *Da Gestão à Crise de uma "Caminhada"- as CEBs na Igreja de Campinas: Pastoral, Pedagogia e Política (1968 à 1984)*. Orientador: José Luiz Sigrist. Mestrado, FE. 1988, 180p.

RESUMO (introdução)

Nesta pesquisa pretendo fazer uma análise da ação pastoral - pedagógica e política das CEBs, dentro de um contexto urbano e industrial representativo como é o caso de Campinas. Pretendo discutir as CEBs, suas possibilidades, realizações e limites.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos. (...)

O leitor poderá encontrar no primeiro capítulo um esboço histórico da Igreja de Campinas. (...)

A partir do segundo capítulo entramos na discussão propriamente do objeto desta dissertação. Discutimos as CEBs em e momentos que consideramos sustentáveis e coerentes com o que estas comunidades viveram até meados da década de 80 na Igreja de Campinas: - o Momento de Geração (2º. capítulo), o Momento de Afirmação (3º. capítulo) e o Momento de Crise (4º. capítulo).

No quinto capítulo retomamos de forma didática a discussão de três elementos que estiveram presentes no desenvolvimento deste trabalho (...). Discutimos a Pastoral, a Pedagogia e a Política nas CEBs em Campinas,

98.

SANTIAGO, Gabriel Lomba. *As CEBs frente ao Estado e a Igreja*. Orientador: Newton Aquiles Von Zuben. Mestrado, FE. 1988, 156p.

RESUMO (introdução)

Desde 1960, na América Latina emergem comunidades, vinculadas notadamente a Igreja Católica, pelos mais variados motivos. Essas comunidades receberam o nome de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). O seu aparecimento (além de MEB e Educação Popular) tem causas econômicas, políticas, culturais e religiosas. (...)

Dar a conhecer estas experiências comunitárias, em boa parte bem sucedidas, com seus próprios conflitos, confrontos e aproximações com a sociedade o Estado e a Igreja, constitui o nosso objetivo, tentando vislumbrar uma verdadeira autonomia e liberdade nas comunidades onde as instituições citadas não devem impor suas "normas de conduta e liberdade de ação".

...pretendemos demonstrar que a ação das comunidades é obstaculizada pela presença coercitiva do Estado na medida que elas se projetam politicamente unidas e pela presença da Igreja institucional, na medida que esta, pela sua ideologia conservadora limita e controla a ação das CEBs, restringindo-as à função meramente espiritualista e obediente à Instituição.

99.

SEMEDO, José Antônio Vaz. *Elementos da Crise Contemporânea do Sindicalismo Europeu. O Exemplo Francês*. Orientador: Ricardo L. C. Antunes. Mestrado, IFCH. 1995, 118p.

RESUMO (introdução)

Pretendemos abordar o conjunto de questões subjacentes à crise do sindicalismo europeu. Tendo ciente a complexidade do tema, não é propósito do texto esgotar a discussão sobre o assunto, nem mesmo apresentar alguma resposta conclusiva, mas tão somente dissertar sobre o mesmo e apontar para algumas tendências dominantes. (...).

Faremos uma abordagem introdutória sobre os elementos que configuram a crise do sindicalismo europeu e do caso específico da França. No primeiro capítulo trataremos das mudanças em curso hoje no mundo de trabalho e analisaremos a passagem do fordismo para a acumulação flexível, o toyotismo, a transferibilidade do toyotismo e suas repercussões na França, a globalização do capital e ação dos sindicatos na Europa. No segundo capítulo analisaremos as transformações na classe trabalhadora, bem como a reestruturação do processo produtivo e o desemprego. No terceiro capítulo pretendemos abordar as tendências do sindicalismo europeu, os modelos dominantes e as principais centrais sindicais francesas. E, como conclusão, pretendemos apontar para o que é fundamental na crise do sindicalismo hoje e mais particularmente do sindicalismo na França.

100.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Os Suburbanos e a Outra Face da Cidade - Negros em São Paulo 1900-1930, Cotidiano Lazer e Cidadania*. Orientador: Ana Maria Niemayer. Mestrado, IFCH. 1990, 195p.

RESUMO (introdução)

Esta pesquisa procura compreender as formas específicas através das quais o negro paulistano experimentou no início do século a condição de homem público, conquistada há apenas algumas décadas(...)

É certo que o negro não expressou a sua condição de cidadão através de canais historicamente consagrados a esta prática, como os partidos políticos, sindicatos ou outros. Enquanto grupo excluído que era, o negro atuou na vida pública da cidade através de canais informais próprios: seja desenvolvendo associações e entidades específicas, seja disputando os espaços da cidade que possibilitassem aos mesmos experimentar a condição de homem público formalmente há pouco conquistado. (...)

A questão central da nossa tese é compreender o que significava ser cidadão negro numa cidade como São Paulo no início do século.

101.

SILVA, Lúgia Maria Osório. *Movimento Sindical Operário na Primeira Republica*. Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes. Mestrado, IFCH. 1977, 216p.

RESUMO (introdução)

O ponto de partida deste trabalho foi o estudo do sindicalismo "amarelo" ou reformista dos marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Esses setores destacavam-se dos demais por seguirem uma orientação sindical que contrastava com a orientação anarco-sindicalista predominante no movimento sindical do Rio de Janeiro e de São Paulo, no referido período. Alguns outros setores como os têxteis e os gráficos, estiveram sob a influência de uma linha de ação sindical reformista mas por períodos muito breves, de modo a não permitir que

se caracterize a ação desses setores como reformista, Os marítimos e ferroviários do antigo Distrito Federal, ao contrário, caracterizam-se por esse tipo de atuação porque tiveram durante toda a Primeira República uma linha de ação coerente que, como veremos, pode ser caracterizada mais corretamente de trade-unionista.(...)

Na realidade, concentramos o nosso estudo no período que vai da Proclamação da República até os primeiros anos da década de 20, especialmente, por duas razões. Em primeiro lugar porque preocupamo-nos em caracterizar o surgimento das linhas de ação sindical que vão marcar o movimento sindical da Primeira República. Por volta de 1913 as duas linhas de ação adquirem contornos definidos que nos levam a constatar a existência de uma divisão clara no movimento sindical do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, prosseguimos até 1920 para englobar o importante período do pós-guerra quando as manifestações operárias atingem um clímax (1917-1918-1919-1920). Incluir na análise o período de 1920 a 1930 traria vários inconvenientes. (...) Constituem, portanto, ao nosso ver, um período muito rico em acontecimentos que não poderiam ser ignorados e consequentemente estenderiam demasiado a pesquisa que nos propusemos fazer.

102.

SILVA, Wilton C. L. Vivos, Uni-vos! Os Ecologistas e a Assembléia Nacional Constituinte (1986-1988). Orientador: Daniel J. Hogan. Mestrado, IFCH. 1993, 247p.

RESUMO (introdução)

O movimento ecológico brasileiro faz as suas primeiras articulações para a atuação político - institucional a partir das eleições regionais de 1982, com a eleição de dois deputados estaduais (um paulista e outro carioca), onde claramente começa a ser colocada a necessidade de se garantir espaços institucionais que possibilitem ações mais efetivas por parte do movimento.

A Assembléia Nacional constituinte aparece como o momento para o aprofundamento dessas intervenções, levando o movimento, como um todo, a se transformar internamente para atingir com sucesso o objetivo de ecologizar o futuro texto constitucional.

A partir daí se coloca a questão do presente trabalho: como, dentro de um momento particular e de máxima importância _ a Assembléia Nacional Constituinte _ o movimento ecológico vai articular seu discurso dentro da lógica jurídico - formal, ao mesmo tempo em que constrói uma nova imagem de si mesmo e caracteriza seus aliados e oponentes? (...)

Analisando o movimento ecológico brasileiro, percebe-se a Assembléia Nacional Constituinte como um momento particular para o ecologismo, pelas infinitas possibilidades que traz em seu interior e pelas implicações que trazem a institucionalização de um movimento social e o desafio de relacionar o seu discurso aos outros setores sociais e políticos - institucionais.

103.

SIMÕES, Júlio Assis. A Política da Participação: Uma Etnografia da Primeira Gestão Municipal do PT em Diadema. Orientador: Guita Grin Debert. Mestrado, IFCH. 1990, 2v.

RESUMO

A primeira gestão do PT em Diadema é tomada como um caso para analisar as práticas efetuadas em nome do ideário ético-popular derivado da proposta de 'participação popular' na gestão pública. A interação competitiva decorrente da implementação de políticas sociais na administração municipal é elaborada e interpretada com base nos conceitos antropológicos de 'processo político', 'dramas sociais interconectados', 'campo' e 'arena', com o objetivo de captar não apenas os pontos de vista divergentes dos vários atores envolvidos no processo, como também as mudanças, reelaborações e redefinições que ocorrem no fluxo de situações. Procura-se mostrar

que a 'participação', com todos os seus sentidos ambíguos, fez explodir inúmeros conflitos e situações imprevistas, dificilmente manejáveis, à administração, obrigando a uma contínua recomposição de estratégias e identidades políticas dentro do governo. São também discutidas previamente algumas proposições da literatura referente a poder local, emergência dos movimentos sociais no contexto do regime autoritário e formação e desenvolvimento do PT, inserindo-se o caso estudado nos marcos mais amplos da 'transição' democrática e das perspectivas atuais de uma política transformadora entre nós.

104.

SOSA, Jorge P. Maquera. **Bibliotecas Populares em Lima - Peru**. Orientador: Maria da Glória Gohn. Mestrado, FE. 1993, 148p.

RESUMO

Dentro do Movimento Urbano Popular existem diversas iniciativas por parte da população para satisfazerem suas necessidades coletivas e comuns dentro do bairro. Nesta pesquisa consideramos uma dessas iniciativas que é a Biblioteca Popular, tendo em consideração a importância desta na vida cultural e educativa do bairro.

Esta pesquisa é descritiva-analítica e abrange as bibliotecas populares que surgem nos anos 80 até início de 90 em Lima-Peru. A interpretação e análise foi elaborada baseada nos dados obtidos do questionário aplicado a 78 equipes das 86 equipes de bibliotecas populares que existem, contato pessoal com os membros de 33 equipes, bibliografia existente com respeito ao tema e finalmente minha convivência na formação de bibliotecas populares.

Os resultados desta pesquisa nos permitiu conhecer as contribuições e os problemas das bibliotecas populares dentro do Movimento Urbano Popular, dessa maneira podemos encontrar _ ou talvez re-encontrar _ as pistas e soluções que permitiram potencializar muito mais o seu trabalho.

105.

SOUZA, Aparecida Neri de. **Sou Professor, Sim Senhor! (Representações, sobre o Trabalho Docente, Tecidas na Politização do Espaço Escolar**. Orientador: Liliana R.F. Segnini. Mestrado, FE. 1993, 2v.

RESUMO

A partir do estudo de uma escola pública estadual de ensino médio, em São Paulo, objetivou-se compreender as representações que os professores constroem acerca de seu próprio trabalho, com o vivenciam e produzem experiências significativas.

Ao privilegiar as concepções de cotidiano e experiência como elementos explicativos na análise do trabalho docente, verificou-se que este não é portador, apenas, de uma única dimensão, : força de trabalho, mas também da dimensão política.

Analisaram-se dois movimentos que são parte de uma mesma trama - a conquista da escola e a participação nas lutas sindicais, expressas nas greves - que tecem as representações desses professores acerca de seu próprio trabalho. Tais movimentos politizaram o espaço escolar e construíram uma nova sociabilidade.

O olhar para dentro da escola, no sentido de apreender a experiência de um coletivo de professores, foi orientado pela fala e ação dos mesmos. O instrumento privilegiado para a análise foram os depoimentos orais de professores com tempos de trabalho no magistério e na escola diferenciados.

106.

SOUZA, Maria Antônia de. **A Formação da Identidade Coletiva: Um Estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema.** Orientador: Maria da Glória M. Gohn. Mestrado, FE. 1994, 251p.

RESUMO

O resgate das diferentes experiências de vida e as aprendizagens presentes no cotidiano de indivíduos - lideranças de assentamentos rurais - constitui o tema desta pesquisa.

O processo de investigação permitiu perceber as alterações que ocorrem ao nível individual e coletivo, durante os diferentes momentos da luta. Nesse sentido, foi possível configurar a formação da identidade coletiva, assim como constatar as diferenças ao nível individual presentes no interior daquela identidade de "Sem - Terra".

A reconstituição do processo histórico de cada área estudada e a história de vida de lideranças no Pontal do Paranapanema - Estado de São Paulo, nos assentamentos - Gleba XV de Novembro, Santa Clara e União da Vitória - permitiu-nos realizar uma comparação acerca da formação da identidade coletiva em assentamentos rurais naquela região.

107.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Classes Populares e Educação Popular na Primeira República-Problemas, Valores e Lutas.** Orientador: Maria da Glória Gohn. Mestrado, FE.1991, 181p.

RESUMO

A temática deste trabalho é a educação popular analisada a partir das classes populares. Trata do processo de escolarização destas classes em Campinas, na Primeira República. Analisa os problemas, os valores e as lutas populares em relação à educação.

A primeira parte do estudo contempla o movimento educacional no Brasil, em especial no Estado de São Paulo a partir dos diferentes projetos de educação popular veiculados na sociedade de então, ressaltando o projeto das classes dirigentes e os projetos apresentados pelo movimento operário. Aborda também, a política educacional empreendida pelos Governos do Estado de São Paulo e as demandas populares pela educação e caracteriza as "escolas populares", ou seja, as escolas destinadas ao povo, quanto ao tipo, infra-estrutura e currículos tematizando, por último, o caráter seletivo da escola pública primária.

Na segunda parte, trata da educação popular na cidade de Campinas. Parte da caracterização das condições de vida e trabalho das classes populares e contextualiza a vida sócio-cultural, política e educacional da cidade no período e, em especial, na década de 20. O processo de escolarização das classes populares é analisado pela expansão do ensino público particular. Na caracterização dos diferentes tipos de escolas e seus respectivos usuários, busca visualizar as demandas da população pela escola pública e as alternativas empregadas pelas classes populares para promoverem a sua própria educação.

Os valores e significações da escola no meio popular é apreendida a partir do significado desta instituição para as diferentes classes e grupos sociais; visualização do imaginário social sobre a escola e sua visibilidade pública através dos jornais. Além disso, os valores atribuídos pelas classes populares à educação é deduzida também pela memória popular tomando como referência entrevistas realizadas com estudantes do início do século.

Este resgate histórico da educação popular na Primeira República tangencia tanto a perspectiva das próprias classes populares quanto a história social da escola.

108.

TAKAHASHI, Emília Emi. **Adolescentes e Política no Brasil: Um Estudo entre Estudantes do 2º grau do Interior de São Paulo.** Orientador: Lúcia M. Avelar. Mestrado, FE. 1995, 130p.

RESUMO

Nos últimos 30 anos, o sistema político brasileiro passou por uma série de acontecimentos que culminaram com a reintrodução da prática democrática após aproximadamente 25 anos de autoritarismo. A questão sobre a socialização política que ocorre entre os diversos segmentos da população tornou-se inevitável, e privilegiamos os adolescentes nesta pesquisa, especificamente os estudantes do 2º grau, com o objetivo de verificar se as atitudes políticas emergentes são congruentes com reintrodução da prática democrática no país.

Através deste estudo, pretendemos oferecer subsídios para uma reflexão sobre o tipo de pessoa política que podemos esperar destes adolescentes no futuro, e obter informações sobre o próprio sistema político brasileiro, principalmente em relação ao processo de consolidação da Democracia.

109.

TAUBÉ, Maria José de Mattos. **Pobre é que nem Abelha, cada Dia Zune num Canto.** Orientador: Bela Fieldman Bianco. Mestrado, IFCH. 1986, 423p.

RESUMO (introdução)

Este estudo analisa a situação de favelados migrantes rurais e suas relações com agentes institucionais e políticos numa favela de Campinas. O trabalho de campo começou pela observação do cotidiano de indivíduos e grupos domésticos e transpôs este universo, situando a favela e seus moradores dentro de um quadro sócio-econômico e político mais amplo, para mostrar que estas condições de vida, de trabalho, de consciência e de organização política devem ser entendidas a partir do contexto histórico e sob as condições específicas em que elas aparecem. (...)

Como passava a maior parte do tempo entre as mulheres, observando seu cotidiano, suas redes de relações, a participação nas organizações da favela, grande parte dos dados que coletei se refere ao universo feminino. Minha condição de mulher contribuiu para o levantamento de questões relativas ao papel da mulher na favela, o que considero de suma importância pois, embora a atuação feminina seja fundamental nesta situação, ela é geralmente invisível, dada a valorização cultural existente sobre o assunto.

110.

TROPIA, Patrícia Vieira. **Classe Média, Situação de Trabalho e Comportamento Sindical: O Caso dos Comerciantes de São Paulo.** Orientador: Armando Boito Jr. Mestrado, IFCH. 1994, 180p.

RESUMO (introdução)

Esta pesquisa teve início em julho de 1990 a partir de uma interrogação. Por que comerciante não faz greve? Inquietava-nos a relativa ausência de greves e a tradição pelega predominante entre os comerciantes no Brasil. Foi então a busca desta resposta que norteou este trabalho. (...)

Nosso esforço analítico foi justamente esse: explicar a relação entre esta situação de trabalho e o comportamento, que então passamos a chamar de, anti-sindical destes comerciantes. Passamos a discutir esta hipótese com a bibliografia sobre sindicalismo de classe média.

111.

VALENTE, Silza Maria Pazello. *A Presença Rebelde na Cidade Sorriso (Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba 1890-1920)*. Orientador: Ediógenes Aragão Santos. Mestrado, FE. 1992, 228p.

RESUMO

Este trabalho pretendeu resgatar a presença anarquista, em Curitiba, durante o período de 1890-1920.

Centrou-se o mesmo em três evidências: a colônia Cecília, uma experiência de cunho comunista-anárquico, colocada em prática no Sul do Paraná, na região denominada Campos Gerais; os periódicos anarquistas, editados em Curitiba; e as ações encetadas pelos trabalhadores curitibanos: fundação de Associações e realização de "meetings", boicotes e greves.

A pesquisa realizada evidenciou que Curitiba, a exemplo de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, sofria, na época, uma grande influência anarquista e que a educação política do trabalhador curitibano e o desenvolvimento de sua consciência crítica muito deveram à presença do anarquismo, na Cidade Sorriso.

112.

VALENTE, Telma Elita Juliano. *Olhar Feminino: Uma Década de Produção Videográfica Feminista no Brasil - 1983/1993*. Orientador: Március C.S. Freire. Mestrado, IA. 1995, 142p.

RESUMO (introdução)

O presente trabalho pretende estudar o movimento feminista no Brasil, mais precisamente na cidade de São Paulo, no período de uma década (1983-1993) através dos vídeos feitos por realizadoras feministas. Pretendemos nos ater às transformações pelas quais o movimento passou, tentando perceber a evolução do mesmo na época mencionada. Para isso nos utilizaremos dos trabalhos realizados por dois grupos de videastas feministas (Lilith Vídeo e Comulher) que são representativos do período em questão.

Nota-se que, para isso, teremos que abordar aspectos pertinentes ao meio vídeo e ao ser mulher, interessando-nos particularmente pelo ponto de intersecção entre eles.

113.

VASCONCELOS, Maria Helena Falcão. *Dias de Violência - O Quebra de Janeiro de 59 em Uberlândia*. Orientador: Milton José de Almeida. Mestrado, FE. 1993, 109p.

RESUMO

A dissertação *Dias De Violência - O Quebra De Janeiro De 59 Em Uberlândia* analisa o papel da pulsão da violência na estruturação dos agrupamentos sociais. Essa análise é feita a par do desenrolar-se dos fatos ocorridos nos dias 18 e 19 de janeiro de 1959 em Uberlândia - MG.

O esquema da dissertação segue a cronologia do Quebra-Quebra, ou seja: o primeiro dia do Quebra - a destruição dos cinemas, segundo dia do Quebra - o saque aos armazéns; terceiro dia do Quebra - a violência monopolizada nas mãos do Estado.

A análise contrapõe e aproxima a potência efervescente da violência coletiva da multidão em protesto, como pulsão de vida social e o poder institucionalizado da violência monopolizada nas mãos do sistema jurídico-policial do Estado. Tensão entre o fluir (des-ordem) e o instituído (ordem), que não devem se excluir, mas manter-se em tensão conflitiva e instável na dinâmica do conviver social.

114.

VERARDO, Luiz Humberto. **Educação Política no Sindicato. Estudo de uma Experiência Recente.** Orientador: Reginaldo C. C. de Moraes. Mestrado, FE. 1992, 264p.

RESUMO

A presente dissertação estuda experiências educativas desenvolvidas no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo durante o período de 1982 a 1990.

Tais experiências, além dos eventos explicitamente caracterizados como de formação política em sentido estrito, envolvem atividades de imprensa e de instrução rumo a formas organizacionais e ações reivindicativas.

Para melhor compreender o conjunto das atividades que integram direta e indiretamente esse processo educativo, foram estabelecidas referências à fase cronologicamente anterior, não apenas para comparar, mas, principalmente, para se entender a herança histórica da estrutura corporativa que se faz tão presente nas relações trabalhistas de hoje.

115.

VITORINO, Artur José Renda. **Processo de Trabalho, Sindicalismo e Mudança Técnica: o Caso dos Trabalhadores Gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912.** Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha. Mestrado, IFCH. 1995, 245p.

RESUMO (introdução)

O objetivo central deste trabalho é esclarecer quanto à validade empírica do termo 'controle de ofício' (*craft control*) para a compreensão dos vínculos entre mudança técnica, organização do trabalho e controle do local de trabalho. Para tanto, lançamos mão do conceito de processo de trabalho e centralizamos as nossas análises em um estudo de caso: as lutas entre trabalhadores e patrões do setor gráfico nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em um período de mudanças na tecnologia e organização do trabalho desse setor.

O enfoque priorizou as práticas sindicais dos trabalhadores gráficos nessas duas cidades no período de 1858 a 1912, procurando verificar se tais trabalhadores — comumente associados à idéia de vanguarda organizacional dos movimentos operários nascentes — teriam, de algum modo, conseguido controlar o próprio processo de trabalho e como teriam reagido às mudanças técnicas nele introduzidas.

116.

ZHOURI, Andréa Luisa Mouhaiber. **Discursos Verdes: As Práticas da Ecologia (Um Estudo Antropológico da Participação dos Ecologistas Paulistas das Eleições de 1986).** Orientador: Ana Maria de Niemeyer. Mestrado, IFCH. 1992, 217p.

RESUMO

No âmbito das interrelações entre cultura e política, numa perspectiva antropológica e a partir de uma abordagem da Análise de Discurso, a participação dos ecologistas paulistas para disputar as eleições de 1986, através da elaboração de listas verdes suprapartidárias, é analisada como um momento de tensão, em que as mudanças e os conflitos na trajetória do Movimento Ecológico, até aquele período, emergem e são colocadas em relevo. A passagem de uma prática característica de movimento social para uma prática de natureza político-partidária obriga a uma reelaboração das práticas e concepções ecologistas. Nesse processo, grupos diferenciados se constituem e se confrontam. Os candidatos das Listas Verdes processam essa passagem reelaborando e construindo novos sentidos da ecologia, movimento ecologista, dentre outros. É a

partir desse período que se fortalece a "corrente dos novos ambientalistas" que, através de um discurso técnico-científico, se legitimam como interlocutores privilegiados das agências estatais, opinião pública e grupos internacionais; apagando uma dimensão cultural colocada pelo ecologismo, bem como a atuação das entidades 'históricas'.

Anexo 2. RELAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE MOVIMENTO SOCIAL PRODUZIDAS NA USP (1970-1995), DE ACORDO COM A TIPOLOGIA ADOTADA.

I - Movimentos dos trabalhadores (urbanos e rurais)

78

- movimento dos trabalhadores urbanos
7 - 14* - 27 - 28* - 56 - 100* - 104 - 165 - 174
- movimento operário
2 - 10* - 12 - 41 - 57 - 75 - 76 - 98 - 99 - 111 - 125* - 131* - 140* - 145 - 147 - 149 - 154 - 160 - 161 - 163 - 171 - 173 - 181 - 185 - 202
- movimento dos trabalhadores rurais
5 - 11 - 17 - 18 - 20 - 47 - 52 - 60 - 61 - 65 - 66 - 82 - 83 - 85 - 95 - 117 - 118 - 124 - 126 - 134 - 137 - 142 - 156 - 157 - 167 - 169 - 205
- movimento sindical urbano
6 - 13 - 26 - 29 - 32 - 34 - 36 - 39 - 40 - 42 - 43 - 46 - 51 - 54 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 87 - 96 - 102 - 109 - 112 - 114 - 122 - 135 - 138 - 158 - 164 - 177 - 179 - 186 - 197 - 200
- movimento sindical rural

9

II - Movimentos sociais populares

59 - 62 - 74 - 91 - 144 - 196

- movimentos populares urbanos
3 - 4 - 15 - 19 - 21 - 30 - 31 - 37 - 38 - 50 - 58 - 64 - 73 - 79 - 80 - 81 - 94 - 97 - 107 - 110 - 113 - 121 - 133 - 139 - 141 - 155 - 162 - 168 - 170 - 176 - 180 - 182 - 187 - 191 - 192 - 194 - 204 - 206

III - Novos movimentos sociais

- movimento relacionado a questão de gênero
8 - 10 - 14 - 28 - 33 - 35 - 48 - 89 - 100 - 101 - 108 - 116 - 120 - 125 - 130 - 131 - 136 - 140 - 152 - 166 - 172 - 175
- movimento étnico
25 - 44 - 67 - 90 - 106 - 148 - 153 - 159 - 188 - 198 - 199
- movimento ambiental
128 - 178
- movimento geracional
1 - 77

IV - Movimentos estudantil: 49 - 143

V - Movimentos sociais messiânicos/ relacionados à religião/seitas: 16 - 23 - 45 - 84 - 88 - 92 - 93 - 103 - 105 - 115 - 119 - 123 - 127 - 129 - 132 - 146 - 150 - 151 - 183 - 190 - 193 - 203

VI - Movimentos político- partidários: 22 - 24 - 53 - 55 - 63 - 86 - 189

VI - Movimentos de elites econômicas: 184 - 195

* Para efeito de análise, esta tese (ou dissertação) também está arrolada no item III - movimento de mulheres.

SIGLAS UTILIZADAS: USP-Universidade do Estado de São Paulo; FFLCH-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas; IP-Instituto de Psicologia; FE-Faculdade de Educação; FAU-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; ECA-Instituto de Estudo da Linguagem; EP-Escola Politécnica; FSP-Faculdade de Saúde Pública.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS: Autor; título da tese ou dissertação; orientador; grau; local e ano da defesa; número de páginas; resumo²:

1.

ABRAMO, Helena Wendel. **Grupos Juvenis dos Anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social.** Orientador: Irene de Arruda Ribeiro Cardoso. Mestrado, FFLCH. 1992, 249

RESUMO (apresentação)

...interessou-me recuperar a dimensão social e histórica da configuração das condições juvenis e dos significados e manifestações por eles produzidos, bem como resgatar a noção de geração, a fim de melhor examinar a conexão entre o tempo histórico e os 'modos de pensar, sentir e agir' e com isso permitir o aparecimento das peculiaridades dos fenômenos em foco.

Pareceu importante, nessa mesma linha de preocupação, examinar alguns dos aspectos que - nestes últimos vinte anos que nos separam da década de 60 - produziram mudança singular na conformação do cenário jovem do Brasil e que informam o aparecimento desse tipo de manifestação, nas grandes cidades do país. (...)

Desenvolvi a análise através do exame de dois grupos que surgiram e atuaram na cidade de São Paulo durante a primeira metade dos anos 80. Um deles foi o dos punks (...). O outro grupo (...) ficou conhecido, a partir de um batismo da imprensa, como 'darks' (...)

Em suma, a idéia central do trabalho é a de que esses grupos 'espetaculares' produzem uma intervenção crítica no espaço público.

2.

ABRAMO, Laís Wendel. **O Resgate da Dignidade (A Greve de 1978 em São Bernardo).** Orientador: José de Souza Martins. Mestrado, FFLCH, 1986. 325p.

RESUMO (introdução)

A hipótese central sobre a maneira pela qual os metalúrgicos de São Bernardo vivenciaram as suas condições de trabalho, no tempo histórico que foi o do auge repressivo da ditadura militar e do início de sua crise, da explosão do Milagre Brasileiro e de seu fim, é que essa vivência foi marcada não apenas pelo arrocho salarial e pela rotatividade no emprego, a intervenção governamental nos sindicatos e a arbitrariedade e o autoritarismo patronal no interior das empresas. Havia algo mais, e que acabou por conferir uma iluminação específica à situação vivida: mais do que poder ser expresso por uma soma de indicadores econômicos desfavoráveis, o período foi marcado por um processo de dilapidação das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores, pelo desrespeito sistemático aos seus direitos profissionais, de cidadania e humanos e pela violentação da sua dignidade. (...)

E isso irá explodir na greve de 1978, que se constituirá numa reação condensada e abrangente a essa situação, vigente durante tantos anos.

² Alguns trabalhos não apresentam resumo, nestes casos buscamos este dado nos arquivos manual e informatizado. Quando não encontrado, optamos por extrair fragmentos da apresentação, da introdução, ou de outra parte da tese ou da dissertação que pudesse indicar, ao leitor, o assunto tratado. Isto está registrado logo em seguida à chamada do resumo, por exemplo: Resumo (introdução).

3.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Trajetória do Movimento e da Participação: A Conduta dos Atores Sociais na Saúde. Orientador: Aracy Witt de Pinho Spinola. Doutorado, FSP. 1992, 281p.

RESUMO (CD-ROM)

Com base em pesquisa realizada no município de São José dos Campos, São Paulo, Brasil, através de entrevistas e registros em diário de campo, identificou-se e analisou-se os atores sociais locais e sua relação com os temas da participação, dos movimentos sociais e da saúde em termos teóricos, classificou-se a interpretação dos movimentos sociais e da participação em duas direções: uma voltada para a autonomia e, outra para a construção de uma esfera pública em termos dos atores sociais analisados, e de suas perspectivas de ação, relacionaram-se diferentes concepções a respeito de saúde. Dois níveis de ação ocupavam o centro da esfera pública: uma ação política, que através do movimento guardaria um sentido de oposição e de mudança, e uma ação sindical que se basearia na obtenção de salários e melhorias para o grupo de trabalhadores envolvidos. As demandas e expectativas em relação à saúde, ou a um modelo público de saúde, são determinadas por um contexto de discriminação existente entre serviços público e privados, sendo estes últimos oferecidos, através de convênios e seguro saúde, aos trabalhadores. As ações de saúde, encontram-se fragmentadas pelos interesses corporativos-profissionais, bem como privados-e políticos, como de oposição, de crítica generalizada e de procura de obtenção de resultados imediatos.

4.

AFFONSO, Nazareno Spósito N S. Chega de enrolação, Queremos Condução. Movimentos Reivindicativos de Transportes Coletivos em São Paulo 1979-1983. Orientador: Maria Ruth Amaral Sampaio. Mestrado, FAU. 1985, 2v.

RESUMO (introdução)

...buscou-se, neste trabalho, demonstrar a potencialidade objetiva dos MRTC {Movimentos Reivindicatórios de Transportes Coletivos} de virem a se constituir na base para a construção e implementação de uma política de transportes que coloque a população usuária não mais como observadora mas como participante ativa no processo de decisão do planejamento, da implantação e gestão dos transportes coletivos. A ótica do trabalho é a ótica dos explorados, no entendimento da dimensão social da política de transporte, tal como ela se manifesta no cotidiano do trabalhador, e não a que se expressa nos discursos, projetos oficiais e nos relatórios técnicos.

Foi escolhida como área de estudo a Região Metropolitana de São Paulo, composta por 38 municípios, privilegiando-se aqueles onde as ações populares se expressaram com mais vigor.(...)

O período de análise é o do último governo estadual biônico, na gestão dos governadores Paulo Salim Maluf e José Maria Marin (1979-1982/83).

5.

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta.: Vozes no Silêncio: Subordinação Resistência e Trabalho em Mato Grosso (1888 - 1930). Orientador: José Jobson de Andrade Arruda. Doutorado, FFLCH. 1991, 271p.

RESUMO (CD-ROM)

A tese indica os diferentes mecanismos de dominação utilizados pelos proprietários de Mato Grosso para constituir o mercado de trabalho após a abolição da escravidão. Aponta as

estratégias de resistência assumidas pelos trabalhadores urbanos e rurais, demonstrando como se constituíram, através de suas ações - sujeitos de sua história.

6.

ALMEIDA, Márcia Mendes de. **O Sindicato dos Têxteis em São Paulo. História: 1933-1957.** Orientador: Eunice Ribeiro Durham. Mestrado, FFLCH. 1981, 270p.

RESUMO (introdução)

Este é um estudo histórico sobre a criação, consolidação e desenvolvimento de um sindicato oficial, dentro do sistema corporativo instituído desde 30: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo que ao longo do trabalho será chamado Sindicato dos Têxteis.

7.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil. (1930-1935).** Orientador: Francisco Corrêa Weffort. Doutorado, FFLCH. 1978, 2v.

RESUMO (introdução)

Esta é uma tentativa de interpretação do significado das classes trabalhadoras urbanas brasileiras no período que se estende de 1930 a 1945. (...)

No âmbito dos estudos sobre o movimento trabalhador brasileiro, coube a Weffort o mérito de redefinir a perspectiva de análise da intervenção coletiva dos assalariados de base, situando-a primordialmente no campo da política. Esta é, também, a ótica pretendida por este trabalho, que se propõe a pensar como e sob que forma as classes trabalhadoras urbanas constituíram-se politicamente por e em suas relações com as demais classes.

8.

AMORIM, Nádia Fernanda Maia de. **Condição da Mulher Solteira na Cidade de Maceió: Valores, Aspirações e Expectativas.** Orientador: Oracy Nogueira. Doutorado, FFLCH. 1990, 244p.

RESUMO (introdução)

A minha opção pelo tema Mulher e pela categoria Solteira, deriva, primeiramente, da minha própria vivência como mulher solteira que, nessa condição, convive com problemas peculiares a esse estado civil numa sociedade em que o mesmo atua como um dado importante no "status" a ser atribuído à mulher. (...) impuseram-se-me como problema de pesquisa(...) um trabalho sobre a condição da mulher solteira na cidade de Maceió (...)

Portanto, quando as pessoas me perguntam, porque escolhi esse tema, a condição da mulher solteira, para a minha tese de doutoramento, respondo que o escolhi por solidariedade, para prestar um serviço a essa parcela da população feminina, objeto de preconceito e estigma. Eu o escolhi para registrar e abrir caminho à pesquisa em torno dessa "área de sombra" nos estudos sobre a mulher. (...)

O que procuro é compreender a condição de vida da mulher solteira: apreender o mecanismo de construção de sua identidade à luz do sistema de relações sociais que lhe dá origem.

9.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação Sindical no Campo a Partir da Década de 70: O Caso dos Trabalhadores Canavieiros de Pernambuco.** Orientador: Sedi Hirani. Doutorado, FFLCH. 1994, 444p.

RESUMO (CD-ROM)

Objetiva analisar o papel desempenhado pelas entidades sindicais no processo de organização e luta dos trabalhadores rurais na área canavieira do Estado de Pernambuco, buscando visualizar sua trajetória e os fatores que influenciaram a retomada de sua ação, a partir da década de 70, num momento em que outras entidades também se articulavam, procurando um espaço de atuação no contexto político - econômico regional e nacional. Na área em estudo, esta retomada se deu a partir de um modelo de atuação adotada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura _ Contag _ e seguido pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura de Pernambuco _ Fetape, que buscava, através de uma ação predominantemente legalista, dar aos trabalhadores do campo direitos que até então não desfrutavam. Tal ação, voltada principalmente para questões trabalhistas, foi fundamental para a definição das relações patrão/empregado na área, mas ela também levou a impasses, no final dos anos 80, face as novas condições surgidas no processo produtivo e que puseram em risco as conquistas alcançadas, até então entre elas, um aumento do desemprego na área e uma tendência ao crescimento do trabalho clandestino, levando à necessidade de se repensar a estrutura de ação sindical. São estes os problemas que se procurou analisar ao longo deste trabalho.

10.

ANDRIGHETTI, Yná. **Mulher e Trabalho. A Operária Têxtil Paulistana.** Orientador: Rosa Ester Rossini. Mestrado, FFLCH. 1987, 165p.

RESUMO (introdução)

...a nossa preocupação ao iniciarmos o trabalho, o desejo de conhecer a situação dos trabalhadores, no caso, um segmento da classe operária, a mulher na indústria têxtil paulistana, a sua realidade concreta.

Nossa investigação pretende contribuir para o entendimento das relações de trabalho concretizadas no cotidiano da operária têxtil da cidade de São Paulo, que vivencia a contradição aparente da lógica capitalista. A idéia de estudar a trabalhadora têxtil apresentou-se para nós como um ponto de partida na busca de tal entendimento.

Procuramos ao pesquisar a especificidade dessa categoria, não apenas descrever sua situação como trabalhadora, mas compreendê-la enquanto manifestação concreta das contradições estabelecidas pela relação capital/trabalho no seio da capital paulistana.

O fato de pretendermos estudar o trabalho da mulher constituiu-se num ponto inicial para analisarmos São Paulo sob o ângulo do trabalho, uma vez que este é a essência do desenvolvimento do capital.

11.

ANTONIO, Armando Pereira. **O Movimento Social e a Organização do Espaço Rural nos Assentamentos Populacionais Dirigido pelo Estado: Os Exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990.** Orientador: Mário de Biasi. Doutorado, FFLCH. 1990, 192p.

RESUMO (catálogo de teses: 1990/Usp)

O trabalho faz uma análise sobre o movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado, na alta Sorocabana, - Oeste Paulista, além do histórico dos movimentos sociais rurais - que resultou na concretização dos assentamentos de

camponeses - foram analisados: a lógica desses movimentos no contexto da agricultura brasileira e os elementos estruturais da produção camponesa, salientando as especificidades da reprodução desse processo numa região predominantemente marcada pela irregular ocupação de terras públicas por grileiros e latifundiários. Analisa, ainda, o papel do Estado que contraditoriamente, cooptado pelos grupos hegemônicos regionais, promoveu o desmembramento de algumas áreas do latifúndio criando os minifúndios; permitiu, também, que o território deixasse de ser público, assim, o Estado demonstrou que tem uma postura clara de incorporar as reivindicações e manter o controle das aspirações camponesas. O Estado, é permeável aos interesses das classes populares, - camponesas - devido a uma pressão dessas. A solidificação dos assentamentos de camponeses demonstra que o Estado promove políticas a favor das classes dominantes e formula planos para as classes subalternas. Os assentamentos Rebojo, XV de Novembro, Lagoa São Paulo e Rosana são resultados da luta camponesa pela posse da terra e trabalho.

12.

ANTUNES, Ricardo L.C. *As Formas da Greve (O Confronto Operário no ABC Paulista: 1978/80)*. Orientador: Paulo Argimiro da Silveira Filho. Doutorado, FFLCH. 1986, 254p.

RESUMO (apresentação)

A idéia de desenvolver este trabalho nasceu nos idos de 1979 e 1980 (...) - contemplava o reemergir vigoroso e pujante do movimento operário, numa ação desencadeada a partir das greves metalúrgicas do ABC paulista. Foi dentro desta contextualização e com esta motivação que nasceu, de maneira intensa, a idéia de refletir sobre a atuação recente do proletariado brasileiro.

Como foi prioritariamente através da greve que se expressou este ressurgimento social e político, esta temática converteu-se no objeto central do nosso trabalho: estudar as greves recentes no Brasil ou, mais especificamente, entender o significado do ciclo grevista desencadeado pelo proletariado metalúrgico do ABC paulista, durante o triênio 1978/80, momento marcado pela realização de três significativas paralisações.

13.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira. *Imprensa Sindical: Instrumento de Ação e Objeto de Conhecimento (1976-1990)*. Orientador: José Marques de Melo. Doutorado, ECA. 1991, 313p.

RESUMO (extraído do CD-ROM)

A tese estuda a imprensa sindical de trabalhadores no Brasil, no período de 1976 a 1990, através dos jornais de dois importantes sindicatos: o Metalúrgico, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Para atingir o objetivo a pesquisa desenvolve, com apoio teórico-metodológico, uma contextualização da junção entre parte gráfica e conteúdo dos jornais e procede a análise do seu discurso. Como resultado tem-se a formulação e demonstração de paradigmas explicativos para a imprensa dos sindicatos. São enfatizadas as particularidades daquele processo de comunicação, a natureza social dos seus protagonistas e a ação sindical de que é portador em diferentes momentos da conjuntura sócio-política do país.

14.

ARDAILLON, Danielle. *O Cotidiano de Mulheres Profissionais: O Engodo do Individualismo*. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Mestrado, FFLCH. 1989, 230p.

RESUMO (introdução)

No Capítulo 1, relato a pesquisa em que se baseou a minha reflexão. Refaço o caminho da formulação das hipóteses e descrevo a pesquisa de campo. (...)

No Capítulo 2, mostro que a intensificação do desenvolvimento capitalista da economia brasileira e a urbanização acelerada propiciaram mudanças estruturais, observáveis, notadamente, pela evolução dos dados relativos às mulheres nas seguintes dimensões: estrutura do emprego, sindicalização, educação formal, taxa de fecundidade e participação política. (...)

No Capítulo 3 inicio a análise do discurso das informantes profissionais e mães sobre as relações concretas e ambíguas que mantêm com o seu trabalho: fundador de sua identidade como profissional e sujeito social atuante, e ao mesmo tempo promotor de uma des-identificação com os papéis tradicionalmente atribuídos à mulher. (...)

No Capítulo 4, através da etnografia da tecnologia do congelamento de alimentos, penetro na cozinha e em mais algumas contradições, como aquelas contidas na relação com as empregadas domésticas.

No Capítulo 5, examino o que é dito sobre a vivência da eternidade, vista como uma inter-relação dinâmica de indivíduo para indivíduo e não apenas como 'mais um papel', e, com isto, de que maneira se redimensiona toda a vida doméstica. (...)

No Capítulo 6, discuto as colocações de alguns autores que têm refletido sobre o embasamento liberal do feminismo e suas conseqüências. O questionamento teórico do individualismo aponta rumos alentadores par a teoria feminista e para a transformação das relações entre indivíduos masculinos e femininos.

15.

BAGGIO, Ulysses da Cunha de. *Dinâmica das Transformações Sócio-Espaciais das Formas de Submoradia no Município de São Paulo*. Orientador: Francisco Capuano Scarlato. Mestrado, FFLCH. 1995, 177p.

RESUMO (CD-ROM)

O trabalho em questão se propõe a analisar a evolução das formas de submoradia - favela, cortiço, autoconstrução - na cidade de São Paulo. Neste sentido, a análise tem seu ponto de partida no final do século XIX, com a penetração do capitalismo industrial no Brasil, momento em que se detecta a emergência do problema habitacional com o aparecimento da figura do cortiço, a primeira e mais antiga das modalidades de submoradia no país. A análise prossegue no percurso do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao longo do qual se produzem as outras duas formas de síntese, buscamos avaliar e identificar produção de impasses proletarizados no contexto da moldura mais ampla da cidade. Configura-se, portanto, constituição histórica-territorial de uma cidade paralela precária, clandestina e ilegal. Assim, algumas questões se colocam na pesquisa como extremamente importantes, isto é, o papel desempenhado pelo Estado no processo, a atuação dos movimentos organizados de luta pela moradia e as perspectivas no tratamento do problema, onde destacamos a questão da autogestão e da descentralização.

16.

BARAGLIA, Mariano. *Poder na Igreja e as Comunidades Eclesiais de Base*. Orientador: Lisias Nogueira Negrão. Doutorado, FFLCH. 1991, 444p.

RESUMO (CD-ROM)

Objetivo principal deste trabalho é o de compreender até que ponto a hierarquia da Igreja está disposta a proporcionar aos leigos engajados as CEBs uma efetiva participação no poder de decisão. Uma análise das atividades destes leigos, assim como aparecem nos documentos publicados por ocasião dos encontros intereclesiais, leva a crer que também eles não pleiteiam uma real participação no tríptico campo do culto, do magistério e do governo. Orientados quase que, exclusivamente, a lutar contra a opressão sócio-econômica, não se preocupa, com o autoritarismo

da Igreja tradicional. Nas ocasiões em que suas críticas, dirigidas à hierarquia, tornam-se manifestas, sua voz é abafada pelos próprios assessores que, de um lado, julgam indispensável o apoio da hierarquia e, de outro, acreditam que o novo modelo de Igreja-povo (modelo realmente democrático) somente poderá afirmar-se em decorrência das mudanças sociais.

17.

BARBAN, Vilma Aparecida. O Trabalhador Rural da Agroindústria Canavieira Empresarial do Estado de São Paulo. Orientador: José César Aprilanti Gnaccarini. Mestrado, FFLCH. 1989, 143p.

RESUMO (introdução)

Os movimentos grevistas dos trabalhadores assalariados rurais paulistas, que se iniciaram em 1984, somava-se a tantos outros movimentos urbanos de trabalhadores e da sociedade civil que, desde 1978, afloravam nas fábricas, bairros, associações, escolas, além dos movimentos gerais, como os pelas liberdades e anistia políticas, contra a carestia, etc.

Os bóias-frias, como são comumente chamados, até as vésperas dos acontecimentos poderiam ser retratos como a imagem da impotência (...). Em maio/84, grande parcela destes trabalhadores, de diferentes procedências e relações com as empresas, extravasaram direitos de que se julgavam portadores (...)

O objetivo desse estudo é descrever algumas das conseqüências das modificações ocorridas na agricultura paulista, nas últimas décadas, sobre as formas de emprego e a situação de trabalho e de vida dos assalariados rurais.

Nossa pesquisa foi realizada particularmente com os assalariados que compõem as turmas de trabalhadores que se deslocam das periferias urbanas para as frentes de trabalho rurais, os chamados 'bóias-frias', da agro-indústria canavieira, da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

18.

BARREIRA, César. Conflitos Sociais no Sertão. Trilhas e Atalhos do Poder. Orientador: Paulo Silveira Filho. Doutorado, FFLCH. 1987, 369p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho pretende analisar o comportamento político dos proprietários de terra e trabalhadores rurais do Sertão do Ceará, como manifestação singular de um processo de reprodução de poder (...)

A idéia primeira do trabalho era situar os movimentos sociais dos camponeses do sertão nordestino na diversidade dos movimentos sociais rurais no Brasil. Percebemos, de início, que o tom da realidade que se pretendia desvendar, era dado por uma estrutura de poder forte, definidora da região e expressa pela figura do 'coronel'.

O questionamento passou a ser, então, sobre as possibilidades efetivas para o camponês abrir espaço próprio de atuação dentro dessa estrutura de poder e, ao mesmo tempo, sobre a capacidade desta se redefinir frente a pressões sociais e conflitos voltados para a superação da dominação.

19.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Refazendo a Política: As Múltiplas Faces do Movimento Social Urbano. Orientador: Henrique Rattner. Doutorado, FFLCH. 1987, 321p.

RESUMO (introdução)

A preocupação primordial desta Tese move-se no universo da articulação entre movimentos urbanos e política, compreendida não só através das atividades referidas de forma imediata ao Estado e à regulação legal, senão também à política como produto da experiência vivida, elaborada e traduzida em práticas sociais. (...)

O cenário para a análise que se desenvolve neste trabalho ocorre em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará-Brasil (...).

Em síntese, os elementos substanciais desse trabalho estão na investigação do processo amplo de politização que se efetiva na esfera da vida urbana, tendo como protagonistas essenciais os moradores organizados em instâncias associativas.

20.

BASTOS, Elide Rugai. Ligas Camponesas: Estudo sobre a Luta dos Camponeses em Pernambuco. Orientador: José Augusto Guilhon Albuquerque. Mestrado, FFLCH. 1980, 185p.

RESUMO (apresentação)

No conjunto das lutas sociais no campo no Brasil, as Ligas Camponesas assumem especial importância, na medida em que encaminham a discussão de temas fundamentais, dos quais o principal é, sem dúvida, o da posse da terra. Essa importância se evidencia tanto pela radicalização da ação das bases do movimento, quanto pela posição assumida pelas classes dominantes, face aos problemas sociais levantados. Precisar o papel dos agentes dessa mobilização, em cada um desses pontos, é o objetivo deste trabalho.

21

BAVA, Sílvio Angrisani Caccia. Práticas Cotidianas e Movimentos Sociais - Elementos para Reconstituição de um Objeto de Estudo. Orientador: Lúcio Félix Frederico Kowarick. Mestrado, FFLCH. 1983, 217p.

RESUMO (introdução)

O tema abordado ainda é pouco explorado pelas ciências sociais no Brasil: é a dimensão política das práticas sociais cotidianas dos trabalhadores. O período é a primeira metade dos anos 70. A região é localizada na periferia da zona sul de São Paulo.

A tese está organizada da seguinte forma: o capítulo I traz os referenciais teóricos que me instrumentam para a análise dos acontecimentos; o capítulo II descreve as condições de vida e trabalho imperantes nesta fase de auge do autoritarismo (...) novas formas de sociabilidade, organismos de base e práticas que rompem com a privatização da vida social, tema que é desenvolvido no capítulo III; o capítulo IV reconstrói um movimento social urbano: a luta pela melhoria dos transportes, que se dá a nível regional, e discute seu significado político, seus desdobramentos; o capítulo V, outro estudo de caso (...) a partir da problematização de suas condições de vida, se organiza e vem a integrar o movimento regional de transportes; por fim, no capítulo VI, discuto alguns problemas teóricos...

22

BEGA, Maria Tarcisa Silva. Participação Comunitária: Dimensões da Institucionalização. Orientador: Paulo Argemiro Silveira Filho. Mestrado, FFLCH. 1990, 183p.

RESUMO (introdução)

A hipótese que norteia essa investigação é que ao PMDB interessava naquele momento {governo Richa-Paraná} criar um espaço dentro da estrutura governamental {Secretaria Especial para Assuntos Comunitários} que funcionasse como ancoradouro às manifestações e reivindicações

dos setores organizados das classes subordinadas. Esse espaço permitiria ao governo continuar com programas e ações tradicionais, sem mudanças fundamentais no estilo de governar, mas com um discurso 'novo' pelo qual a população é chamada a opinar.

Uma vez institucionalizada, como a Secretaria encaminha, ao longo dos quatro anos de governo a relação entre ela e os movimentos sociais? é necessário resgatar como constrói a sua existência enquanto espaço de mediação entre o Estado e os movimentos; quais os conflitos daí advindos e como trata da mediação entre interesses tão diferenciados. Isso porque no Estado coexiste uma diversidade de projetos, programas e interesses pessoais e políticos, enquanto na esfera dos movimentos sociais é a heterogeneidade (de interesses, objetivos e estratégias) que os unifica.

23

BENEDETTI, Luiz Roberto. Templo, Praça, Coração. A Articulação do Campo Religioso Católico. Orientador: Lisias Nogueira Negrão. Doutorado, FFLCH. 1988, 530p.

RESUMO (introdução)

O mesmo campo de estudo aparece visto sob três ângulos diferentes de aproximação. O primeiro é uma tomada de corpo inteiro e constitui a primeira parte da tese, um painel interpretativo da 'grande mudança' dos anos 50/60, desembocando nos conflitos intra-eclesiais do final dos anos 70 e início dos 80. Anos que foram vistos como de uma virada histórica decisiva por parte da Igreja Católica, virada antecipada pela Ação Católica especializada e continuada pelas comunidades de base. Aqueles que viram uma 'virada' esqueceram-se dos movimentos, mais especificamente do Movimento por um Mundo Melhor. (...)

Os movimentos são analisados na segunda parte, ao lado das paróquias, ponto de referência da ação da Igreja Católica em três situações distintas: no centro urbano, nos bairros de classe média baixa e nos bairros de classe média alta.

Mas, movimentos e comunidades de base cresceram juntos e estas nos colocam a necessidade de um terceiro ângulo de aproximação. Na periferia, em processo de expansão incontrolado, estão as comunidades de base e seus problemas: dificuldade crescente de renovação de seus quadros, a suspeita permanente sobre suas atividades e os impasses provenientes de uma politização exógena. Elas levaram (literalmente) a Igreja às praças e enfrentam o dilema de ter de voltar ao templo. Seu estudo constitui a terceira parte da tese.

24

BERBEL, Márcia Regina. Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira, 1978 -1980. Orientador: Suely Robles Reis de Queiroz. Mestrado, FFLCH. 1991, 147p.

RESUMO (CD-ROM)

Este trabalho recupera a articulação da proposta do Partido dos Trabalhadores nos anos de 1978, 1979, 1980. Em 1978, a proposta partidária foi lançada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, um mês após a realização das primeiras greves naquela cidade. Em 1980, também no período imediatamente posterior ao movimento grevista na cidade, ocorre a formalização do Partido no cenário nacional com a aprovação do primeiro programa. A experiência grevista, proibida por lei, ao enfrentar o regime militar durante três anos, atraiu diversos outros setores da sociedade que se manifestavam em solidariedade. Tal experiência, permitiu a direção da greve ser o centro gravitacional de uma nova proposta partidária que atrairá diferentes setores da esquerda brasileira. O movimento pelo novo partido contaria com sindicalistas que se indispunham com a estrutura sindical oficial; com diversos agrupamentos da esquerda

clandestina que ainda se recuperavam das experiências de 1968; com intelectuais e setores da esquerda do MDB, o partido oficial da oposição e, ainda, com setores da Igreja Católica. A origem do partido revela uma ruptura no padrão tradicional de organização política do país. No entanto, a combinação destes elementos díspares marcará as indefinições programáticas do PT e a conservação de algumas polêmicas que lhe antecedem.

25

BERRIEL, Maria Maia de Oliveira. A Identidade Fragmentada. As Muitas Maneiras de ser Negro. Orientador: Borges Pereira. Doutorado, FFLCH. 1988, 180p.

RESUMO (introdução)

...nos voltamos para os movimentos de consciência negra, manifestados através de grupos e entidades, observando, neste novo processo, as mudanças obtidas, a disposição e a atuação dos participantes para empreenderem essa transformação e os efeitos desta modificação nos valores selecionados e na solidariedade étnica.(...)

Neste trabalho, depois de passar pela avaliação de etnicidade e da cultura brasileira, detenho-me na busca da identidade.

26.

BLASS, Leila Maria da Silva. Imprimindo a própria História: O Movimento dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo no final dos anos 20. Orientador: Braz José de Araújo. Mestrado, FFLCH. 1982, 145p.

RESUMO (apresentação)

Muitas surpresas e algumas intenções marcaram o desenrolar da pesquisa, que realizei, sobre o final dos anos 20 no Brasil. Surpresas no sentido de se observar a presença no cenário político dos anos de 1927 a 1928, no Rio de Janeiro, da legenda do Bloco Operário e Camponês, e uma grande agitação sindical particularmente em São Paulo, em 1928 e 1929. Algumas intenções que, na verdade, nada mais são do que antigas preocupações, logo começaram a se esboçar nas incursões iniciais pela imprensa operária. Uma delas, no entanto, acabou por ficar mais clara, qual seja: a necessidade de se conhecer mais de perto a atuação e organização operária e sindical no final dos anos 20.

Esta análise pretendo desenvolver neste trabalho, porém restrita ao movimento sindical de São Paulo e tendo como referência a atuação dos trabalhadores gráficos paulistas. Estes lideram, em certa medida, do ponto de vista político, aquele movimento, perpassando, assim, todos os problemas que atingem, em maior ou menor grau, o conjunto do operariado urbano no período compreendido entre 1928 e a promulgação das primeiras leis trabalhistas e a sindical, em março de 1931, pelo governo Getúlio Vargas. Seria, portanto, uma tentativa de se recuperar e registrar uma pequena parcela das lutas e conquistas operárias no momento em que se verifica uma profunda crise política, que atravessa a sociedade brasileira. E, neste sentido também, tentar analisar o papel desempenhado pelo movimento operário e sindical na solução e encadeamento dessa crise política e, ao mesmo tempo, resgatar sua organização sindical e política, e, as suas relações com o empresariado e Estado.

27.

BLASS, Leila Maria da Silva. Greve dos Bancários - São Paulo, 1985. As Faces de um Movimento. Orientador: Elizabeth de Souza Lobo Garcia. Doutorado, FFLCH. 1990, 2v.

RESUMO (CD-ROM)

Partindo de uma reconstituição da paralisação nacional dos bancários de 1985 em São Paulo, este estudo rediscute a tradição sociológica de análise dos movimentos grevistas no Brasil, bem como a noção de greve que a informa. A proposta seria explorar a dupla perspectiva de uma greve, ou seja, enquanto meio de pressão (conflito) e modo de expressão política e cultural dos seus protagonistas numa dada sociedade e em um determinado momento histórico, tendo em vista essas considerações. Este estudo busca apreender a dinâmica internas da greve bancária em 1985, as representações dos trabalhadores nela envolvidos sobre sua condição e lutas recentes. Nessa medida, aponta a importância de explorar em pesquisas referentes a história social brasileira a relação entre cultura e ação política dados que essas dimensões estão presentes nas falas e práticas sindicais. A festa em que se transforma o movimento aqui tematizado, pode assim ser considerada uma das expressões dessa problemática.

28.

BLAY, Eva Alterman. A Mulher e o Trabalho Qualificado na Indústria Paulista. Orientador: Joly Gouveia. Doutorado, FFLCH. 1972, 2v

RESUMO (apresentação)

...hipóteses, problemas e indagações, são abordados neste trabalho em 6 partes. Na Parte I fixa-se a perspectiva teórica pela qual se encara o trabalho qualificado. Na Parte II apresenta-se a investigação dos aspectos quantitativos do trabalho feminino em regiões industrializadas e não industrializadas, urbanizadas e não urbanizadas. Na Parte III procura-se discernir, por uma análise qualitativa, quais as posições sociais que a mulher ocupa em diferentes sociedades.

Na Parte IV se analisa o processo de industrialização no Brasil, acentuando aqueles aspectos que dizem respeito ao trabalho feminino. Procura-se traçar a estrutura de incorporação da mulher qualificada ao trabalho industrial através dos dados coletados (...).

Na Parte V e VI procede-se a uma análise das características sócio-econômicas da mulher trabalhadora e de suas atitudes perante o trabalho.

29.

BOITO JR. Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Doutorado, FFLCH. 1988, 378p.

RESUMO (introdução)

O tema deste estudo é o sindicalismo de Estado no Brasil. Mais precisamente, a estrutura do aparelho sindical oficial, a ideologia sindical que lhe corresponde e os efeitos dessa estrutura e dessa ideologia sobre a organização e a ação sindical dos trabalhadores brasileiros. (...)

No plano teórico mais geral, a originalidade que reivindicamos para as teses que iremos desenvolver, advém da aplicação, na análise do sindicalismo de Estado brasileiro, da versão estrutural da teoria marxista ...

30.

BONDUKI, Nabil Geoges. Construindo Territórios de Utopia: A Luta pela Gestão Popular em Projetos Habitacionais. Orientador: Gabriel Bolaffi. Mestrado, FAU. 1986, 309p.

RESUMO (apresentação)

Além da introdução e conclusão, este trabalho compõe-se de quatro capítulos.

Começo, depois destas explicações gerais e introdutórias, situando o contexto em que surgiram os movimentos de moradia, em particular os que assumiram a perspectiva

autogestionária. Apresento a conjuntura econômica do início dos anos 80, a crise de moradia, as ocupações de terra e um breve retrospecto dos movimentos sociais urbanos em São Paulo e suas perspectivas recentes no quadro das transformações políticas da sociedade brasileira para, em seguida, mostrar como estes fatores econômicos, sociais e políticos definiram um contexto favorável à emergência de movimentos que lutam para autogerir o projeto habitacional. Ainda neste capítulo traço um histórico das várias articulações que geraram estes movimentos.

Nos capítulos 3 e 4 são expostos os estudos de caso do Recanto da Alegria e Grajaú com o objetivo de descrever e analisar uma gama variada de aspectos relevantes para este estudo.

No capítulo 5 analiso as propostas de política habitacional formuladas pelos movimentos, centrando-me naquelas que podem ser consideradas as mais polêmicas como a opção pela casa própria, mutirão e autogestão. O objetivo é discutir as razões concretas que levam os movimentos a optarem por estas alternativas e a sua validade no âmbito de uma política habitacional de caráter social.

Na conclusão discuto a importância dos movimentos de moradia estudados na construção de NOVOS POLOS de organização a nível do local de moradia, capazes de, a nível micro, ir criando alternativas de modo de vida que se contraponham às estruturas de controle e poder que submeteu o cotidiano dos indivíduos na sociedade brasileira.

31.

BOTELHO, Ester Zita Fenley. População de Baixa Renda, Problema Habitacional e Participação: um Estudo Psicossocial. Orientador: Eclea Bosi. Mestrado, IP. 1982, 170p.

RESUMO (CD-ROM)

Pesquisa exploratória realizada junto a 28 famílias de baixa renda residentes em São Paulo, visando discutir aspectos subjacentes a participação dessa camada da população no meio urbano, discute-se, a partir dos depoimentos, os problemas identificados como prioritários no âmbito da habitação e sua inserção no cotidiano dessas pessoas. Investiga-se também a relação entre o indivíduo e o meio urbano através de instrumento de expressão não-verbal (maquetes de casa e vizinhança). Aponta como linha de pensamento emergente o caráter eminentemente coletivo da participação, vinculando o processo individual da conscientização à dinâmica dos movimentos sociais em cada momento histórico.

32.

BRESCIANI, Luís Paulo. Tecnologia, Organização do Trabalho e Ação Sindical. Da Resistência à Contratação. Orientador: Afonso Carlos Corrêa Fleury. Mestrado, EP. 1981, 279p.

RESUMO (CD-ROM)

Buscamos no presente estudo analisar a ação do movimento sindical brasileiro face aos processos de inovação tecnológica e às mudanças na organização do trabalho industrial. A análise é particularmente centrada na reestruturação baseada na automação microeletrônica e nas novas formas de organização e gestão do trabalho e da produção.

Enfatizamos o caso da indústria metalúrgica situada em São Bernardo do Campo e Diadema, também em função de sua organização sindical, e assumimos como hipóteses centrais:

- o envolvimento sindical permanente com a temática do processo de trabalho;
- a relevância dos exemplos contemporâneos ao nível internacional;
- a passagem de um postura resistente às mudanças para a busca de influência e controle sobre o processo inovativo;
- a defesa de princípios organizacionais pautados no interesse dos trabalhadores por maiores níveis de autonomia, satisfação e segurança no trabalho;

- a existência de significativos efeitos sobre a Engenharia de Produção Brasileira.

A partir da análise documental, bem como da elaboração de uma tipologia referente à ação sindical frente ao processo inovativo, buscamos refletir sobre esta intervenção dos trabalhadores, verificando o tipo de influência perseguida, suas formas de conquista e exercício, bem como as mudanças ocorridas no cenário institucional e nos sistemas produtivos.

33.

BUTTONI, Dulcília Helena Schroeder. Mulher de Papel. A Representação da Mulher na Imprensa Feminina Brasileira. Orientador: João Alexandre Costa Barbosa. Doutorado, FFLCH. 1980, 222p.

RESUMO (introdução)

...este trabalho busca detectar ideologia. O fundamental é pesquisar a imagem (ou as imagens) da mulher transmitidas pelos veículos especializados em públicos femininos, desde o início desse tipo de imprensa no Brasil. Em outras palavras, buscamos a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. Ou ainda, os significados desse conceito - mulher - que também é a razão de ser de todos esses veículos. Que estereótipos, modas, modelos, modismos, estrangeirismos, nacionalismos, enfim, qual a ideologia que foi transmitida em mais de um século, período de grandes transformações em nossa sociedade? Em que medida a imprensa, como fator cultural, difundiu conteúdo que influíram na formação da consciência da mulher brasileira?

34.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. Movimento dos Professores Gaúchos 1972 -1991: A Difícil Trajetória da Questão Democrática. Orientador: Celso Frederico. Doutorado, ECA. 1994, 278p.

RESUMO (CD-ROM)

O objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória da questão democrática no movimento dos professores da rede pública estadual gaúcha, entre o final dos anos 70 e início dos anos 90. Este movimento é, aqui considerado como um caso típico do sindicalismo dos chamados assalariados de classe média, que se constituíram em uma das bases sociais do movimento sindical brasileiro da década de 80. Para esta análise, parte-se de uma concepção geral de democracia como a articulação entre a participação direta e a mobilização das diferentes classes e setores de classe garantidas pelos direitos civis _ e sua representação e negociação, tendo como arena mais geral de solução dos conflitos o sistema de governo representativo. Por meio do qual o movimento dos professores gaúchos, através do diálogo e do conflito entre grupos de lideranças liberais e socialistas, iniciou uma mudança em sua posição frente ao tema da democracia, substituindo a relação de oposição estabelecida, inicialmente, entre as práticas da participação direta e da representação da categoria e entre sua mobilização e a negociação com o governo, por uma relação de articulação.

35.

CALIO, Sônia Alves. Relações de Gênero na Cidade. Uma Contribuição do Pensamento Feminista à Geografia Urbana. Orientador: Maria Adélia Aparecida de Souza. Doutorado, FFLCH. 1991, 193p.

RESUMO (CD-ROM)

Esta tese integra os primeiros passos da Geografia de Gênero no Brasil. Entendendo Geografia de Gênero como o estudo das desigualdades sócio-espaciais advindas não só das

diferenças sociais, mas também das relações de poder entre os gêneros. Esse trabalho pretende contribuir para a elaboração de uma teoria sobre a questão da mulher no espaço urbano, necessária ao aprofundamento mais amplo e real das estruturas que produzem o sistema urbano. E, dessa forma, soma-se aos recentes esforços em renovar a Geografia, através do estudo das formações sócio-espaciais que buscam assimilar conjuntamente a história da produção e a história do espaço humano, incorporando a questão de gênero. O objeto de estudo é pensar a cidade ao feminino: o instrumental teórico foi buscado nas teses do pensamento feminista.

36.

CAMPILONGO, Maria Assunta. Sindicato e a Fábrica: A Nova Expressão da Luta de Classe no Movimento Operário-Sindical Recente, 1978-1985. Orientador: Lúcio Felix Frederico Kowarick. Doutorado, FFLCH. 1988, 238p.

RESUMO (introdução)

Analisamos neste estudo de caso, como se expressou, no movimento sindical recente no Rio Grande do Sul, de 1979 a 1985, a idéia simbólica das oposições sindicais: sindicato somos nós organizados na fábrica.

37.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Escola e Participação Popular: a Luta por Educação Elementar em Dois Bairros de São Paulo. Orientador: Aparecida Joly Gouveia. Doutorado, FFLCH. 1982, 2v.

RESUMO (apresentação)

O desenvolvimento da pesquisa, no ano de 1980, através do estudo de caso de dois bairros da zona rural de São Paulo _ Pirajussara e Guarapiranga -, permitiu que se desvendasse um aspecto até então relativamente pouco conhecido do problema: a história da luta pelo acesso a escola, realizada através de sucessivas mobilizações da população. Em uma das áreas, essa história incluía até mesmo uma tentativa organizada de participar na gestão da escola, através da Associação de Pais e Mestres. Permeando todos os episódios, inclusive aqueles que ocorreram durante a época da pesquisa, aparecia nítido e forte o conflito aberto entre a população e a escola.

A história da luta pela escola tornou-se então o eixo principal do trabalho. (...) Tornava-se necessário, a partir da sistematização dos dados da pesquisa, explorar as origens dessas tentativas de conquista da escola por parte das camadas populares e estabelecer, ainda que tentativamente, suas ligações com a questão mais ampla da participação popular nas diversas esferas da sociedade.

38.

CAMPOS, Rogério Cunha de. Cenas da Educação Brasileira, Lutas e Desgoverno nos anos 80 na Grande Belo Horizonte. Orientador: Celso de Rui Beisiegel. Doutorado, FE. 1992, 423p.

RESUMO (extraído do CD-ROM)

Estudo das lutas por acesso e permanência na escola pública empreendidas por trabalhadores pobres, moradores de bairros periféricos da grande Belo Horizonte, nos anos 80, seqüência de pesquisa anterior exposta in a Luta dos Trabalhadores pela Escola (ed. Loyola, 1989). As reivindicações sociais por educação escolar se expressam através de uma série de movimentos de base local, que atravessam a década. Os professores da rede pública se constituem em seus principais parceiros em meio as contradições que envolvem as relações entre trabalhadores da educação e usuários da escola pública. Na segunda metade da década, a administração Newton

Cardoso imprime uma caráter peculiar às relações entre o Estado e os movimentos sociais. Fortalece-se o clientelismo nas políticas públicas. A ação estatal é caracterizada pelos atores sociais como desgoverno, tais os prejuízos causados ao sistema público de educação. Esse processo traz novos desafios para os movimentos sociais que reinterpretam suas experiências, definem parcerias e constituem elementos de uma nova cultura política.

39.

CAÑEDO, Leticia Bicalho. **O Sindicalismo Bancário em São Paulo, no Período de 1923 - 1944: seu Significado Político**. Orientador: Uacury Ribeiro de Assis Bastos. Mestrado, FFLCH. 1977, 264p.

RESUMO (introdução)

Esta pesquisa não tem outra ambição que a de oferecer alguns dados históricos novos e algumas hipóteses exploratórias para o prosseguimento dos estudos sobre o sindicalismo brasileiro.(...) Não ousei supor que este Sindicato fosse representativo da totalidade dos bancários paulistas. No entanto, as características da incipiente industrialização brasileira do período, da sociedade nacional e desse Sindicato Bancário em particular fizeram dele um caso interessante como ilustração de um fenômeno singular: um certo momento (1933-1935), pretendeu organizar o proletariado paulista em nível estadual, e conseguiu, junto com o Sindicato dos Bancários do Rio, e do sindicato dos Bancários de Santos, organizar os bancários em nível nacional, além de liderar (em 1935) a formação de uma Confederação Sindical.

40.

CAÑEDO, Leticia Bicalho. **Bancários: Aspirações de Carreira, Organização Sindical e Participação Política (Estudo sobre a Ação Sindical dos Bancários Brasileiros no Período de 1923-1978)**. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Doutorado, FFLCH. 1982, 378p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho é continuação de uma pesquisa realizada por mim sobre a organização sindical dos bancários paulistas no período de 1923-1944. A presente investigação considera o significado político dessa organização em duas fases da história política brasileira: o período da implantação do regime político de 1946 até a sua crise e o período pós 1964 até os dias de hoje. (...)

Assim, o corpo o trabalho ficou dividido em duas partes: a primeira trata da centralização do movimento bancário brasileiro e sua posterior atomização, após o movimento civil-militar de 1964; a segunda procura comprovar, através do Sindicato de São Paulo, a representatividade sindical descrita na parte anterior

41.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Petroleiros de Paulínia: Participação, Consciência e Identidade**. Orientador: Brasílio João Sallun Júnior. Mestrado, FFLCH. 1991, 275p.

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre identidade e ação coletiva dos trabalhadores, com base num estudo de caso de uma greve de petroleiros ocorrida em 1983, em Paulínia, região de Campinas. Na introdução, faço uma resenha crítica da racional choide, para mostrar que, entre os trabalhadores, esta abordagem teórica da conta de descrever a ação coletiva, mas não explicá-la. Em seguida, em capítulos sucessivos, caminho na análise rasteira da identidade como aquilo quem

um determinado coletivo compartilhado, de modo a poder dizer se nós e, por isso mesmo, como sendo um conceito que se refere a certas estruturas de orientação quanto ao posicionamento no mundo daqueles que se acham membros do grupo; passo por uma descrição do conteúdo deste compartilhado, analisando a forma como ele se consubstancia em determinadas formas de se ler e de atuar no mundo cotidiano, seja o mundo do trabalho, seja o mundo sindical; finalmente investigo como este compartilhado determinados conteúdos pode encaminhar a ações coletivas. Na conclusão, discuto os limites da forma como grupo dirigentes sindicais com que se trabalhou encara a relação entre identidade e ação coletiva. Pretende que a identificação daqueles limites contribua para sedimentar o terreno em que formulo uma hipótese a respeito de como se deve entender aquela relação.

42.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Nas Teias da Modernidade: Pragmatismo Sindical e Democratização no Brasil**. Orientador: Brasílio João Sallum Júnior. Doutorado, FFLCH. 1995, 283p.

RESUMO (CD-ROM)

Analisa o sindicalismo de resultados como forma inovadora de organização da classe trabalhadora. Vincula o seu surgimento ao processo recente de democratização da sociedade brasileira mostra, porém, que não é expressa de vanguarda desse processo, pelo contrário, a tese procura mostrar que o sindicalismo de resultados mal rompe com o padrão oligarquico de domínio político vigente no país.

43.

CARDOSO, Alcina Maria de Lara. **Imprensa Sindical em Tempo de Esperança: O Metalúrgico e o Nacionalismo-Desenvolvimentista 1951-1964**. Orientador: José Marques de Melo. Doutorado, ECA. 1992, 273p

RESUMO

Trata-se de um trabalho interdisciplinar envolvendo a Ciência da Comunicação e a História, com o propósito de evidenciar a imprensa de trabalhadores como uma das formas de conhecimento da trajetória do movimento sindical no Brasil. Foi feita uma análise da imprensa sindical, de 1951 a 1964, através do jornal o Metalúrgico publicado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo. Nesse período o jornal exerceu o papel de instrumento de ação do sindicato, defendeu os trabalhadores e apoiou o nacionalismo-desenvolvimentista, como parte de seu projeto sindical.

44.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência**. Orientador: Zilda Márcia Gricoli Iokoi. Mestrado, FFLCH. 1995, 219p.

RESUMO (apresentação)

A nossa preocupação, neste trabalho, é compreender a inserção das comunidades negras remanescentes de quilombos nesse processo de modernização do Vale do Ribeira. Quais os problemas vivenciados por elas frente a esse movimento que encerra os caminhos e descaminhos da modernidade no Brasil e no Vale do Ribeira? Como se constitui o movimento social negro pelo reconhecimento de suas terras como remanescentes de quilombos? Quem são e o que representam os seus mediadores?

45.

CARVALHO, Raul de. Gemendo e Chorando nesse Vale de Lágrimas. Aspectos da Ação da Hierarquia da Igreja Católica Junto às Classes Subalternas da Cidade de São Paulo entre 1930 e 1936. Orientador: José Sebastião Witter. Mestrado, FFLCH. 1987, 189p.

RESUMO (capítulo 1)

... dois aspectos considerados indispensáveis para a exposição dos resultados da pesquisa desenvolvida: as origens e principais traços característicos do catolicismo social em sua formulação européia e, a percepção da Igreja Católica no Brasil, na virada e começo do século atual, sobre as classes subalternas.

46.

CHAIA, Miguel Wady. Conhecimento e Organização Sindical. A Trajetória do DIEESE. Orientador: Gabriel Cohn. Doutorado, FFLCH. 1988, 285p.

RESUMO (introdução)

No presente estudo a resistência dos trabalhadores não se dá no nível simbólico, mas materializa-se em uma organização (...).

É a análise de uma instituição específica, sui-generis e inesperada ao se considerar a estrutura sindical imposta ao país, abordada ao nível interno e nas suas relações com o meio sindical e com a sociedade. Trata-se de entender o processo de amadurecimento da classe trabalhadora no país e sua atualização para adequar-se aos desígnios da modernização do Estado e da sociedade brasileira.

Especificamente, este trabalho trata do DIEESE desde a sua fundação, em novembro de 1955, até o presente momento.

47.

CHAIA, Vera Lúcia. Os Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul - SP. (1959-1969). Orientador: Mestrado, FFLCH, 1980, 165p.

RESUMO (introdução)

...no presente trabalho pretendo analisar dois movimentos sociais ocorridos na região de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, durante os anos de 1959 e 1960 e 1968 e 1969. Com este propósito, realizo a reconstrução histórica destes movimentos, na tentativa de recuperar a memória e a história das classes subalternas e suas lutas sociais no campo. Neste sentido preocupo-me com a investigação das causas estruturais que provocam os movimentos sociais no campo e com a análise da concepção de mundo e da ação dos elemento e das instituições que atuaram nos movimentos sociais.

48.

CITELI, Maria Teresa. Mulheres e Direitos Reprodutivos na Periferia: Releitura Feminista de um Movimento de Saúde. Orientador: Eva Alterman Blay. Mestrado, FFLCH. 1994, 155p.

RESUMO (CD-ROM)

Esta dissertação apresenta resultados de uma pesquisa que procurou identificar os fatores que limitam ou facilitam as emergências de reivindicações relativas aos direitos reprodutivos, no âmbito do MSZL _ Movimento de Saúde da Zona Leste, na cidade de São Paulo, cuja base social é composta maioritariamente por mulheres. Norteadas pelo conceito de interesses práticos e

estratégicos de gênero. Partiu da premissa de que a noção de igualdade, valor fundamental ao funcionamento do movimento pesquisado, contribuiu para obscurecer as diferenças de gênero, impedindo com isso a emergência de reivindicações específicas das mulheres. Considerou também a possibilidade de os elementos consultivos do MSZL, ou que com eles mantêm relações _ instituições, agentes, forças políticas e Estado _ trazerem consigo influências inibidoras das reivindicações ligadas à saúde da mulher. Buscando os fatores que diminuem a possibilidade de as mulheres lutarem por mudanças sociais e, ao mesmo tempo, beneficiarem-se delas. A pesquisa, inicialmente, dedicou-se a traçar, através de métodos quantitativos, o perfil das/os militantes do MSZL e posteriormente a mapear a presença e identificar os aportes da Igreja Católica, das políticas públicas de saúde e de uma ONG feminista para a penetração do discurso alusivo aos direitos reprodutivos entre as militantes do MSZL.

49.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. **Transformação Social em Questão. As Práticas Sociais Alternativas durante o Regime Militar.** Orientador: Heloisa Rodrigues Fernandes. Doutorado, FFLCH. 1991, 307p.

RESUMO (CD-ROM)

Esta tese é uma reflexão sobre as práticas sociais da luta armada, da contra - cultura e dos movimentos libertários. Cada uma das práticas investigadas mereceu um capítulo próprio, onde foram situadas historicamente, com base nos três principais momentos do período histórico do regime militar. No primeiro momento (1964-1968), a militarização do Estado e da sociedade ainda não estava plenamente configurada, o que só veio a acontecer no momento seguinte, o dos anos de chumbo (1968-1974). No último momento vivido pelo regime militar (1975-1984), ocorreu uma reversão parcial dessa militarização, que resultou no estabelecimento de uma democracia política no Brasil. Segundo a interpretação construída neste trabalho, as práticas sociais alternativas foram capazes de fazer frente a tentativa de terror de Estado de impedir a existência de movimentos de oposição, mas não conseguiram deixar de (re) inventar as significações imaginárias centrais à sociedade brasileira: as categorias do indivíduo e da pessoa.

50.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Estado e os Movimentos Pró-Moradia: A Construção de uma Relação. Democrática.** Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Mestrado, FFLCH. 1992, 195p.

RESUMO (CD-ROM)

Esta dissertação tem por objetivo analisar a relação que se estabelece entre o Estado e três movimentos pró - moradia (Movimento dos Sem Terra, Movimento de defesa do Favelado e o Movimento de Loteamento Clandestino), sob o foco de algumas questões trazidas pela teoria democrática. Trata-se de investigar qual a relevância que certas questões teóricas tem para o processo real, em que estas ajudam a entender fatos da vida política. Foram analisadas, basicamente, quatro questões: a emergência de ações coletivas e a construção de suas respectivas identidades; a importância da participação política nos processos de negociação; o estreitamento das relações dos movimentos com o sistema de representação política e com o estado; e, finalmente, a importância da institucionalização da participação política no processo de construção de uma democracia.

51.

COMIN, Álvaro Augusto. **Estrutura Sindical Corporativa: Um Obstáculo à Consolidação das Centrais Sindicais no Brasil**. Orientador: Antônio Flávio de Oliveira Pierucci. Mestrado, FFLCH. 1995, 176p.

RESUMO (CD-ROM)

A estrutura sindical corporativa, em vigor desde os anos 40, assenta na instituição da unicidade sindical, das contribuições compulsórias e do poder normativo da justiça do trabalho. Legou-se um sindicalismo pulverizado (em milhares de sindicatos) e pouco representativo. No Brasil, os sindicatos exibem enorme dependência do Estado e Grande autonomia em relação às suas bases sociais. As Centrais Sindicais Brasileiras se constituíram sobre esta estrutura corporativa e a despeito da importância que adquiriram nos anos da transição política, enfrentam sérios obstáculos à sua consolidação. Isto porque os sindicatos seguem tendo o monopólio legal da representação trabalhista e todo recurso material e militante. Nesta dissertação, argumento que a menos que as centrais logrem absorver parte do poder de contratação dos sindicatos, surgirão sendo apenas porta-vozes políticas dos sindicatos sem influência real sobre a negociação e definição concreta das formas de uso e remuneração da força de trabalho, bem como a definição das políticas públicas.

52.

COSTA, Cleria Botelho da. **Vozes da Terra Indaiá: O Porto das Esperanças. 1980-1990**. Orientador: Marcos Antônio da Silva. Doutorado, FFLCH. 1993, 291p.

RESUMO (introdução)

Como parte dessa tentativa de contar a história dos lavradores, no começo dos anos 90, moradores de Indaiá, desenvolvi quatro capítulos:

As análises desenvolvidas no primeiro capítulo - *Descobrimo o Caminho* - se voltam sobremaneira pela localização espacial do assentamento de Indaiá (...). Esclareci também que o caminho escolhido foi o trilhar por meio da luta coletiva e, então, tentei identificar o movimento dos sem terra como um movimento social, emergente nos anos 80 e que testemunha uma 'outra história'.

No segundo capítulo - *Desvelando o Sonho* -, falei da chegada dos trabalhadores à terra desconhecida. (...) A intenção foi mostrar que a terra era vivenciada, por eles, como um mito, o qual, pela tradição, pelos ritos, ia se produzindo e se tornando possível.

No terceiro capítulo - *Reconstruindo as Lembranças* -, tive a preocupação em delinear traços do passado daqueles trabalhadores (...).

No capítulo seguinte - *Caminhando nas Pedras* -, o meu olhar se voltou para as práticas de organizações que se mesclam com a luta pela terra desenvolvida por aqueles homens.

53.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **PCB e a Questão do Sindicalismo Rural 1954-1964**. Orientador: Edgard Carone. Doutorado, FFLCH. 1991, 254p.

RESUMO (CD-ROM)

Embora o movimento sindical rural tenha tomado grande impulso somente no início da década de 60, quando a fundação e o reconhecimento de sindicatos por parte do Ministério do Trabalho alcançam um patamar até então desconhecido e se cria um sistema sindical no campo, esse vértice tem sua base construída em meados de 50, mais precisamente a partir dos esforços concentrados do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1953 e 54. Foram eles no sentido de dotar o movimento social no campo de canais de representação através dos quais o trabalhador do campo

pudesse reivindicar, lutar pelos seus direitos e participar da vida política do país. Esses esforços, por sua vez fizeram parte do movimento comunista mais amplo que marcou a sua política na década de 50 e primeira metade dos anos 1960 e entram na composição do quadro teórico e estratégico da revolução brasileira para o período. O núcleo do trabalho é a análise do papel do PCB na montagem desse sistema sindical no campo, e a principal conclusão é a de que a radicalização política leva os comunistas ao isolamento e à perda de influência sobre a sociedade. Por outro lado, a composição, a linha de acumulação de forças, o envolvimento na estrutura sindical existente e o afastamento da estratégia do confronto direto produzem resultados visíveis na faixa do movimento social em que atua.

54.

COSTA, Sérgio Amad. O Estado como Agente do Controle Sindical no Brasil. Um Estudo sobre Três Mecanismos de Coerção - 1960/1964. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Mestrado, FFLCH. 1985, 343p.

RESUMO (introdução)

Partindo do princípio de que o Sindicato deve ser uma entidade representativa, em termos de trabalho, das categorias profissionais, podemos afirmar que as formas de controle do trabalho na fábrica, e nas empresas em geral, estão, de um modo ou de outro, vinculadas à vida sindical. É dentro deste contexto que nos propomos analisar o Estado como agente do controle sindical. É evidente que o instrumento mais eficaz utilizado para conseguir tal controle é a norma jurídica. Ou seja, no caso aqui enfocado, a Legislação Sindical.

55.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo, 1989-1992. Orientador: Regis Stephan de Castro Andrade. Mestrado, FFLCH. 1994, 210p.

RESUMO (CD-ROM)

Analisa de que forma uma mudança ambiental sofrida por partido político é capaz de promover modificações na linha política e na estrutura de poder dessa organização. Mais especificamente, procura compreender como reage um partido gerido e gerado na oposição ao defrontar-se com o desafio de ser governo. Além disso, procura compreender como sucessivas decisões e atitudes ao longo do tempo é capaz de modular suas reações e mudança sofridas. O caso estudado é o do Partido dos Trabalhadores (PT) em sua experiência governamental à frente da prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Luíza Erundina (1989-1992). Ao longo do período, os petistas em cargos de responsabilidade governamental modificaram bastante suas posturas diante de diversas questões e, em particular, diante das institucionalidade representativa do Estado, o fato de setores importantes terem sido marginalizados na composição da equipe governamental fez com que houvesse uma série de conflitos entre membros do partido no governo e seus companheiros que permaneceram unicamente à frente das instâncias partidárias, assim como refreou o ímpeto transformador suscitado pela experiência governamental.

56.

DAROS, Maria das Dores. Em Busca da Participação - Luta dos Professores Públicos de Santa Catarina pela Democratização da Educação. Orientador: Beisiegel, Celso Rui. Doutorado, FE. 1994, 174p.

RESUMO (CD-ROM)

O trabalho investiga como se deu na década de 80, em Santa Catarina, com a ampla mobilização havida em torno da participação, a possibilidade de influir na formulação das políticas públicas, e por conseqüência, influir nos centros do poder, especificamente no campo educacional. A pesquisa se debruçou sobre a mobilização havida em torno da elaboração da política pública de educação e para isso investigou como os professores públicos de Santa Catarina se converteram, de uma categoria específica, em sujeito coletivo, explicitando práticas e orientações até então pouco visíveis.

57.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **Dimensões Históricas do Insucesso Político**. Orientador: Carlos Guilherme Santos S. da Mota. Doutorado, FFLCH. 1979, 280p.

RESUMO (introdução)

Embora o discurso acadêmico sobre o social e o político tenha encontrado no pós-64 alguns momentos nos quais se questionou desde o interior o seu dispositivo simbólico, acredito que somente após as experiências traumáticas vividas por parte da intelectualidade a partir de 68, essa produção pôde abrir seu próprio campo de perspectivas.

{A tese está dividida em duas partes como se segue: Parte I - A Falência das Interpretações: Capítulo I-A Produção do Silêncio e a Supressão do Novo; Capítulo II-A Dissolução da Memória Histórica; Parte II-A Construção da Segunda Natureza e o Ocaso da Política: Capítulo III-O tema da Industrialização na Luta de Classes; Capítulo IV-O Tema da Industrialização e a Burguesia Industrial; Capítulo V-A Questão Democrática e o Partido dos Trabalhadores.}

58.

DEL PRETTE, Almir. **Movimentos Sociais em uma Perspectiva Psicológico-Social. O Movimento de Luta Contra o Desemprego**. Orientador: Maria Alice V. da Silva Leme. Doutorado, IP. 1990, 264p.

RESUMO (CD-ROM)

Analisa um processo coletivo que ocorreu na cidade de São Paulo, nos anos de 1983-1985 e que foi denominado Movimento de Luta contra o Desemprego. Adota uma metodologia de descrição minuciosa com base na observação participante, na entrevista estruturada através de um roteiro prévio e na pesquisa de fonte documental. Emprega esse método sob uma perspectiva psicológico-social, objetivando apreender o fenômeno em sua gênese, trajetória e em suas unidades componentes. O referencial teórico que utiliza como suporte para a perspectiva psicológico-social, é a teoria da identidade social de Tajfel e Turner. A análise do processo coletivo permite considerá-lo como um fenômeno heterogêneo, explicitando-se a sua composição em subunidades e caracterizando a diferenciação e a relação entre elas e as suas ligações com grupos externos ao movimento. Os processos psicológicos - sociais são tomados como base para a compreensão da relação entre as condições de vida dos desempregados e a emergência da ação coletiva e apontam para questões adicionais de pesquisas nessa área.

59.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Popular no Brasil pós-70; Formação de um Campo Ético - Político**. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Doutorado, FFLCH. 1993, 2v.

RESUMO (CD-ROM)

Trata-se de uma situação aparentemente paradoxal: a formação de um campo ético - político em meio a movimentos reivindicativos de natureza localizadas, diversa e fragmentaria;

bem como assinalada a influência desse campo na configuração de esfera pública. A parte 1, apresenta a crise do conceito clássico de movimento social no mundo capitalista contemporâneo e aponta o surgimento de um novo potencial de conflitos que, referidos ao fundo público ou aos excessos do Estado, reapropriam-se da ação - direta como mecanismo de interlocução para, então, realizarem-se numa espécie de vácuo regimental entre o Estado, o mercado e a cultura. Daí conclui-se pela eclosão de movimentos sociais de natureza fragmentária e de caráter volátil que, suscetíveis e agenciamentos provenientes da esfera privada, podem dar origem a diferentes campos ético - políticos, até mesmo contraditórios entre si. A parte 2, trata da ascensão e crise de um desses campos: o chamado movimento popular, desenvolvido no Brasil durante os anos 70 e 80. Ao longo de capítulos, cuida-se de descobrir seus aportes institucionais, notadamente de natureza não - política; reconstruir sua complexa trama de redes sociais predispostas a participação movimentalista; e, apontar sua sociabilidade cambiante entre condutas, a um tempo, de negação e de afirmação da institucionalidade política.

60.

ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia: Peões e Possesiros Contra a Grande Empresa. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Doutorado, FFLCH. 1985, 284p.

RESUMO (apresentação)

No dia três de março de 1972, em Santa Terezinha, às margens do Araguaia, nordeste de Mato Grosso, um grupo de posseiros defrontou-se com membros da força policial do estado e empregados da empresa CODEARA (Companhia de Desenvolvimento do Araguaia), ferindo sete componente do grupo de policiais e empregados da empresa (...) em consequência do confronto, tropas do Exército ocuparam a área e, praticamente todos os homens adultos do povoado tiveram que refugiar-se na mata por mais de cem dias para escapar a perseguição que então se fez.(...)

No primeiro capítulo desta teses trato do conflito entre posseiros e empresa e o faço, fundamentalmente, a partir dos próprios posseiros e seus aliados, os membros da Missão religiosa católica, embora remeta também às formas de participação e às versões dos representantes da empresa e do Estado sobre os fatos.(...)

No segundo capítulo, analiso o modelo de relação com a terra construído pelos posseiros com base na sua experiência passada e em função da argumentação, no presente, contra as reivindicações da empresa. (...)

O terceiro capítulo é dedicado à análise da peonagem, compreendendo-a através de seus elementos constitutivos como uma forma específica de subordinação do trabalho.(...)

Finalmente (...) faço algumas considerações acerca do papel dos membros da Missão religiosa e dos representantes do Estado que interferiram no caso.

61.

ETGES, Virgínia Elizabete. Sujeição e Resistência. Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Mestrado, FFLCH. 1989, 246p.

RESUMO (introdução)

...desenvolvemos os demais capítulos do trabalho conforme explicitação que se segue.

No segundo capítulo tratamos do processo de valorização do fumo como mercadoria no mercado mundial, ao mesmo tempo em que explicitamos a territorialização de sua produção, a nível de Brasil e, especialmente, do Rio Grande do Sul. (...)

...indispensável se faz a abordagem do processo de colonização e de formação da pequena unidade de produção, presente na estrutura fundiária da região fumicultora de Santa Cruz do Sul, abordagem esta feita no capítulo terceiro. (...)

Com o objetivo de tentar desvendar a essência da organização aparente da região fumicultora de Santa Cruz do Sul, é que procuramos, no capítulo quarto, penetrar no 'mundo' dos camponeses que trabalham a terra na região, tanto fumicultores como não fumicultores. (...)

No quinto capítulo tratamos do trabalho e do resultado deste: a produção de mercadorias dos pequenos produtores familiares em Santa Cruz do Sul. (...)

Finalizando, no capítulo sexto procuramos explicitar que a determinação da exploração à qual os camponeses da região (...) estão sujeitos não se define dentro das fronteiras do Estado brasileiro. Obedece, isto sim, a mecanismos impostos pelo oligopólio formado pelas empresas transnacionais (...). Analisamos também o processo crescente de conscientização por parte dos camponeses, que se evidencia através dos movimentos ocorridos nos últimos anos.

62.

EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. Nós, que Amávamos tanto a Democracia: Protestos de Rua Contra o Regime Militar na Grande São Paulo, 1977-1984. Orientador: Maria Helena Rolim Capelato. Mestrado, FFLCH. 1994, 252p.

RESUMO (introdução)

...o 'objeto' de pesquisa escolhido ;e multifacetado e complexo. Envolve diversos temas e questões como: protesto popular, evento histórico, papel político da imprensa, espaço público, democracia e movimentos sociais. Tentarei demonstrar como este 'caleidoscópio' temático encontrou um telos histórico que lhe deu uma coerência e significado sem destruir a sua pluralidade. (...)

No capítulo primeiro, abordarei alguns aspectos das manifestações e protestos de rua em dois momentos marcantes da história recente do Brasil: 1964 e 1968. Através deste contraponto tentarei recuperar a experiência histórica com a qual dialogavam os sujeitos da conjuntura de repolitização das ruas, pós-77.(...)

No capítulo segundo enfatizo a reconquista da rua como palco do protesto popular, através das primeiras manifestações públicas de resistência democrática, ainda nos anos 70.

No capítulo terceiro apresento as grandes manifestações públicas em torno das greves de 1979 e 1980, mostrando de que forma a 'questão democrática' se cruza com a 'questão social'.

No capítulo quarto, analiso as grandes manifestações de rua em torno da 'questão democrática'. Elas irromperam no espaço público entre 1983 e 1984, aprofundando a crise do regime militar, exigindo a construção de uma nova ordem política e consolidando a percepção de novos sujeitos históricos.

63.

FALEIROS, Maria Izabel Leme. Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964). Orientador: José César Gnaccarini. Doutorado, FFLCH. 1989, 243p.

RESUMO (introdução)

Foi a partir da análise dos estudos sobre sindicalismo rural no período mais recente que nos voltamos para o dimensionamento da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto aos trabalhadores rurais.

Acreditamos que o entendimento da mobilização desses trabalhadores no período anterior a 1964 nos remete necessariamente ao PCB, não só por ter sido hegemônico mas pela sua natureza. (...)

Por essas razões, o objeto central do nosso trabalho diz respeito à atuação que desenvolveu junto aos trabalhadores rurais orientada pelas linhas políticas, pelas estratégias e programas que elaborou no período compreendido entre a sua fundação e o Golpe de 64. Nesse percurso, procuramos entender os reflexos das concepções dominantes no interior do Partido - dadas pelo

marxismo-leninismo da Internacional Comunista - na intervenção realizadas no campo, tanto na prática organizativa como em conflitos de diversas ordens.

64.

FERNANDES, Ari Vicente. Configurações Habitacionais e Produção do Espaço Urbano: Intervenção das Classes Trabalhadoras na Cidade de São Paulo. Orientador: Celso M. Lamparelli. Mestrado, FAU. 1983, 204p.

RESUMO (apresentação)

O que se coloca como objetivo ou utilidade deste trabalho é a contribuição à compreensão do processo histórico de formação da cidade sob a ótica das classes trabalhadoras - ou mais precisamente, da classe operária; trata-se de reconstituir o histórico do processo de conquista do espaço urbano, os movimentos de organização e resistência dos trabalhadores nas áreas de maior concentração habitacional, os mecanismos de expulsão utilizados pelos interesses do capital fundiário/imobiliário urbano, a ação do aparelho de Estado capturado por aqueles interesses via planejamento (e a variação dessa ação ao longo do tempo). A explicitação desses processos e mecanismos deve apoiar-se em estudos de casos (atuais e antecedentes) de organização da classe trabalhadora que interferiram na sua fixação-expulsão dentro da área em estudo.

65.

FERNANDES, Bernardo Mançano. título: Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a Formação do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Orientador: Ariovaldo Ombelino de Oliveira. Mestrado, FFLCH. 1994, 230p.

RESUMO (introdução)

...o nosso interesse particular é entender o processo de desenvolvimento das formas de organização construídas por um movimento social, através de conflitos e de enfrentamentos realizados nos diversos níveis das relações sociais. Para compreender melhor este processo, procuramos estudar neste trabalho as dimensões do espaço social. Estas dimensões têm a sua origem no próprio desenvolvimento das ações organizadas por sujeitos sociais na construção, conquista e controle de seu próprio espaço, como espaço de socialização política. (...) o movimento social deste estudo é o MST _ Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra.(...)

movimento social, espaço social e lugar social são noções interativas e fundamentais, que contribuem com a compreensão de parte das transformações da realidade contemporânea.(...) durante a realização de nossa práxis, levantamos a questão da importância de se compreender o espaço social na história de formação de um movimento social, sem fragmentá-lo e hierarquizá-lo, por entendermos que _dentro desse campo de investigação _ a Geografia deve continuar contribuindo, junto com outras ciências, para o entendimento dos movimentos sociais.(...)

Tendo como ponto de partida estas reflexões, teóricas, estudamos a gênese e a formação do MST no conjunto das transformações recentes da agricultura.

66.

FERNANDES, Maria Esther. A Reforma Agrária no Discurso dos Lavradores da Fazenda Primavera. Orientador: Virgílio Benjamin Noya Pinto. Doutorado, ECA. 1985, 202p.

RESUMO (introdução)

Neste trabalho, nossa proposição reside em analisar a questão da terra na fazenda 'Primavera', a partir dos embates cotidianos que seus moradores enfrentaram ao longo dos anos.

De que forma? Buscando desvendar os mecanismos através dos quais a linguagem de um mundo (INCRA, Sindicato, Igreja, Banco do Brasil, latifundiário) é interpretado por outro mundo (homem do campo). (...)

...consideramos importante localizar uma unidade amostra que pudesse ser representativa do estudo em questão, ou seja: uma localidade onde estivessem presentes a atuação do governo, da Igreja e fosse área de litígio de terras. A escolha recaiu na fazenda 'Primavera', localizada no município de Andradina, Estado de São Paulo (...).

Nossa preocupação básica neste trabalho será, portanto, a análise da questão agrária sob a ótica do lavrador da fazenda 'Primavera'.

67.

FERRARA, Míriam Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista: 1915-1963**. Orientador: Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Mestrado, FFLCH. 1981, 197p.

RESUMO

Jornais produzidos por negros para negros em São Paulo e outros Estados do Brasil (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul) articularam a imprensa negra de 1915 a 1963, com a finalidade de reivindicar direitos através do que seria atingida a integração e a participação do grupo negro na sociedade brasileira.

Feitos por descendentes de escravos, oriundos do continente africano, esses jornais apresentam poucas referências de África.

O universo da pesquisa constituiu-se de jornais da imprensa negra, considerados a partir de uma amostra. África compreende o universo total.

Após o histórico, o material empírico é descrito em três períodos:

No primeiro período (1915/1923), há a tentativa de integração do negro na sociedade brasileira e a formação de uma consciência que mais tarde irá ganhar força.

Com a fundação do jornal 'O Clarim da Alvorada', em 1924, o segundo período atinge seu ápice em 931 com a organização d Frente Negra Brasileira, e em 1933 com o jornal 'A voz da Raça'. Este período termina com o Estado Novo.

O momento das grandes reivindicações políticas marca o terceiro período (1945-1963), com indivíduos do grupo negro se filiando a partidos políticos da época ou se candidatando a cargos eletivos.

68.

FERRAZ, José Amauri. **Conflito Industrial e Estado: Greve da CNTI - São Paulo, Outubro de 1963**. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Mestrado, FFLCH. 1981, 169p.

RESUMO (introdução)

A 'greve da CNTI' deve ser estudada através de duplo enfoque. Primeiro, o exame detalhado do conflito trabalhista envolvendo, de um lado, os sindicato dos trabalhadores do setor industrial integrantes do Pacto de Ação Conjunta (PAC) e a CNTI, e, do outro, as correspondentes entidades patronais e a FIESP. A partir da descrição de suas origens, reivindicações, táticas de encaminhamento das questões propostas, objetiva-se analisar as repercussões da greve no interior do movimento sindical e da classe operária, perante o patronato e o Estado e, por fim, junto à sociedade em seu conjunto.

Segundo, o exame da atuação dos órgãos do Estado encarregados de dirimir o conflito, nas esferas administrativas e judiciária. Através da descrição pormenorizada das gestões empreendidas até o julgamento do processo pelo Tribunal Regional do Trabalho, pretende-se analisar os pontos

de concordância e divergência de tais órgãos face ao conflito, possibilitando esclarecer a respeito das orientações do Estado diante da greve e da atuação do movimento sindical.

69.

FERREIRA, Brasília Carlos. Trabalhadores no Nordeste: Práticas Consentidas? 1930-1935. Orientador: Orlando Pinto de Miranda. Doutorado, FFLCH. 1992. 343p.

RESUMO (introdução)

Neste trabalho propomo-nos a analisar as práticas dos trabalhadores no período 1930-1935, tentando apreender a reação à política sindical iniciada em 1930, com a vitória liberal.

A legislação sindical e a copiosa produção de leis sociais podem ser consideradas os fatos mais surpreendentes do período. (...)

Pretendemos analisar o impacto da legislação sindical para os trabalhadores urbanos e sua reação às modificações introduzidas no mundo do trabalho, a partir de sua implementação. Interessa-nos particularmente observar as possíveis variações nas respostas dos setores organizados dos trabalhadores à nova situação, e onde estão fundadas. (...)

Nosso interesse é analisar em que medida o projeto sindical varguista atraiu adesões, provocou resistências ou foi ignorado, no propósito de institucionalizar a prática dos trabalhadores. (...) A hipótese central é que a resistência à política de sindicalização foi uma constante, apresentando-se, no entanto, de formas diversas.

70.

FESTA, Regina. TV dos Trabalhadores - A Leveza do Alternativo (estudo de caso). Orientador: Carlos Eduardo Lins da Silva. Doutorado, ECA. 1991, 164p.

RESUMO (CD-ROM)

Estudo do processo de apropriação do vídeo e da produção da imagem pelos operários e dirigentes do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, no ABC. Estudo da relação entre o vídeo, a televisão, a central "única dos trabalhadores e a campanha eleitoral Lula Presidente, em 1989. Estudo de caso da TV dos trabalhadores em relação à propostas indicadas.

71.

FÍGARO, Roseli Aparecida. Discurso da Imprensa Sindical: Formas e Usos. Orientador: Maria Aparecida Baccega. Mestrado, ECA. 1993, 236p.

RESUMO (CD-ROM)

Demonstramos em nosso trabalho, através da análise do discurso, que a imprensa sindical constitui modalidade de comunicação popular, com um discurso próprio, diferenciado do discurso da grande imprensa. É um discurso que não mascara seu caráter de contraposição, sendo este sua própria razão de existir. Verificamos que embora diferenciado, o discurso da imprensa sindical nem sempre é um discurso classista (classe - contra - classe). Ele é um discurso que reflete as macro-visões divergentes existentes na sociedade, em relação a um projeto político para o Brasil e para o movimento sindical. A análise do discurso dos sindicatos: dos Metalúrgicos de São Paulo, dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, dos Metroviários de São Paulo e dos Motoristas e Trabalhadores no ramo de Transportes Urbanos de São Paulo, em dois momentos específicos da recente história brasileira - a greve geral de 22 e 23 de maio de 1991 - foi feita a partir do entendimento da linguagem como material semiótico ideológico, que reflete e retrata a realidade, sendo constituidora da consciência individual.

72.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Política Governamental e Funções Sindicais**. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues Netto. Mestrado, FFLCH. 1976, 107p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho trata das relações entre movimento sindical e Estado, focalizando o problema, no entanto, apenas sob um dos ângulos, durante um período de tempo determinado, ou seja, o que diz respeito à ação do Estado de pois de 1964. Dessa forma, pretende-se explicitar o conteúdo da política trabalhista governamental, escolhida dentre um leque de alternativas possíveis e seus efeitos ou impacto sobre o comportamento do grupo a que se refere.

73.

FORTUNATO, Elizabeth. **Fala e a Casa: Os Sem-Terra da Leste II na Luta pela Moradia**. Orientador: José William Vesentini. Mestrado, FFLCH. 1995, 378p.

RESUMO (CD-ROM)

A dissertação procura mostrar o importante papel desempenhado pelos Sem-Terra da Leste II, a partir da luta pela moradia na construção de um espaço urbano mais justo. Na medida em que eles criam novas estratégias de luta capazes de lhes garantir certas conquistas, surgem brechas para a construção de uma cidade mais democrática. A compreensão da moradia, enquanto um direito fundamental da população pobre, leva os Sem-Terra da Leste II a travarem uma luta há mais de dez anos em torno da conquista. Isso vem contribuindo para a construção de um espaço urbano menos excludente em São Paulo. Para essa compreensão, o papel da Igreja é de extrema importância, pois, a noção de direito da população pobre é, em grande parte, aprendida a partir das lutas desenvolvidas diariamente na periferia, contando com o respaldo da Igreja Católica ou pelo menos, de uma parte dela.

74.

FRANCO, Maria Isabel Silva. **Redescoberta da Festa: O Teatro Amador na Cidade de São Paulo nas Primeiras Décadas do Século XX**. Orientador: Maria Odila Leite da Silva Dias. Mestrado, FFLCH. 1994, 300p.

RESUMO (CD-ROM)

Esta pesquisa enfoca a formação de identidades culturais na cidade de São Paulo, através do teatro amador realizado por comunidades no início do século XX nas duas primeiras décadas aproximadamente. Procurei trazer a origem destes grupos, e para isto iniciei a pesquisa desde as duas últimas décadas do século passado, momento em que se inicia a emigração para este estado de forma incisiva, e que também se inicia a transformação da cidade em pouco desenvolvimento acarretando inclusive o fim de manifestações culturais anteriormente existentes, como o teatro de rua, teatro de procissões iniciando outras, o teatro de palco realizados por grupos denominados associações, organizações etc. Procurei retratar a formação dos grupos nas comunidades dos operários, das classes média e a elite, como do movimento negro. Tais grupos forma denominados como grupos filodramáticos paulistanos (de origem nacional, classe operária ou média) teatro operário do movimento anarquista, teatro do movimento negro, e filodramáticos paulistanos. Através da análise da dramaturgia realizada através dos textos apresentados e/ou escritos pelos seus integrantes, procurei demonstrar como estes diversos grupos passaram os seus momentos, projetaram o social, inserindo-se no projeto social da formação da República como seus diferentes e por vezes, divergentes valores.

75.

FREDERICO, Celso. *Momentos da “Falsa Consciência”: Estudo com um Grupo de Trabalhadores*. Orientador: Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Mestrado, FFLCH. 1975. 153p.

RESUMO (apresentação)

O nosso objetivo foi sondar diferentes aspectos e momentos da consciência operária através da apreensão da prática de um grupo de trabalhadores de uma mesma fábrica. Para tanto, entre julho de 1970 a junho de 1971 entrevistamos longamente 60 dos 164 operários de uma fábrica mecânica de Santo André. Além disso, levantamos a “história de vida” de 13 dos operários para para findar melhor algumas questões surgidas nas entrevistas.

76.

FREDERICO, Celso. *O Outro do Outro: As Metamorfoses da Consciência de Classe*. Orientador: Rui Galvão de Andrade. Doutorado, FFLCH. 1979, 207p.

RESUMO (introdução)

O objetivo desta pesquisa é estudar a consciência de classe dos operários de uma indústria automobilística situada em São Bernardo do Campo. (...)

Entre as indústrias automobilísticas selecionei uma para realizar a pesquisa: a maior, onde trabalham quase 40.000 operários, e uma das mais modernas do ponto de vista da tecnologia empregada. (...)

a pesquisa se encaminhou então no sentido de se procurar pensar junto com esses operários {vanguarda operária} os desdobramentos da consciência dos trabalhadores da indústria automobilística. (...)

A escolha dos operários avançados como interlocutores para se estudar a consciência de classe requer, agora, a posteriori, uma justificativa. (...)os operários avançados exprimem, de modo mais desenvolvido e mais rico, as possibilidades da consciência operária.

77.

GAMA, Lúcia Helena. *Hare Krsna: O Sonho Acabou - Movimento de Jovens na Década de 60/70 e a Emergência de Grupos Religiosos de Filosofias Orientais*. Orientador: Lisias Nogueira Negrão. Mestrado, FFLCH. 1990, 428p.

RESUMO (CD-ROM)

Os movimentos juvenis que sucedem a segunda guerra mundial, refletem o avanço da industrialização com incremento das classes médias que pressionam no sentido de atuar amplamente na vida pública. Passando de posições mais individuais e existenciais, nos anos 50 à posturas coletivistas, politizadas nos anos 60, para em 70 se voltarem para a ação na área cultural, os jovens vem lutando contra a reificação da existência humana, imposta pelo avançar da industrialização e comercialização que adentram o terreno da cultura e da vida privada. Neste universo de contestação as filosofias orientais ganham espaço, em 60 serão exploradas como busca de um parâmetro outro; radicalmente diverso do imposto pela normatização da racionalidade capitalista. Neste contexto jovens da classe média brasileira nos anos 70 aderem ao grupo Hare Krsna. A intensidade da modernização aliada à radicalização da contestação aos valores, no período, criam necessidade de reposição de normas que viessem a ocupar o lugar daqueles até então orientadores da vida privada. A contradição entre a quebra com o estabelecido e a necessidade de apelo a valores outros, acaba sendo nesta opção religiosa, plenamente satisfeito no

plano simbólico. No interior da crença se projeta nas divindades; Krsna e Rama_ prazer e norma. A historia recente do grupo mostra um fortalecimento da norma em detrimento do prazer.

78.

GERALDO, Sebastião. Comunicação Oral: O Resgate da Memória Proletária em Ribeirão Preto. Orientador: Maria Nazareth Ferreira. Mestrado, ECA. 1991, 150p.

RESUMO (CD-ROM)

A preocupação central deste trabalho e a recuperação da memória do movimento proletário de Ribeirão Preto através comunicação oral de seus protagonistas. Este trabalho tem como objetivos específicos discutir o desenvolvimento econômico do município de Ribeirão Preto e a evolução das relações de produção; analisar as lutas pela organização desses trabalhadores na cidade e no campo; registrar algumas lutas e conquistas dos trabalhadores locais; levantar temas que poderão ser mais aprofundados em outros trabalhos. Este trabalho restringe seu enfoque ao processo de lutas que se inicia em meados da década de 30 com a organização dos sindicatos proletários, indo até o final dos anos 50.

79.

GHANEM JUNIOR, Elie George Guimarães. Lutas Populares, Gestão e Qualidade da Escola Pública. Orientador: Vítor Henrique Paro. Mestrado, FE. 1992, 228p.

RESUMO (CD-ROM)

Analisa a influência que as lutas populares de bairro podem ter no tipo participação da população na escola pública, especialmente nos aspectos relativos a gestão. Traça a configuração das principais lutas reivindicatórias ocorridas a partir da década de 70, na região da Capela do Socorro, zona sul no município de São Paulo. O cenário em que se desenvolveram essas mobilizações e constituído por dados demográficos e sócio-econômicos, bem como aqueles atinentes ao processo de urbanização. Identifica as formas associativas típicas das camadas populares moradoras da periferia: as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica. Apresenta também os depoimentos das pessoas que formam as bases dessas associações, onde se destacam os aspectos que elas mais valorizam e criticam nas escolas, evidenciando os critérios utilizados em sua interpretação da qualidade dos serviços escolares. Conclui, constando importantes características e potencialidades dos movimentos populares no desenvolvimento da participação sócio-política das populações das periferias urbanas. Mas constata, simultaneamente, o despreparo dos líderes dos movimentos para lidar com os problemas presentes na rede escolar pública.

80.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Classes Populares, Periferia Urbana e Movimento Social Urbano: O Movimento das Sociedades Amigos de Bairros de São Paulo. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Mestrado, FFLCH. 1979, 2v.

RESUMO (introdução)

O objetivos básicos deste trabalho são, em primeiro lugar descrever e explicar as condições de emergência e desenvolvimento de um movimento social urbano da Grande São Paulo denominado Sociedade Amigos de Bairros _ SABs; em segundo lugar, apreender sua natureza e dinâmica interna.

Numa primeira parte esboça-se uma reconstituição histórica, periodizando-a segundo os diferentes momentos conjunturais das SABs e do país, verificados a partir do escasso material existente resumido em , publicações de organismos oficiais ou dos próprios órgãos das SABs.

A segunda parte, abordando o problema da dinâmica interna das SABs, busca explicitar as seguintes questões: quais suas principais práticas reivindicatórias?; quem são as lideranças das SABs e quais suas relações com: os sócios da entidade, a população do bairro, outras SABs, outros movimentos sociais?; quais as representações ideológicas destas lideranças? E, qual a participação da população no movimento?

81.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Lutas Populares Urbanas: Um Estudo sobre os Movimentos Sociais Urbanos, Destacando-se a luta por Creches em São Paulo.** Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Doutorado, FFLCH. 1983, 365p.

RESUMO (prefácio)

Este trabalho aborda a questão dos movimentos sociais urbanos gerados a partir das classes populares urbanas a partir das classes populares, reivindicatórios de bens e equipamentos de consumo coletivo. Eles serão analisados tendo em conta a dinâmica das exigências da acumulação e reprodução do capital e da força de trabalho, assim como a luta de classes que permeia a sociedade.(...)

A forma de apresentação deste trabalho, enquanto processo de conhecimento sobre uma manifestação da realidade, far-se-á em três partes a saber:

1ª parte - Perspectivas teóricas e manifestações concretas dos movimentos sociais urbanos no capitalismo avançado.

2ª. parte - Os movimentos sociais urbanos no capitalismo retardatário.

3ª. parte - O trabalho apresenta análises concretas sobre um movimento social popular urbano: a luta por creches

82.

GOMES, Iria Zanoni. 1957: **A Revolta dos Posseiros. Organização e Resistência no Sudoeste do Paraná.** Orientador: Paulo Argemiro da Silveira Filho. Mestrado, FFLCH. 1986, 179p.

RESUMO (introdução)

No Sudoeste, o fato de existirem 'terras livre' onde o latifúndio ainda não se instalara, possibilitava que o colono expropriado das regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul transformasse essas terras para seu regime de propriedade. (...)

O direito à terra é contestado de forma violenta, arbitrária e ilegal pelas companhias imobiliárias que se estabelecem na região. A intensificação da luta pela terra, que se desencadeia a partir desse fato, vai desembocar num levante dos colonos, com a vitória destes sobre as companhias. Esse levante, conhecido como a Revolta de 57, foi fundamental para a consolidação da pequena propriedade no Sudoeste do Paraná (...)

Pretendi, neste estudo, dar conta da organização da resistência dos colonos como resultado de um aprendizado adquirido dentro do próprio processo de luta pela terra. (...)

Meu estudo não tem como preocupação central as questões estruturais que envolvem o processo de luta pela terra. (...)

Preocupo-me com os aspectos mais subjetivos dessa luta.

83.

GOMES, Iria Zanoni. **Recriação da Vida como Obra da Arte no Assentamento, a Desconstrução/Reconstrução da Subjetividade**. Orientador: Sérgio Franca Adorno de Abreu. Doutorado, FFLCH. 1995, 323p.

RESUMO (introdução)

Num primeiro momento do processo de investigação encaminhava a reflexão do ponto de vista da microfísica do poder, tomando como objeto empírico o movimento de luta pela terra. Uma leitura mais atenta do material empírico me fez privilegiar o momento de conquista da terra - sem abandonar o processo de construção da luta -, a vida no assentamento, na sua reconstrução como trabalhador familiar, com um modo de vida específico. (...)

A análise, portanto, não se centraliza na reconstrução do movimento de luta pela terra, mas em captar a expressão de subjetividade dos pequenos produtores na construção da luta e no assentamento.

84.

GOMES, Pedro Gilberto. **Jornalismo nas Comunidades Eclesiais de Base: Estudo de Caso do Jornal Grita Povo da Região Episcopal de São Miguel Paulista, SP**. Orientador: José Marques de Melo. Mestrado, ECA. 1987, 254p.

RESUMO

As Comunidades Eclesiais de Base estão colocando desafios para a reflexão eclesial e social. Um destes desafios diz respeito à relação com os meios de comunicação, principalmente no campo do jornalismo.

Afirma-se que a realidade destes comunidades está modificando a maneira de escrever da Igreja; está mudando tanto o conteúdo quanto o sujeito do discurso eclesial.

Quando o pesquisador se debruça sobre a relação do jornalismo com as comunidades de base, quando se preocupa com o jornalismo nas CEBs, surgem questionamentos: como se dá esta relação? Como as CEBs influenciam na confecção do jornalismo?

Ao responder estas interrogações, depara-se com três questões fundamentais: a problemática da comunicação popular, do jornalismo popular e do jornalismo católico. O que torna uma comunicação popular? Como se caracteriza o jornalismo popular? O que é jornalismo católico? A comunicação e o jornalismo popular se entendem a partir de sua inserção num contexto alternativo de luta por transformações sociais. O jornalismo católico, ao mesmo tempo em que se define a partir de uma visão cristã da realidade, adquire sentido também inserindo-se neste contexto alternativo que luta por maiores mudanças na sociedade.

O Jornal Grita ovo, da região Episcopal de São Miguel Paulista (SP), realiza em si um projeto de comunicação popular, jornalismo popular e jornalismo católico. A sua análise demonstra que a influência das CEBs no jornalismo se dá de duas maneiras: direta - o povo escreve; e indireta - a sua existência obriga a que se faça um novo tipo de jornalismo. Este novo jornalismo caracteriza-se como um jornalismo popular católico.

85.

GÓMES, Sérgio. **Chile: Movimento Camponês, Resposta Empresarial e Reforma Agrária; uma Década de Aprofundamento Democrático no Campo, 1964-1973**. Orientador: José César Aprilanti Gnaccarini. Doutorado, FFLCH. 1994, 335p.

RESUMO (CD-ROM)

Trata-se das características e da evolução das organizações representativas do setor rural. Mais especificamente, trata a respeito da organização dos empresários agrícolas afetados e dos camponeses que resultaram beneficiados pela Reforma Agrária do Chile, no período de 1964-1973, com especial ênfase no período de 1970-1973. Também analisa os modelos de gestão experimentados nas áreas reformadas. Trata-se de analisar como uma mudança drástica da estrutura agrária não só afeta a um grupo, mas também a potência contra os que promovem a mudança; entretanto, não se pode ganhar uma nova base social de apoio significativa entre os beneficiários da reforma. Para análise da organização camponesa, trata-se da organização representativa que realizaram os camponeses incorporados ao processo de reforma agrária. No caso dos empresários afetados, analisa-se as estratégias que implementaram suas organizações. Para analisar as transformações na estrutura agrária, considerando-se os modelos de gestão ensaiados nas áreas incorporadas a área reformada. Além da relevância teórica que tem os temas tratados, espera-se que, este material sirva como base para realizar análises comparativas sobre processos similares de mobilizações camponesas e reformas agrárias com outros países da região, em um ciclo que se inicia no começo do século XX e finaliza na década de 90.

86.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes. Cultura Política e Hegemonia Progressista: O Processo Eleitoral em Santos - 1945-1962. Orientador: Maria Teresa Aina Sadek. Mestrado, FFLCH. 1992 236p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho se propõe a investigar um importante período da história política santista, entre o fim do Estado Novo e as vésperas do golpe de 1964. (...)

Este não é, porém, um texto meramente descritivo (...). Há uma hipótese central: a persistência dos valores culturais e políticos construídos ao longo da história de Santos como determinante da hegemonia progressista na cidade. O desenvolvimento da argumentação, a apresentação dos dados coletados e sua interpretação permitem uma abordagem sobre temas poucos explorados como a cultura política, o perfil ideológico das camadas médias, a disputa eleitoral em uma cidade média brasileira. Além deles, são revisitados assuntos mais consagrados pela literatura, como o populismo e a relação movimento sindical - política partidária.

87.

GONÇALVES, Antônio de. Imprensa Sindical: Representação e Apropriação - Um Estudo sobre a Imprensa do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Orientador: José Marques de Melo. Mestrado, ECA. 1992, 345p.

RESUMO (CD-ROM)

Este trabalho busca aprender o significado política da ação sindical dos bancários. É feita uma análise detalhada dos conteúdos da imprensa sindical bancária na década de 70, quando o sindicato tem diretorias agressivas e combatentes, com vínculos estreitos com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), explicitados no jornal, e que fazem da utilização do jornal diário u instrumento de presença constante junto a categoria. São analisadas doze hipóteses sobre o temam formuladas no projeto de pesquisa e testadas empiricamente. A hipótese central, plenamente confirmada, é a de que convivem na imprensa sindical - aqui representada pelo jornal Folha de São Paulo, do sindicato dos Bancários de São Paulo - dois fortes mecanismos: a representação da categoria e a apropriação de parcela desse espaço de representação em benefício de esquemas sindicais e partidários que extrapolam os interesses da categoria que conferiu poder diretivo às novas lideranças.

88.

GOUVEIA, Gualberto Luiz Nunes. **Cidadania dos Despossuídos: Segregação e Pentecostalismo**. Orientador: Maria Adélia Aparecida de Souza. Mestrado, FFLCH. 1993, 236p.

RESUMO (CD-ROM)

Este trabalho busca contribuir com a discussão sobre a questão da segregação urbana, entendendo ser o Pentecostalismo uma forma alternativa de cidadania dos despossuídos. Procuraremos entender a forma de atuação dos agentes do Pentecostalismo e a origem da expansão do movimento a partir do interesse norte - americano em criar um mecanismo de defesa contra a ofensiva da chamada Teologia da Libertação e sua opção preferencial pelos pobres. Para legitimar suas propostas, o Pentecostalismo atua no controle do consumo, no oferecimento de saúde e, em geral, ocupando os vazios deixados pelo Estado. A partir de um bairro de São Paulo, a Freguesia do Ó, pesquisamos também, a atuação do Estado no sentido de refrear a ação dos movimentos populares a partir da ação das Igrejas Pentecostais. Trata-se de um estudo de geografia, entendendo o espaço como uma totalidade, produto e síntese das relações sociais.

89.

GREGORI, Maria Filomena. **Violência Contra a Mulher: A Prática do SOS Mulher (SP), Queixas e Cenas**. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Mestrado, FFLCH. 1988, 240p.

RESUMO (introdução)

...é um estudo sobre a atuação do SOS junto à comunidade de mulheres que tem experiência de violência: a proposição de uma prática de organização, reivindicação e denúncia, e o atendimento oferecido. (...)A escolha do SOS como campo de estudo se deveu ao fato de ter sido o primeiro grupo a trabalhar contra a violência, a prestar serviços (orientação jurídica) a estabelecer um contato contínuo com mulheres não militantes e não feministas.

O objetivo da prática de conscientização com mulheres vítimas de violência é, por um lado, despertá-las para o fato de que são oprimidas; e de outro, estimular a solidariedade entre elas de forma que possam superar os seus problemas. Um dos interesses da pesquisa foi o de investigar se é possível traduzir a 'troca' de relatos de situações vividas de violência seja em solidariedade, seja na definição de novas condutas para uma vida não mais marcada pela opressão. Outra perspectiva deste estudo foi o de analisar as possibilidades desse tipo de atuação em superar as diferenças de valores, crenças e atitudes de mulheres que nunca tiveram contato com o feminismo.

Considero como um dos aspectos mais importantes desta pesquisa confrontar a visão do feminismo - através da prática e das proposições do SOS - e as visões das mulheres que sofrem violência.

90.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Dimensão Política da Cultura Negra no Campo - Uma Luta, Muitas Lutadas**. Orientador: Kabemgela Manange. Doutorado, FFLCH. 1990, 289p.

RESUMO (CD-ROM)

O trabalho discute a questão étnica presente num processo de luta pela terra organizada através da Igreja - CPT. A luta envolve a presença de agências mediadoras com reflexo na política partidária e sindical. O centro da reflexão toma a terra como terras de preto e em seu interior a existência de um grupo negro centrado no parentesco e na descendência de três mulheres escravas da antiga fazenda aí existente. No âmago da luta pela terra revela-se o conflito múltiplo que além

da terra expõe a estrutura social diferenciada de oportunidades e privilégios que exclui integrativamente camponeses e negros na sociedade inclusiva. Na conclusão apontam-se os limites e avanços das agências mediadoras e as possibilidades arrigimentadoras do campo étnico para efetivação do campo político que envolve os contingentes étnicos campesinos.

91.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **Velhice de Velhos Trabalhadores: O Cenário, o Movimento e as Políticas Sociais**. Orientador: Teófilo de Queiroz Júnior. Doutorado, FFLCH. 1991, 448p.

RESUMO (CD-ROM)

Este estudo representa uma análise das relações entre previdência social, políticas sociais para idosos e velhice. A pesquisa foi realizada a partir de documentos e depoimentos de líderes e associados de entidades que representam os interesses dos aposentados e pensionistas; documentos relativos à organização e ao desencadeamento do Movimento de Aposentados e Pensionistas; documentos e entrevistas com técnicos, dirigentes e associados de instituições públicas e privadas que oferecem programas para idosos e, finalmente, de relatos orais de operários idosos aposentados residentes na Zona Leste da cidade de São Paulo. A originalidade desta investigação está no fato de se procurar compreender algumas das dimensões em que se realiza a produção do fim de vida na realidade brasileira. Partiu-se do pressuposto de que não é possível falar da velhice sem fazer referência a aposentadoria, a saúde, aos Estado, aos benefícios sociais, enfim, as questões ligadas à previdência social, da assistência e da seguridade, ou seja, ao âmbito da proteção social.

92.

HIGASHI, Lúcia Helena Massako. **Crise e Ressurreição**. Orientador: José César Aprilanti Gnaccarini. Mestrado, FFLCH. 1995, 281p.

RESUMO (CD-ROM)

A partir da estória de vida de Aparecido Galdino Jacinto, busco reconstruir o processo histórico de configuração de classes sociais no campo. Camponeses de frente pioneira, seu universo social e cultural, e abalado por transformações estruturais, expressas em um momento particular especial, pela inundação de sua região pelas águas da represa de Ilha Solteira. O presente estudo, busca espelhar as possíveis perspectivas sociais de visão dos processos ali vividos.

93.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimento Social no Campo-Brasil/Peru 1964-1986**. Orientador: Maria Lígia Coelho Prado. Doutorado, FFLCH. 1990, 314p.

RESUMO (introdução)

O estudo comparativo da Igreja da Libertação em sua relação com o campesinato no Brasil e no Peru, no período de 1964 a 1986, deve-se, principalmente, à minha preocupação em acompanhar as várias formas de participação da Igreja nas lutas de resistência camponesa e o processo de elaboração da Teologia da Libertação(...)

No primeiro capítulo procurei analisar a especificidade dos problemas da Igreja nos dois países estudados, sua relação com o Estado e suas contradições internas, tentando construir uma análise explicativa para dois momentos decisivos: Medellin e Puebla(...)

No capítulo II, analiso as práticas desenvolvidas pela Igreja da Libertação junto às populações rurais no Brasil. (...)

No terceiro capítulo, trabalho três regiões no Peru, que escolhi por sua diversidade, e, por ser o país onde se desenvolveu a Teologia da Libertação de forma peculiar.(...)

Finalmente, no último capítulo, procuro resgatar as diferenças nas várias ações da Igreja e analisá-las em seus problemas e nos vários níveis da prática, que tem por meta a constituição de um novo homem.”

94.

JACOBI, Pedro. Políticas Públicas de Saneamento Básico e Saúde e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo 1974-1984. Orientador: Henrique Rattner. Doutorado, FFLCH, 1985, 499p.

RESUMO (apresentação)

Este trabalho representa uma preocupação de sistematizar a partir da reconstituição de três experiências reivindicatórias, o caráter assumido pelas relações entre Estado e Movimentos Sociais Urbanos em torno das questões do saneamento básico e da saúde desde meados da década dos 70.

A intenção deste trabalho é de integrar, num todo, uma análise onde se explicitam dois modos de interpretação dos movimentos. Partimos da proposta de compreender, por um lado, o caráter dos efeitos político-institucionais da ação coletiva, a influência dos agentes externos na dinâmica das lutas e o reflexo da dinâmica da sua interação com o movimento social, no contexto de um governo autoritário e no limiar de um momento de transição controlada. Por outro lado, procuramos desenvolver, a partir da interpretação dos atores envolvidos (moradores, agentes externos e órgãos governamentais), uma análise sobre o significado do processo de organização, interação/diálogo/pressão junto aos poder público e ação dos agentes externos.

95.

JAHNEL, Teresa Cabral. O Possesiro e a Posse da Terra no Processo de Ocupação Peruíbe - São Paulo. Orientador: Wanda Silveira Navarra. Mestrado, FFLCH. 1986, 138p.

RESUMO (introdução)

Este estudo objetiva, fundamentalmente, compreender as determinações históricas e econômicas da posse com forma particular de ocupação da terra. (...)

Conforme dados de 1975 do IBGE, 84% dos produtores rurais de Peruíbe são ocupantes de terras. Os posseiros ocupam a metade das terras agrícolas do município. Os 50% restante estão em mãos de proprietários que representam 16% dos produtores. (...)

...o próprio aprofundamento do tema suscitou a necessidade de refletir sobre o processo de organização do trabalho dos posseiros de Peruíbe. Quais eram suas lutas, suas expectativas? Qual teria sido sua trajetória de vida? Mostrou-se fundamental conhecê-lo mais profundamente.

96.

KRUPPA, Sônia Maria Portella. Movimento de Professores em São Paulo: o Sindicalismo no Serviço Público - O Estado como Patrão. Orientador: Maria Victória Mesquita Benevides. Mestrado, FE. 1994, 220p.

RESUMO (introdução)

Delimito minha área de interesse à questão sindical dos docentes no serviço público. Meu primeiro objetivo com esse trabalho foi analisar, de um lado, as mediações que o fazer pedagógico exigem do fazer sindical e, de outro, se as relações entre o poder empregador (aparelho de Estado) e o funcionalismo público produzem alguma especificidade, distinta da relação capital versus

trabalho, que determinem certa diferenciação deste sindicato. A pesquisa pretendeu aprofundar a análise no movimento sindical docente, buscando, em sua história e naquilo que caracteriza a produção deste serviço público, elementos que contribuam para melhor definição deste sindicato.

As questões sindicais tratadas referem-se à APEOESP, Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, sindicato de docentes, tomadas no período de 1978 a 1989, embora não se desconheçam, é claro, manifestações dos professores desde, pelo menos, meados dos anos 40.

97.

L'ABBATE, Solange. **O Direito à Saúde: da Reivindicação à Realização. Projetos de Política de Saúde em Campinas.** Orientador: Lia de Freitas Garcia Fukui. Doutorado, FFLCH. 1990, 2v.

RESUMO (apresentação)

Esta tese é o resultado de uma reflexão sobre o Direito à Saúde. (...)

O trabalho é apresentado em três partes, com dois capítulos cada um. A Parte I, de caráter introdutório contém, no capítulo 1, uma discussão sobre a especificidade do Direito à Saúde, tendo como pano de fundo a promulgação dos Direitos Humanos na sociedade moderna e a colocação de algumas possibilidades teóricas para uma reflexão sobre o direito, e no capítulo 2, algumas colocações sobre os principais procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo.

As Partes II e III tratam da análise do conjunto do material e dos depoimentos. Na Parte II, analiso os 'prestadores' de serviços de saúde ligados ao setor privado, capítulo 3, e o setor público, capítulo 4; na Parte III, analiso os 'consumidores', ou seja, o movimento sindical, capítulo 5 e movimento popular de saúde capítulo 6.

98.

LE VEN, Michel. **Trabalho e Democracia: A Experiência dos Metalúrgicos Mineiros (1978-1984).** Orientador: José Álvaro Moisés. Doutorado, FFLCH. 1987, 346p.

RESUMO (introdução)

O objeto específico desta pesquisa pode ser definido como a tentativa de apreender a experiência operária dos metalúrgicos de João Monlevade e de Betim {Minas Gerais}, na sua luta para se afirmarem social e politicamente, no período da 'Abertura política' e da crise econômica (1978/1984). Essa experiência é vivida em três dimensões: no cotidiano fabril, no movimento operário e sindical e na prática política, inclusive partidária.

99.

LIMA, Jacob Carlos. **Formação do Operário Fabril no Desenvolvimento Industrial de Pernambuco.** Orientador: Orlando Pinto de Miranda. Doutorado, FFLCH. 1992, 272p.

RESUMO (CD-ROM)

O objetivo deste trabalho é estudar a formação do operariado fabril em Pernambuco, a partir da industrialização implementada nos anos 60. A singularidade deste processo contribui para a compreensão da formação da classe operária em sua heterogeneidade e diversidade, construída em diferentes espaços regionais, marcados pela forma desigual da expansão do capitalismo no Brasil. A análise privilegia algumas instâncias: tipo de indústrias e dimensão do parque industrial, mercado de trabalho, estrutura ocupacional, qualificação, processos de trabalho, e lutas operárias. Duas categorias operárias são estudadas: os têxteis por terem sido o principal contingente de trabalhadores no período pré - Sudene, e terem passado por todo o processo de modernização

posterior, e os metalúrgicos, o mais significativo grupo operário, em termos de importância econômica e mobilização, após a modernização industrial.

100.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu. **Participação da Mulher Trabalhadora nos anos 50: Buscando Espaço, Contribuindo Identidades**. Orientador: Maria Odila Leite da Silva Dias. Mestrado, FFLCH. 1995, 150p.

RESUMO (introdução)

O trabalho proposto procurou verificar como, nos anos 50, no Recife deu-se a participação de mulheres nas lutas da classe trabalhadora e no movimento sindical, visando ampliar o conhecimento a respeito desse movimento na medida em que recompõe parte de sua história, resgatando a atuação de mulheres nas lutas e nos sindicatos, em especial a partir da formação dos departamentos femininos.

Buscou-se também contribuir para um maior entendimento da questão da mulher em sua especificidade, estudando-a enquanto agente de sua própria história, em suas limitações, contradições e dinâmica, a partir também das relações de gênero e não apenas das relações entre capital e trabalho.

Pretendeu, ainda, recompor a prática das mulheres em suas organizações específicas, nos bairros, procurando até que ponto essa prática levou-as a se perceberem enquanto sujeitos de transformação como também enquanto pessoas com identidade própria, de gênero, buscando perceber o significado da atuação de mulheres da classe trabalhadora que, de alguma forma, lutaram e questionaram, do ponto de vista de sua condição de mulher, a situação em que viviam, a exploração que sofriam, as discriminações que enfrentavam.

101.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **Espelho da Mulher: Revista Feminina 1916-1925**. Orientador: Ulysses Telles Guariba Netto. Doutorado, FFLCH. 1991, 342p.

RESUMO (Catálogo de Teses: 1991/Usp)

Estudo de uma Revista para mulheres, a Revista Feminina (1916-1925), publicada em São Paulo de 1916 a 1925. Analisa as campanhas empreendidas pela Revista (voto, educação, protesto contra crimes), o conceito de feminismo e os padrões de comportamento pretendidos. Reforça os papéis tradicionais de esposa e mãe e combate as influências que considera ameaçadoras ao desempenho desses papéis. Marcada por forte influência católica, representa o pensamento e valores do grupo mais tradicional e conservador da sociedade, vinculado à elite agrária. A significativa tiragem parra a época de 25000 exemplares, revela a aceitação e receptividade que teve, ajudando a reforçar uma ética de comportamento aliada à moral católica. Revela, ao mesmo tempo, a expectativa de participação da mulher de elite na sociedade da época.

102.

LOPES, Carmen Lúcia Evangelho. **Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo**. Orientador: Orlando Pinto de Miranda. Doutorado, FFLCH. 1992, 342p.

RESUMO

A tese trabalha a história do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo no período de 1950-1987. Está dividida em 05 partes. Fornece um quadro estatístico comparativo da evolução no setor metalúrgico no estado e na capital. Levanta as principais características da categoria: número de fábricas e de trabalhadores por sub - setor, área de concentração geográfica da categoria, tipo de

fabricas existentes, grau de instrução, etc. e discute o papel do sindicato na sociedade brasileira, seu enquadramento ou não no imaginário acadêmico criado para o período. Reconstitui as principais atividades e propostas do sindicato. A sua inserção na política brasileira, sua participação nos principais eventos sindicais (como pactos intersindicais), analisa os principais movimentos da categoria e sua conexão ou não com o conjunto dos trabalhadores, discute com a bibliografia existente os dados empíricos levantados. Na última parte analisa o período 78/87 do chamado novo sindicalismo, a política sindical desenvolvida pela entidade e os principais movimentos da categoria e levanta algumas questões a serem consideradas para o entendimento do período.

103.

LORO, Tarcísio Justino Loro. **Espaço e Poder na Igreja: A Divisão da Arquidiocese de São Paulo**. Orientador: Amália Inês Geraiges de Lemos. Doutorado, FFLCH. 1995, 255p.

RESUMO(introdução)

O tema de nossa pesquisa: “A divisão da Arquidiocese de São Paulo: espaço e poder na Igreja (...). A divisão da Arquidiocese não tinha significado apenas religioso, mas também político de grande relevância. (...)”

A nossa pesquisa pretende também dar um avanço na busca da identidade do objeto da ciência geográfica e mostrar que o espaço de uma metrópole ou de uma pequena cidade é também construído a partir de paradigmas ideológicos e espirituais propostos por concílios ou através de encíclicas, decretos, constituições dogmáticas e assembleias nacionais, regionais e mesmo continentais de bispos.(...)

Buscamos entender melhor o território da Arquidiocese enquanto marco de um novo poder na Igreja do Brasil e da América Latina. Sua nova identidade e sua força não estiveram ausentes de nossa análise, ao contrário, a identidade que a Igreja de São Paulo, especialmente a partir da década de 70, construiu, mereceu nossa atenção especial. A nova identidade, relacionada profundamente como os elementos despertados no território da Arquidiocese - leigos, imigrantes, pobres, sindicatos, organizações populares, centros comunitários, postos de saúde, capelas, creches, asilos e abrigos para portadores HIV, etc.- passou a ser, de um lado, o sinal profético da verdadeira missão da Igreja, e de outro, um ‘sinal de contradição’.

104.

LUCENA, Maria Inês Ghicardi. **Discurso da Greve dos Professores em São Paulo: Uma Abordagem Semiótica**. Orientador: João Teodoro D ‘Olim. Doutorado, FFLCH. 1991, 264p.

RESUMO (Catálogo de Teses:1991/Usp)

O trabalho teve o objetivo de estudar o discurso da greve dos professores da rede pública do estado de São Paulo, em 1988, com vistas a elaboração de uma proposta de modelo de análise que possa ser aplicado ao discurso de outras greves ou ao discurso da greve, em geral. Com esse propósito foram analisados textos publicados no jornal Folha de São Paulo, no período estudado, produzidos pelos docentes (grevistas), pelo empregador (o governo) e declarações incluídas nas reportagens do jornal. A semiótica permitiu uma análise do nível fundamental (profundo, simples e abstrato) ao discursivo (superficial, complexo e concreto), passando pelo nível intermediário da narrativa. Os dados permitiram concluir que o discurso da greve usa o recurso da manipulação como estratégia básica, pois constitui um jogo de poder entre patrão e empregados _ em profundidade, o discurso da greve e uma discussão sobre a oposição entre autoritarismo e democracia.

105.

MACEDO, Carmen Cimira de Andrade Macedo. **Nós, a Comunidade - O Estudo de uma CEB na Periferia de São Paulo**. Orientador: Eunice Ribeiro Durhan. Doutorado, FFLCH. 1985, 508p.

RESUMO (introdução)

Neste trabalho, procurei lidar com a questão da estruturação simbólica da realidade social nas classes populares, tendo destacado como objeto particular de estudo a população de um bairro da periferia de São Paulo e o movimento de CEB nele organizado. Moveu-me o interesse básico por compreender o modo pelo qual os agentes sociais constroem sua visão de mundo, as categorias que utilizam nessa empreitada e os lugares em que localizam nesse mundo construído, permitindo-lhes desenvolver sua prática social. A pretensão é lidar com duas temáticas: a dos movimentos sociais urbanos e a do universo cultural em transformação.

106.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Escravos e Cometas - Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Orientador: Maria Odila Leite da Silva Dias. Doutorado, FFLCH. 1991, 306p.

RESUMO (CD-Rom)

Este trabalho aborda os movimentos sociais que envolveram escravos, libertos e abolicionistas no Sudeste Cafeeiro, entre 1880-1888. O primeiro capítulo aborda a problemática do sistema de exploração do trabalho escravo, considerando as concepções de liberdade, vida social e trabalho independente expressas pelos mesmos especialmente nos movimentos de ocupação de terras e formação de comunidades de libertos. O segundo capítulo reconstituindo a atuação da polícia, dos senhores frente as revoltas de escravos, delinea o processo de perda de controle sobre esta, ocorrida ainda em princípios da década e a concomitante elaboração de uma política, por parte das autoridades de censura e desinformação da opinião pública. O terceiro capítulo, baseado em processos criminais e fontes policiais reconstitui um surto de revoltas de escravos de caráter proto-messiânico, ocorrido em Campinas e adjacências nos anos de 1992-85. O quarto capítulo, centra-se na análise do abolicionismo urbano, característico das cidades do sudeste nos descontentamento das populações urbanas em relação ao figurino político do império. O quinto capítulo, abordando as tentativas de penetração do abolicionismo nas fazendas, reconstitui uma série de revoltas de escravos em conjunto com elementos abolicionistas.

107.

MACHADO, Maria Saete. **Estado e Movimentos Sociais em Natal: Ponta Negra**. Orientador: Sedi Hirano. Doutorado, FFLCH. 1989, 263p.

RESUMO (introdução)

Esse trabalho é resultado de um pesquisa sobre os movimentos sociais na cidade de Natal, na década de 80. (...) Durante cinco anos, através de contatos diretos e participação em alguns movimentos sociais urbanos ocorridos em bairros de Natal, constatei que as afirmações quanto a manifestações desse tipo, quando ocorriam em outras cidades, não podiam ser transportadas para a realidade daquela cidade. Ainda que as bases de dominação capitalistas fossem as mesmas e as carências urbanas semelhantes, a cidade de Natal apresentava peculiaridades que mereciam ser estudadas. (...)

optei por concentrar a análise num bairro apenas, onde poderiam ser encontrados alguns movimentos de repercussão no espaço político da cidade. O bairro de Ponte Preta foi escolhido,

pelas características que apresentava e por ali ter ocorrido uma das manifestações populares de maior visibilidade política na cidade.

108.

MACRAE, Edward John Baptista das Neves. **O Militante Homossexual no Brasil da 'Abertura'**. Orientador: Eunice Ribeiro Durham. Doutorado, FFLCH. 1985, 2v.

RESUMO (introdução)

Através de um estudo detalhado do 'Grupo Somos de Afirmação Homossexual' de São Paulo, procuro identificar os problemas específicos levantados pelos militantes homossexuais além dos mais gerais relacionados a formas autônomas de organização desenvolvidos por outros movimentos sociais urbanos como o feminista e o negro.

Neste trabalho procuro demonstrar que o final da década de 1970 foi marcada tanto pela crescente visibilidade da homossexualidade nas grandes metrópoles brasileiras, quanto pelo surgimento, no contexto formado por um grande número de novos movimentos sociais urbanos, de uma postura de contestação da condição de marginalização percebida por uma parcela das pessoas que se identificam como homossexuais.

109.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação em Sindicatos: Quem Disse que a Gente Não Sabe?** Orientador: Lia de Freitas Garcia Fukui. Doutorado, FFLCH. 1983, 347p.

RESUMO (introdução)

...apesar da relevância política desses movimentos {de educação popular} e da contribuição teórica dos estudos sobre educação popular (durante o período de 1956/1964) para que se repense esta educação, hoje, parece-nos importante ressaltar a necessidade de se investigar uma outra dimensão pouco considerada. Referimo-nos às formas alternativas de educação, que as próprias classes subalternas criam e recriam a partir de sua prática social e política, enfim, àquela educação que os grupos populares proporcionam a si próprios como uma classe social. É, por exemplo, a educação que o operário recebe na fábrica, no sindicato, através de sua participação nos vários movimentos grevistas, reivindicatórios, enfim, nas lutas travadas ao nível do cotidiano, em seus locais de trabalho, através de suas entidades de classe (sindicatos, associações, partidos) contra as diferentes formas de espoliação e dominação a que são submetidos. (...)

Contudo esses canais informais e espontâneos de formação, na maioria das vezes, se entrecruzam com práticas de capacitação intencionalmente organizadas para tais fins, por agências institucionais e/ou organizações culturais que se articulam a partir da dinâmica do próprio movimento operário-sindical.

São essas instâncias de formação que irão constituir nosso objeto de estudo, particularmente aquelas que têm uma proposta intencional de formação, no interior do movimento operário-sindical da Grande São Paulo.

110.

MANTOVANI, José Dervil. **Fala a Apropriação no Mundo do Expropriador: Sobre as Invasões de Terreno Urbano em São Luís do Maranhão.** Orientador: Oracy Nogueira. Doutorado, FFLCH. 1991, 2v.

RESUMO

Procurando recorrer a um enfoque pessoal do método não diretivo de coleta de dados, pretendeu-se localizar nos discursos dos informantes os valores que orientam regras positivas de

apropriação de espaço e a maneira como elas se relacionam com outros aspectos de sua vida social e interferem na sua caracterização. Sugere-se que a concomitância entre o modo histórico de apropriação de espaço dos habitantes dos 'bairros de invasão' de São Luís e o chamado 'Direito Objetivo' brasileiro, que lhe é externo, provoca naquele um movimento de auto-superação que se manifesta em três momentos: a apropriação, a expropriação e a propriedade.

111.

MARANHÃO, Ricardo. O Movimento Operário na Redemocratização (Brasil, 1945 a 1950). Orientador: Oliveiros S. Ferreira. Mestrado, FFLCH. 1978, 136p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho tem como ponto de partida a idéia de que a explicação do caráter heterônimo do movimento operário e sindical brasileiro, bem como dos seus descontínuos momentos de autonomia, é fundamental para a análise política contemporânea e para a história social do Brasil.

112.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Servidor, Funcionário, Trabalhador: Interesses e Culturas Organizacionais no Setor Público de Saúde. Orientador: Gabriel Cohn. Doutorado, FFLCH. 1993, 2v.

RESUMO

Este estudo trata-se da organização de interesses dos funcionários públicos do setor de saúde em São Paulo, que emergiu no processo de desenvolvimento do novo sindicalismo na década de 80, com as características de um associativismo muito intenso e tentativas de articulações neocorporativistas.

Procurou apreender também as culturas organizacionais que se formaram em cada nível da administração pública em saúde, Federal, Estadual, e Municipal e que influenciaram as características gerais do sindicalismo dos funcionários públicos, bem como as peculiaridades que vem apresentando cada uma das entidades: Sindsep, Sindsaúde, Sinsprev e Semesp.

A investigação empírica baseou-se no material encontrado nos arquivos dos sindicatos, no período de 1983/1991, em documentos das administrações públicas e em depoimentos de dirigentes sindicais e dirigentes das administrações, enquanto agentes das reformas centralizadoras do final da década de 70 e das reformas descentralizadoras do final da década de 80.

Procurou identificar ainda as dificuldades de implantação da política social no setor, baseada na unificação dos três níveis da administração, para formar um Sistema Único de Saúde, gerido na nível municipal.

113.

MARTES, Ana Cristina Braga. Institucionalização dos Movimentos de Reivindicação Urbana. As Secretarias de Saúde e a Participação Popular, 1979-1989. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Mestrado, FFLCH. 1990, 273p.

RESUMO (CD-ROM)

Esta tese procura analisar o processo de institucionalização dos movimento de reivindicação urbana no Brasil durante a década de 80, a partir das relações desenvolvidas entre a Secretaria de Saúde do Estado e a do Município de São Paulo e os diversos movimentos e grupos de saúde. O primeiro capítulo traz uma análise comparativa entre movimentos sociais europeus e os brasileiros, chamando atenção para as especificidades do MRUs no Brasil, a partir de 03 pontos: organização e formas de ação coletiva, natureza dos conflitos e efeitos visíveis da ação. No

segundo capítulo são analisadas as diferentes formas de ação dos MRUs no Brasil, a partir dos seus próprios discursos, dos tipos de recrutamento e aspectos relevantes das formas participativas, especialmente na maneira como se relacionam com o sistema político - institucional. O último capítulo analisa as transformações verificadas na relação entre os grupos de saúde e as Secretarias de Saúde (1979 a 1989), a partir do processo de institucionalização dos próprios grupos e das diferentes composições políticas destas secretarias.

114.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **O Sindicato e a Burocratização dos Conflitos de Trabalho no Brasil**. Orientador: Azis Simão. Mestrado, FFLCH. 1975, 215p.

RESUMO (apresentação)

O presente trabalho propõe-se como uma descrição e análise do processo de burocratização dos conflitos de trabalho, expresso na ordenação jurídica das relações de trabalho e no reconhecimento formal da organização sindical. A regulamentação e organização do trabalho são tratadas, aqui, como uma decorrência das exigências do processo de constituição da sociedade urbana e industrial no Brasil, com relação a uma maior eficiência e racionalidade, que atingiram tanto as figuras fundamentais do sistema econômico - empresário e assalariado - como o próprio poder político, o Estado. (...)

A escolha do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, para a realização do estudo de caso, foi o resultado de um longo período de observação.

115.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e Movimento Operário no ABC, 1954-1975**. Orientador: Azis Simão. Doutorado, FFLCH. 1986, 240p.

RESUMO (introdução)

O objetivo da pesquisa (...) não é o de reconstruir as histórias das Igrejas no ABC e, muito menos, analisar as relações das Igrejas, com a classe trabalhadora, através da presença e da atuação apenas de bispos, e padres. O que nos interessa, é a reconstrução das lutas operárias e, nesse sentido, destacar a luta de uma parcela de trabalhadores, que teve a sua prática ligada a movimentos de Igreja. O ponto central de nosso enfoque, é então, o de ver quais os elementos - e aqui a ideologia religiosa tinha um papel essencial - que tem fundamentado a prática desses militantes no movimento operário e sindical. Qual tem sido a forma de participação do militante cristão na história das lutas operárias no ABC.

116.

MASSI, Marina. **Reflexões sobre Algumas Vivências e Representações no Cotidiano de Mulheres dos Estratos Médios da Cidade de São Paulo**. Orientador: Melany Schvartz Copit. Mestrado, IP. 1991, 216p.

RESUMO (CD_ROM)

Estudo sobre o papel central que a mulher exerce no cotidiano familiar atual, ao mesmo tempo em que tenta descentrar o seu cotidiano na esfera do privado, quando sai para trabalhar fora. O objetivo é mostrar a importância e a influência da mulher na esfera do privado. Entrevista 20 mulheres, entre 30 e 40 anos de idade, pertencentes ao estrato médio da cidade de São Paulo, com experiência do casamento e da maternidade e que trabalham ou já trabalharam fora de casa.

Analisa 06 temáticas: trabalho, vida doméstica, família, casamento, vida sexual, feminismo e projeto de vida, tomando a psicanálise como aporte na compreensão da interiorização da ideologia e das representações presentes nos conteúdos das narrativas. Depreende que, apesar da modernização, o cotidiano privado ainda permanece nos padrões tradicionais da família patriarcal, ou seja, a vida da mulher é permeada por contradições de uma prática do passado e do projeto futuro. Trabalhar fora de casa tem sido o principal fator modificador e enriquecedor, mas a vida doméstica também é parte importante na vida da mulher e da sua realização. Não foi encontrada, ainda, uma forma adequada de gerência do cotidiano da mulher, considerando a maternidade e a família, assim como o seu lado profissional e público, incluindo neste gerenciamento a parte do cônjuge e da sociedade.

117.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de A Questão da Reforma Agrária no Brasil 1955-1964. Orientador: José Braz de Araújo. Mestrado, FFLCH. 1982, 146p.

RESUMO (apresentação)

O objetivo deste trabalho é contribuir para o conhecimento do significado da luta pela reforma agrária, buscando elementos para compreender que forças sociais empunhavam esta bandeira e quais as condições que permitiram que a propriedade da terra fosse um dos eixos privilegiados das lutas que se travaram no Brasil no Período populista.

Minha preocupação central é marcar alguns dos contornos de uma conjuntura em que questionado o monopólio da propriedade da terra e, fundamentalmente, todo um complexo de relações de poder que tradicionalmente subjugaram o trabalhador rural. Uma conjuntura em que este emerge como força política e em que suas lutas tendem a perder o caráter local e começam a esboçar uma perspectiva mais ampla de organização.

118.

MEDICI, Alberto. Trabalhadores e Intelectuais nos Movimentos Reivindicatórios e no Acesso a Terra no Estado de São Paulo. Orientador: José Cesar Aprilanti Gnaccarini. Mestrado, FFLCH. 1989, 170p.

RESUMO (introdução)

...tomamos a iniciativa de efetuar um estudo no âmbito interno (ou seja no das condições de desenvolvimento das forças) dos grupos subalternos que reivindicaram parcelas de terra, e que professaram os objetivos mencionados (melhores condições de vida, justiça social, maior igualdade real). (...)

Em São Paulo, a reivindicação de acesso à terra também se verificou tanto no período anterior a 1964 como no mais recente. (...)

Desses movimentos reivindicatórios e seus desdobramentos, sob distintas conjunturas, selecionamos três para o nosso estudo. {Fazenda Rebojo, Fazenda Primavera e Fazenda Pirituba}.

119.

MEGIANI, Ana Paula Torres. O Jovem Rei Encantado. Aspectos da Construção e Personificação do Mito Messiânico Português. Orientador: Jônatas Batista Neto. Mestrado, FFLCH. 1995, 130p.

RESUMO (introdução)

A cultura brasileira apresenta um forte componente messiânico.(...)

Historiadores, sociólogos e antropólogos debruçaram-se muitas vezes sobre o tema, identificando a colonização portuguesa e católica como a principal responsável pela presença do componente messiânico no imaginário político brasileiro. (...)

Este trabalho consiste (...) em um estudo dos aspectos formadores do Sebastianismo e não na análise da manifestação do movimento propriamente dito. Na pesquisa que realizamos pudemos notar a presença do messianismo anterior a D. Sebastião e ao Sebastianismo. Para chegarmos a esses aspectos, identificamos inicialmente três manifestações de naturezas diferentes, mas que têm em comum o fato de serem messiânicas. Essas manifestações encontram-se diluídas na história portuguesa, não aparecendo como revoltas nem como movimentos organizados, tal como seria mais tarde o Sebastianismo.

Encontramos o espírito messiânico português na tradição joaquimista, na literatura e nas crônicas reais. Cada uma delas compões um capítulo desta dissertação.

120.

MELO, Jacira Vieira de. *Trabalho de Formiga em Terra de Tamanduá: Experiência Feminista com Vídeo*. Orientador: Alice Mitika Koshiyama. Mestrado, ECA. 1993, 242p.

RESUMO (CD-ROM)

Nesta pesquisa investigo o uso do vídeo pelos grupos feministas enquanto um meio de apoio às suas ações na realidade social. Um dos interesses da pesquisa foi sistematizar uma série de dados e informações que estavam completamente dispersos, acerca dos vídeos produzidos sobre a temática da mulher e a formação de videotecas especializadas. Outra perspectiva desta pesquisa foi avaliar a atuação de alguns grupos e instituições no âmbito da produção e difusão, buscando observar o uso do vídeo a partir da descrição do funcionamento interno dos grupos e instituições. Este estudo abrange a década de 80, mais precisamente as produções realizadas entre 1981 e 1992, período de emergência e crescimento do uso de vídeo pelos diversos movimentos sociais no país. A pesquisa foi realizada em São Paulo, cidade escolhido pelo fato de responder por aproximadamente 50% da produção nacional em vídeo realizada sobre a temática da mulher no período 1981-1991, e por contar com as videotecas do CIM-Centro Informação Mulher, Rede Mulher e Conselho Estadual da Condição Feminina. O trabalho de Campo, realizado entre 1989 e 1990, foi desenvolvido com representantes de grupos feministas e instituições governamentais que produzem programas em vídeo e/ou mantêm videotecas.

121.

MOISÉS, José Álvaro. *Classes Populares e Protesto Urbano*. Orientador: Francisco Corrêa Weffort. Doutorado, FFLCH. 1978, 449p.

RESUMO (introdução)

Além de ser o locus a partir de onde os típicos conflitos do trabalho se generalizam na sociedade, São Paulo tornou-se local de habitação para cerca de 12 milhões de pessoas que convivem com uma realidade de carências sociais e urbanas que, todavia, são decorrentes do não atendimento pelo Poder Público de necessidades essenciais à sua sobrevivência nas condições urbanas geradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. (...)

Essa concentração e combinação de características peculiares, em uma área sócio-econômica onde a presença popular vem tendendo a crescer e a se afirmar cada vez mais, criaria as condições para a emergência de uma multiplicidade de movimentos sociais (...).

Esse parece ser o caso particular dos movimentos sociais urbanos que, desde o final dos anos 40 até o início da década dos 60, acumularam uma tradição de participação social e política (...). O exame desses movimentos se constitui no objeto do presente estudo, cujo foco de análise se

concentra nas experiências de protesto urbano que surgiram em alguns bairros ou distritos 'dormitórios' da região da Grande São Paulo, em meados dos anos 50 e princípios dos anos 60: os chamados movimentos autonomistas, cuja principal reivindicação era criar novas unidades políticas que deveriam ser administradas e controladas pelos setores populares.

122.

MOMESSO, Luiz Anastácio. Comunicação Sindical: Limites, Contradições, Perspectivas. Orientador: Maria Nazareth Ferreira. Doutorado, ECA. 1994, 155p.

RESUMO (CD-ROM)

Este trabalho analisa a comunicação sindical como um processo que é composto de diferentes formas, canais e veículos, incluindo desde a comunicação oral, interpessoal, até o uso das tecnologias acessíveis aos trabalhadores. Discute as transformações que ocorreram a partir do final da década de 70 com a criação dos departamentos de imprensa nos sindicatos, a inclusão do trabalho profissional e de equipamentos modernos. Demonstra que as transformações não se limitam a alterações superficiais e formais, mas se inscrevem num campo de significações mais profundas e estão relacionadas com as transformações do movimento sindical e com a modernização da comunicação social. Aponta e discute diversos problemas oriundos da profissionalização, especialmente a penetração do modelo comercial da grande imprensa nas entidades e as dificuldades que os trabalhadores encontram para construir sua comunicação incluindo tecnologias mais avançadas e ao mesmo tempo garantindo participação coletiva. Conclui que uma das questões fundamentais é a falta de aprofundamento teórico e a elaboração de políticas definidas e condizentes com os objetivos estratégicos dos trabalhadores.

123.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Os Errantes do Novo Século: Um Estudo Sobre o Surto Milenarista do Contestado. Orientador: Azis Simão. Doutorado, FFLCH. 1972, 283p.

RESUMO (introdução)

Este trabalho é o reestudo de um movimento milenarista ocorrido entre os anos de 1912 e 1916, na chamada zona serrana de Santa Catarina. Muita coisa sobre esse assunto já foi escrito (...)

Dos estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz e de Maurício Vinhas de Queiroz (...) Os primeiros desenvolvem uma abordagem essencialmente voltada para os aspectos sociológicos gerais do problema. (...) O livro de Maurício Vinhas de Queiroz é uma excelente reconstrução histórica dos eventos, feita com espírito de historiador (...) Dessa maneira, pelo que sei, o único estudo do movimento do Contestado, sob o ponto de vista de seus aspectos religiosos, é o de Laís Mourão Sá. Diante disto, parece justificada uma tentativa de voltar sobre o mesmo assunto, focalizando-o predominantemente do ângulo da sociologia da religião.

124.

MOTTER, Maria Lourdes. Ficção e História: Imprensa e Construção da Realidade. Orientador: Maria Aparecida Baccega. Doutorado, ECA. 1992, 249p.

RESUMO (CD-ROM)

A linguagem com a qual se exercem o fazer histórico e o fazer jornalístico se distingue pelo grau de subjetividade que se apresenta. O presente trabalho, tendo por base o estudo de relatos de acontecimentos do período de 1968 a 1971 (greve de Osasco, Invasão da Maria Antônia, Morte de Carlos Mariguella e Carlos Lamarca) pelos jornais de São Paulo (O Estado de São

Paulo, Jornal da Tarde, Folha de São Paulo e Folha da Tarde) aponta o subjetivismo da imprensa agindo sobre os acontecer no sentido de refrear os movimento sociais.

125.

MOUTINHO, Jessita Maria Nogueira. **A Mulher Operária**. Orientador: José de Souza Martins. Mestrado, FFLCH. 1974, 179p.

RESUMO (introdução)

Em primeiro lugar, tentaremos apreender, criticamente a contribuição que estes trabalhos {das feministas} possam oferecer para caracterizar uma das ideologias dominantes da sociedade de classes, isto é, a ideologia (“mito”) da mulher como dona de casa. (...) Não nos limitaremos, portanto, a expor descritivamente as análises das feministas, mas tentaremos, muitas vezes, re - traduzir seus discursos, inserindo-os numa teoria da ideologia.

Em segundo lugar, numa análise concomitante, tentaremos indicar o universo, também ideológico, em que se inscreve o discurso das feministas, mostrando como sua argumentação permanece nos limites da própria ideologia dominante. (...)

Finalmente, como derivação das discussões anteriores, levantaremos a hipótese fundamental deste trabalho: tanto a ideologia do trabalho como a ideologia da mulher são incorporadas diferencialmente, segundo as várias classes ou camadas sociais, e segundo a formação social em que as mesmas se manifestam e são veiculadas. Neste sentido, tentaremos desenvolver uma linha de reflexão radicalmente negadora da abordagem feminista.

126.

MURAMATSU, Luiz Noboru. **Revoltas do Capim (Movimentos sociais - Agrários do Oeste Paulista) 1959-1970**. Orientador: José de Souza Martins. Mestrado, FFLCH. 1984, 296p.

RESUMO (introdução)

Rubinéia, antigo distrito de Santa Fé do Sul, pequena cidade, palco de intensas lutas camponesas entre 1950 a 1970, não mais existe. Em 1973, toda a cidade e parcialmente as terras do município foram inundadas pelas águas do Rio Paraná com o represamento para a formação do complexo hidrelétrico Urubupungá-Ilha Solteira. A construção da barragem representou o desfecho final de um longo processo histórico de ocupação desta área. (...)

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro mostro como se deu na área de Santa Fé do sul a ocupação econômica e social mediante a redefinição da propriedade da terra. (...) No segundo capítulo relato a luta dos trabalhadores arrendatários mostrando dois casos de conflitos entre invernistas e pequenos arrendatários, ocorridos entre 1958-1969. São as chamadas “Revoltas do Capim”. E finalmente, no terceiro capítulo relato a história de vida de um líder religiosos, aparecido Galdino Jacintho que congregou em torno de si um grupo de fiéis esperando pelo ‘fim do mundo’.

127.

MURARO, Walmir Francisco. **A JOC: Uma Utopia Operária?** Orientador: José Carlos Sebe Boh Weilty. Mestrado, FFLCH. 1983, 202p.

RESUMO (introdução)

A preocupação analítica do movimento sócio-religioso conhecido por Juventude Operária Católica (JOC), nasceu do propósito de contribuir de alguma forma com o estudo do Catolicismo do Brasil em sua ambientação social. A perspectiva histórica desde logo se impôs como

fundamental. A tentativa de compreensão de maneira ampla, do Catolicismo no Brasil, implica na aceitação de um risco e este foi um dos fatores que impulsionaram o presente trabalho.(...)

O presente estudo pretendeu inicialmente abordar as circunstâncias gerais do surgimento da JOC. Num segundo momento, procurou-se analisar as circunstâncias que levaram a introdução do Movimento Jocista no Brasil para, finalmente, tratar dos momentos decisivos do Movimento e do seu significado para o Catolicismo e a sociedade no país.

128.

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo e Meio Ambiente: Atores Sociais e Responsabilidade na Crise Sócio-Ambiental na Metrópole de São Paulo. Orientador: José Carlos Bruni. Doutorado, FFLCH. 1993, 317p.

RESUMO (capítulo 1)

O estudo aqui focalizado sobre a origem, desenrolar e desfecho de um movimento social ambientalista ocorrido entre 1990/91 em Vargem Grande Paulista, localidade a oeste da macrometrópole de São Paulo, tem como cenário uma cidade de 15,8 mil habitantes, cujo núcleo urbano cresceu às margens dos quilômetros 40 e 45 da rodovia Raposo Tavares.

129.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Um Movimento Messiânico Urbano: Messianismo e Mudança Social no Brasil. Orientador: Maria Isaura Pereira Queiroz. Doutorado, FFLCH. 1972, 255p.

RESUMO (apresentação)

O interesse em pesquisar com alguma profundidade a Fraternidade Eclética Espiritualista, nasceu em 1966 (...) Em linhas gerais, nos valem de formulários, aplicados a uma amostra casual, através dos quais procuramos levantar dados objetivos à respeito dos fraternários, referentes tanto à sua vida pregressa como à atual.

130.

NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. Família e Feminismo: Reflexões sobre Papéis Feminino na Imprensa para Mulher. Orientador: Maria do Carmo Carvalho Souza. Doutorado, FFLCH. 1981, 329p.

RESUMO (introdução)

O processo de produção desta tese e a realidade que ela pretende analisar são em grande medida, frutos de uma mesma circunstância histórica: o aparecimento em nosso país, nos últimos anos, de grupos atuando na defesa dos direitos da mulher, do homossexual, do negro e do índio. (...)

O primeiro capítulo, 'Família e Opressão Feminina', introduz o tema sobre as origens da situação de inferioridade da mulher e suas justificativas.

131.

NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. Trabalhadores de Contagem: Uma História Outra, Uma Outra História. Orientador: Elizabeth de Souza Lobo Garcia. Doutorado, FFLCH. 1991, 2v.

RESUMO (CD-ROM)

Estuda a experiência vivenciada por mulheres e homens na cidade industrial de Contagem em Minas Gerais, relacionando espaço fabril e espaço urbano. Neste contexto estudamos a participação diferenciada de mulheres e homens trabalhadores, utilizando para este enfoque, o conceito de relações de gênero. Num primeiro momento situamos o cenário de Contagem, o projeto do governo mineiro e dos empresários analisando a concepção de progresso ligada a industrialização. Num segundo momento recuperamos através da memória e da narrativa de um grupo de trabalhadoras, cotidiano fabril dos anos 50 e 60; posteriormente enfocamos a greve de Contagem em 1968, entendendo seus protagonistas ,mulheres e homens trabalhadores como sujeitos que através de suas praticas políticas instituem um outro significado nesse período na cidade industrial. Num terceiro momento focalizamos o final dos anos 70 em contagem a partir de dois movimentos: os novos movimentos sociais e o renascer do movimento operário e sindical. A análise privilegia a constituição da identidade coletiva, mostrando como a ação política surge como uma resposta inovadora á opressão dos anos 70, rompendo com a forma clássica de participação política em partidos e sindicatos. Através das práticas sociais e políticas, mulheres e homens trabalhadores expressam sua cidadania, lutando pela sua dignidade e afirmando nesse cenário igualdade e diferenças.

132.

NOVAES, Regina Reys. De Corpo e Alma. Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Doutorado, FFLCH. 1987, 364p.

RESUMO (introdução)

...neste trabalho, não se trata de avaliar a atuação da Igreja Católica na Paraíba no tocante à luta pela terra ou à luta por direitos trabalhistas, nem de buscar distância ou proximidade entre o que é dito e o que é feito, isto é, entre as declarações e a prática. Não se trata, ainda, de se posicionar nos termos de um debate já existente onde as posições se polarizam entre aqueles que procuram demonstrar a efetiva evolução da Igreja Católica em direção aos 'pobres e oprimidos' e outros que por sua vez, procuram demonstrar o poder de sobrevivência da Igreja graças a adaptações funcionais, a uma nova face de uma velha ideologia populista. Nem ao menos pretendo chegar a concluir acerca da legitimidade/ilegitimidade do espaço ocupado pela Igreja Católica, agência religiosa, no processo de constituição da classe e em sua articulação política. Prefiro, apenas, identificar problemas e impasses resultantes desta realidade social.

Em síntese, da literatura consultada resgatei apenas os subsídios e as polêmicas que, ao meu ver, contribuíram para o entendimento das apreensões e práticas dos trabalhadores rurais, fornecendo conteúdo e contorno aos grupos sociais em conflito.

133.

NUNES, Edson. Carências Urbanas e Política. Dois Estudos de Sociedades de Amigos de Bairro da Região Metropolitana de São Paulo durante a Transição Política. Orientador: José Álvaro Moisés. Mestrado, FFLCH. 1987, 234p.

RESUMO (apresentação)

Este trabalho é resultado de uma crise e das tentativas de as superar. Uma crise de interpretação legada pelas evidências de três estudos de caso realizados entre 1979 e 1982. Dois deles tiveram como objeto 'sociedade de amigos de bairro' e estão apresentados nesta dissertação. (...). O terceiro estudo preocupou-se com o 'Movimento por Melhores Condições de Saúde', na Zona Leste de São Paulo (...).

...foi possível montar um quadro de referência teórico ainda bastante lacunar e provisório, apresentado no Capítulo 1, que permitiu uma interpretação diferente dos estudos de caso, que

deram origem à referida 'crise', apresentados nos Capítulos 2 e 3. As referências teóricas e as sugestões dos estudos de caso, por sua vez, formaram os elementos básicos da construção de uma hipótese explicativa para o surgimento e significado dos movimentos reivindicativos surgidos durante o processo de transição política no Brasil, exposta no Capítulo 4, e da elaboração de uma hipótese mais ampla sobre a cidadania dos trabalhadores, resumida no Capítulo 5.

134.

OLIVEIRA, Célia Regina Gomide de. **Frente Cafeicultora em Araguari- Minas Gerais**. Orientador: Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta. Mestrado, FFLCH. 1991, 205p.

RESUMO (CD-ROM)

Neste trabalho fazemos uma análise da frente cafeicultura, em Araguari, partindo do entendimento da própria organização do espaço da região do Triângulo Mineiro, na qual, se encontra o município de Araguaia. Ao analisar a introdução do café na região, especificamente em Araguaia, destacamos o dinamismo desse Frente Agrícola, enfatizando elementos que a caracterizam. Consideramos as relações de trabalho na cafeicultura, com a presença do Bóia - Fria e a mão de - obra da mulher, resgatando a dominação que perpassa o seu cotidiano. Como forma de resistência à situação do bóia - fria, analisamos a primeira greve dos trabalhadores do café. Finalmente, abordamos de forma resumida, a crise pela qual passa toda a cafeicultura.

135.

OLIVEIRA, Dennis de. **Imprensa Sindical, Greve e Consciência de Classe**. Orientador: Maria Nazareth Ferreira. Mestrado, ECA. 1992, 153p.

RESUMO (CD-ROM)

Recentemente vários pesquisadores em comunicação debruçaram-se para analisar o material produzido pelo movimento sindical brasileiro, desde estudos históricos da evolução da imprensa sindical anarquista, até os dias de hoje. Levantamentos recentes dão conta que a imprensa sindical representa 10% do total de material impresso produzido no país. É, portanto, inquestionável que este tipo de imprensa joga um papel no cenário político-social do país. Sendo uma atividade social e com objetivos nitidamente políticos, pois é feita por uma associação de setores sociais não hegemônicos no sistema capitalista, ela é passível de um estudo sociológico político e histórico. Para análise de um foto histórico, escolheu-se a greve geral de 21 de julho de 1983 e os jornais do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, por serem estes os pilares da reorganização do movimento sindical brasileiro, após o golpe de 64.

136.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A Reapropriação do Corpo Feminino: da Recusa ao Confinamento Doméstico à Invenção de Novos Espaços de Cidadania**. Orientador: Maria Lúcia A. Montes. Doutorado, FFLCH. 1990, 2v.

RESUMO (introdução)

Este trabalho é produto de uma pesquisa e de uma reflexão sobre novas configurações sociais construídas pelas mulheres de uma favela de João Pessoa, Estado da Paraíba. (...)

O objetivo deste trabalho é, a partir de uma reflexão a respeito de minha trajetória e participação em dois universos sociais e culturais distintos, discutir a problemática da cidadania feminina.(...)

Ele é a expressão dos desafios que me coloquei, e que trafegam pela minha postura, tanto como pesquisadora no interior da academia quanto no meu trabalho de pesquisadora militante da área

dos Direitos da Reprodução Humana. É antes de tudo, um trafegar feminista no meu cotidiano de mulher. (...)

Pretendo destacar a ótica do poder do nível da soberania do Estado para as micro - esferas da sociedade, como espaços de onde emergem os “novos movimentos sociais”, entre os quais se destaca, no horizonte deste trabalho, o movimento feminista. Pretendo analisá-lo enquanto movimento libertário, ao nível de idéias transgressoras e subversivas que atuam no terreno da política através da cultura.

137.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Henrique Borges de. Ribeirinhos e Roceiro: Gênese, Subordinação e Resistência Camponesa em Gurupa-PA. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Mestrado, FFLCH. 1991, 346p.

RESUMO (CD-ROM)

Objetiva analisar as bases territoriais, condições de vida e trabalho, e formas de luta e resistência desenvolvidas pelo campesinato do município paranaense de Gurupa. Este campesinato tem no extrativismo dos produtos da água e floresta (madeira, palmito, látex, peixe e camarão) a sua principal atividade econômica. O saque dos recursos naturais e relações sociais de produção marcadas pela exploração e violência contra os trabalhadores rurais são uma constante na formação econômica e social de Gurupa. Este processo intensificou-se quando voltaram-se para o incentivo à ocupação e expansão do território capitalista grandes grupos econômicos internacionais e nacionais, marginalizando a pequena produção rural local e sujeitando-a à sua lógica de acumulação. É neste processo que ocorrem a dominação e exclusão econômica e política do campesinato gurupaense, ao mesmo tempo que nascem as suas lutas. A partir de lutas localizadas, uma série de iniciativas por eles desenvolvidas, resistência à violência e subordinação a que estão submetidos, devastação dos seus meios de vida. É neste processo que grupos e movimentos sociais em Gurupa constroem alternativas concretas de desenvolvimento que, resgatando elementos de sua vivência e luta cotidiana, apontam para sua capacidade de atuação no debate, na elaboração e intervenção de políticas públicas local, regional, nacional e internacional.

138.

PAES, Maria Helena Simões. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - 1932-1951. Orientador: Sauly Robles Reis de Queiroz. Mestrado, FFLCH. 1979, 200p.

RESUMO (apresentação)

O presente trabalho tem por objetivo uma reconstituição histórica do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, desde sua fundação, em 1932, até 1951.(...)

Nesta monografia, o sindicato dos Metalúrgicos foi estudado sob um duplo enfoque: a organização e a atuação sindical. No primeiro enfoque, procurei mostrar a estrutura e a dinâmica interna da organização sindical, as formas de administração da entidade, a ação das diretorias e suas relações com os associados, além das funções e papéis que a associação desempenhou no período estudado. No segundo enfoque, pretendi revelar a ação reivindicatória dos metalúrgicos sindicalizados, as formas de organização dessa ação e as articulações do sindicato com o conjunto do movimento operário.

139.

PALHARES, Marina Silveira. Movimentos Comunitários. Urbanos em São Carlos: A Conquista da Cidadania num Universo Relacional. Orientador: Maria Machado Malta Campos. Doutorado, FE. 1995, 189p.

RESUMO (CD-ROM)

Este estudo analisa a luta por melhores condições de vida dos moradores de dois bairros da cidade de São Carlos, no interior do estado de São Paulo. As principais ações coletivas datam da década de 80; a pesquisa realizada com o método de intervenção sociológica foi realizada nos anos de 1993/1994. As conquistas se deram através da articulação tensa entre duas lógicas, aparentemente contrárias: a lógica do direito, com toda a significação de cidadania aí presente; e a lógica do favor, que nos transporta para um mundo relacional. Este trabalho busca revelar como tem se dado esta difícil articulação. O movimento comunitário apresenta uma série de características que poderiam levar-nos apressadamente a classificá-lo como atrasado e conservador. Os moradores dos bairros estudados relacionam-se com as sucessivas prefeituras de uma forma bastante intensa. O que há de novo e o uso que esta população faz dos representantes do poder local. A luta destes moradores vai além da conquista de esgoto, água tratada, transporte, saúde, escola e lazer: é a luta pela cidadania, a qual se revela em reivindicações específicas por bens e serviços.

140.

PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres Trabalhadoras: Presença Feminina na Construção do Sistema Fabril. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues. Doutorado, FFLCH. 1980, 237p.

RESUMO (introdução)

Este texto tem por finalidade compreender o movimento do trabalho feminino no período inicial de industrialização no Brasil, até 1950. (...)

...eu sugiro que a dinâmica da formação do proletariado urbano no Brasil não pode ser desenhada apenas enfocando os mecanismos internos de funcionamento do capitalismo, mas também os mecanismos internos de funcionamento do patriarcalismo.(...)

A sujeição da mulher ao homem não se originou do capitalismo; nesse, e no desdobramento que opera entre espaços público e o privado, ela apenas se tomou mais virulenta e devastadora. (...) Estudando o trabalho da mulher na indústria e as modificações sexuais envolvidas na composição do proletariado fabril, procuro enfatizar como as relações de reprodução consistem parte integrante da organização do trabalho e um instrumento efetivo de acumulação de excedentes.

141.

PEPPE, Atilio Machado. Associativismo e Política na Favela Santa Marta (RJ). Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Mestrado, FFLCH. 1992, 543p.

RESUMO (introdução)

...assumimos como objeto fundamental desta dissertação um estudo etnográfico do processo de ação coletiva através da qual se constrói a experiência associativa na Favela Santa Marta ao longo do período 1977-91. (...)

É possível detectar e especificar a dinâmica interna do processo inclusivo de ação coletiva em questão, através da formulação de uma problemática fundamental que o pervade e constitui a hipótese central orientadora desta dissertação (...) {que} deixa-se guiar por três perguntas-chave intimamente correlacionadas (...):

a) se e como o processo de ação coletiva em questão propicia a constituição de novas identidades coletivas locais (...) capazes de interlocução política consistente; b) em caso afirmativo, se e como esses novos atores políticos emergentes na Favela Santa Marta exercitariam formas de ação política diferenciadas das formas de clientelismo e tutelação (...); c) caso se possa verificar experiências de superação dos limites daquelas formas tradicionais de ação política, (...) restaria

perguntar se e como tais experiências poderiam contribuir com o processo microsocietário de desenvolvimento de uma cultura e de uma institucionalidade política democráticas...

142.

PEROSA, Elizabete Paschoal Perosa. A Questão Possessoria no Vale do Ribeira, São Paulo: Conflito, Permanência e Transformação. Orientação: Margarida Maria Moura. Mestrado, FFLCH. 1992, 180p.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo reconstituir a história social de um grupo de posseiros moradores do bairro do Itagua, município de Sete Barras, Estado de São Paulo. O referido bairro era uma gleba de terras devolutas apropriadas por famílias de lavradores, portadores de traços sociais caipiras, desde a década de 40.

A partir da década de 60, a área passou a receber famílias que migraram da região da grande São Paulo para o Vale do Ribeira à procura de terra para trabalhar. Durante a década de 70 a área sofreu uma tentativa de grilagem de terras, por parte de uma empresa de reflorestamento, denominada Field Comércio e Participação S/A, que através da força da violência e de expedientes judiciais, tentou expulsar os lavradores e apoderar-se de suas terras.

Este processo de chegada de novas pessoas na área e da invasão do grileiro, aliado à intervenção do Estado, desapropriando a área para um projeto de reforma agrária, gerou profundas transformações culturais e nas condições de vida dos lavradores.

A partir do instrumental teórico proposto pela Antropologia Social, que nos possibilita a compreensão da dinâmica de existência do campesinato, acompanhamos e pesquisamos a vida, a cultura e o cotidiano destes lavradores durante um período compreendido entre o início de 1985 até o início de 1992.

143.

PEROSA, Gilda Gouveia. O Comportamento do Estudante: Um Estudo do Radicalismo e do Conformismo. Orientador: José Pastore. Mestrado. FFLCH. 1971, 64p.

RESUMO (introdução)

A preocupação de entender que mecanismo provocam em estudantes universitários, comportamentos opostos em relação a tópicos apresentados como normas da sociedade em relação à vida universitária, levou-nos a um estudo do radicalismo e do conformismo como formas de manifestação destes comportamentos.

A rejeição de respostas parciais que colocam estas manifestações como: reflexos de uma crise de idade, traços de personalidade, resultado de pressões estruturais do sistema, ou ainda um mero jogo de situações favoráveis e desfavoráveis ao aparecimento de um dado padrão de comportamento _sugeriu-nos o exame de algumas teorias existentes. Seriam variáveis atitudinais, estruturais ou situacionais as responsáveis pela produção do conformismo e de rebeldia? Uma delas, duas, todas? Seria possível observar o produto da intervenção conjunta das três? Que combinação peculiar seira responsável pela determinação de comportamentos opostos?

144.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Participação na Comunicação Popular. Orientador: Anamaria Fadul. Doutorado, ECA. 1991, 234p.

RESUMO (CD-ROM)

Este trabalho é um estudo da comunicação participativa no contexto dos movimentos sociais populares do Brasil nos anos 70 e 80, com algumas inflexões para a América Latina. A partir de conceituações teóricas e das experiências históricas dos trabalhadores no que se refere a autogestão, procura-se compreender como ocorre a participação no processo de produção, planejamento e gestão da comunicação popular em experiências radiofônicas concretas. Tomando por balizas formulações e abordagens orientadas pela perspectiva da participação, da auto-emancipação, da liberdade e da autonomia, mostra-se que a comunicação participativa se reveste de importância, apesar de, por suas limitações, não ser predominante nem atingir índices mais amplos no todo da sociedade. O fato é que, no âmbito dos movimentos sociais populares, ela vai ajudando a construir uma cultura democrática, em direção de uma sociedade que considere o ser humano como força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios do desenvolvimento histórico.

145.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. **Vida Operária e Política: Os Trabalhadores da Construção Naval de Niterói**. Orientador: Eunice Ribeiro Durham. Doutorado, FFLCH. 1986, 364p.

RESUMO (introdução)

O presente trabalho está estruturado da forma que se segue:

A primeira parte apresenta o contexto histórico de implantação da indústria naval no país e de desenvolvimento do movimento operário do setor.

A segunda parte descreve basicamente o universo de trabalho nos estaleiros de Niterói, considerando para isso a percepção sobre o processo de trabalho, as condições em que ele se desenvolve e as características da profissionalização operária.

A Terceira parte, finalmente, analisa, a partir das formulações operárias e da documentação sindical, a expressão da identidade desses trabalhadores, atuantes na fábrica, no Sindicato, na política.

146.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **Democracia, Igreja e Voto. O Envolvimento dos Padres de Paróquia de São Paulo nas Eleições de 1982**. Orientador: José Reginaldo Prandi. Doutorado, FFLCH. 1985, 584p.

RESUMO (introdução)

A certeza de uma aliança congênita entre CEBs e PT costumava, nessa época {1982}, acompanhar-se de uma síndrome de hipertrofia dos contingentes eleitorais alcançados pelas CEBs.

Assim, quando nasceu o projeto desta pesquisa, tínhamos uma situação eleitoral pela frente, nos marcos de um novo quadro partidário. A Igreja católica poderia ter aí um papel importante. Qual seria? Se quanto ao resto do país quase não havia dúvidas sobre a co-incidência entre ação pastoral popular e militância no PT, para São Paulo a margem de dúvida aparecia ainda mais estreita, dada a indisfarçada direção em que apontavam as cartilhas eleitorais redigidas no âmbito da Grande São Paulo. Mas as verdadeiras dimensões deste alinhamento petista afirmado como líquido e certo, quem as conhecia? Havia católicos notórios nos quadros do PMDB paulistano, alguns deles candidatos. (...) Era importante fazer uma pesquisa sobre o envolvimento eleitoral da Igreja naquelas eleições pós-revogação do AI-5. Foi o que me propus fazer. O projeto portanto trazia já no seu embrião a preocupação de produzir dados, produzir informações.

147.

PIMENTA, Eli. **Aspectos da Greve Metalúrgica de Santo André em 1979**. Orientador: Braz José de Araújo. Mestrado, FFLCH. 1985, 258p.

RESUMO (introdução)

O objetivo deste trabalho é o estudo de alguns aspectos da greve metalúrgica de Santo André em 1979. O peso da indústria metalúrgica e do movimento sindical na Região do ABC, onde localiza-se Santo André, são bastante significativos no contexto econômico político do país, o que por si só justificaria o trabalho.

148.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento Negro em São Paulo. Luta e Identidade**. Orientador: João Baptista Borges Pereira. Doutorado, FFLCH. 1993, 500p.

RESUMO (CD-ROM)

Este trabalho compara dois momentos do movimento negro que se desenvolve na cidade de São Paulo, período que se estende de 1900 a 1937 e o final dos anos setenta. Na verdade, o alvo principal do trabalho é o período de 1900-1937, sendo que a abordagem do final da década de 70 teve como objetivo estabelecer um contraponto com aquele momento do movimento e, deste modo, entender como caminhou a luta do negro. O movimento é focalizado sob a perspectiva da etnicidade, ou seja, neste estudo, interpreta-se o movimento enquanto uma tentativa do negro formar um grupo étnico no sentido político e, assim, ganhar força e coesão para se colocar perante a sociedade e reivindicar o seu espaço e os seus direitos. É uma perspectiva que, embora não tenha a pretensão de esgotar o entendimento do movimento na sua complexidade, mostrou-se particularmente, por colocar em discussão questões que então no seu cerne, tais como a consolidação e, mesmo a formação de uma identidade negra não estigmatizada, processo este em que a cultura negra desempenha um papel particularmente importante.

149.

PIOZZI, Patrizia. **O Ato Livre: Considerações a Respeito da Política Operária**. Orientador: Maria Sylvia Franco. Mestrado, FFLCH. 1982, 202p.

RESUMO (apresentação)

Este trabalho pretende analisar o movimento operário paulista, no período crucial que se abre em meados da década de 50 e se encerra abruptamente em 1964.(...)

No capítulo I, analiso e discuto os enfoques sociológicos que atribuem às características da estrutura sócio-econômica um peso preponderante na formação da ideologia e da política operária. Procuo mostrar que estes enfoques teóricos subestimam a atividade das classes sociais na determinação dos acontecimentos, excluindo, dessa forma, de suas análises, o movimento efetivo em que estes se produziram.(...)

Assim, nos capítulos II e III, investigo os pressupostos doutrinários da proposta de 'frente popular', diretriz constante na atuação dos dirigentes sindicais da esquerda populista. (...)

Enfim, no capítulo IV, examino aspectos da atividade grevista do operariado de São Paulo, entre 1961 e 1964, buscando identificar nela a emergência (ou não) de propostas alternativas, que superasse os limites da concepção política e organizativa elaborada pelos dirigentes sindicais reformistas.

150.

POKER, José Geraldo Alberto Bertoni **Prática da Vida e os Desencontros da Libertação**. Orientador: Lísias Nogueira Negrão. Mestrado, FFLCH. 1994, 403p.

RESUMO (CD-ROM)

Na madrugada do primeiro domingo de outubro de 1983, um grupo reunindo 36 famílias, com o apoio do núcleo da Comissão Pastoral da Terra de Andradina, invadiu uma área da fazenda experimental do governo do estado no município de Castilho, no extremo oeste de São Paulo, improvisando ao um acampamento como forma de exigir do então governador Franco Montoro o cumprimento de uma de suas promessas de campanha: a realização de assentamentos rurais nas terras públicas do estado. Foi assim que teve origem o Assentamento Comunidade Nossa Senhora Aparecida, localizado às margens do km 143 da rodovia BR 153, no município de promissão _SP, espaço, de terra conquistado e que recebeu 21 das 36 famílias que acamparam em Castilho. A partir da sua entrada na terra, sob influência dos grupos externos de apoio e sobretudo da CPT, adotou-se no assentamento a coletivização do trabalho e a repartição comunitária do seu produto. A adoção dessa modalidade de trabalho contrapôs-se aos valores culturais e aos projetos de vida trazidos pelas diversas famílias para o assentamento, fazendo com que o grupo de assentados passasse por um processo de ruptura consigo mesmo e com os agentes mediadores, o que terminou com a implantação da gestão/ apropriação individual/familiar da terra e do trabalho que vigora até hoje.

151.

PORRO, Antônio. Messianismo Maya no Período Colonial. Orientador: Amadeu José Duarte Lanna. Doutorado, FFLCH. 1977, 196p.

RESUMO (introdução)

Um levantamento das fontes históricas e etnográficas publicadas e de algum material inédito, indicou-nos que, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, os Mayas estiveram envolvidos numa singular seqüência de surtos religiosos, freqüentemente associados a insurreições contra a ordem colonial da Nova Espanha. Na sua grande maioria, estes episódios expressaram, ao lado de reivindicações sociais, um comportamento religioso característico dos movimentos milenaristas. A sua recorrência, ao lado de uma bem definida ideologia milenarista na literatura indígena do período colonial, sugeriu-nos que a área maya constituísse, ao lado do Brasil indígena, da Melanésia, da África Negra e de outras regiões consideradas tipicamente 'messiânicas', um âmbito privilegiado para o estudo deste fenômeno social.

152.

PRA, Jussara Reis. Representação Política da Mulher no Brasil, 1982-1990: A Articulação de Gênero no Sul do País e a Questão Institucional. Orientador: Maria D'Alva Gil Kinzo. Doutorado, FFLCH. 1992, 271p.

RESUMO (CD-ROM)

A tese procurou reconstituir, através de uma periodização ditada pelo processo de liberalização do regime político brasileiro. A trajetória percorrida pelo segmento feminino desde a sociedade civil até o Estado. Tomando como referência a produção acadêmica sobre a temática mulher e política e, a luz das categorias de gênero, participação e representação política, o estudo tratou de apreender, de um lado, a articulação da questão feminina ocorrida no período de 1982 a 1990 e, de outro, os sentidos e os significados das práticas políticas desenvolvidas por mulheres que estão na órbita do sistema de decisões e que detêm posições estratégicas de poder. Desta forma, foi central neste estudo saber como as mulheres participam do processo político - institucional. Conseqüentemente, a interação entre o segmento feminino e a estrutura política (partidos políticos, legislativo e conselhos da condição feminina e dos direitos da mulher) esteve no

âmago da problemática deste trabalho sendo considerada, portanto, teórica e empiricamente importante para a compreensão política feminina e suas conseqüências no período mencionado.

153.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. Irmandades Negras: Outro Espaço de Luta e Resistência. Orientador: Augustin Wernet. FFLCH. Mestrado, 1991, 182p.

RESUMO (CD-ROM)

Objetiva resgatar o papel das irmandades religiosas negras no período final da escravidão em São Paulo. O ano de 1879 revela o momento em a Igreja Católica sob a influência do processo de romanização, passa a intervir nas irmandades, cuja prática de fé religiosa divergia das orientações de Roma, e do modelo de catolicismo que se pretendia universalizar. É nesse contexto que se situa o conflito que envolveu a elaboração do novo compromisso (estatuto) para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo. Destaca-se ainda nesta pesquisa, a atuação dos caifazes (grupos de abolicionistas liderados por Antônio Bento, sucessor de Luiz Gama) nas irmandades negras, mostrando não apenas a participação de seus membros nesse movimento, como também a grande comunicação que existia entre as Irmandades Negras do Rosário, de Santa Efigênia e Santo Elesbão e de São Benedito. Por fim, no ano de 1890 a Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão foi dissolvida e os seus membros foram expulsos do templo por eles mesmos construído, após um longo período de conflito com o vigário José de Camargo Barros, que na casa de fábrica da Irmandade construiu uma capela ao Santíssimo Sacramento, devoção esta mais coerente com as práticas do catolicismo romano, que se procurava difundir.

154.

RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira. Estado-Patrão e Luta Operária. Conflitos de Classe na Fábrica Nacional de Motores. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Doutorado, FFLCH. 1986, 405p.

RESUMO (introdução)

O objeto deste trabalho é a relação entre o modelo de dominação capital-trabalho e as formas de resistência e enfrentamento das contradições postas em prática pelos trabalhadores, numa fábrica gerida pelo Estado. (...)

O caso escolhido para o estudo foi a Fábrica Nacional de Motores, construída ao longo da década de 40, localizada em Xérem, no quarto Distrito do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. (...)

Este trabalho está dividido em quatro partes:

A Parte I trata da fase de construção da Fábrica, sob o controle do Brigadeiro Muniz. Abrange os anos de 1942 a 1947 (...).

A Parte II ocupa-se dos mecanismos utilizados pela fábrica, já como parte da indústria automobilística (...) e abrange basicamente o período que vai de 1948 até o início da década de 60.

Parte III aborda o período em que o conflito de classe apareceu abertamente dentro da fábrica, com a presença de uma intensa atividade sindical, e que inclui os primeiros anos da década de 60, encerrando-se com o golpe militar de 1964.

A Parte IV se refere basicamente à venda da FNM para a Alfa Romeo em 1968 e às comparações que os trabalhadores fazem entre o tempo da empresa estatal e o posterior, com a transformação em empresa privada.

155.

RAMIREZ Garcia, Laura Beatriz. **Abordagem da Psicologia Social a Respeito dos Movimentos Populares**. Orientador: Sylvia Leser de Mello. Mestrado, IP, 1994, 162p.

RESUMO (CD-ROM)

Estuda uma aproximação aos novos movimentos sociais através da psicologia social, concretizado na mobilização dos moradores de um bairro periférico da grande São Paulo, no contexto da pré-escola, de 1985 a 1988. Explora o papel do sujeito e do psicólogo na dinâmica de um movimento popular, onde a maioria dos ss são mães que buscam captar suas vivências a respeito do mesmo, fundamentando-se em concepções básicas da pesquisa participante, em conceitos da pesquisa qualitativa e como recurso a informação viva. Conclui que na mobilização existem diversas modalidades de participação, que vão de uma ativa a outra distante até a quase indiferente; também encontra a não - participação, a qual aparece como um dado mais inquietante do que se espera; cada um destes modos diferentes de participar, correspondem peculiares histórias de vida, motivações, percepções, atitudes e lembranças, por traz dessas últimas questões, se vislumbram elementos psicológicos mais profundos tanto quanto decisivos: representação social, autoestima e afeto, os quais são bastante complexos, requerendo toda uma pesquisa própria, da qual esta pode ser o ponto de partida.

156.

RAPCHAN, Eliane Sebeika. **De Identidade e Pessoas: Um Estudo de Caso sobre os Sem Terra de Sumaré**. Orientador: Margarida Maria Moura. Mestrado, FFLCH. 1993, 210p.

RESUMO (introdução)

Este texto (...) fruto do trabalho realizado entre os moradores de Sumaré I e Sumaré II, agrupamentos humanos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, estabelecidos no Município de Sumaré.(...)

Apresenta-se (...) um conjunto de dados etnográficos e reflexões, resultado de pesquisa que teve como intuito desdobrar categorias cognitivas, interpretativas e classificatórias destes grupos, a fim de obter elementos que possibilitassem uma reflexão acerca da identidade, eixo temático que orientou todo o trabalho.

...é preciso considerar que os grupos em questão forjaram-se a partir da mobilização de moradores da periferia que carregam um passado migrante e uma origem rural comuns e que, em dada conjuntura histórica brasileira na década de 80 e, mediados por agentes do MST e de setores já referidos da Igreja Católica, principalmente, organizaram-se em torno do desejo de retornar à terra.(...)

As categorias, os nomes, os dignificados e sua dinâmica são elementos fundantes na construção deste texto que busca, enfim, mapear a extensão, a compreensão e classificação do mundo, do nós e do outro no interior de um movimento social em sua dimensão temporal, histórica: Organização do Grupo/Ação com o Intuito de Obter a Terra/Estabelecimento na Terra _ a partir de um estudo de caso sobre trabalhadores rurais Sem Terra.

157.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. **Terra de Violência: Estudo sobre a Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná**. Orientador: Luiz Pereira. Mestrado, FFLCH. 1979, 144p.

RESUMO (apresentação)

...procuro, neste trabalho, analisar o conflito social pela posse da terra ocorrido, na década de 50, na região Sudoeste do Paraná.

Para tanto procedo, no primeiro capítulo deste estudo, a uma discussão acerca das categorias orientadoras de toda a análise empreendida. É que se impunha; no plano teórico, compreender, além da questão dos movimentos sociais, o caráter contraditório da reprodução capitalista que também se patenteia, na realização histórica do capitalismo brasileiro, na reprodução de relações de produção não capitalistas no campo _ a produção camponesa.

No plano do estudo de caso efetuado, trato, no segundo capítulo, do processo de realização da frente de expansão, que resultou no movimento de ocupação da terra no Sudoeste do Paraná e conformação da estrutura produtiva da região.

Ainda no mesmo plano, cuido do processo de luta aberta pela posse da terra aí deflagrada, procurando apreender o seu caráter, limites e alcance.

Finalmente, a título de conclusão, procuro destacar, com base no estudo de caso realizado, algumas questões que considero centrais para a explicação do sentido que adquire a luta pela posse e apropriação privada da terra para o camponês, seja este possessor ou pequeno proprietário.

158.

RENNER, Cecília Helena Ornellas. **Rouxinol e Pássaro Mecânico**. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues Neto. Doutorado, FFLCH. 1993, 284p.

RESUMO (CD-ROM)

Este estudo visou relacionar as conquistas sobre condições de trabalho do chamado sindicalismo autêntico no âmbito da categoria profissional metalúrgica durante o período de 1978-1988. Refere-se particularmente, às conquistas que se encontram formalizadas no acordo coletivo de trabalho que constituem os resultados das negociações coletivas desenvolvidas anualmente, pelo sindicato de trabalhadores com o patronato. Do total de nove sindicatos, de trabalhadores metalúrgicos que compõem o suporte empírico desta pesquisa, o sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo e o de São Bernardo do Campo e Diadema consistem exemplares representativos, respectivamente, de uma e outra prática sindical. Analisou-se a situação econômica do período, as leis que persistem as negociações e as estratégias.

159.

RIBEIRO, Ana Maria Rodrigues. **A Imagem e o Silêncio. O Lugar da Mulher Negra no Século XIX**. Orientador: Eva Alterman Blay. Doutorado, FFLCH. 1980, 260p.

RESUMO (introdução)

Eleger a Mulher Negra, no século XIX como 'objeto de estudo' necessita humildade do pesquisador. Não obstante a pretensão de se ter localizado a mulher negra durante todo um século, há de se ter humildade para reconhecer os limites desse trabalho. (...)

De efetuar, com este trabalho, a tarefa de lançar luz sobre a condição de vida da mulher negra durante o século XIX, reconhecemos porém, estar simplesmente contribuindo para o resgate da memória do grupo negro no Brasil.

Nosso objetivo neste trabalho além de demonstrar a grande contradição em se pretender invisível um elemento presente em todas as horas, é investigar a condição de vida da mulher negra na sua relação com o grupo branco dominante. Ou melhor tornar a mulher negra visível, mostrando, ademais que a invisibilidade proposta pelo grupo branco dominante só funciona num nível imaginário.

160.

RIBEIRO, Luís Carlos. **Memória, Trabalho e Resistência em Curitiba (1890-1920)**. Orientador: Adalberto Marson. Mestrado, FFLCH. 1985, 274p.

RESUMO (introdução)

A busca das formas de resistência das classes trabalhadoras, tomando como referência o início do século XX no Paraná, traz algumas dificuldades teóricas, além daquelas tradicionais questões metodológicas da história. São questões que se apresentam a quem pretende fazer um estudo de “história regional” e assumir essa tarefa, procurando ao mesmo tempo o seu caráter universal.(...)

Uma das nossas preocupações será demonstrar que, se de um lado há elementos constantes na dinâmica social, determinados pelas contradições próprias do capitalismo, portanto universais; de outro, exatamente por não ser um bloco monolítico, o capitalismo determina particularidades que precisam ser conhecidas através da documentação histórica, caso contrário corremos o risco de simplificações grosseiras.

Trata-se de assumir uma posição crítica à linha de “explicação” da sociedade paranaense que a vê como “periférica” ao “pólo” industrial Rio e São Paulo, onde o capitalismo teria dado certo, em detrimento à periferia que ficara “de fora”; de discutir, em última instância, a própria concepção de que a classe operária _ entende-se “revolucionária” _ só existiria onde o capitalismo “maduro” permitisse.(...)

A nossa intenção(...) reside em apreender o processo de consolidação do trabalho livre de forma mais ampla, em Curitiba, num momento em que já está dada a desorganização do trabalho escravo, mas que, nem por isso, o trabalho livre aparece pronto. É recuperar, enfim, o processo de recriação de normas de regulação do trabalho numa emergente sociedade de mercado livre.

161.

RIZEK, Cibele Saliba. **Trabalho e suas Metáforas: as Representações Simbólicas dos Trabalhadores Petroquímicos Paulistas**. Orientador: Maria Célia Pinheiro Machado Paoli. Doutorado, FFLCH. 1994, 263p.

RESUMO (introdução)

O desenvolvimento nada linear da pesquisa (...)foi sistematizado em quatro capítulos. O primeiro localiza a Petroquímica União no projeto de construção de um setor petroquímico moderno no país (...). No segundo capítulo, são analisados as falas e relatos. Nessas falas, que foram inicialmente vistas como sinal de adesão e alienação, creio ter encontrado formas não-homogêneas de apropriação simbólica que explicitavam um campo intrincado de conflitos, de elaboração de sua própria condição de trabalhadores e petroquímicos. (...)

No terceiro capítulo são analisados as falas dos trabalhadores e dirigentes sindicais, bem como algumas publicações e boletins. Seu objetivo é percorrer o caminho das lutas que, em graus diferentes de intensidade, foram colocadas ao longo dos anos oitenta e noventa. (...)

No último capítulo, abre-se um conjunto de interrogações diante de um campo teórico que carece de um conjunto de diálogos ainda por ser realizados.

162.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade. Um Estudo do Processo de Ocupação de Terras: Osasco**. Orientador: Manoel Fernando Gonçalves Seabra. Doutorado, FFLCH. 1988, 401p.

RESUMO (apresentação)

...o ponto de partida deste trabalho: analisar os movimentos sociais urbanos que ganham visibilidade política no início da década de 80 (...).

Busquei, assim, analisar as transformações que ocorreram em situações de conflito, como são os casos de ocupação de terra, que se manifestam de forma diferente caso a propriedade da área ocupada seja pública ou particular. Sem perder de vista tentar compreender a apropriação cotidiana do espaço pelos favelados, a pesquisa tornou-se uma pesquisa participante, ou quem sabe militante com os favelados, mas principalmente com o Movimento Sem Terra de Osasco; seja na sua cotidianeidade, seja na sua expressão enquanto movimentos sociais urbanos na luta pela moradia. E na sua ampliação, enquanto participantes do Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

163.

RODRIGUES, Iram Jácome. Afirmção do Trabalho: Estudo sobre Trabalhadores da Indústria Automobilística e a Emergência das Comissões da Fábrica nos anos 80. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues Netto. Mestrado, FFLCH. 1987, 283p.

RESUMO (introdução)

Representação localizada no interior das grandes empresas, mesmo que em número pequeno se levarmos em conta o parque industrial brasileiro, a organização por local de trabalho constitui uma tendência visível de como se movem os trabalhadores em seu cotidiano. (...)

O presente trabalho pretende estudar as tendências acima tendo como referência o estudo de um grupo de trabalhadores de duas fábricas de uma empresa automobilística, buscando captar o conflito no cotidiano fabril, as formas de organização dos trabalhadores no interior do estabelecimento industrial e tentando apreender as percepções dos trabalhadores sobre suas práticas.

É um estudo sobre a organização operária por local de trabalho em duas unidades de produção no início dos anos 80, localizadas, respectivamente, em São Paulo (Capital) e no município de São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

164.

RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues Netto. Doutorado, FFLCH. 1993, 256p.

RESUMO (CD-ROM)

A tese trata da emergência do movimento grevista dos trabalhadores a partir de 1978, apontando as principais questões que surgem com esse movimento. Além disso, é um estudo da trajetória da CUT nesse período, como expressão da luta mais geral dos trabalhadores por direitos de cidadania na sociedade. Analisa, ainda, os problemas específicos da central única dos trabalhadores nesses dez anos de sua existência.

165.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Trabalho, Ordem e Progresso: Uma Discussão sobre a Trajetória da Classe Trabalhadora Uberlandense - Setor de Serviços -1924-1964. Orientador: Inez Garbuio Peralta. Mestrado, FFLCH. 1989, 215p.

RESUMO (introdução)

A escolha do tema (...) está calcado em três aspectos que consideramos relevantes. O primeiro liga-se à nossa própria mineiridade, ou seja, a de escrever sobre um assunto muito próximo, em seu sentido geo-espacial e, ao mesmo tempo, introjetar no assunto o ser mineiro que escreve. Em segundo lugar, por ser um tema que tem sido imposto pela própria

movimentação da classe trabalhadora, enquanto necessidade de repensar seus avanços, recuos e estratégias de luta, e que nos instigou a verificar a forma de organização e resistência do trabalhador urbano em Uberlândia. E finalmente, por inserir-me numa proposta mais ampla, que é a da recuperação da História do município de Uberlândia.

166.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Perfis Femininos: Simbologia e Representação na Sociedade Uberlandense, 1920-1958. Orientador: Inez Garbuio Peralta. Doutorado, FFLCH. 1995, 418p.

RESUMO (CD-ROM)

Perfil feminino: simbologia e representação na sociedade uberlandense: 1920-1958, tem como objetivo, analisar a participação feminina na sociedade local. O recorte definido está vinculado aos escritos da primeira feminista uberlandense, Antonieta Villela e culmina com a eleição da primeira vereadora da Câmara Municipal, Maria Dirce Ribeiro, para a legislação 1955/1958. Analisamos sob o prisma do gênero, como a imprensa local projetou e considerou uma imagem do masculino e feminino ao longo das décadas. Pontuamos principais conquistas das mulheres na sociedade bem como ressaltamos aquelas que tiveram uma participação atuante. Enfocamos também a prostituição como o inverso da imagem das mulheres, esposas, mães e o cotidiano da violência que premiou as relações de gênero uberlandense.

167.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Terra Camponesa como (Re) Criação - Genealógica de Lugar e da Paisagem. Orientador: Heinz Dieter Heidemann. Mestrado, FFLCH. 1995, 196p.

RESUMO (CD-ROM)

Trata-se da reprodução social e cultural dos camponeses e pescadores do assentamento Maceió, localizado no Norte do Ceará. Os moradores do assentamento Maceió na qualidade de posseiros, no início dos anos 80, tiveram um enfrentamento com a Agropecuária Arvoredo Ltda., de propriedade do empresário Tasso Jereissati. Esse conflito originou-se de interesses relativos a posse da terra no contexto de economia capitalista. A oposição da terra de trabalho x terra de negócio colocou em confronto os interesses dos camponeses e pescadores com os do citado empresário, e redundou, após dois anos de luta, na obtenção do título da terra por parte desse grupo social. Conceitos como os de lugar, paisagem e território tem uma significação especial nessa dissertação, uma vez que possibilitam a compreensão da relação dos camponeses e pescadores com a natureza. Esta relação contém peculiaridades que se demarcam em função de uma tradição camponesa, dos embates políticos com os estranhos, particularmente, a partir da tradição religiosa dos camponeses e pescadores e das suas relações de parentesco. Evidenciam-se através desses valores dos moradores dos habitantes do assentamento Maceió a sua conformação territorial; as crises políticas; a intervenção do Estado e justifica-se a luta pela terra.

168.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Orientador: Azis Simão. Doutorado, FFLCH. 1987, 341p.

RESUMO (apresentação)

Este texto é produto de uma pesquisa e de uma reflexão sobre novas configurações sociais assumidas pelos trabalhadores da Grande São Paulo no curso da década de 1970. Isso que estou chamando de “novas configurações dos trabalhadores” não consiste num fenômeno extensivo ao conjunto dessa classe mas, antes, a uma parcela, que constitui movimentos sociais, com novos padrões de ação coletiva, que nos permitem falar de emergência de novos sujeitos políticos. Considerando que essa emergência abre um novo período na história das classes trabalhadoras em nosso país, eu me propus a investigar circunstâncias e características dessa nova configuração.(...) O objeto, definiu-se em torno das novas características dos movimentos sociais ocorridos na década de 1970. As questões centrais começam com a interrogação sobre as formas pelas quais movimentos sociais abriram novos espaços políticos, reelaborando temas da experiência cotidiana. Como isso se deu? Quais as implicações, decorrências, problemas, que daí advieram? ...procuro acompanhar a história de quatro movimentos sociais na Grande São Paulo, que se deram em torno de quatro tipos diversos de organização: a do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a da oposição metalúrgica de São Paulo, a dos clubes de mães da periferia sul de São Paulo e a das “comissões de saúde” da periferia leste. Procurei, nessa reconstituição da dinâmica desses movimentos, examinar as modalidades particulares de reelaboração das experiências dos trabalhadores e a configuração de novos padrões de ação coletiva.

169.

SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Espaço e Luta no Pico do Papagaio**. Orientador: Léa Goldenstein. Doutorado, FFLCH. 1986, 422p.

RESUMO (introdução)

Minha área de estudos situa-se no Extremo Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, zona de confluência dos rios Araguaia e Tocantins. (...) Pela conformação, pelo desenho formado pelo encontro dos dois rios, a área é conhecida - de início localmente, depois regionalmente, e hoje em virtude da violência extrema da luta pela terra, também nacionalmente - como ‘Bico do Papagaio’.

170.

SAKURAI, Célia. **Estudo de Associação de Bairro da Cidade de São Paulo**. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Mestrado, FFLCH. 1988, 327p.

RESUMO (apresentação)

O presente trabalho consiste em um estudo de uma associação de bairro - A Sociedade Amigos do Jardim Peri-Peri - situada no Butantã, município de São Paulo. (...)

O período estudado desta SAPP situa-se entre os anos de 1980 e 1984, exigindo um acompanhamento direto, ‘por dentro’, da vida da intuição.

171.

SALAZAR, João Pinheiro. **Novo Proletariado Industrial de Manaus e as Transformações Sociais Possíveis: Um Estudo de um Grupo Operário**. Orientador: Orlando Pinto de Miranda. Doutorado, FFLCH. 1992, 2v.

RESUMO (CD-ROM)

Estuda os primórdios da colonização no Amazonas, pondo em destaque as figuras do índio, do colono e dos missionários e seu papel sócio-econômico e político, dando-se seqüência a participação do nordestino e do caboclo nesse mesmo processo e sua articulação com o desenvolvimento do capitalismo a nível internacional. Em seguida, a tese estuda o processo de colonização de Manaus, a adaptação do imigrante e suas estratégias de sobrevivência com a

constituição de coletividades inteiramente marginais, sobrevivendo de maneira paralela ao desenvolvimento do polo industrial. Posteriormente, é mostrado um retrato do processo de implantação do distrito industrial de Manaus e sua expansão, os empregos gerados, o perfil dos seguimentos industriais. Por último, apresenta o estudo derivado de amostra de operários. A primeira parte descreve suas características (origem, sexo, idade, estado civil, profissão, escolaridade, habitação, etc.). a segunda parte transcreve a fala dos operários no que se refere às suas condições de trabalho, satisfação pessoal, ascensão social, partidos, sindicatos, religião, etc. finalmente esboça as interpretações subtraídas do estudo, onde se delimita as condições das transformações sociais possíveis.

172.

SALVADOR, Zulmara. *Mulheres: Vida e Obra; A Participação Feminina num Mutirão de São Paulo*. Orientador: Paula Monteiro. Mestrado, FFLCH. 1993, 246p.

RESUMO (introdução)

Os movimentos sociais foram tema de uma vasta produção intelectual na década de 80. (...) Estes trabalhos enfatizaram (...) o aspecto do exercício da democracia, numa perspectiva segundo a qual os movimentos seriam os agentes da superação da 'crise da sociedade moderna rumo a uma sociedade alternativa', estabelecida a partir de novas formas de organização social.

O movimento popular de moradia que analiso neste trabalho me permitiu desenvolver uma discussão em torno desses paradigmas centrais que, me parece, caracteriza a maior parte dos trabalhos sobre o assunto no período.

A partir dessa problemática mais ampla (...), este trabalho enfoca o problema da participação feminina nos movimentos sociais e, posteriormente, na construção de moradia através do sistema de mutirão.(...)

A abordagem, voltada para as questões ligadas às relações de gênero, tentou ver nesse contexto preciso, como se definem os 'papéis sexuais', ou seja, como as representações em torno dos papéis masculino e feminino são por vezes negadas, por vezes mantidas ou readequadas, a partir da experiência cotidiana de participação no movimento e na construção. (...)

Esta dissertação é resultado de um processo relativamente longo de acompanhamento das atividades do Movimento Popular de Moradia de Vila Remo.

173.

SANCHES, Denise Parana. *Da Cultura da Pobreza à Cultura da Transformação: a História de Luís Inácio Lula da Silva e sua Família*. Orientador: Emanuel Soares Veiga Garcia. Doutorado, FFLCH. 1995, 721p.

RESUMO (introdução)

Esta tese de doutorado tem como objetivo básico estudar a trajetória e as experiências de vida da família Silva e, de modo especial, de um de seus filhos, Luís Inácio Lula da Silva que transformou-se num dos líderes políticos mais importantes da História do Brasil. O surgimento da liderança política de Luís Inácio Lula da Silva junto aos trabalhadores brasileiros foi processo-chave na democratização pela qual o país passou no final das décadas de setenta e início de oitenta. (...)

Havia ou não condições prévias, pré-estabelecidas, no seio do operariado paulista, especialmente o do Grande ABC, para que surgisse um novo sindicalismo, com novas lideranças, para que o operariado passasse a confrontar o patronato e o regime militar? (...) No bojo de suas reivindicações de caráter econômico _de recuperação salarial_ havia interesses políticos mais

amplos? Quais os espaços vazios abertos, prontos para serem ocupados pelo surgimento de uma nova liderança sindical como a de Lula e quais os espaços por ele próprio abertos?

174.

SANT'ANA, Ruth Bernardes de. **Professores de 1º. e 2º. Graus: Representação Social e Mobilização Coletiva**. Orientador: Teófilo de Queiroz Júnior. Mestrado, FFLCH. 1993, 283p.

RESUMO (Revista Plural, n.1/1994)

O texto discorre sobre a representação social da categoria de professores e seus desdobramentos no processo de mobilização coletiva ocorridos entre 1958 e 1985. Classe e gênero são os instrumentos de análise utilizados para a compreensão da dinâmica dos movimentos reivindicatórios, bem como das entidades associativas representativas do professorado de 1º. e 2º. graus do Estado de São Paulo.

Procurou-se destacar o papel desempenhado pelo movimento de professores em momentos significativos da nossa história no início da década de 60, participando das mobilizações próprias ao período anterior ao golpe militar, em fins da década de 70, somando-se às forças sociais que impulsionaram a mudança do regime.

O texto apresenta, também, uma análise sucinta dos mecanismos utilizados pela categoria no interior da escola e do movimento reivindicatório, no sentido de resistir ao autoritarismo e às perdas salariais.

175.

SARTI, Cyntia Andersen. **É Sina que a Gente Traz: Ser Mulher na Periferia Urbana**. Orientador: Lia de Freitas Garcia Fukui. Mestrado, FFLCH. 1985, 296p.

RESUMO (introdução)

O projeto deste trabalho foi concebido em 1979. Na época, militante e agente do discurso feminino, fortemente identificada com ele, mas desconfiada de sua universalidade, eu iniciava o curso de pós-graduação. Decidi voltar meu interesse pelo estudo da condição feminina para a mulher de uma outra condição social. Neste ponto, minhas preocupações vieram juntar-se ao interesse, mais generalizado nas ciências sociais, pela periferia (...)

Dentro dessa problemática, inscreve-se este trabalho. a periferia, através de um de seus bairros, o Jardim das Camélias - situado em São Miguel Paulista, um dos distritos que compõem a zona Leste do município de São Paulo -, constitui sua referência empírica. Mas não é tema deste trabalho a questão urbana. (...)Este trabalho inscreve-se numa corrente que ensaia outra abordagem, busca o sujeito concreto: não o trabalhador, nem o ator político, mas o morador no seu dia - a - dia, no bairro, na família, nas relações de vizinhança (...)

Na convergência do interesse pela condição feminina e da emergência da periferia como objeto de estudo nas ciências sociais definiu-se o objeto de pesquisa: a moradora da periferia. O tema; as relações de gênero.

176.

SCHURMANN, Albertina Barbosa. **Problemas Urbanos e Conflitos Sociais**. Orientador: Odilon Nogueira de Matos. Mestrado, FFLCH. 1978, 102p.

RESUMO (introdução e conclusão)

As divergências existentes entre as teorias que visam explicar a cidade (espaço urbano), seu processo de organização atual (urbanização), bem como as conseqüências deste na irrupção de uma série de problemas urbanos, devem-se a seu baseamento em ideologias contrárias. (...)

Os problemas aqui colocados, por seu caráter de extrema novidade, dificultam uma análise dialética no campo dos movimentos sociais urbanos. Nossas afirmações, longe de pretenderem ser conclusivas, tencionam apenas desencadear um debate sobre a significação das respostas das classes trabalhadoras, surgidas com o atual processo de urbanização.

177.

SCHWANKE, Leandro da Luz Costa. **Processos de Produção da Imprensa Sindical: Estudo de Caso no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo**. Orientador, Maria Nazareth Ferreira. Mestrado, ECA. 1994, 151p.

RESUMO (CD-ROM)

Este trabalho pretendeu analisar a imprensa sindical brasileira na transição da década de 80 para a década de 90, caracterizando as estratégias políticas do sindicalismo de resultados, refletidas na articulação dos seus processos de comunicação. Procedeu-se um estudo de caso situacional e histórico-organizacional no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, realizando uma análise do discurso do dirigente e do mediador social, assessor de imprensa, e uma análise do conteúdo do jornal O Metalúrgico. A pesquisa realizada evidenciou a filiação dessa corrente aos programas de atualização do liberalismo econômico, sustentando uma visão mercantilista da atividade de comunicação, dirigida a atuar na contenção da luta entre as classes sociais.

178.

SCIFONE, Simone. **Verde do ABC: Reflexões sobre a Questão Ambiental Urbana**. Orientador: Ana Fani Alessandri Carlos. Mestrado, FFLCH. 1994, 126p.

RESUMO

Nesse trabalho partimos da caracterização da cobertura vegetal atualmente existente no interior da mancha urbana da industrializada região do ABC paulista, aspectos que nos possibilitou discutir a disponibilidade de áreas verdes e a qualidade desta vegetação urbana.

A partir daí, buscamos entender a carência de áreas verdes na paisagem da região como resultado do processo de construção deste espaço urbano que, no curso da história, deu-se vinculado à constituição da metrópole paulistana.

Preocupamo-nos em compreender a retirada da vegetação nativa na região como transformação da paisagem geográfica que se deu em momentos diferenciados, em função do papel exercido pelo ABC na metrópole paulistana: como subúrbio rural fornecedor de matérias-primas e como subúrbios industrial. Discutimos a produção do espaço urbano assentada no processo de reprodução do capital, seja através de seu setor produtivo, a indústria, seja através de mecanismos de especulação imobiliária.

Por fim, percebemos a luta pela preservação das áreas verdes, no conjunto dos diversos movimentos sociais como resultado do questionamento da forma de construção dessa cidade-metrópole, e, conseqüentemente, como reivindicação do direito da participação da sociedade na produção do espaço geográfico.

179.

SEIXAS, Marly Rodrigues Martins. **Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo: 1937-1962**. Orientador: Suely Robles Reis de Queiroz. Mestrado, FFLCH. 1980, 239p.

RESUMO (apresentação)

...pareceu-me desejável e oportuno um estudo sobre o sindicato dos jornalistas. Sistematizando informações até então dispersas, possibilitando sua utilização em futuras generalizações sobre a

atuação de sindicatos de classe média e a comparação com os de categorias operárias, representaria uma contribuição para o estudo do sindicalismo no Brasil.

180.

SILVA, Cátia Aida Pereira da. **Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente de São Paulo e os Segmentos Pró-Cidadania: Conflitos, Negociações e Impasses na Construção de Espaços Públicos**. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Mestrado, FFLCH. 1994, 192p.

RESUMO (CD-ROM)

Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente de São Paulo, órgãos e fiscalizadores criado pelo Estatuto da Criança e do adolescente, são vistos como espaços públicos que permitem os atores sociais influenciarem nas políticas públicas. A eleição e a mobilização pró conselhos tutelares em São Paulo são o objeto da dissertação que se volta para os conflitos e impasses criados entre os segmentos defensores dos direitos da cidadania e outros segmentos sociais, minoritários na composição dos conselhos. Estes conflitos dizem respeito as relações que se estabelecem entre os conselhos, de um lado, e, o poder público municipal, órgãos públicos de atendimento (incluindo poder judiciário) e a população no momento em que os conselhos tutelares são instalados e tentam legitimar-se perante as demais instituições.

181.

SILVA, Ivani Ribeiro da. **O Movimento Operário de Santos no Início do séc. XX: o Jornal como Fonte Documental Histórica**. Orientador: Virgílio B. Noya Pinto. Mestrado, ECA. 1992, 127p.

RESUMO

Para estudar o jornal como fonte documental histórica do movimento operário de Santos no início do séc.XX, abordamos inicialmente o desenvolvimento da Cidade como decorrência do crescimento de São Paulo, com a substituição da cana-de-açúcar pela cultura do café. Em seguida mostramos a situação do Porto de Santos, porta de saída dos produtos provenientes de São Paulo, e as dificuldades enfrentadas pelos operários que imigraram na Europa, numa Santos insalubre, sem a mínima infra-estrutura, cercada de epidemias. Além desses problemas, os trabalhadores eram explorados pelo capitalismo emergente, enfrentando cargas desumanas de trabalho e baixos salários. Essas dificuldades enfrentadas pela classes operária começam a gerar movimentos de resistência liderados pelos intelectuais de tendência socialista e anarquista que vinham principalmente da Itália, Portugal e Espanha. Organizados em associações e sindicatos, esses trabalhadores eram conscientizados e politizados por essas entidades, que se utilizavam principalmente de jornais para organizar a resistência. Esses periódicos acabaram se transformando em importantes fontes documentais para resgatar esse período da história.

182.

SILVA, José Borzacchiello da. **Movimentos Sociais Populares em Fortaleza - Uma Abordagem Geográfica**. Orientador: Maria Cecília França. Doutorado, FFLCH. 1986, 268p.

RESUMO (introdução)

A presente pesquisa, fruto de intenso trabalho de campo, de meditação e busca teórica, surgiu de nosso interesse pela abordagem contemporânea da Geografia como ciência que busca no espaço seu objeto e na sociedade o seu objetivo. (...)

Nesse enfoque iniciamos a elaboração de nosso referencial teórico a partir dos fundamentos empíricos capazes de nos conduzir à constatação da realidade. Para tal, utilizamos o “levantamento de Necessidade Comunitárias” realizado pela Fundação Projeto Rondon junto aos bairros de Fortaleza e aos município da região metropolitana (...) Outra fonte utilizada foi a pesquisa que realizamos junto aos jornais da Cidade, compreendendo o período de 1971 a 1982, num total de 12 anos, com a finalidade de comparar as necessidades colhidas segundo os bairros no já citado “Levantamento de Necessidades Comunitárias”(1979/1980) com as reclamações e reportagens jornalísticas durante o período trabalhado.

183.

SILVA, Virginia Maria Tavares da. **Revolta do Rebanho de Cristo: Igreja Brasileira e Progressismo, 1950-1973**. Orientador: José Carlos Sebe Bom Meiny. Doutorado, FFLCH. 1991, 288p.

RESUMO (Catálogo de Teses:1991/Usp)

A tese se situa no conjunto dos trabalhos que procuram contemplar a história recente do progressismo brasileiro. Ainda que ultimamente alguns estudos tenham se esforçado em compensar as largas carências sobre o papel da Igreja Católica no cenário historiográfico nacional há enormes lagunas que justificam positivamente a aventura de penetrar nos tortuosos meandros do catolicismo em sua ação no Brasil. O enfrentamento de alguns problemas se impõem desde logo, e, entre tantos, a delimitação do entendimento do que é, segundo nossas vistas, Igreja Católica Brasileira. Entendo Igreja Católica Brasileira como um polo ativo, dinâmico, expressivo, atento a ação secularmente desenvolvida pela universalização do catolicismo Romano, aceitamos na unidade da ação religiosa uma certa independência. A derivação de uma vivência própria, historicamente desenvolvida fez com que a Igreja do Brasil e da América Latina, tenha ganhado uma autonomia que permite classificá-la, em alguns ângulos, como rebelde por certa não se nega a evocação dos católicos brasileiros e por extensão latino-americanos, para a matriz romana. Preza-se, contudo em relação conflituosa onde, de um lado se situa a Igreja que se pode considerar ortodoxa e de outro lado aquela que, em meios conservadores abriga elementos querelantes.

184.

SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo. **O Campo da UDR - Projeto e Atuação da Elite Rural Brasileira, 1985-1988**. Orientador: Ulysses Telles Guariba Neto. Mestrado, FFLCH. 1994, 150p.

RESUMO (introdução)

O campo da UDR se constitui em uma tentativa de leitura e diálogo com a trajetória da União Democrática Ruralista e com a História Brasileira contemporânea. (...)

Através da trajetória da UDR a reflexão que se coloca está pautada nos marcos da indagação maior que nos acompanha, a da própria possibilidade de sobrevivência das práticas democráticas num país de diferenças sociais tão gritantes e de tradição autoritária tão arraigada.(...)Nesse particular, a partir da trajetória da elite rural brasileira, pretendemos indagar a medida da preocupação desse setor com a democracia e a disposição em contribuir para sua efetivação e permanência no interior de seu projeto e ação.

185.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Trabalhadores Pobres e Cidadania da Exclusão e da Rebelião na Construção Civil**. Orientador: Maria Célia Pinheiro Machado Paoli. Doutorado, FFLCH. 1994, 371p.

RESUMO (apresentação)

Este trabalho discorre sobre o processo de formação do sujeito coletivo na construção civil, a partir das experiências dos trabalhadores no mundo privado, e dos conflitos vivenciados no cotidiano de trabalhos nos quebras e nas greves, enquanto configuração de uma identidade de interesses que torna possível a instrumentalização da luta coletiva pela criação de direitos. A partir desta moldura básica, os capítulos expressam a trajetória deste processo, partindo do espaço privado da família e do trabalho para o espaço público dos quebras e das greves. Ela se configura tendo como referência uma subjetividade de classe que se explicita nos dois planos, demonstrando a centralidade do conceito de 'configurações de classe' (...) enquanto articulador de um espaço significativo de politização da ação coletiva.

186.

SOUZA, Carlos Bauer de. Perspectivas de Organização Política e Sindical da Classe Operária no Brasil e as Origens da Central Única dos Trabalhadores 1908-1993. Uma Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros. Orientador: Osvaldo Luís Angel Goggiola. Mestrado, FFLCH. 1992, 212p.

RESUMO (apresentação)

Em nossa opinião, a lutas e a resistência operária que aqui procuramos narrar, contribuíram e ainda não deixam de contribuir decisivamente com a necessária consolidação da democracia em nosso país e são, também, política e dialéticamente, parte indissolúvel do itinerário que leva à superação do capitalismo.

Tais observações e disposição de revisitar algumas das principais experiências políticas e sindicais produzidas pelos trabalhadores constituem o núcleo central deste estudo, uma vez que não se pode avaliar e compreender, em profundidade, os complexos dilemas vivenciados pelo movimento operário hoje em nosso país, senão em sua dimensão teórica e histórica. (...)

A presente pesquisa encontra-se dividida em cinco capítulos - O Despertar Libertário, A Hegemonia Vermelha, Um Tempo de Ilusões perdidas, Estrela de Uma Década Inteira e A Unidade na Diversidade - onde buscamos produzir uma reflexão sobre as diversificadas formas de representação dos trabalhadores brasileiros em momentos distintos de sua secular história.

187.

SOUZA, Gustavo de Oliveira Coelho de. Limiar da Utopia: A Ação Coletiva na Ocupações de Terra do Parque Regina e do Jardim Maia, São Paulo. Orientador: Manoel Fernando Gonçalves Seabra. Mestrado, FFLCH. 1990, 2v.

RESUMO

O presente trabalho estudou o saldo da organização que viabilizou duas ocupações coletivas de terras na cidade de São Paulo: no Parque Regina, que localiza-se na região do Campo Limpo e no Jardim Maia, na região de São Miguel Paulista.

Tratando-se de ocupações coletivas, elas traziam consigo um nível de organização que supera as formas de ocupação de terra que historicamente ocorrem na cidade de São Paulo, ou seja, que uma organização prévia mediada por uma concepção coletiva da ação, viabilizou um modo de ocupar-se a terra. Neste sentido, a recuperação do sentido coletivo nestes grupos é que tornou-se o ponto central desta análise.

Para avaliar-se a relevância destas ações coletivas partiu-se de reflexões sobre os movimentos sociais e sobre o cotidiano, palco onde desenvolvem-se esta ação. Não ocorrendo descolada da realidade, mas numa realidade que guarda especificidades históricas, políticas, sociais

e econômicas, a análise também pautou-se no entendimento de ser a cidade de São Paulo um expressivo exemplo de uma metrópole do capitalismo periférico.

188.

SOUZA, Irene Sales de. **Resgate da Identidade na Travessia do Movimento Negro - Arte, Cultura e Política**. Orientador: Sylvia Leses de Mello. Doutorado, I.P.1991, 376p.

RESUMO (CD-ROM)

Procura conhecer a organização e funcionamento de 02 grupos do movimento negro: Movimento Negro Unificado de Franca (MONUF) e Grupo Travessia de Ribeirão Preto, e a participação de seus militantes, numa abordagem histórico - social. Verifica os efeitos dinâmicos do grupo sobre a subjetividade, principalmente sobre a identidade psicossocial de seus participantes numa linha psicodinâmica apoiada na teoria de Erik Erikson. Participa de reuniões e eventos, realiza entrevistas e coleta material de divulgação dos grupos. Procede a análise de conteúdo dos depoimentos, destacando categorias nos relatos dos participantes, constata que a participação no grupo leva o militante a recuperar os valores da cultura e da história do negro e a resgatar sua identidade, através de um processo de reconstrução interior que o leva a rever padrões introjetados, a contradição entre o querer ser negro e o negar-se é uma ambivalência da identidade do negro que é manifestada e resolvida de diferentes formas de referência, dando segurança para o enfrentamento da discriminação, fornecendo material informativo e atuando como memória do ego grupal conclui que ambos os grupos obtêm conquistas sociais, culturais e políticas, mas é o Grupo Travessia, que faz um trabalho de criação artística, conservação de valores, símbolos e mitos da cultura negra, que sobrevive até hoje.

189.

SOUZA, Marco Antônio. **Da Esquerda Revolucionária Pre-64 ao PT: Continuidade e Rupturas**. Orientador: Edgard Carone. Mestrado, FFLCH. 1995, 212p.

RESUMO (apresentação)

...numa primeira parte, investigaremos a história de três partidos e organizações revolucionárias de esquerda, entre o final da década de cinquenta e o Golpe de Estado de 1964. A Ação Popular (cap.1), o Partido Comunista Brasileiro (cap.2) e o Partido Comunista do Brasil (cap.3).

Numa segunda parte, estudaremos os momentos iniciais do processo de construção do Partido dos Trabalhadores, das primeiras idéias de criação de um novo partido de cunho operário no Brasil, em meados d 1978, até a realização da sua Primeira Convenção Nacional, em setembro de 1981, passando pela sua fundação oficial, em fevereiro de 1980.

Na conclusão geral, levaremos a cabo a comparação entre estas duas fases da história da esquerda brasileira defendendo a tese (...): o Partido dos Trabalhadores constitui algo novo no cenário social e político brasileiro, mas uma novidade permeada de tradições e permanências legadas pelo passado que não quer passar, fato este que é claramente revelado em suas ambigüidades.

190.

SOUZA, Nelson Rosário de. **Igreja Católica Progressista e a Produção do Militante: Cartografia de uma Afinidade Eletiva Político-Religiosa**. Orientador: Antônio Flávio de Oliveira Pierucci. Mestrado, FFLCH. 1993, 199p.

RESUMO

Este trabalho estuda de que forma as práticas político-religiosas próprias da igreja progressista produzem o militante. O encontro entre a prática política de esquerda e religião católica, no Brasil, é entendido aqui como uma afinidade eletiva, não havendo, portanto, a determinação de uma instância sobre a outra. Trata-se de uma combinação que alimenta e ao mesmo tempo é reproduzida pelas técnicas militantes. O principal conceito que orienta esta investigação é o de 'poder pastoral', conceito este construído por Michel Foucault.

Neste trabalho são analisadas entrevista feitas com militantes católicos progressistas, bem como documentos produzidos por e/ou para os militantes. A investigação permite concluir que certas práticas de poder pastoral constituem um 'militante total', cuja atuação se faz num campo caracterizado por uma totalidade duplamente reforçada pelo encontro de energias políticas e religiosas.

191.

SPOSITO, Marília Pontes. *Expansão do Ensino, Política Populista e Movimentos Sociais*. Orientador: Celso Rui Beisiegel. Mestrado, FE. 1982, 304p.

RESUMO (introdução)

Os resultados reunidos neste trabalho são apresentados em quatro capítulos.

O primeiro capítulo descreve a expansão do ensino ginasial da cidade, após um breve relato das condições que acompanharam a oferta de escolas elementares, particularmente durante a década de 50, quando os problemas de atendimento tornavam-se mais agudos (...)

As resistências e repercussões diante do processo de crescimento da rede pública são analisadas no segundo capítulo. (...) é objetivo deste capítulo expor minuciosamente o conjunto dos principais argumentos utilizados contra a expansão do ensino ou contra os modos de sua realização, de forma a caracterizar o peso dessas reações desfavoráveis e tornar mais evidente o das forças sociais que propugnavam pela abertura de novas oportunidades educacionais.

O terceiro capítulo empreende o estudo das determinações do movimento de criação de unidades escolares. Dentre elas, foram importantes as características de crescimento urbano-industrial que favoreceram o aparecimento de significativos movimentos de reivindicações, constituídos por segmentos das classes populares radicadas na periferia da cidade. De outra parte, este estudo exigiu a exposição da conjuntura política que propiciou a ascensão do populismo (...).

Após a apresentação desse quadro social, o quarto capítulo retoma a análise da expansão do ensino, vista, agora, nas suas perspectivas políticas (...) são examinadas as iniciativas das populações que buscavam a criação de novas unidades ginasiais, os canais utilizados para sua expressão e a capitalização desses interesses por parte da liderança populista...

192.

SPOSITO, Marília Pontes. *Ilusão Fecunda. A luta por Educação nos Movimentos Populares*. Orientador: Celso Rui Beisiegel. Doutorado, FE. 1988, 2v.

RESUMO

O trabalho examina as demandas por educação originadas dos setores populares a partir da década de 70, na periferia da cidade de São Paulo. Um retrato dessas formas de organização popular é delineado a partir da análise do conteúdo dessas manifestações e de seus principais protagonistas, os movimentos sociais.

Na segunda parte são investigados os canais criados pelo Poder Público tendo em vista a abertura da escola a seus usuários. Neste momento é analisado o Projeto Fim de Semana, implantado na Secretaria Municipal de Educação entre 1983 e 1985.

Finalmente, alguns movimentos por educação observados em bairros da periferia da Zona Leste da cidade são objeto de estudo. A reconstituição de sua trajetória e de seus impasses permite aferir com maior profundidade o sentido da luta por educação empreendida pelos setores populares nas últimas décadas e suas relações com as práticas presentes nos movimentos sociais.

193.

TANGERINO, Márcio Roberto Pereira. **Religião e Política na Crise da Igreja Popular**. Orientador: Lisias Nogueira Negrão. Mestrado, FFLCH. 1991, 275p.

RESUMO (introdução)

Qual é a prática do cristão dentro do partido político? Por que os cristãos da Igreja Popular em sua quase totalidade optam pelo PT? Em que se fundamenta essa opção política e que tipos de consequência isso traz? Estaria por trás dessa proposta uma tentativa de restaurar a neocristandade (de esquerda e popular)?

Enfim, movidos por essas questões, fizemos delas o objeto de nosso estudo, o que trazia preocupações novas, de ordem metodológica e epistemológica.

194.

TELLES, Vera da Silva. **Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes - Os Movimentos Sociais em São Paulo nos anos 70**. Orientador: Lúcio Felix Frederico Kowarick. Mestrado, FFLCH. 1985, 144p.

RESUMO (introdução)

...pensar a constituição dos trabalhadores como sujeitos ativos na história exige elucidar o tempo, o lugar e os acontecimentos em torno dos quais sua experiência é construída. É sob esse enfoque que os movimentos populares nos anos 70 são tratados nesse trabalho. A reflexão se desenvolve em quatro momentos:

O primeiro - A experiência do autoritarismo - revela um esforço por pensar o significado do autoritarismo dominante no início dos anos 70 do ponto de vista das experiências vividas.(...)

O segundo - A experiência da derrota - trata em particular o cotidiano da moradia enquanto ponto de ancoramento de práticas diversas que experienciavam e interpretavam as condições impostas a partir de tempos e espaços diferenciados e através e através das quais podemos ter o registro múltiplo do significado da ruptura operada no país em 1964.(...)

O terceiro - trata do significado do surgimento dos movimentos populares (meados dos anos 70), bem como dos conflitos em torno dos quais se articularam. (...)

último capítulo - A Experiência do Múltiplo. Interrogamos as condições que permitiriam aos sujeitos diversos ultrapassarem a percepção de suas experiências singulares para se reconhecerem mutuamente como "trabalhadores" em luta por seus direitos.

195.

TOMAZI, Zelma Francisca Torres. **Da Medicina Liberal à Medicina Previdenciária (Movimento da Livre-Escolha do Médico pelo Paciente, Londrina 1960 a 1968)**. Orientador: Eva A. Blay. Mestrado, FFLCH. 1985, 180p.

RESUMO (introdução)

O objeto deste trabalho é o Movimento da Livre Escolha do Médico pelo Paciente, ocorrido em Londrina de 1960 a 1968.

Para analisá-lo fez-se necessário compreender o processo histórico da constituição da prática médica em Londrina. (...)

Para a compreensão desse Movimento é necessário levar em conta os valores tradicionais da profissão médica: a defesa do trabalho autônomo e o princípio da liberdade e da exclusividade do relacionamento do médico com o paciente que tem por base a ideologia liberal. (...)

Numa outra dimensão do Movimento vamos encontrar a luta e reivindicação dos trabalhadores urbanos assalariados pela interiorização da assistência médica previdenciária.

Enquanto foi possível, os trabalhadores, através dos sindicatos, Partidos, imprensa, etc. fizeram frente à resistência dos médicos ganhando certa força de pressão e o apoio da comunidade.

196.

TORRES MORALES, Ofélia Elisa. **Dejame que te cuente: Os Protagonistas do Vídeo Peruano e suas Estratégias**. Orientador: José Manuel Moran Costas. Mestrado, ECA. 1993, 224p.

RESUMO (CD-ROM)

A partir do estudo e análise de experiências do vídeo nos movimentos populares no Peru, pretende-se refletir sobre o seu processo histórico, avaliar e verificar o grau de articulação e ação concreta do movimento do vídeo peruano em torno de um projeto político estratégico consistente, assim como sua contribuição para o fortalecimento da sociedade civil e suas relações ao nível estratégico com outros atores sociais, averiguando se o vídeo popular se constitui em novo embrião de ator social. A configuração do atual perfil peruano está se dando em plena crise e violência estruturais, gerando processos de mestiçagem cultural e o fenômeno da informalidade, assim com criando estratégias múltiplas de sobrevivência, que se concretizam em organizações, as quais apropriam-se do vídeo para apoiar seus processos de organização (por exemplo, clubes de mães, refeitórios populares ou o programa pelo copo de leite). Estas diversidades e desencontros visam construir um paradigma próprio que possa absorver as novas e difíceis condições pelas quais atravessa o Peru. O movimento de vídeo peruano - embora embrionário, tem propostas de engajamento nos processos de democratização da comunicação no país.

197.

TROYANO, Annez Andraus. **Estado e Sindicalismo: O Caso dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo**. Orientador: Francisco Corrêa Weffort. Mestrado, FFLCH. 1977, 181p.

RESUMO (apresentação)

O trabalho de pesquisa desenvolvido para esta dissertação tomou como ponto de partida o antigo Sindicato dos Empregados da São Paulo Gaz Company que, ao encerrar suas atividades em meados da década de 1930, tornou-se embrião do atual Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo. (...)

... o conjunto do trabalho está apresentado da seguinte forma:

o primeiro capítulo objetiva verificar, em relação ao sindicato selecionado, os efeitos do arcabouço institucional e da política de pacto social desenvolvida por Vargas nas décadas de 1930 e 1940, quando ainda se observava uma grande homogeneidade entre as unidades produtivas,

o segundo capítulo, mais voltado para a década de 1950, procura analisar o Sindicato já inserido num contexto mais diversificado, pela presença de empresas químicas e farmacêuticas de capital estrangeiro (...)

e, finalmente, no terceiro capítulo, tenta-se aprofundar características que se evidenciaram no decorrer do desenvolvimento do capítulo anterior, de forma a estabelecer a relação e a tendência, hoje dominante, entre a origem do capital das empresas e a sindicalização dos trabalhadores.

198.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Política e Relações Raciais. Os Negros e as Eleições Paulistas de 1982.** Orientador: João Baptista Borges Pereira. Mestrado, FFLCH. 1984, 165p.

RESUMO (introdução)

O objetivo da pesquisa, é a análise do comportamento político de negros em São Paulo e a representação que dele faz seus agentes, apreendido através de sua participação no processo eleitoral de 1982, enquanto integrante de partidos políticos instituídos e enquanto eventual eleitor: militante e não-militante de grupos negros de reivindicação política. Dentro desta proposta, procurei, entre outras coisas, verificar as reais posições dos partidos políticos perante as reivindicações específicas dos negros e as suas tentativas de arregimentação político-eleitoral do segmento racional; o posicionamento político-ideológico dos candidatos negros durante a campanha eleitoral; o relacionamento entre políticos negros e militantes de grupos negros de reivindicação política, tentando perceber em que medida esses últimos puderam atuar como 'grupos de pressão' para a concretização de suas reivindicações específicas tomadas de empréstimo em algumas plataformas eleitorais, e ainda, se esses militantes podem ser considerados como 'porta-vozes' da população negra como um todo.

199.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **O Negro e a Igreja Católica: O espaço Concedido, um Espaço Reivindicado.** Orientador: João Baptista Borges Pereira. Doutorado, FFLCH. 1989, 290p.

RESUMO (introdução)

...o acompanhamento das atividades do grupo Agentes de Pastoral Negros nos mostrou que valeria a pena dedicar nossa atenção exclusivamente a este grupo do que a outros grupos negros organizados.

O objetivo da pesquisa passou então a ser a análise da estrutura de organização e funcionamento desse grupo negro vinculado à Igreja Católica.

A pesquisa, iniciada em março de 1985, prolongou-se até março de 1988, quando foi realizada a Campanha da Fraternidade - que teve por tema a questão negra no Brasil - sendo este o momento determinado como seu limite.

200.

VIANNA, Luís Jorge Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** Orientador: Francisco Corrêa Weffort. Doutorado, FFLCH. 1976, 2v.

RESUMO (apresentação)

O momento do corte institucional, operado em 1930, decisivo para a construção do Brasil moderno, nos conduziu ao estudo da situação do mercado de trabalho e do comportamento dos empresários e da classe operária na Primeira República, que são o objeto dos dois primeiros capítulos. Discutimos aí a periodização do movimento operário e sindical, insistindo na importância da sua ação organizada para a ruptura do liberalismo ortodoxo, característica essencial à ordem articulada pelos fundadores da República.(...)

...procuramos demonstrar no capítulo terceiro, que o movimento político-militar de 30 consistiu principalmente numa reordenação institucional-legal da dominação burguesa, que ao criar organizações corporativas, nominalmente voltadas para o estabelecimento da harmonia entre classes transformou-as em vigoroso instrumento de acumulação industrial. (...)

Nas parte seguintes, mostramos como esses procedimentos atingiram seu ponto de maturação, constituindo-se na consciência prática da maioria das elites dirigentes, e de como especificaram e singularizaram o liberalismo que sucedeu ao Estado Novo.

201.

VOLPATO, Teresinha Gascho. Trabalhadores do Carvão: A Vida e as Lutas dos Mineiros de Criciúma. Orientador: Elizabeth Garcia de Souza Lobo. Doutorado, FFLCH. 1989, 404p.

RESUMO (introdução)

Esta tese tem como objetivo estudar os mineiros do carvão no município de Criciúma. Proponho identificá-los enquanto grupo social diferenciado dos demais trabalhadores da região tentando no decorrer do estudo responder as questões colocadas: - Por que os mineiros se sujeitam a condições de trabalho e de vida tão desgastantes e inseguras? - Como se explica a reprodução social dos mineiros apesar do desgaste precoce do qual são agentes e vítimas? - Qual a experiência social do grupo mineiro e qual a sua dinâmica e eficácia? - A opressão e o desgaste tornam-se 'naturais' no grupo ou existe resistência à decadência precoce?

Da observação e compreensão de suas práticas pretendo demonstrar quais os habitus que moldam a identidade social dos mineiros e sua reprodução.

Entendo que suas práticas permitem chegar à compreensão do objeto de estudo e revelam os mineiros no trabalho das minas e nas unidades familiares como chefes de famílias, responsáveis pela manutenção do lar; e aquelas que revelam a categoria, sua trajetória histórica e suas práticas sindicais.

202.

VOUGA, Cláudio José Torres. Como num Espelho, Obscuramente...Estudo de Caso de uma Fábrica e de um Grupo Operário. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso. Doutorado, FFLCH. 1987, 259p.

RESUMO (introdução)

É um estudo de caso de uma fábrica e do grupo operário. É um estudo sobre atitudes e consciência desse grupo operário no quadro das vésperas da Revolução de 1964. É um estudo sobre o impacto da política populista e da propaganda dos setores que iriam se aglutinar para dar o golpe sobre os operários em São Paulo. É um estudo sobre os estudos sociológicos e antes de 1964, e depois também. É um estudo do meu próprio itinerário intelectual.

{a tese está dividida nos seguintes capítulos: 1. After the Fall; 2. Tempos Modernos, 2.1 - A Fábrica, 2.2 - Os Operários (em 2.2.5 Participação Sindical e 2.2.6 Greves); 3. O Discurso Esquizofrênico; 4. Memórias do Subdesenvolvimento}.

203.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educar para Transformar. Educação Popular-Igreja Católica - Política no Movimento de Educação de Base (MEB) -1961-1965. Orientador: José de Souza Martins. Doutorado, FFLCH. 1982, 2v.

RESUMO (introdução)

'Educar para Transformar' tem como referência fundamental um movimento educativo de responsabilidade da Igreja Católica do Brasil, dirigido às populações das regiões mais subdesenvolvidas do País (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) - campesinato e setores do proletariado rural - uma conjuntura de acirramento da crise do capitalismo no Brasil. Trata-se do Movimento

de Educação de Base (MEB), no período de 1961-1965, estipulado no 1º. convênio com o Governo Federal. (...)

Objetivei mostrar que o MEB, juntamente com os sindicalismo rural e a JUC, e em parte a JEC, se constituíram nos movimentos da Igreja Católica que redefiniram a atuação da prática dos cristãos na sociedade brasileira.

204.

ZALAU, Alba. *A Máquina e a Revolta*. Orientador: Eunice Ribeiro Durham. Doutorado, FFLCH. 1983, 351p.

RESUMO (capítulo II)

...cheguei ao conjunto habitacional de Cidade de Deus para estudar as formas de organização das classes populares...

{a tese está dividida nos seguintes capítulos: I. O antropólogo e os Pobres: Introdução metodológica e Afetiva; II. As Teorias Sociais e os Pobres; III. A Política Habitacional e os Pobres: O Sonho dos Políticos; IV. Os Trabalhadores em Suas Famílias: Trabalho e Pobreza; V. Trabalhadores e Bandidos: Identidade e Discriminação; VI. Os Vizinhos e os Outros: Organizações Populares; VII. Os Vizinhos, o Povo e os Políticos}.

205.

ZAN, José Roberto. *Conflito de Terra no Vale do Ribeira. Estudo sobre Pequenos Possesores em Luta pela Terra no Município de Sete Barras*. Orientador: Reginaldo Prandi. Mestrado, FFLCH. 1986, 177p.

RESUMO (introdução)

A partir de uma pesquisa empírica realizada com pequenos posseiros em conflito com uma empresa expropriadora numa localidade da Baixada do Ribeira, no Estado de São Paulo, pretende-se avaliar a pertinência das categorias analíticas contidas no documento da Igreja, como a concepção de 'terra de trabalho' e a predisposição dos posseiros à organização 'comunitária' da produção.

206.

ZIONE, Fabiola. *Pesquisa Participante: Relato e Avaliação de uma Experiência*. Orientador: Aracy Witt de Pinho Spinola. Doutorado, FSP. 1994, 194p.

RESUMO (CD-ROM)

Reflete sobre uma experiência de pesquisa participante verificando sua execução em relação aos princípios metodológicos da pesquisa participante, suas possíveis contribuições para os serviços de saúde da área, sua pertinência junto aos movimentos sociais da região e o papel dos movimentos sociais na aquisição de cidadania. Utiliza dados de caráter qualitativo e quantitativo, observando que a pesquisa participante constitui-se em recurso metodológico adequado a produção de conhecimento, a prática dos serviços de saúde e dos movimento sociais.